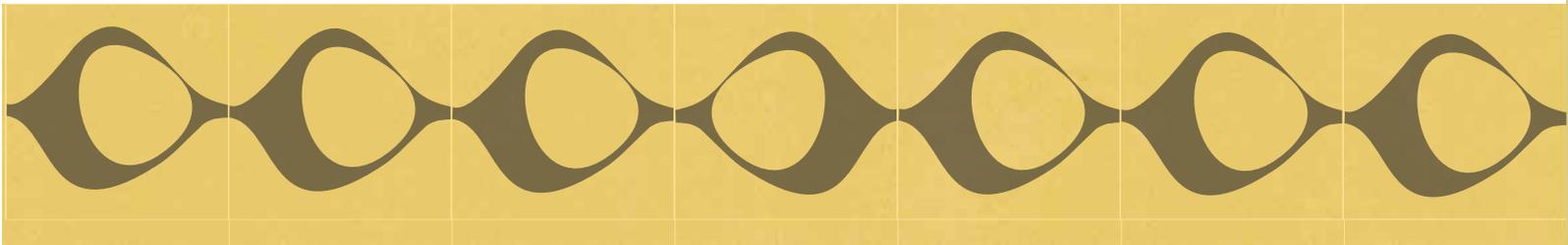


ORGANIZAÇÃO

ALCÍLIA AFONSO DE ALBUQUERQUE E MELO
JOSÉ ANTONIO VIANA LOPES

ECOS DA MODERNIDADE NO NORTE E NORDESTE BRASILEIRO

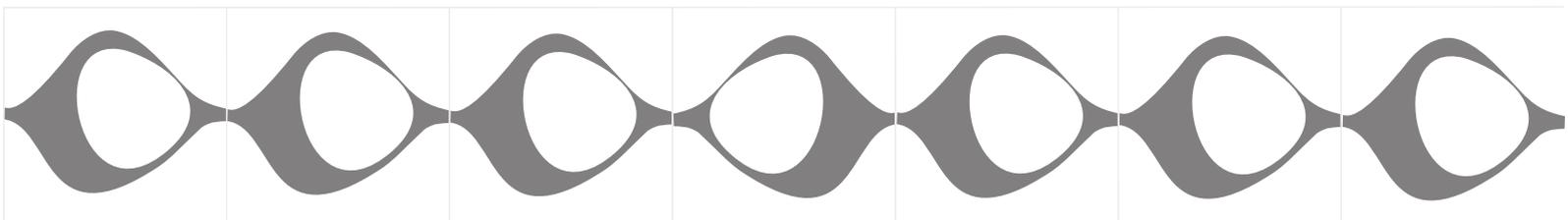


ECOS DA MODERNIDADE

NO NORTE E NORDESTE BRASILEIRO

ORGANIZAÇÃO

ALCÍLIA AFONSO DE ALBUQUERQUE E MELO
JOSÉ ANTONIO VIANA LOPES



Copyright © Docomomo Brasil 2022

ORGANIZAÇÃO:

Alcília Afonso de Albuquerque e Melo
José Antonio Viana Lopes

CORPO EDITORIAL:

Alcília Afonso de Albuquerque e Melo (UFCG)
Ivanilson Santos Pereira (USP)
José Antônio Viana Lopes (UNDB)
Matheus Batista Simões (UFPE)

CONSELHO EDITORIAL:

Maurício José Morais Costa (NUPEC/UNDB)
Raoni Muniz Pinto (NDE/UNDB)
Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão (AU/UNDB)
Tayana do Nascimento Santana Figueiredo (NDE/UNDB)
Raissa Muniz Pinto (NDE/UNDB)

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

Ivanilson Santos Pereira (USP)
Matheus Batista Simões (UFPE)

CRIAÇÃO DE CAPA:

Ivanilson Santos Pereira (USP)

REVISÃO DE TEXTO:

Cada autor de capítulo foi encarregado de suas respectiva revisão.

COLABORADORES:

Alcília Afonso de Albuquerque e Melo (UFCG)
Adriana Castelo Branco Ponte de Araújo (IFCE)
Ana Carolina de Souza Bierrenbach (UFBA)
Beatriz Helena Nogueira Diógenes (UFC)
Ceila Rosana Carneiro Cardoso (UFBA)
Cláudia Helena Campos Nascimento (UFPA/UFRJ)
Claudia Terezinha de Andrade Oliveira (USP)
Emanuelle de Aragão Arrais (UFU)
Felipe Alves Evangelista (UFRR)
Glauco de Paula Coccozza (UFU)
Grete Soares Pflueger (UEMA)
Ivanilson Santos Pereira (USP)
Ítalo Monteiro de Oliveira Mariano Gomes (UFMG)
José Antônio Viana Lopes (UNDB)
Larissa Queiroz Monteiro Rodrigues (UEMA)
Leonardo Barci Castriota (UFMG)
Liliana de Souza Adrião (UFPE)
Lúcia Moreira do Nascimento (UEMA)
Luis Eduardo Paim Longhi (UNDB)
Marcos Tognon (UNICAMP/UFBA)
Maria Emanuelle Soares Figueiredo (UNDB)
Paulo Henrique Correia Silva Sá Vale (UNDB)
Rafael George de Moraes Cruz (UPE)
Rosana Muñoz (UFBA)
Ricardo Alexandre Paiva (UFC)
Thais Serra de Carvalho (UNDB)

Av. Cel. Colares Moreira, 443, Jardim Renascença 65075-441, São Luís, Maranhão.

IMAGEM DA CAPA:

Reconstrução de ladrilho hidráulico do prédio do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), em São Luís, Maranhão. Fonte: Matheus Batista Simões e Ivanilson Pereira Santos, 2022.

Cada capítulo publicado neste ebook é de inteira responsabilidade de seus autores, encarregados de suas respectivas revisões textuais e direito de uso de imagens.

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecário
Maurício José Morais CRB 13-833

E19

Ecossistemas da modernidade : no norte e nordeste brasileiro / Alcília Afonso de Albuquerque e Melo, José Antonio Viana Lopes (organizadores). São Luís : Centro Universitário UNDB, 2023.

310 f. il. color.

Livro publicado em formato físico e e-book.

ISBN: 978-65-85461-01-6

ISBN E-book: 978-65-85461-00-9

1. Arquitetura moderna - Brasil. 2. Movimento moderno. 3. Arquitetura - Paisagem. 4. Arquitetura - Cultura. I. Albuquerque e Melo, Alcília Afonso de. II. Lopes, José Antonio Viana. III. Unidade de Ensino Superior Dom Bosco. II. Título.

CDD 23. ed. – 720.981
CDU – 72.03(81)

ORGANIZADORES



Dra. Alcília Afonso de Albuquerque e Melo

Possui doutorado em Projetos Arquitetônicos pela ETSAB/UPC na Espanha (2006), convalidado no Brasil pela UFRGS, mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco/UFPE (2000), sendo especialista em Arte e Cultura Barroca pela UFOP/ MG (1986), em Conservação Urbana pelo CECI/MDU/UFPE (1998), e graduada em Arquitetura pela Universidade Federal de Pernambuco/UFPE (1983). Obteve o DEA/Diploma de Investigadora Europeia em 2004, pela ETSAB/UPC. É professora aposentada da UFPI e foi vice-diretora do Centro de Tecnologia/UFPI, de abril de 2010 até abril/2014. É professora Adjunta da Universidade Federal de Campina Grande/UFCCG, Paraíba, desde 2015, onde leciona na graduação de Arquitetura e Urbanismo, e na pós-graduação em História, na linha História e Cidade, sendo ainda, coordenadora do Grupo de pesquisas Arquitetura e Lugar/GRUPAL. É membro expert do CIPA Heritage Documentation, coordenadora do comitê nacional de documentação do ICOMOS Brasil e Coordenadora geral do DOCOMOMO Brasil na gestão 2022/2023.

Me. José Antonio Viana Lopes

Arquiteto e urbanista, gestor público e professor, com mestrado em Desenvolvimento Urbano e Regional (UFPE/2004) e especialização em Conservação Urbana e Territorial Integrada (CECI), colaborou em trabalhos como os Estudos de Viabilidade de Reabilitação de Habitações no Centro (2002), no Plano Municipal de Gestão do Centro Histórico (2003), e no Programa de Revitalização do Centro Histórico de São Luís/BID (2008). Presidiu o Conselho da Cidade de São Luís, coordenando os trabalhos de elaboração e aprovação do Plano Diretor de São Luís (Lei nº. 4.669, de 10 de outubro de 2006). Foi presidente da Fundação Municipal de Patrimônio Histórico (FUMPH) e Especialista Socioambiental do Programa de Recuperação Ambiental e Melhoria da Qualidade de Vida da Bacia do Bacanga/BIRD. Na Secretaria de Estado das Cidades (SECID), trabalhou na reestruturação das regiões metropolitanas do Maranhão (2017) e coordenou o programa Nosso Centro (2019). Atualmente gerencia o programa de assessoria técnica Promunicípios, na Secretaria de Estado de Articulação Política (SECAP) e leciona no Centro Universitário UNDB, onde coordena o Laboratório de Urbanismo, Paisagismo, Arquitetura e Artes (LUPA). Organizou a publicação do Guia de Arquitetura e Paisagem de São Luís, Ilha do Maranhão e Alcântara (2008) e publicou diversos livros e artigos sobre história urbana e arquitetura maranhense.



PREFÁCIO

Com muita honra aceitei o convite de prefaciar o e-book “Ecos da Modernidade no Norte e Nordeste brasileiro” organizado pela presidente do DOCOMOMO Brasil Alcília Afonso e pelo professor José Antônio Lopes da UNDB, ambos parceiros da pesquisa das modernidades no Brasil e no Maranhão, reconhecendo a importância da publicação, dos artigos produzidos e da realização do 9º Seminário da rede DOCOMOMO Norte-Nordeste como um marco fundamental para o desenvolvimento e incentivo da pesquisa sobre o acervo da arquitetura e urbanismo do século XX em São Luís e no Estado do Maranhão.

O seminário despertou e fez convergir as pesquisas existentes nas universidades públicas e privadas sobre o acervo da arquitetura e do urbanismo modernos em São Luís, ressoando como “Ecos da Modernidade” na cidade colonial, inscrita pela UNESCO como patrimônio da humanidade. Ecos de uma cultura ancestral, que rejeitou a modernidade inicialmente, mas se rendeu, se remodelou, se embelezou, se renovou, mesmo na destruição criativa com demolição do casario colonial para construir novos e modernos edifícios e se verticalizou em busca de uma nova imagem moderna para a cidade colonial embalada pela expansão urbana com a abertura das novas avenidas com as novas linguagens arquitetônicas do século XX.

Ecos também de uma parceria da equipe de pesquisadores da rede DOCOMOMO, da UNDB e UEMA que possibilitou sediar no Maranhão esse evento em tempos de pandemia. E sobretudo ecos do reconhecimento da importância das modernidades no Norte e Nordeste e na Amazônia com suas especificidades no panorama nacional.

As modernidades chegaram no Brasil de diferentes formas, e no norte e nordeste com certas particularidades, aqui no Maranhão destacamos que elas surgiram de fora para dentro, no contexto lento de uma cidade que ficou economicamente isolada e obsoleta, no início do século XX, depois da queda do algodão e da falência das fábricas, em busca de novas oportunidades econômicas.

Foi nesse contexto que as modernidades surgiram no Maranhão do século XX incentivados por alguns fatores: pela construção da sede dos edifícios públicos institucionais federais como o RFFSA, Correios, DNER e INSS, pelos planos urbanos inspirados nas renovações urbanas do Rio de Janeiro, no âmbito da Era Vargas e pelos projetos e circulação de ideias dos arquitetos, arquitetas e consultores migrantes e peregrinos que difundiram a arquitetura moderna pelo País, incentivando os poucos arquitetos do Maranhão, que formados fora da capital, voltaram para projetar uma nova arquitetura na cidade, e por último pela criação do curso de arquitetura em 1994 na UEMA.

A criação do curso foi um marco nas pesquisas sobre arquitetura e urbanismo de São Luís e somente através da pesquisa científica das Universidades e a catalogação dos órgãos de preservação que a cidade passou a compreender a relevância da temporalidade do século XX, assim como respeitar e preservar o acervo urbano.

No curso de arquitetura da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, inicialmente as pesquisas científicas, entre os anos 1994 e 2004, se voltaram para a pesquisa do acervo da arquitetura Colonial Luso Brasileira do Maranhão, que foi inscrita pela Unesco como Patrimônio da Humanidade em 1997, concentrando todas os esforços na catalogação e proteção do conjunto colonial deixando outras temporalidades da cidade a margem, passíveis de descaracterização e abandono.

Posteriormente, depois dos anos 2005, e sobretudo através das conexões com as redes de pesquisas docomomo com a participação da UEMA no 1º Seminário DOCOMOMO NO NE, realizado em 2006 na UFPE, houve uma ampliação das pesquisas sobre o acervo do século XX, em São Luís, com o incentivo metodológico e conexão com as redes.

O recorte metodológico das redes possibilitou a compreensão desse acervo arquitetônico e da arte moderna assim como a compreensão dos planos urbanos, abrindo novas linhas de pesquisa na Universidade Estadual do Maranhão que hoje se expandem aos pesquisadores da Universidade UNDB e de outras universidades privadas. A urgência em resgatar a importância de preservar a arquitetura do

século XX como memória de um tempo de mudanças e expansão da cidade no século XX, surgiu também com o descaso e as ameaças de demolições, de ruínas modernas, estoques urbanos importantes para a cidade que estavam sendo demolidos e abandonados.

Hoje, na perspectiva do século XXI, a conexão com outras redes como a rede de pesquisa da Amazônia moderna e o ICOMOS Brasil foram suportes fundamentais a novos olhares para documentação do acervo, incentivando a pesquisa coletiva que ajudou a sensibilização dos órgãos de preservação e ampliando a visão da cidade para suas diferentes temporalidades.

Observamos o estoque urbano do século XX com um grande potencial de reabilitação para novos usos, e já vimos alguns bons exemplos de reabilitação pública em São Luís, como a reabilitação do Cine Roxy, da antiga sede do INSS, RFFSA e edifício do BEM, mas ainda vemos edifícios abandonados em ruínas como Hotel central dentre outros, que nos preocupam e incentivam novas pesquisas e catalogações.

Portanto a realização desse encontro, resultante da parceria da rede DOCOMOMO com UNDB e UEMA consolida a possibilidade da criação de um núcleo de pesquisas local reunindo pesquisadores de várias universidades públicas e privadas na perspectiva de uma pesquisa mais aprofundada sobre o acervo da arquitetura e do urbanismo do século XX no Maranhão não só na capital como também no interior do estado, catalogando, conhecendo e

visibilizando o acervo de residências, edifícios públicos, hospitais, clubes, aeroportos, centrais de abastecimentos, cinemas, pontes, estádios além dos planos urbanos idealizados no século XX por arquitetos migrantes e peregrinos e consultores internacionais.

A publicação do *Ebook* com artigos sobre arquitetura moderna do Maranhão e Norte e nordeste joga uma luz sobre a preservação do acervo do século XX, reunindo o trabalho de pesquisadores da Amazônia, do norte, do nordeste como o Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia, Roraima e Alagoas, um esforço coletivo de entender as modernidades nordestinas no contexto de um Brasil, grande e diverso.

São Luís, 20 de outubro de 2022.

Grete Pflueger

Membro da rede DOCOMOMO, da rede NAMA, doutora em urbanismo e Profa. Adjunta IV do curso de arquitetura e urbanismo e do mestrado em desenvolvimento socioespacial e regional da UEMA.

ÍNDICE

AFONSO, Alcília;

O DOCOMOMO Brasil
e as conexões regionais.

1

16 - 37

LOPES, José Antonio;
SÁ VALE, Paulo;

Entre o azulejo e o con-
creto: Álvaro Vital Brazil e
Ernani Vasconcelos em São
Luís/MA.

2

38 - 61

PEREIRA, Ivanilson;
OLIVEIRA, Claudia;

Modelagem paramétrica
aplicada à documentação
de pré-fabricados produ-
zidos por Lelé: o caso dos
CAICs.

3

62 - 87

MUÑOZ, Rosana;
CARDOSO, Ceila;
TOGNON, Marcos;

A argamassa armada do módulo lansã: preservação do projeto e da construção de Lelé.

4

88 - 111

BIERRENBACH,
Ana Carolina;

Modernização, modernidade e modernismo: edifícios escolares em salvador durante o período vargas (1930-1945).

5

112 - 135

PFLUEGER, Grete;

Modernidades na cidade Colonial: Arquitetura do século XX em São Luís do Maranhão.

6

136 - 155

NASCIMENTO, Lúcia;
RODRIGUES, Larissa;

Documentando as edificações em altura: um estudo da arquitetura moderna implantada em São Luís entre os anos de 1950 a 1980.

7

156 - 177

PAIVA, Ricardo;
DIÓGENES, Beatriz;

Caminhos da arquitetura moderna em Fortaleza: a contribuição do arquiteto Marcílio Dias de Luna.

8

178 - 199

ARAÚJO, Adriana;

A busca pela modernidade na arquitetura do ensino profissional: o caso da escola industrial de João Pessoa.

9

200 - 219

MONTEIRO, Ítalo;
CASTRIOTA, Leonardo

Arquitetura moderna no centro de Maceió: os primeiros indícios de uma pesquisa historiográfica.

10

220 - 237

NASCIMENTO, Claudia;
EVANGELISTA, Felipe;

Redesenho como método investigativo em arquitetura: estudo de caso sobre a catedral Cristo Redentor, Boa Vista/RR.

11

238 - 259

ADRIÃO, Liliana;
CRUZ, Rafael;

Marcas do tempo? Um estudo das manifestações patológicas nas fachadas de alguns edifícios modernos do bairro da Boa Vista – Recife/PE.

12

260 - 275

ARRAIS, Emanuelle;
COCOZZA, Glauco;

Praça da Costa e Silva: o problema de conservação do jardim moderno de Burlle Marx na cidade de Teresina/PI.

13

276 - 293

LONGHI, Luis;
CARVALHO, Thais;
FIGUEIREDO, Maria;

A situação da arquitetura modernista em São Luís: uma análise do edifício SULACAP.

14

294 - 310

APRESENTAÇÃO

Quando saí de São Luís para estudar em São Paulo, não imaginei que a mais completa biblioteca de arquitetura da América Latina não teria nenhum registro bibliográfico sobre minha cidade natal. Embora estivesse em uma instituição renomada no estudo da arquitetura moderna e a capital do Maranhão seja famosa por seus belos casarões e azulejos coloniais, fiquei surpresa com a falta de referências sobre a arquitetura da minha cidade.

Precisava escolher um tema para o trabalho da disciplina História da Arquitetura e havia decidido prestigiar o lugar onde nasci. Além disso, queria entender como os estudiosos interpretavam a arquitetura do meu cotidiano. Pela falta de referência bibliográfica, me vi obrigada a mudar o tema do trabalho.

Que falta faz um livro! Yuval Harari, autor de Sapiens (2015), afirma que a primeira grande transformação que definiu a história da humanidade foi a Revolução Cognitiva - quando o homem passou a ter a capacidade de transmitir grandes quantidades de conhecimento pela linguagem verbal. Tempos depois, a escrita viabilizou a documentação do conhecimento, o que foi fundamental para a nossa evolução.

Essa perspectiva evidencia a importância do DOCOMOMO, uma associação que se propõe a documentar e conservar o movimento moderno, debater, catalogar e contribuir para a preservação da arquitetura dos lugares por onde passa.

São Luís, por meio do Centro Universitário UNDB, foi a cidade escolhida para sediar o 9º Seminário DOCOMOMO Norte-Nordeste, evento que deu origem a este livro. Considerado o 10º melhor centro universitário do Brasil (IGC/ MEC 2019), a UNDB é a primeira instituição de ensino privada a receber o Seminário de Documentação e Conservação do Movimento Moderno - DOCOMOMO Norte/Nordeste.

Desde a sua fundação, a UNDB tem contribuído para o avanço da educação no Maranhão, estimulando a produção de conhecimento, promovendo pesquisa, desenvolvendo o pensamento crítico e investigativo para formar profissionais competentes, socialmente engajados e comprometidos com o desenvolvimento da nossa região.

O seu curso de Arquitetura e Urbanismo se destaca nacionalmente pela qualidade, sendo avaliado pelo ENADE/MEC 2019 como o 11º colocado dentre os cursos privados do país. Isto resulta de um trabalho que se expande para além da sala de aula e valoriza as conexões com outros ambientes de aprendizagem.

Por essa razão, a UNDB empenhou-se em promover o 9º Seminário DOCOMOMO Norte-Nordeste, com o apoio da presidente do DOCOMOMO Brasil, Profa. Dra. Alcília Afonso e toda a sua equipe, e com a dedicação dos nossos professores, em especial da nossa coordenadora, Profa Me. Raíssa Muniz, e do organizador do evento, Prof Me. José Antonio Lopes.

Sob o tema ARQUITETURA, PAISAGEM E CULTURA: ECOS DA MODERNIDADE, o seminário foi realizado por meio de plataforma online, entre os dias 28 e 30 de setembro de 2022, e contou com palestras nacionais e internacionais, mesas redondas, sessões de apresentação de trabalhos e sessões do DOCOJOVEM (artigos de estudantes de graduação). O MOMOTOUR, tradicional roteiro de visitas às obras herdadas do movimento moderno na cidade sede, foi realizado de forma inédita como um passeio ciclístico.

A programação do 9º Seminário agregou, ainda, eventos paralelos importantes, como a XAMA - Exposição de Arquitetura Contemporânea na Amazônia, promovida com apoio do NAMA - Núcleo Amazônia Moderna da Universidade Federal do Amazonas. Foi realizada a Roda de Conversa sobre Arquitetura Contemporânea no Maranhão, em parceria com o Ministério Público Estadual, além do lançamento de livros relevantes sobre os aspectos do movimento moderno brasileiro.

O Seminário selecionou, apresentou e discutiu 77 trabalhos, entre artigos completos e resumos expandidos (DOCOJOVEM), com representantes de todos os estados das regiões Norte e Nordeste do país. É particularmente gratificante compartilhar que foram selecionados diversos trabalhos acadêmicos sobre a arquitetura moderna no Maranhão desenvolvidos por pesquisadores e estudantes vinculados ao próprio Centro Universitário UNDB.

Ao abordar temas como a arte urbana, novas tecnologias, questões de gênero, fotografia, dentre outros, os trabalhos ofereceram uma visão abrangente sobre as condições da arquitetura e do urbanismo modernos como manifestações da cultura, que refletem identidades e valores sociais construídos em realidades distintas. Consideramos, portanto, que o evento atingiu o seu objetivo como um fórum de discussão e análise da produção científica regional.

Sim, existe ensino de qualidade no Norte e no Nordeste. Existe debate consistente. Existe arquitetura de impacto. Tudo isso merece registro. Agradecemos ao DOCOMOMO Brasil por criar espaços para a divulgação destas ideias e visões.

Que os alunos do Norte, do Nordeste e de todas as regiões do Brasil possam encontrar referência de suas origens em todas as bibliotecas do país e, assim, desenvolver mais e melhores projetos.

Rebeca Murad

Diretora Geral da UNDB e Presidente do Conselho de Administração da Rede de Cooperação G7. Formada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (FAUUSP), mestre em Arquitetura pela Universidade Mackenzie.

1

CAPÍTULO

O DOCOMOMO BRASIL E AS CONEXÕES REGIONAIS

DOCUMENTAR, CONSERVAR E CONECTAR

AFONSO, Alcília

Arquiteta pela UFPE (1983); especialista em conservação urbana pelo CECI/MDU/UFPE (1998); mestre em História pela UFPE (2000); investigadora europeia com DEA/Diploma de estudos avançados (2004); doutora em Projetos Arquitetônicos pela ETSAB/UPC/Espanha (2006); professora adjunta do curso de Arquitetura e Urbanismo/UFCEG; professora efetiva do PPGH/UFCEG; coordenadora do Grupo de pesquisa Arquitetura e Lugar. Possui dezoito livros publicados na área de história da arquitetura nordestina, enfocando a modernidade e suas distintas tipologias. É membro expert do CIPA Heritage Documentation, membro da diretoria do TICCIH Brasil, coordenadora do comitê nacional de documentação do ICOMOS Brasil e coordenadora geral da comissão executiva do DOCOMOMO Brasil (2022/2023).



INTRODUÇÃO

Esse texto foi apresentado de forma sucinta no número 7 da Revista do DOCOMOMO Brasil, e aqui, será desenvolvido, de maneira mais detalhada, socializando a atuação desenvolvida pela entidade do DOCOMOMO Brasil, durante o primeiro ano de gestão da comissão executiva (2022/2023), a qual estou à frente, como coordenadora geral, articulando com estados que fazem parte das cinco regiões brasileiras (norte, nordeste, centro-oeste, sudeste e sul), no sentido de documentar, e discutir caminhos para a conservação do patrimônio moderno brasileiro, em suas mais diversas manifestações: arquitetônica, urbanística, paisagística, artística, entre outras.

Antes de tudo, é fundamental informar que o DOCOMOMO Brasil é uma associação de colaboradores, sem fins lucrativos- que pesquisam, e atuam na documentação e na conservação do movimento moderno, tendo completado nesse ano de 2022, trinta anos de existência.

Na nossa gestão, a entidade está sediada no Programa de Pós-Graduação em História/PPGH, da Universidade Federal de Campina Grande/UFCEG, na cidade de Campina Grande, Paraíba, pois faço parte do quadro docente permanente desse programa, além de atuar na graduação em arquitetura e urbanismo da mesma universidade.

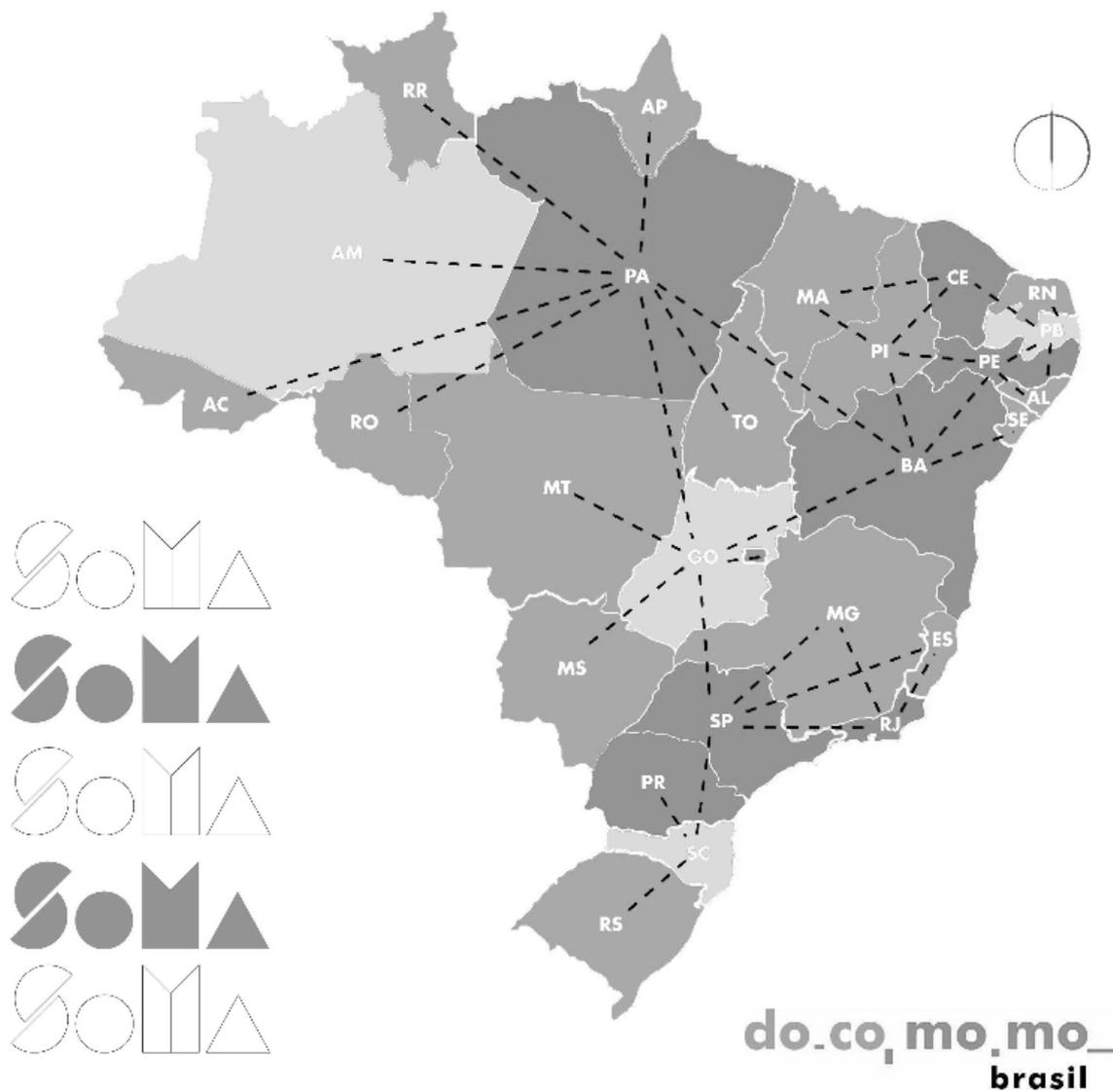
Ao propormos nossa candidatura em setembro de 2021, planejamos atuar com uma chapa denominada SOMA, que tinha como mote “documentar,

conservar e conectar”, procurando-se utilizar das ferramentas digitais presentes no século XXI, para interagir através de redes com instituições de distintos estados brasileiros, proporcionando assim, uma aproximação virtual com esses lugares, e suas diversas manifestações de modernidade.

Dessa maneira, para compor a comissão executiva foram convidados membros, que, de certa forma, já possuíam articulações acadêmicas modernas com a coordenação geral, tais como: o arquiteto e mestrando da FAUUSP, Ivanilson Pereira (secretaria executiva); Dr. Joelmir Marques/UFPE, que foi substituído pela Dr. Rudivan Catanni - profissional liberal de SC- (tesouraria e relações internacionais); e como conselheiros fiscais, Dr. Ricardo Paiva (UFC) e Dra. Alda Ferreira (pós-doutoranda da UFRJ).

Como colaboradores da comissão executiva, Dra. Ceila Cardoso (UFBA), que atua como vice coordenadora geral, e também, nas relações internacionais; Dra. Celma Chaves (UFPA), que vem colaborando no fortalecimento das relações nacionais, principalmente, em regiões do norte e centro-oeste, que necessitam de uma aproximação maior; e Dr. Alexandre dos Santos (UFSC), que colabora com a socialização das informações.

Temos incentivado ainda, o trabalho de jovens pesquisadores da modernidade, filiados ao DocoJovem, que convidamos para a nossa equipe: os recém graduados em arquitetura e urbanismo pela UFCEG, Matheus Batista Simões e Lucas de Souza Jales, para auxiliarem



do.co.mo.mo_
brasil



COORDENAÇÃO GERAL
ALCÍLIA AFONSO DE A. E MELO
PB, REGIÃO NORDESTE
PUBLICAÇÕES



GESTÃO 2022- 2023

COMISSÃO EXECUTIVA



SECRETÁRIO EXECUTIVO
IVANILSON SANTOS PEREIRA
SP, REGIÃO SUDESTE



TESOUREIRO
RUDI CATTANI
SC, REGIÃO SUL
RELAÇÕES INTERNACIONAIS



CONSELHO FISCAL
RICARDO PIANA
CE, REGIÃO NORDESTE



CONSELHO FISCAL
ALDA DE AZEVEDO FERREIRA
RJ, REGIÃO SUDESTE

COLABORADORES



APOIO SITE + PUBLICAÇÕES + SOCIALIZAÇÃO DE REDES
MATHIEUS BATISTA
PB, REGIÃO NORDESTE



LUCAS JAES
RN, REGIÃO NORDESTE



VICE-COORDENAÇÃO
CELIA ROSANA CARNEIRO CARDOSO
BA, REGIÃO NORDESTE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS



RELAÇÕES NACIONAIS
CELMA CHAVES PONT VIDAL
PA, REGIÃO NORTE



DOCUMENTO
ALEXANDRE DOS SANTOS
SC, REGIÃO SUL

a comissão executiva e colaborarem na administração do site, das redes sociais, das diagramações das produções que produzimos, entre outras atividades.

A seguir, será realizado um relato sobre nossas ações, desde que assumimos a entidade em janeiro de 2022, até o presente momento da escrita desse texto, em outubro de 2022. Através de tópicos pontuais, será exposto um pouco, sobre o que temos realizado para gerir a entidade, e seguindo nosso plano de metas apresentado na nossa candidatura.

GESTÃO

Ao assumirmos a comissão executiva em janeiro de 2022, necessitamos ajustar de acordo com o Estatuto, alguns pontos administrativos da gestão, tais como organização da documentação cartorial, financeira e dos sites aos quais o DOCOMOMO Brasil possuía a responsabilidade de gerenciamento.

Uma de nossas primeiras ações, foi atualizar as informações do antigo site, criar um site novo, com nova diagramação, mas respeitando a memória e os dados já existentes pelas gestões passadas.

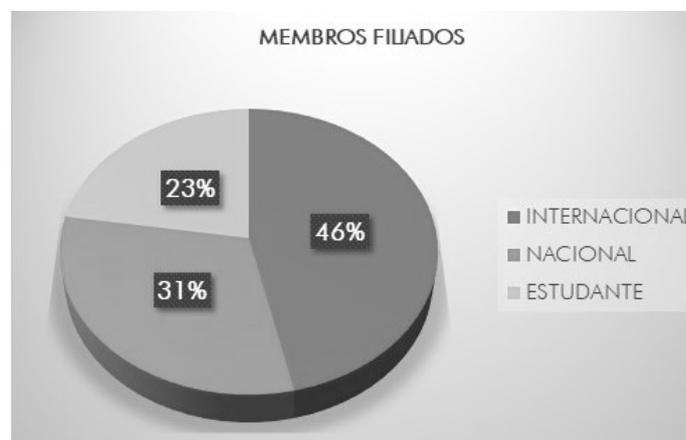
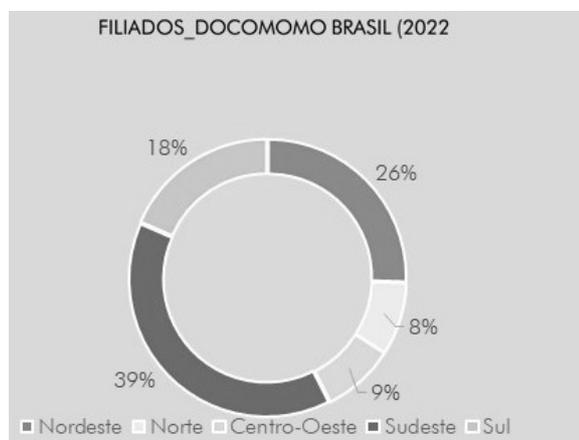
Em paralelo a esse trabalho, foi resolvido o problema do site da Revista do DOCOMOMO Brasil, que devido a problemas técnicos, teve fora do ar desde 2019, e necessitava de toda uma organização técnica para funcionar corretamente, e assim, a revista poder voltar a ser editada e ter seus números atualizados.

Sabe-se que o trabalho de filiação é um dos mais importantes para a vida financeira da entidade, e também para seu vínculo com o DOCOMOMO internacional, que recebe de cada membro filiado 30 dólares/ano.

Dessa maneira, foi organizada a listagem com dados dos membros filiados, em categorias, por estados, por atuações, bem como, realizamos a chamada para novos filiados em redes sociais, através de um trabalho constante de divulgação, a fim de que novos pesquisadores possam contribuir com os trabalhos de preservação do acervo moderno.

Atualmente, outubro de 2022- temos 149 membros, sendo 39% da região Sudeste; 26% da região do Nordeste; 18% da região Sul; 9% do Centro-Oeste, e 8% da região Norte. Nesse cenário, 46% das filiações estão na categoria internacional (66 membros); 31% na categoria nacional (48 membros) e 23% (35 membros) são de estudantes, que estão diretamente vinculados ao DocoJovem: uma iniciativa promovida pela organização do 6º Seminário Docomomo Norte-Nordeste (2016), em Teresina-PI, que objetiva aproximar os jovens profissionais e pesquisadores de graduação/pós-graduação das ações da entidade.

A proposta do DocoJovem é de aproximar cada vez mais a discussão e as ações ativistas patrimoniais da modernidade, que vêm ocorrendo no DOCOMOMO Brasil há trinta anos, de um público jovem, criativo e proativo: alunos de graduação, de pós-graduação e jovens profissionais. Acredita-se que são essas pessoas que já vêm produzindo pesquisas valiosas e inéditas, atuando na base dos estudos



PESQUISAS em andamento

Divulgue aqui sua investigação atual e integre uma rede de colaboração.



REPOSITÓRIO virtual

Deposite aqui sua produção acadêmica para consulta pública.



Sobre o DocoJovem

O DocoJovem foi uma iniciativa promovida pela organização do 6º Seminário Docomomo Norte-Nordeste (2016) em Teresina-PI. Objetiva aproximar os jovens profissionais e pesquisadores de graduação/pós-graduação das ações da entidade.

sobre modernidade, seja como alunos de iniciação científica na graduação, seja na elaboração de suas dissertações de mestrado ou teses de doutorado que aportam uma energia nova e pulsante para a consolidação do trabalho da entidade.

Pretende-se dar espaço aos jovens, abrir as portas, os espaços e dizer que eles são sim, muito bem-vindos ao Docomomo Brasil! E que precisamos de sua jovialidade, vitalidade, inovação, ideias. Queremos ouvi-los e produzir trabalhos juntos: produtos contemporâneos e antenados com o século XXI.

Este é um espaço de construção e fortalecimento de uma rede de pesquisa nacional entre profissionais e estudantes, e propõe-se dois caminhos para a socialização das produções: 1) Pesquisas: onde podem ser divulgadas as investigações, integrando uma rede de colaboração; 2) Repositório: local para o que vem sendo produzido academicamente para consulta pública.

A REDE NACIONAL E A APROXIMAÇÃO COM ESTADOS E NÚCLEOS: DIALOGANDO COM AS DIVERSIDADES REGIONAIS

Através da procura pelo diálogo com as mais diversas regiões e estados brasileiros, a nossa gestão tem realizado uma aproximação com os núcleos já existentes, tais como o do Ceará, coordenado pelo professor Dr. Ricardo Alexandre Paiva (UFC); com o Núcleo BA_SE (Bahia e Sergipe), coordenado pela professora Dr. José Carlos Huapaya Espinoza (UFBA); o Núcleo do Pará, coordenado pela professora Dra. Celma Chaves (UFPA).

O núcleo cearense tem realizado um trabalho consistente, coordenado por Ricardo Paiva, que organizou de forma presencial, o 2º Seminário Docomomo Ceará, entre os dias 24 a 26 de agosto de 2022, e obteve um resultado exitoso ao contar com a participação de vários palestrantes e pesquisadores, não apenas do estado, mas de outras regiões brasileiras.

O DOCOMOMO Brasil está tentando reativar núcleos anteriormente atuantes, mas que, atualmente, estão desativados, devido ao afastamento de professoras que atuavam dinamicamente neles, e se aposentaram, ou estão trabalhando em outras áreas – como por exemplo, os núcleos de Brasília, e Minas Gerais. Algumas conversações vêm sendo realizadas no sentido de que estes núcleos voltem a articular com pesquisadores e profissionais atentos à modernidade.

Outros núcleos continuam bem estruturados e possuem um bom número de filiados, como por exemplo, o Núcleo São Paulo (vinte e nove membros), que possui uma boa composição e tem sido bastante atuante, coordenado por uma comissão executiva, composta pelo Dr. Miguel Antônio Buzzar (IAU USP/ São Carlos) e Dra. Mônica Junqueira de Camargo (FAUUSP). Produzem um boletim mensal, online e distribuído a todos os filiados do Docomomo Brasil, além de terem organizado em agosto de 2022, o 8º Seminário Docomomo São Paulo.

Outra atuação fundamental do núcleo paulista tem sido a participação para o fortalecimento da Rede Brasileira de Acervos de Arquitetura e Urbanismo, que se constitui em um espaço de cooperação recíproca interinstitucional com vistas à preservação,

difusão e estímulo à pesquisa de acervos brasileiros de arquitetura e urbanismo.

Dentre seus objetivos da Rede, destacam-se:

O desenvolvimento e compartilhamento práticas e documentos de referência relacionados à política de acervos; o desenvolvimento de meios para compartilhamento integrado de acervos de arquitetura e urbanismo; a realização de atividades culturais conjuntas, tais como seminários, palestras, exposições e publicações; e a busca por mecanismos para viabilizar o financiamento de suas ações (IAB SP, s/d).

Sua formação é datada de 2019, numa iniciativa do IAB-SP que reuniu algumas instituições detentoras de acervos de arquitetura e urbanismo em torno das questões de preservação e difusão desses conjuntos documentais. Atualmente, a Rede conta com a participação de mais de 20 entidades, que vêm trabalhando conjuntamente para formalizar este espaço de troca e compartilhamento. São elas:

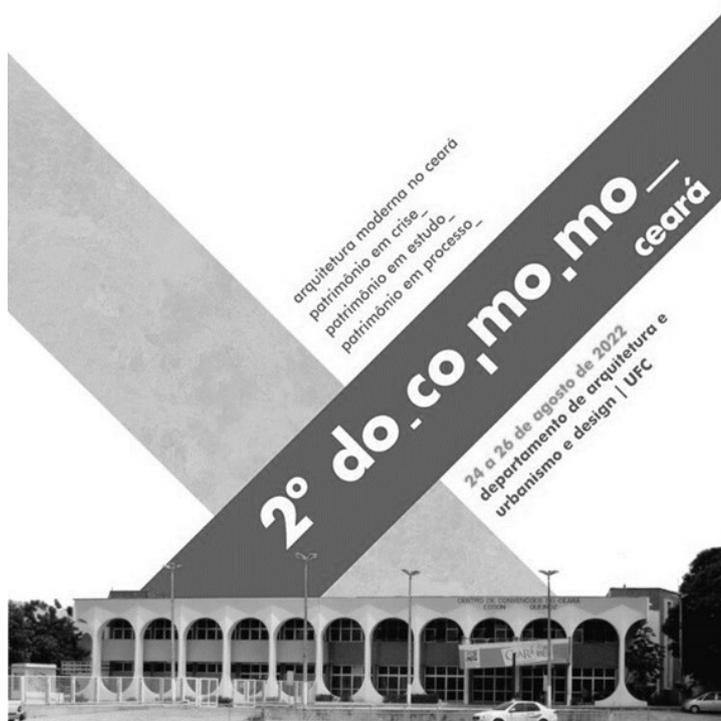
Arquivo Histórico do Município de São Paulo (AHSP), Arquivo Histórico Wanda Svevo da Fundação Bienal de São Paulo (AHWS), Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro (APHRC), Associação Escola da Cidade (EC), Centro Universitário Belas Artes de São Paulo (Belas Artes), Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CAU/RS), Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), Divisão de Gestão Documental da Prefeitura de Porto Alegre/RS, DOCOMOMO São Paulo, Escola Politécnica da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (EP-USP), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAU-UFRGS), Instituto de Arquitetos

do Brasil – Departamento São Paulo (IAB- SP), Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento Rio Grande do Sul (IAB-RS), Instituto de Arquitetos do Brasil – Direção Nacional (IAB-DN), Instituto de Pesquisas Hospitalares Arquiteto Jarbas Karman (IPH), Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, Instituto Virgínia e Vilanova Artigas, Núcleo de Pesquisa e Documentação da FAU-UFRJ (NPD) e Universidade Presbiteriana Mackenzie (Mackenzie) (IAB SP, s/d).

O tema do 8º Seminário Docomomo SP (Figura da página 24) foi justamente voltado para as discussões referentes à arquitetura e o urbanismo moderno, e os seus acervos, fortalecendo assim, o trabalho que o IAB SP vem realizando e articulando, principalmente, com profissionais paulistas, cariocas e gaúchos. Observa-se a necessidade de tal rede ampliar e trazer para as discussões os outros estados brasileiros e seus acervos, não apenas da modernidade, mas de outros momentos.

Alguns núcleos vêm produzindo seus trabalhos de forma mais local, e não mantem uma conexão constante com a entidade, como tem sido o caso do Núcleo do Rio de Janeiro, e Paraná. O que se observa é o trabalho pontual de alguns membros desses estados, atuando em trabalhos importantes em prol da entidade.

O Núcleo do Rio Grande do Sul, através de seus pesquisadores vem colaborando com o trabalho nacional da entidade, e inclusive, estão organizando o próximo evento do núcleo, “VII Seminário DOCOMOMO Sul”, a ser realizado em parceria com o PROPARG UFRGS, nos dias 17 e 18 de novembro de 2022, no formato online.





O Núcleo Pernambuco tem sido coordenado pelo Dr. Fernando Diniz (UFPE) que também vem procurando articular com antigos membros, não mais filiados, e com jovens pesquisadoras, novas filiações, que no estado vêm tentando dar um novo caminho às discussões e ações, como por exemplo, o trabalho desenvolvido pelas arquitetas e pós-graduandas Juliana dos Santos, Liliana Adrião, Patrícia Athayde, Juliana Santa Cruz, entre outras, que têm procurado uma articulação com o Docomomo Brasil e com o CAU PE (Conselho de Arquitetura e Urbanismo, seção Pernambuco).

Alguns estados procuraram a entidade, almejando criar núcleos e vêm trabalhando para isso, tais como os estados de Goiás, através da Dra. Eline Caixeta (UFG); do Amazonas; de Santa Catarina, através de articulações dos doutores Alexandre dos Santos e Rudivan Catanni que têm realizado uma boa conexão entre ativistas da modernidade catarinense; e da Paraíba, estado no qual, sedia atualmente na cidade de Campina Grande, a gestão do Docomomo Brasil, e o grupo de pesquisa Arquitetura e lugar/GRUPAL (UFCG), coordenado por mim, e composto por diversos pesquisadores, vêm resgatando a modernidade estadual e regional.

Acho fundamental expor aqui, o trabalho que a região amazônica vem desenvolvendo, unindo esforços através do Núcleo AMA/NAMA, que é um coletivo formado por professores, pesquisadores, artistas e arquitetos das universidades públicas e privadas e dos escritórios da Amazônia legal. Desde 2016, realiza atividades culturais que promovem a documentação, a difusão e também a realização da

arquitetura na Amazônia, e inserido nessa pauta, o patrimônio moderno.

Estados que compõem a região amazônica têm se unido em prol do fortalecimento do patrimônio local, e produzido exposições (XAMA), eventos, a revista SAMA, e muitos membros fazem parte também do DOCOMOMO Brasil que vêm procurando uma aproximação com a UFAM/Universidade Federal do Amazonas, através dos professores Marcos Cereto, Vlândia Heimbecker; com a UFRR/Universidade Federal de Roraima, através das professoras Graciete Guerra e Claudia Helena Nascimento.

DIÁLOGO COM INSTITUIÇÕES PATRIMONIAIS

Na nossa gestão temos procurado o diálogo e as parcerias com outras entidades patrimoniais, tais como o TICCIH Brasil/Comitê Brasileiro para a Conservação do Patrimônio Industrial, e um dos resultados foi o “Fórum Internacional de Patrimônio Industrial: Diálogos com a Modernidade, 18 e 19 agosto de 2022.

O DOCOMOMO Brasil também tem convidado o ICOMOS Brasil para uma série de atividades que realizamos, principalmente, em parceria com o comitê científico nacional de documentação/ICOMOSdoc, que também coordeno naquela entidade. Vários membros desse comitê são, também, filiados ao DOCOMOMO Brasil, e os diálogos têm sido constantes e muito profícuos.

Além disso, temos mantido as conversações com o CAU Brasil/Conselho de Arquitetura e Urbanismo,

tanto em nível nacional, quanto com seções estaduais. Em nível nacional, a participação durante o “Seminário nacional de patrimônio: caminhos para a valorização da arquitetura e do urbanismo”, que ocorreu em Ouro Preto/MG, durante o mês de julho foi muito proveitosa, e encaminhamentos importantes foram extraídos desse encontro, no qual o DOCOMOMO Brasil participou de maneira bastante ativa.

O CAU PE também promoveu o evento “Seminário Pioneiros da Arquitetura Pernambucana 2022”, organizado pela doutoranda Juliana Santos, em Recife, durante o mês de setembro, que promoveu palestras, lançamentos de livros, diálogos entre pesquisadores, profissionais e estudantes que vêm se dedicando à salvaguarda da documentação e da conservação da modernidade pernambucana e nacional.

Fundamental tem sido a participação do DOCOMOMO Brasil nas discussões presentes no “Fórum de entidades em defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro”, criado em Porto Alegre, em 10 de outubro de 2019, que reúne entidades da sociedade civil para fomentar a mobilização contra os ataques promovidos contra o IPHAN/Instituto de patrimônio histórico e artístico nacional, e o Patrimônio Cultural Brasileiro.

A partir de agosto de 2020, o Fórum passou também a se articular em Núcleos Estaduais, capilarizando sua mobilização, e o DOCOMOMO Brasil tem indicado membros para atuarem em seus respectivos estados, articulando-se com a coordenação nacional e apoiando a luta em prol da preservação da cultura brasileira.

INTERNACIONALIZAÇÃO

As relações do DOCOMOMO Brasil com o DOCOMOMO Internacional, vêm sendo realizadas através de diálogos virtuais com Uta Pottgiesser (Chair) e Wido Quist (Secretary General).

O DOCOMOMO International possui seis comitês de especialistas internacionais, “*International Specialist Committees (ISC)*” concentrados nas áreas de Registros, Tecnologia, Urbanismo + paisagens, Educação + Training, Interior Design e Publicações, e o Brasil atualmente, possui apenas dois membros que representam nosso país: Dra. Ruth Verde Zein no ISC/Registers, e Dra. Marta Peixoto no ISC/Interior Design.

A gestão encaminhou desde que assumiu, os nomes de filiados para representar a entidade nos demais comitês, mas os trâmites internos internacionais ainda estão realizando análises documentais exigidas pela entidade, que possui sua forma própria de selecionar as indicações realizadas pelas entidades dos países parceiros.

Conforme foi visto anteriormente, atualmente, no DOCOMOMO Brasil temos 66 (sessenta e seis) membros filiados na categoria internacional, que vêm se articulando em rede internacional para os avanços na área, realizando participações em eventos, pesquisas em rede, entre outras atividades. Essas conexões têm sido fundamentais e temos percebido o acolhimento internacional de nosso trabalho.



FORVM DE ENTIDADES EM DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO



Diálogos com outras entidades em defesa do patrimônio moderno. Fonte: Fotomontagem de Alcília Afonso, 2022.

PUBLICAÇÕES

Na área de publicações, a gestão continuou a administração financeira da Revista DOCOMOMO Brasil, apoiando o corpo editorial no sentido de possibilitar a veiculação de números produzidos e organizados pelos editores, tendo resolvido os problemas técnicos do site, criado um novo site e capacitado técnicos para colaborarem na gestão do periódico virtual. O atual corpo editorial é composto pelos membros Helio Herbst, Marta Peixoto e Ricardo Paiva.

Estamos também, dando continuidade ao boletim DOCOMEMOS, que socializa de forma online para os filiados, notícias coletadas nos núcleos regionais, e com pesquisadores individuais, que trazem à tona, eventos, lançamentos de livros, notas de pesar, notas de repúdio, croquis, entre outras informações que sempre estamos difundindo.

Neste ano, foi montado ainda, um dossiê temático, composto de 10 (dez) artigos sobre a relação do patrimônio industrial com a modernidade, para ser veiculado na Revista Labor e Engenharia da UNICAMP/São Paulo, tendo como editores responsáveis, eu, Alcilia Afonso/UFCG, e o Dr. André Argollo/ UNICAMP (editor chefe da Revista Labor e Engenharia).

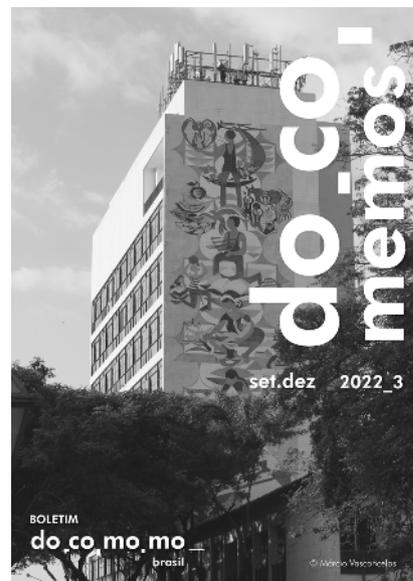
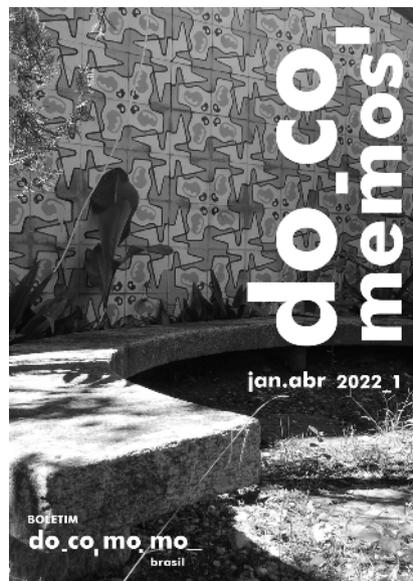
A partir de nossa gestão, foi produzido por nossa entidade, o primeiro e-book, “Conexões Modernas no Brasil: documentar, conservar e conectar” (AFONSO e CHAVES, 2022) que foi organizado por mim e por Celma Chaves (UFPA), tratando-se de um produto cultural que pretendeu dar início a um trabalho de divulgação de resultados de pesquisas e

atividades desenvolvidas por profissionais filiados ao DOCOMOMO Brasil que estudam e atuam com a preservação do patrimônio da modernidade.

O e-book composto por 400 páginas, está dividido em duas partes: a parte 1 que se intitula “Conexões regionais da modernidade arquitetônica”; e a parte 2, “Moderno em movimento, usos, reusos e novas cartografias”. Trata-se de um documento que comemora os trinta anos de atuação do DOCOMOMO BRASIL, conectando saberes e olhares sobre a documentação e a conservação do acervo moderno nas mais distintas regiões brasileiras sobre essa produção. Foi produzido pelo DOCOMOMO Brasil e é distribuído gratuitamente no site a todos os interessados, pelo tema da modernidade brasileira.

CAPACITAÇÕES

Na área de capacitações o DOCOMOMO Brasil na nossa gestão organizou no ano de 2022, quatro eventos (Figura da página 33) que procuraram retomar questões cruciais no debate sobre modernidade, tais como a conservação das obras arquitetônicas modernas; a paisagem da modernidade, as relações entre a tipologia industrial e a modernidade, e as comemorações reflexivas sobre os 30 anos de nossa entidade. Dessa maneira, foram produzidos: 1) 1º Fórum de conservação do patrimônio moderno: tecnologias do concreto; 2) 1º Fórum Nacional: Paisagem & Modernidade; 3) “DOCO30 + LELÉ90: Fábrica e Patrimônio”; 4) O “Fórum Internacional de Patrimônio Industrial: Diálogos com a Modernidade”.

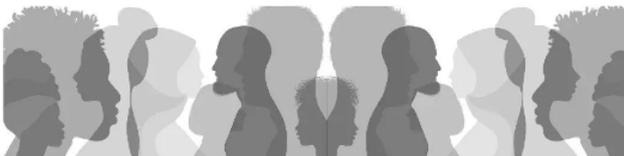


MODERNIDADES IDENTIDADES E GÊNEROS

NÚMERO 08/ 2022

Na edição de número 08 serão publicados artigos centrados na problematização da tríade **modernidades, identidades e gêneros**, sendo encorajada a submissão de ensaios que problematizem questões raciais e de gênero, observando-se a contribuição de profissionais e vivências de identidades silenciad@s pela historiografia da modernidade arquitetônica no Brasil.

A edição será organizada em duas seções:
dossiê e artigo/projeto.



Labor & Engenhô:..
ISSN 2174-8446 | Tróca Quadra CAPES - B1 Arquitetura, Urbanismo e Design

CHAMADA DE ARTIGOS
DATA DE ENVIO: ATÉ 30.05.2022

DOSSIÊ
PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E MODERNIDADE

CONTATO:
emci@pesquisagrupa2020@gmail.com

DOCOMOMO BRASIL 30 ANOS

NÚMERO 07/ 2022

A Revista Docomomo Brasil (ISSN 2594-8601) tem a satisfação de compartilhar o tema do nosso sétimo número: **a celebração dos 30 anos do Docomomo Brasil.**

A edição comemorativa dos trinta anos do Docomomo Brasil será organizada em duas seções: **memória e contributos.**

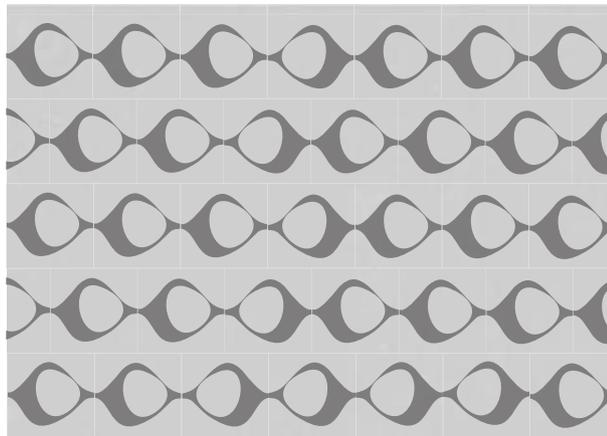


Labor & Engenhô:..
ISSN 2174-8446 | Tróca Quadra CAPES - B1 Arquitetura, Urbanismo e Design

CHAMADA DE ARTIGOS
FLUXO CONTÍNUO

1. PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL;
2. URBANISMO E ORDENAMENTO TERRITORIAL;
3. DESENVOLVIMENTO, RESILIÊNCIA E SUSTENTABILIDADE;
4. PATRIMÔNIO AMBIENTAL E PAISAGEM CULTURAL.

NORMAS PARA SUBMISSÃO:
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/issue>



ORGANIZAÇÃO

ALCÍLIA AFONSO DE ALBUQUERQUE E MELO
JOSÉ ANTONIO VIANA LOPES

ECOS DA MODERNIDADE NO NORTE E NORDESTE BRASILEIRO



ECOS DA MODERNIDADE NO NORTE E NORDESTE BRASILEIRO

ORGANIZAÇÃO

ALCÍLIA AFONSO DE ALBUQUERQUE E MELO
JOSÉ ANTONIO VIANA LOPES



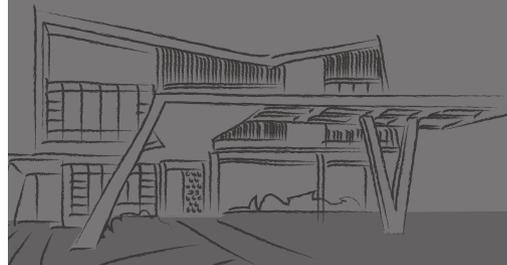
PARTE 1

CONEXÕES REGIONAIS DA MODERNIDADE
ARQUITETÔNICA_BRASIL



PARTE 2

O MODERNO EM MOVIMENTO:
USOS, REUSOS, NOVAS CARTOGRAFIAS



O “1º Fórum de conservação do patrimônio moderno: tecnologias do concreto” ocorreu em 11 de março de 2022, de forma virtual e foi organizado pelo grupo de pesquisa Arquitetura e Lugar/GRUPAL UFCG, em parceria com o DOCOMOMO Brasil e contou com a colaboração da FAUUSP/Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo; da Universidade Federal do Ceará/UFC, da UFBA/Universidade Federal da Bahia.

Foi composto de quatro mesas temáticas, doze palestrantes, dez instituições representadas, oito horas de palestras e 136 inscritos. A coordenação do evento ficou sob minha responsabilidade, pois tenho atuado na área de conservação do patrimônio moderno e suas distintas tectônicas, mantendo contatos com uma rede de pesquisadores nacionais e internacionais na área.

Torna-se necessário nos dias atuais, refletir-se sobre uma política preservacionista mais voltada à conservação do acervo arquitetônico moderno, especificamente, direcionando à discussão sobre os conceitos de modernidade, tectônica e patologias das construções modernas. E para tanto, parte-se do princípio que é imprescindível, entender a arquitetura como construção, como já colocava o mestre Lúcio Costa – para se fortalecer a compreensão da importância da dimensão tectônica, enquanto adoção de sistemas construtivos, estruturas, peles, materiais, detalhes das obras – e a necessidade de se conservar tais elementos, para possibilitar a preservação do acervo moderno brasileiro (AFONSO, 2022, s/p).

O segundo evento “I Fórum Nacional: Paisagem & Modernidade” ocorreu no dia 29 de abril, e foi organizado pelo Grupal UFCG em parceria com

ICOMOSDoc e DOCOMOMO Brasil, e teve quatro mesas temáticas, treze palestrantes, com a presença de todas as cinco regiões brasileiras representadas, oito horas de palestras e 107 inscritos. A coordenação do evento foi de nossa filiada e conselheira fiscal, doutora na área de paisagem, Alda Ferreira, que realizou a articulação com colegas da área da paisagem.

Nos últimos anos, a necessidade de conservação do patrimônio paisagístico tem se tornado uma grande questão nacional. Ao longo do Século XX, muitos espaços paisagísticos foram concebidos e construídos, no intento de qualificar o ambiente cultural da paisagem brasileira e beneficiar a vida social. Dentre os importantes atores responsáveis por esta missão, tem-se a contribuição fundamental do paisagista Roberto Burle Marx, e o crescente reconhecimento de sua obra em diversas instâncias.

As obras paisagísticas modernas são importantes não apenas como lugares para se viver e conviver, são documentos vivos de nossa história, memória e cultura. Na preservação destes bens culturais e sua elevação à condição de Monumento Vivo ou Paisagem Cultural, a escolha é baseada em critérios específicos, mas, sua conservação envolve peculiaridades muito próprias, cujos encaminhamentos precisam ser divulgados e debatidos. (FERREIRA, 2022, s/p)

Alda Ferreira, a organizadora do evento, continua esclarecendo que é importante questionar como temos decidido quais obras merecem ser preservadas em nossas paisagens culturais.

FÓRUM INTERNACIONAL
PATRIMÔNIO INDUSTRIAL
DIÁLOGOS COM A MODERNIDADE

PROGRAMAÇÃO

18 E 19 AGOSTO 2022
EVENTO ONLINE
INSCRIÇÕES
even3.com.br/forumpimod2022

ORGANIZAÇÃO APOIO
do.co.mo.mo Brasil TICCIH Brasil



I FÓRUM NACIONAL
PAISAGEM & MODERNIDADE

INSCRIÇÕES
even3.com.br/forumpaisagemmoderna

REALIZAÇÃO:
do.co.mo.mo Brasil

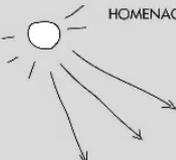
APOIO:
Documentação ICOMOS Brasil

29 DE ABRIL 2022
EVENTO ONLINE



FAUUSP GRUPEM CIPA Herança Arquitetônica UFRJ

HOMENAGEM AOS 30 ANOS DO DOCOMOMO BRASIL



do.co,30 + lelé_90
FÁBRICA E PATRIMÔNIO

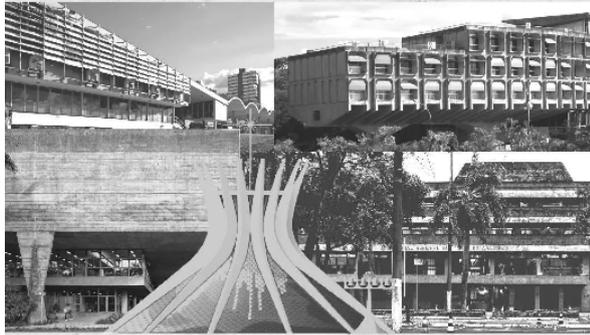
PELA PRESERVAÇÃO DA OBRA DE LELÉ NO SEU ANIVERSÁRIO DE 90 ANOS

EVENTO ONLINE
19, 20 E 21 DE MAIO 2022



I FÓRUM COPAM

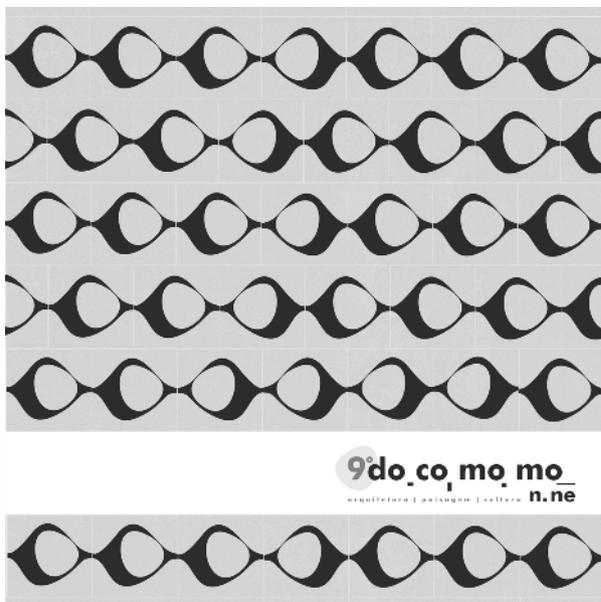
I FÓRUM DE CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MODERNO:
TÉCNOLOGIAS DO CONCRETO



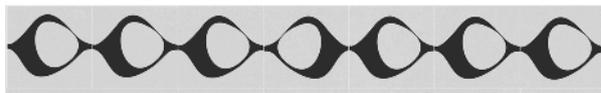
11 MARÇO
EVENTO ONLINE

INSCRIÇÕES ABERTAS
Acesso: even3.com.br/forumcopam2022

do.co.mo.mo Brasil



9^odo_co_mo_mo
arquitetura | paisagem | cultura n.ne



SÃO LUÍS, 26 A 30 DE SETEMBRO DE 2022

9^odo_co_mo_mo
arquitetura | paisagem | cultura n.ne

PALESTRAS DIA 1

9h30 
Dra. Teresa Rovira
(ETSA-B.U.P.C)
Ecos da modernidade
na América Latina

10h30 
Dra. Alcilia Afonso
(Coord. DOCOMOMO BR)
O DOCOMOMO Brasil
e as conexões regionais

19h00 
Leonardo Finotti
(Fotógrafo)
Olhares sobre a
modernidade

APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS
14h30 - 18h00

ORGANIZAÇÃO **UNDB** APOIO **do_co_mo_mo**
CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASIL

SÃO LUÍS, 26 A 30 DE SETEMBRO DE 2022

9^odo_co_mo_mo
arquitetura | paisagem | cultura n.ne

PALESTRAS DIA 2

8h30 
Dra. Celma Chaves
(UFPA)
MESA 1 | Historiografia da modernidade

8h30 
Dra. Grete Pflueger
(UEMA)

10h30 
Dra. Ruth Verde Zein
(Mackenzie)
Revisões Historiográficas

APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS
14h30 - 18h00

ORGANIZAÇÃO **UNDB** APOIO **do_co_mo_mo**
CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASIL

SÃO LUÍS, 26 A 30 DE SETEMBRO DE 2022

9^odo_co_mo_mo
arquitetura | paisagem | cultura n.ne

PALESTRAS DIA 3

8h30 
Dra. Ceila Cardoso
(UFBA)
MESA 2 | Conservação da modernidade

8h30 
Dr. Marcos Cereto
(UFAM)

10h30 
Dr. Fernando Diniz
(UFPE)
A experiência do
edifício alto residencial
no Recife, 1942-1988

18h00 
Dr. Silvio Oksman
(ICOMOS Brasil)
O patrimônio
do século XX

APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS
14h30 - 18h00

ORGANIZAÇÃO **UNDB** APOIO **do_co_mo_mo**
CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASIL



O que está perdido e o que está destinado a mudar pode capturar o interesse do público? Como agentes e especialistas do patrimônio podem engajar a participação pública de forma mais efetiva? Ao gerir a mudança, como é decidido o que é retido ou alterado? Como estão sendo procedidos os planos para a gestão da conservação de sítios reconhecidos como Patrimônio Mundial e jardins históricos? E como tem sido feito o monitoramento destes bens culturais? (FERREIRA, 2022, s/p)

O terceiro evento “DOCO30 + LELÉ90: Fábrica e Patrimônio” foi coordenado pela professora Dra. Ceila Cardoso/UFBA, em formato híbrido, e ocorreu entre os dias 19 e 21 de maio de 2022. Foi uma iniciativa do grupo “FABER: Arquitetura, Construção, Tecnologia e Patrimônio (FAUFBA)”, com apoio do DOCOMOMO Brasil, DOCOMOMO núcleo BA_SE e do Grupo de Pesquisa Arquitetura e Lugar (GRUPAL/UFCCG). Foram oito mesas temáticas, três palestras, trinta e um convidados, duas oficinas presenciais, 110 inscritos, com vinte horas de discussão sobre a obra de Lelé e os 30 anos do DOCOMOMO Brasil.

Segundo Cardoso (2022, s/p), o evento teve como objetivo “a preservação de arquiteturas modernas a partir da investigação, registro com adoção de metodologias e processos inovadores na concepção, execução e intervenção em arquitetura, mantendo as suas características essenciais e com adequação tecnológica”, no ano em que Lelé completaria 90 anos e que temos 30 anos de DOCOMOMO no Brasil e na Bahia, foi planejada essa homenagem, que também é um alerta para a preservação da obra do mestre João Filgueiras Lima/ Lelé, especialmente em Salvador, cidade na qual atuou largamente.

O quarto evento foi o “Fórum Internacional de Patrimônio Industrial: Diálogos com a Modernidade” e ocorreu entre os dias 18 e 19 de agosto de 2022, e pretendeu aproximar as relações entre o patrimônio da modernidade e o industrial: duas tipologias patrimoniais, relativamente recentes, e que não vêm recebendo a devida atenção de uma agenda política preservacionista no nosso país.

Observa-se a cada dia, a necessidade em se resgatar, discutir e procurar soluções que documentem e tratem da conservação do acervo dos bens modernos industriais. Foi composto de seis mesas temáticas, dezessete palestrantes, com um alcance internacional, totalizando 12 horas de palestras e 127 inscritos. Foi organizado pelo GRUPAL UFCCG e contou com a parceria do DOCOMOMO Brasil, TICCIH Brasil, e ICOMOSdoc.

O acervo moderno industrial vem passando por graves problemas de preservação nos centros urbanos na contemporaneidade, devido a uma série de questões, entre elas, suas escalas de grandes dimensões, e que, por questões técnicas e econômicas, não necessitam mais das áreas superdimensionadas projetadas no passado, e que por isso, acabam ficando obsoletas, e muitas vezes, abandonadas, descaracterizadas, e até mesmo demolidas, para dar lugar aos novos empreendimentos urbanos.

Não se trata apenas de questões materiais, mas também, imateriais, pois por trás dessas estruturas arquitetônicas, urbanísticas, paisagísticas, e artísticas - existe um arcabouço social de pessoas, famílias - que possuem esses espaços como lugares de memórias, tanto em nível individual, como coletiva. (AFONSO, 2022, s/p)

Esse tem sido um desafio de todos que atuam em prol da preservação do acervo patrimonial moderno industrial brasileiro, e por isso, o DOCOMOMO BRASIL em parceria com o Comitê Brasileiro para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH Brasil) propôs esse Fórum, como um lugar de fala para todos os profissionais envolvidos com a temática, para que haja uma conexão de saberes na busca de soluções para a preservação e conservação desse rico acervo.

O DOCOMOMO Brasil ainda apoiou a organização do “9º Seminário Docomomo Norte Nordeste”, (Figura da página 34) ocorrido em São Luís/Maranhão, de formato híbrido, entre os dias 28 a 30 de setembro de 2022, colaborando na composição do comitê científico, da organização das palestras, e nos produtos finais, como a elaboração dos Anais do evento e do e-book “Ecos da Modernidade”, que está em fase de pré-produção.

SOCIALIZAÇÃO EM REDES

Como maneira de manter a sociedade informada sobre as atividades do DOCOMOMO Brasil, apresentando notícias, atuações, eventos, manifestos, apoios e resultados em geral, dos trabalhos de nossos membros filiados, a entidade tem investido sempre na ampliação e criação de novas redes sociais, como forma de se aproximar do público em geral, que utiliza cada vez mais, esse tipo de mídia digital.

Assim, ampliamos o horizonte e podemos desenvolver uma política de educação patrimonial em redes sociais como o Facebook (3.500 seguidores), Instagram (2.473 seguidores) e os recém-criados, canal

do Docomomo Brasil no Youtube (112 inscritos) e LinkedIn (67 seguidores). Observa-se que temos que trabalhar cada vez mais para estar presente nestas redes e se conectar de maneira mais ágil e dinâmica com todo o público interessado em colaborar com nosso trabalho.

No nosso canal do Youtube, temos postadas todas as palestras proferidas nos nossos eventos, criando ali, um repositório virtual acessível a todos os interessados, através do link: <https://www.youtube.com/channel/UCkcEsuJwUc2H4i-oTqXM88Q>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ano em que se comemora o aniversário de 30 anos do DOCOMOMO Brasil, a atual gestão procura ser contemporânea com suas atuações, atualizando propostas e permitindo novas conexões, novos olhares, e demandas. Dialogar e articular tem sido dois objetivos sempre presentes em nosso planejamento, além de procurar pessoas dinâmicas, engajadas, ativistas patrimoniais que possam enfrentar a atual crise pela qual passa o nosso país, após período pandêmico e o caos político dos últimos anos do Governo Federal, onde pôde ser observado o abandono pelas questões culturais e pela preservação de nossa identidade.

Há muito ainda o que ser realizado pela preservação da documentação e da conservação da modernidade brasileira, principalmente, naqueles estados mais longínquos, nos quais os cursos de graduação e pós-graduação ainda são incipientes, e ainda tem muito por ser resgatado e salvaguardado. Temos essa

missão de articular, orientar, conectar, interagindo saberes, de forma inter e multidisciplinar. O caminho é longo, contínuo e devemos seguir sempre em frente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, A. e CHAVES, C. *Conexões Modernas no Brasil: documentar, conservar e conectar*. Campina Grande: EDUFPG. 2022.

AFONSO, A. *1º Fórum COPAM, Conservação do Patrimônio Moderno: Tecnologias do Concreto*. Disponível em: <https://docomomobrasil.com/event/i-forum-copam>. Acesso: 4 set. 2022.

AFONSO, A. *Fórum Internacional de Patrimônio Industrial: Diálogos com a Modernidade*. Disponível em: <https://docomomobrasil.com/event/forum-internacional-de-patrimonio-industrial-dialogos-com-a-modernidade>. Acesso dia 4 de setembro de 2022.

CARDOSO, C. *DOCO30 + LELÉ90: Fábrica e Patrimônio*. Disponível em: <https://docomomobrasil.com/event/doco30-lele90-fabrica-e-patrimonio>. Acesso em: 5 set. 2022.

DOCOMOMO BRASIL. *Canal na plataforma Youtube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCkcEsuJwUc2H4i-oTqXM88Q>. Acesso em: 5 set. 2022.

DOCOMOMO Brasil. Disponível em: <https://docomomobrasil.com/>. Acesso em: 1 set. 2022.

FERREIRA, A. *1º Fórum Nacional: Paisagem &*

Modernidade. Disponível em: <https://docomomobrasil.com/event/i-forum-nacional-paisagem-modernidade>. Acesso em: 4 set. 2022.

IAB SP. *Rede de acervos de arquitetura e urbanismo*. Disponível em: <https://www.iabsp.org.br/rede-de-acervos-de-arquitetura-e-urbanismo/>. Acesso em: 2 set. 2022.

ENTRE O AZULEJO E O CONCRETO:

ÁLVARO VITAL BRAZIL E ERNANI VASCONCELOS EM SÃO LUÍS (MA).

LOPES, José Antonio

Professor do Centro Universitário UNDB. Publicou, entre outros, os livros *Governança Interfederativa no Estatuto da Metrópole* (2018); *Ciência, Cidade e Poesia* (2017); *São Luís, Cidade Radiante* (2016); *São Luís, Capital Moderna e Cidade Colonial* (2013). Organizou o *Guia de Arquitetura e Paisagem de São Luís, Ilha do Maranhão e Alcântara* (2008).

SÁ VALE, Paulo Henrique

Arquiteto e Urbanista formado no Centro Universitário UNDB. Coautor do livro *“Ciência, Cidade e Poesia: Raimundo Lopes na Pacotilha”* (2017), com apoio da FAPEMA. Autor de diversos artigos sobre arquitetura e urbanismo modernos no Maranhão, publicados em anais de eventos ou revistas. Colaborador do *Caos Planejado*, portal especializado em urbanismo.

INTRODUÇÃO

O cidadão desavisado dificilmente repara naquele edifício moderno, com grandes janelas de vidro, construído entre dois prédios antigos, em frente à praça João Francisco Lisboa, no coração do centro histórico de São Luís. Não imagina que a construção daquele prédio foi o estopim para o maior conflito já registrado entre as elites econômicas e políticas maranhenses e o órgão encarregado da preservação do patrimônio no país, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN).

Por outro lado, o pesquisador interessado na história da nossa arquitetura, ao se deparar hoje com a sede daquele banco, sabendo que o mesmo foi desenhado por dois pioneiros do movimento moderno na arquitetura brasileira, se pergunta imediatamente: esse é um prédio moderno? Ou uma imitação mal feita de um casarão antigo, em função do entorno em que o prédio foi construído? Podemos entender os critérios que orientaram esses arquitetos modernos na ocupação de um lote tão especial, no meio de uma quadra com edificações de valor histórico e cultural?

Esse artigo analisa uma experiência de implantação da arquitetura modernista brasileira em um contexto urbano fortemente marcado pela herança da arquitetura do período pré-industrial, investigando o projeto e construção da agência do Banco da Lavoura de Minas Gerais S.A., dos arquitetos Álvaro Vital Brazil e Ernani Vasconcelos, na praça João Lisboa, em São Luís.

A pesquisa histórica investiga as ocorrências que levaram à oportunidade do projeto, com o incêndio e a demolição do edifício do Diário de São Luís durante o movimento conhecido como a Greve de 51, e a polêmica em torno do projeto moderno e seus impactos na paisagem consolidada da Praça João Lisboa.

Para balizar a análise do projeto e construção da sede local do Banco da Lavoura de Minas Gerais na cidade de São Luís, esta pesquisa utiliza o conceito de “falso histórico” em sua expressão nacional como “estilo patrimônio”, apontado por Lia Motta (1987), assim como a teoria da “reintegração paisagística”, citada por Andrade Júnior (2006) ao se referir ao Edifício Ipê, projetado por Paulo Ormino de Azevedo e construído em 1965 em Salvador.

A partir da análise formal do projeto, a pesquisa localiza o edifício construído entre essas duas balizas, como resultado das relações conflituosas que se estabeleceram entre os arquitetos, os clientes e os órgãos de preservação maranhenses, avaliando em que medida a arquitetura modernista teve que fazer concessões (ou não) ao patrimônio histórico maranhense desde a década de 1950.

Portanto, este artigo analisará a conturbada história do projeto e construção da sede do Banco da Lavoura em São Luís, buscando elementos que o vincule ou aproxime das abordagens do falso histórico ou da reconstrução paisagística.

DO FALSO HISTÓRICO À REINTEGRAÇÃO PAISAGÍSTICA

Até as primeiras décadas do século XX, a reconstrução de edifícios históricos dentro de padrões técnicos, estéticos ou programáticos correspondentes ao período histórico de origem daquele bem - o falso histórico - prevaleceu como abordagem de preservação das construções ou mesmo dos conjuntos urbanos valiosos para a sociedade.

Foi ao longo do século XX que o entendimento e a abordagem dos profissionais e gestores da preservação a respeito das intervenções em prédios e centros históricos foi se modificando e enriquecendo com nuances diversificadas. Neste sentido, os arquitetos modernistas sempre tiveram que tratar com as questões relacionadas às pré-existências e heranças históricas, mesmo que fosse para negá-las ou contrapor-se a elas.

Nas décadas de 1950 e 60, quando se desenrolava o drama do Banco da Lavoura em São Luís, o debate sobre as abordagens de ocupação dos vazios em conjuntos históricos estava fervilhando na Europa. O epicentro do debate era a Itália, estimulados pelas propostas de Roberto Pane e pelos editoriais de Ernesto Nathan Rogers na revista *Casabella Continuità*, influenciando arquitetos como Carlo Scarpa, Vittorio Gregotti e Aimaro d'Isola, mas também Alvar Aalto, Asplund, Fernando Távora, Álvaro Siza, Rafael Moneo e tantos outros.

Ao sistematizar as ideias e formas com que os autores e arquitetos modernistas atuaram frente às pré-exis-

tências ambientais, Andrade Júnior (2006) aponta pelo menos cinco abordagens diferentes, pendendo entre o “falso histórico”, as teorias do restauro filológico e do restauro crítico: (1) a reconstrução literal ou o pastiche; (2) a valorização do vazio, ou diradamento; (3) a reconstrução crítica pós-moderna; (4) o contraste radical; (5) e a reintegração paisagística.

Todas estas abordagens podem ser encontradas nas intervenções, obras e projetos, propostos ou realizados no Centro Histórico de São Luís. No Brasil, Andrade Júnior (2006) indica pelo menos dois caminhos: o retorno ao “falso histórico” através do “estilo patrimônio” fomentado por posturas do próprio Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e a abordagem da reintegração paisagística de Paulo Ormindo (1965).

Por um lado, o órgão federal de preservação, o IPHAN, estabeleceu critérios e parâmetros para intervenções em conjuntos urbanos tombados, que foram se particularizando e enrijecendo progressivamente, como demonstra Lia Motta (1987) ao analisar os processos em áreas tombadas de Ouro Preto, ao ponto de se cristalizarem em uma espécie de “estilo patrimônio”, induzindo os projetistas a adotarem soluções que, ao final, produziam prédios anacrônicos e passadistas:

Como nos informa Lia Motta, enquanto nos primeiros anos o IPHAN defendia a construção de uma arquitetura que atendesse apenas em linhas gerais à estrutura urbana em que se inseria, estas diretrizes foram se modificando a ponto de passarem a ser exigidos verdadeiros falsos históricos, no que ficou conhecido como “estilo patrimô-

nio” – uma arquitetura “falsa em relação ao passado e ao presente, sem ter personalidade nem marca cultural” (ANDRADE JUNIOR, 2006:17).

Em outro extremo, o arquiteto Paulo Ormino projetou um edifício de uso misto que, por suas características, dialoga de maneira equilibrada com o entorno de valor histórico do centro de Salvador, o Edifício Ipê. O objetivo colocado por Ormino era a manutenção da ambiência do trecho em que o novo projeto está inserido:

Nos casos de demolições anteriores ao tombamento ou de acidentes que provocaram a ruína dos prédios ao ponto de impedirem a recuperação, a construção de edifícios com feição antiga é condenável. Não só pela inautenticidade, como pela impossibilidade de reproduzir com fidelidade, inclusive em sua rusticidade, edifícios do passado, quando já não existe o artesanato construtivo que os produziu. [...] Nestas situações o que se deseja são soluções válidas como expressão arquitetônica atual, embora orientadas na manutenção das linhas gerais de composição da quadra e na inalterância das relações de volume, textura e cor (AZEVEDO, 1965: 17 Apud ANDRADE JUNIOR, 2006: 05).

Para respeitar as preexistências históricas, Ormino adotou soluções como a cobertura em telhas cerâmicas, a altura e a volumetria dos edifícios vizinhos, mas sem abrir mão de soluções, técnicas e materiais contemporâneos, como os painéis modulares de madeira com janelas quadradas e centralizadas que fecham os vãos entre os pilares da estrutura aparente de concreto.

Com este projeto, Ormino mostrou que parâmetros gerais de proteção dos aspectos urbanísticos dos

edifícios e uma boa leitura do contexto da intervenção, pode fomentar a produção de prédios modernos que efetivamente contribuem para a leitura do conjunto urbano antigo, sem deixar de afirmar a sua modernidade.

DUAS TRAJETÓRIAS MODERNAS: VITAL BRAZIL E ERNANI VASCONCELLOS

Aos 26 anos de idade, Vital Brazil projetou o primeiro edifício moderno da cidade de São Paulo, o Edifício Esther, em 1936. Enquanto Ernani Vasconcellos participou da equipe organizada por Lúcio Costa que projetou o Edifício do Ministério da Educação e Saúde. Estes dois edifícios (junto com o prédio da Associação Brasileira de Imprensa - ABI, no Rio de Janeiro) são obras fundamentais do Movimento Moderno no Brasil.

A agência do Banco da Lavoura de Minas Gerais, em São Luís no Maranhão, foi projetada por estes dois protagonistas do modernismo brasileiro que, atuando em conjunto, compartilharam a experiência de projetar um edifício moderno em um contexto valorizado por suas características históricas remanescentes dos séculos XVII, XVIII e XIX.

Antes de compreender a atuação dos dois arquitetos em São Luís a partir do resultado do seu trabalho conjunto, é importante conhecer a formação, a trajetória profissional e os pontos de contato entre os projetistas, buscando entender como eles se relacionaram na elaboração do projeto em São Luís.

ÁLVARO VITAL BRAZIL: RIGOR TÉCNICO COMO EXPRESSÃO ARQUITETURAL

Formado em engenharia na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, e arquitetura na Escola Nacional de Belas Artes - ENBA, em 1933, Álvaro Vital Brazil (1909 - 1997) foi um modernista que optou pela sobriedade e o arrojo técnico, que acreditava serem as bases do progresso social.

Com uma formação ampla e o contexto cultural que o Brasil atravessava, Vital Brazil iniciou sua carreira no ano de 1933 trabalhando para Adhemar Marinho. Esta parceria durou até o ano de 1936, quando Vital Brazil decide abrir a sua própria firma e se dedicar exclusivamente a seus projetos e estudos na área de engenharia e arquitetura (MEMÓRIA, 1986, p. 02).

No início de sua atividade como arquiteto, os projetos de residências foram recorrentes e se mantiveram constantes em várias fases de sua extensa carreira. Márcia Heck (2005) aponta o envolvimento do arquiteto na construção ou concepção de uma dezena de residências modernas no estado do Rio de Janeiro, entre 1936 e 1964. Mas, ao longo de sua carreira, destacou-se por inúmeros projetos e construções de diferentes naturezas e tipologias.

Concebeu, em 1936, ao lado de Adhemar Marinho, o Edifício Esther, que se tornou um importante marco da arquitetura moderna brasileira (FIALHO, 2007, p. 82) pelo pioneirismo ao adotar linhas racionalistas e adaptadas de uma linguagem le corbusiana (térreo livre com uso de pilotis), em um edifício em

altura que se destaca no skyline da Praça da República - que à época apresentava apenas casas de 1 ou 2 pavimentos (MEMÓRIA, 1986, p.02).

A capital paulista começava ali a se tornar um laboratório para as novas linguagens arquitetônicas que surgiam no mundo e no Brasil. E o até então desconhecido arquiteto Vital Brazil ganha projeção nacional com a obra que até hoje é o seu projeto mais conhecido. Após essa passagem por São Paulo, Vital Brazil volta a atuar na então capital federal, a cidade do Rio de Janeiro, para projetar a sede do Instituto Vital Brazil em Niterói.

O Instituto Vital Brazil foi pensado para abrigar a sede de laboratórios fundada por seu pai no ano de 1919, cuja principal finalidade era a produção de vacinas, soros e produtos veterinários. Adotando uma lógica racionalista le corbusiana, o jovem arquiteto voltou a circulação para a área enso-larada, com poucas aberturas, a fim de gerar um bom conforto térmico na edificação. A fachada sul, que recebe menor incidência solar, foi projetada de maneira totalmente envidraçada e com sistemas de exaustão e ventilação. O uso de pilotis com térreo livre também indica a vinculação aos valores da arquitetura modernista de Le Corbusier.

Em 1946, o arquiteto projeta a primeira sede do Banco da Lavoura de Minas Gerais, Edifício Clemente de Faria, na capital mineira, Belo Horizonte. O prédio volta a marcar a atuação de Vital Brazil em edificações de uso comercial. O uso de planta livre e fachadas envidraçadas para máximo aproveitamento da iluminação natural são as caracte-

rísticas modernistas mais marcantes. Outro ponto marcante é o uso do brise-soleil em sua fachada com maior índice de exposição à luz solar (BANCO REAL, 1984, p. 57). A formação e a visão do arquiteto como construtor foi fundamental neste projeto, onde ele teve que detalhar e orientar a fabricação dos brises móveis de cimento-amianto que protegem a fachada.

O Edifício Clemente de Faria recebeu o Prêmio Walter Moreira Salles na Exposição Internacional de Arquitetura da I Bienal de São Paulo, em 1951. Em sua carreira, o arquiteto também foi agraciado com o primeiro lugar nos concursos públicos de projetos para as sedes do Jockey Club Brasileiro e da Companhia Estadual de Gás, ambos no Rio de Janeiro (MEMÓRIA, 1986, p. 02).

A partir do edifício sede, em Belo Horizonte, Vital Brasil elaborou projetos para agências locais do Banco da Lavoura, que se encontrava em processo de expansão de sua rede de agências em todo Brasil. Para estes projetos, Vital Brasil estabelece uma produtiva parceria com o arquiteto Ernani Vasconcelos.

O Edifício Esther, as escolas projetadas pelo arquiteto na cidade de Niterói e a sede do Instituto Vital Brazil, fizeram parte da exposição Brazil Builds: Architecture New and Old. 1652-1942, no Museum of Modern Art (MoMA) de Nova York, que apresentou e difundiu a qualidade da arquitetura moderna brasileira para o mundo. Depois de projetar o Edifício Comercial Vital Brazil, na cidade do Rio de Janeiro, em 1978, seu último projeto, o arquiteto e engenheiro manteve seu escritório atuando até o ano de 1982.

ERNANI VASCONCELOS: ATUAÇÃO SENSÍVEL NA INTEGRAÇÃO DA ARTE NA ARQUITETURA

Ernani Mendes de Vasconcelos (1912 - 1989) se formou em arquitetura pela Escola Nacional de Belas Artes no ano de 1933. Sua obra mais notável foi o Edifício Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro, onde trabalhou ao lado de outros importantes arquitetos do movimento moderno brasileiro, como Oscar Niemeyer e Lúcio Costa.

A concepção da edificação contou também com a supervisão de Le Corbusier, o que influenciou o modernismo brasileiro por gerações. Além da sua atuação no campo da arquitetura, Vasconcelos se destacou como pintor e muralista (ERNANI, 2021). A atuação de Vasconcelos na concepção do Gustavo Capanema o influenciou durante toda a sua vida, sobretudo pela integração das artes em sua visão sobre a arquitetura moderna:

O MEC, é, na minha opinião, o prédio mais importante da arquitetura contemporânea no mundo. Lucio Costa coordenou uma equipe, em que Le Corbusier foi consultor, e criaram um prédio único de onde surgiram os expoentes da arquitetura moderna brasileira. Trabalharam nesse projeto Ernani Vasconcelos, Carlos Leão, Afonso Eduardo Reidy e Jorge Moreira. Era um time de 8 a 10 arquitetos importantíssimos que vieram depois a florescer. O próprio Oscar Niemeyer era, talvez, o mais jovem dessa equipe. (FREIRE, 2020, p. 8).

Posteriormente, atuou na produção de dezenas de residências, como a residência José Barbosa na cidade de Curitiba, no ano de 1955. A casa “chama atenção pela imponência e características moder-

nistas cariocas escancaradas nas pastilhas azuis e vermelhas que compõem a fachada” (NOGUEIRA, p.1, 2016). Outros pontos de destaque sobre a residência são a horizontalidade da planta baixa e o uso de pilotis no térreo, retrato da influência da arquitetura modernista do arquiteto suíço Le Corbusier.

Há também o uso do telhado no estilo borboleta, panos de vidros na fachada para maior aproveitamento da luz natural e integração da arquitetura com o paisagismo. A residência em questão recebeu a participação no âmbito do paisagismo de Burle Marx (NOGUEIRA, 2016). Associou-se ao arquiteto Álvaro Vital Brazil nos projetos para várias sedes estaduais do Banco da Lavoura de Minas Gerais S.A., como a agência da praça João Lisboa em São Luís.

O BANCO DA LAVOURA DE MINAS GERAIS S.A. EM SÃO LUÍS

O Banco da Lavoura de Minas Gerais S.A. iniciou suas operações em São Luís em 1954, no prédio da antiga Companhia Costeira, na avenida Pedro II, nº 221. Naquele mesmo ano, o Banco negociou um terreno em um ponto privilegiado da cidade, a Praça João Lisboa, que, àquela época, era um dos espaços mais dinâmicos da cidade, com o prédio dos Correios & Telégrafos, várias sedes institucionais e modernos escritórios de prestação de serviços instalados em casarões remodelados.

Para a elaboração do projeto da nova sede local, o Banco da Lavoura encarregou o arquiteto Álvaro Vital Brazil, já famoso por ter projetado o primeiro edifício moderno de São Paulo, o Edifício Esther

(1936), e a própria sede da matriz do Banco da Lavoura, em Belo Horizonte, o Edifício Clemente de Faria (1946), premiado na 1ª Bienal Internacional de São Paulo.

O único projeto executado de Álvaro Vital Brazil em São Luís, em colaboração com Ernani Vasconcelos, no entanto, foi cercado de polêmicas e conflitos antes mesmo da sua concepção. Partimos da premissa de que, para entender o projeto adotado, faz-se necessário rastrear a história do próprio edifício que o antecedeu: o prédio do Diário de São Luís, e da polêmica levantada com a demolição deste imóvel.

A GREVE DE 51 NA PRAÇA DA LIBERDADE

Um dos últimos casarões térreos na praça João Lisboa, uma morada e meia com porão alto onde funcionou o jornal Diário de São Luís, foi incendiado e bastante danificado durante os protestos da greve de 1951, contra a posse de Eugenio Barros no governo do estado.

O prédio de arquitetura tradicional luso-brasileira, com seus beirais sobre cimalha, janelas em arco pleno e azulejos azuis na fachada, registrado com os números 167 e 177, já havia sofrido intervenções para adaptação a novos usos, aproveitando o desnível do antigo porão alto e criando novos acessos. Estas alterações, no entanto, não descaracterizaram o imóvel, que guardava os principais traços da arquitetura produzida no período colonial e em boa parte do Império no Maranhão.



Prédio do Diário de São Luís, entre dois edifícios ecléticos, nos anos 1940. Fonte: Biblioteca do IBGE.

O movimento conhecido como a Greve de 51 foi uma ampla mobilização política da sociedade maranhense em protestos contra o resultado da eleição para o Governo do Estado em 1950, com a vitória de Eugênio Barros (PST), candidato apoiado pelo senador Vitorino Freire, sobre o empresário Saturnino Bello, candidato das Oposições Coligadas (PSP/UDN/PSD/PR/PL/PTB):

Os números apresentados pela Justiça Eleitoral foram contestados com denúncias de fraude, feitas pelas Oposições Coligadas, e o embate das duas correntes desencadeou uma crise política e institucional de proporções gigantescas que, durante nove meses, transformou São Luís numa praça de guerra. [...] Em meio à crise política, a Capital foi sacudida por agitações de massa, tiroteios, assassinatos, incêndios criminosos em bairros pobres, e o interior participou com um levante “guerrilheiro” em São João dos Patos (BUZAR, 1983).

O ponto de concentração dos opositoristas foi o largo do Carmo e praça João Lisboa, que depois dos eventos ganharia a alcunha de “Praça da Liberdade”, até a praça Benedito Leite, onde o exército estabeleceu a área limite de acesso ao Palácio dos Leões (o “paralelo 38”). Os protestos incluíam a depredação de casas de apoiadores de Vitorino Freire, incêndios nos bairros, e até conflitos armados, com tiroteios na rua Afonso Pena e na praça João Lisboa

Outro aspecto importante do movimento foi a intensa participação e fomento por parte dos órgãos da imprensa que, desde os primeiros momentos, tomaram posições partidárias, contra ou a favor das demandas levantadas pela oposição.

A população reagiu invadindo os órgãos de comunicação. A começar pelas emissoras de rádio: Rádio Timbiras e a Rádio Ribamar, que havia anunciado a transmissão da cerimônia de posse de Eugênio Barros.

Um dos jornais situacionistas mais ativos era o Diário de São Luís, cuja sede se localizava na praça João Lisboa, palco principal das manifestações. Caladas as emissoras, a população se dirigiu ao prédio do Diário, com a intenção de paralisar as máquinas.

Na tentativa de evitar a invasão, o guarda civil que protegia o prédio efetuou disparos contra dois populares que tentavam entrar, matando o jovem José de Ribamar Prado, de 17 anos, morador da periferia operária de São Luís, o bairro Fé em Deus. Em reação ao acontecido, a população invadiu e depredou o edifício, incendiando as máquinas:

O fogo propagou-se logo por todo o prédio, não tendo atingido as casas vizinhas em virtude de terem ocorrido em tempo os bombeiros. Apesar de tudo, as instalações, máquinas, etc., da redação e das oficinas do Diário de São Luís ficaram completamente inutilizadas para muito tempo, pois foram empasteladas e, em seguida, incendiadas (BUZAR, 1983).

Após o incêndio, os populares desceram pela rua Afonso Pena, onde foram encurralados por uma tropa da polícia que abriu fogo contra a multidão. Mais feridos. Depois deste levante popular, que durou semanas, o exército tomou conta das ruas e abafou as manifestações. Tem início uma greve geral que parou a cidade e só teve fim com a movimentação política do



O tumulto que resultou em morte, incêndio e depredação do edifício. Fonte: HALDA, 1951.

ENTRE O AZULEJO E O CONCRETO:
Álvaro Vital Brazil e Ernani Vasconcelos em São Luís (MA).





Terreno vazio. Fonte: IPHAN.

próprio Eugênio Barros, que soube negociar e se afirmar como líder político naquele momento delicado.

No entanto, os registros na imprensa da época, mostram que a ruína permaneceu em pé, com a fachada e paredes internas, ainda que muito degradadas pela ação do fogo (Figura da página 48). Foi apenas em 1954, para vender o terreno ao Banco da Lavoura de Minas Gerais S.A., que pretendia construir um edifício de cinco pavimentos no local, que a Sociedade Sírío-Libanesa, proprietária do imóvel, demoliu a ruína.

Vale o registro de que o presidente da Sociedade Sírío-Libanesa, deputado César Alexandre Aboud, como presidente da Assembleia Legislativa, havia assumido o governo do Estado de março a setembro de 1951, durante a crise política que impossibilitava a posse de Eugênio Barros.

De fato, o terreno ficou vazio desde a demolição do edifício, uma vez que a obra foi embargada pelo DPHAN logo que iniciaram os serviços (Figura da página 49). Começava então mais um conflito: a construção da nova sede do Banco da Lavoura foi o epicentro da maior crise registrada entre a elite local e os representantes da Diretoria do Patrimônio Histórico Nacional (DPHAN), onde tramitava, naquele momento, o processo de tombamento do conjunto urbano da praça João Lisboa como Patrimônio Nacional, efetivado em 1955.

O DUELO AZULEJO VERSUS CONCRETO

O caso do Diário de São Luís, somou-se às constantes perdas de prédios históricos por sinistros ou

demolições naquele período. Em uma reportagem sobre os incêndios que assolavam os casarões antigos da cidade, Rangel Cavalcante, demonstra indignação com a falta de planos de contingência contra desastres e desabamentos, frequentes na época. Entre as situações que aponta, o jornalista cita o caso do Banco da Lavoura.

Cavalcante (1957) informa sobre a contradição entre as políticas preservacionistas, que “não permitem que sejam levantadas construções de mais de três pavimentos e em estilo moderno” na praça João Lisboa, “afim de que o logradouro continue a ser atração para os turistas”, enquanto a Prefeitura “não permite sejam erguidos prédios com menos de cinco andares”. Segundo este cronista, foi esta confusão que paralisou as obras da nova sede do banco.

De fato, desde o código de posturas aprovado pelo prefeito Otacílio Saboya, em 1938, que seguia as diretrizes do seu Plano de Remodelação, Extensão e Embellezamento da Cidade de São Luiz, a prefeitura estabeleceu um perímetro e aprovou instrumentos legais para garantir a verticalização das construções nesta área, que correspondia exatamente ao entorno da praça João Lisboa, onde as reformas, reconstruções ou construções novas não poderiam ter menos de três pavimentos. Desde essa época, havia o sonho de uma praça João Lisboa cercada por arranha-céus (LOPES, 2013).

Mas ao contrário do que dá a entender na reportagem, a prefeitura também possuía dispositivos que protegiam o patrimônio histórico e, também, paisagístico da cidade. No Código de Posturas de 1936

(Decreto nº205, de 03 de novembro de 1936), havia o entendimento de que era necessário proteger a “physionomia” urbana característica de São Luís:

Art. 65º - Nenhuma reforma, construção ou reconstrução, poderá ser permitida em locais onde existam aspectos típicos de arquitetura tradicional, de valor artístico ou histórico, desde que tal reforma, construção ou reconstrução venha a deformar a physionomia urbana e architectonica.

Art. 66º - Em qualquer construção colonial não será permitida a retirada de beirões para serem substituídos por platibanda, ou qualquer modificação de estilo que abranja exclusivamente a fachada, substituindo-a no todo ou em parte. (Decreto nº205, de 03 de novembro de 1936).

Além dos dispositivos do Código de Posturas, o Decreto nº 476, de 01 de Julho de 1943, conhecido como a Lei Pedro Neiva de Santana, proposto pela Comissão do Patrimônio Artístico Tradicional da Prefeitura foi o primeiro dispositivo legal que definiu a forma e o tipo de patrimônio material que representava a identidade da cidade: os casarões com azulejos na fachada e mirantes. Joaquim Silva em artigo de 1956, esclarece que:

Esta Lei, que continua em pleno vigor, se harmoniza com a legislação federal vigente (Decreto-Lei nº25, de 1937), e atende os dispositivos da Constituição Federal sobre a matéria, principalmente o artigo cento e setenta e cinco da Carta Magna de 1946 (SILVA, 1956).

No mesmo artigo, um texto-chave para a compreensão do debate, Joaquim Silva desautoriza de

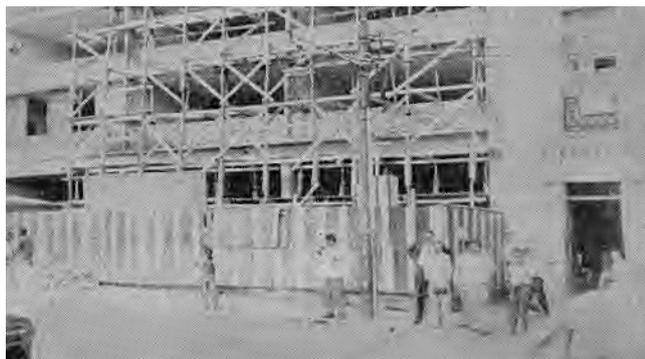
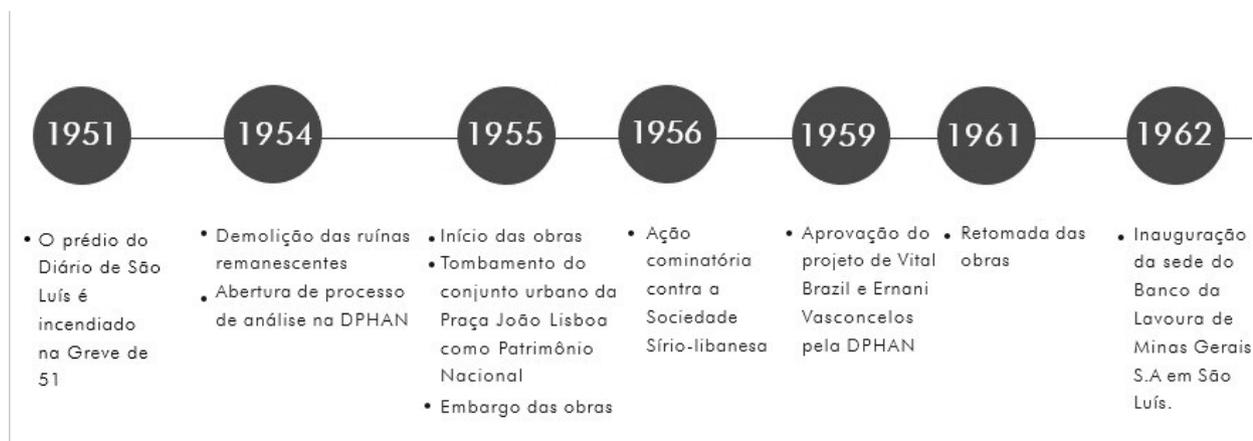
maneira fundamentada, a Lei Municipal nº 395 que modificou a Lei nº 210, de 1951, a “legislação dos cinco andares”, que, segundo o autor, não se sobrepõe aos dispositivos legais aprovados pelo Governo Federal. E mais, o autor deu razões pelas quais os casarões e seus azulejos deveriam ser preservados, que foram além do seu valor histórico:

Demolir os sobradões para construir cubículos de concreto armado denota mau gosto, visto como o meio não comporta esse tipo de arquitetura, haja visto o Edifício dos Correios, a Singer, que constituem verdadeiros fornos... (SILVA, 1956).

Coincidentemente não ou, foi em 1955 que efetivamente foram demarcados e protegidos os primeiros quatro grandes conjuntos urbanos em São Luís, com os tombamentos do largo do Desterro e das praças Benedito Leite, João Lisboa e Gonçalves Dias, com seus respectivos entornos (LOPES: 2008), devidamente informados à municipalidade através da Notificação nº766 do MEC.

Houve de fato resistência às ações de proteção por parcelas da população que queriam a modernização do centro da cidade, mas a esta altura - meados da década de 1950 - eram os próprios arquitetos modernos que orientavam para a estratégia de proteção a conjuntos urbanos inteiros, como forma de preservar a “unidade urbanística” de São Luís (LOPES, 2016).

Esta afirmação é confirmada pelo parecer do arquiteto Lúcio Costa, então Diretor do Departamento de Estudos e Tombamentos do DPHAN, datado de 26 de



junho de 1955 e anexado ao processo de tombamento do Acervo Arquitetônico e Paisagístico dos Bairros da Praia Grande, Desterro e Ribeirão, inclusive das praças Benedito Leite, João Francisco Lisboa, e do largo frente à Igreja N. Sr^a do Desterro – São Luís – MA:

Concordo com o tombamento alvitado do maior número possível de logradouros, seqüências de casas e casas isoladas a fim de preservar e marcar melhor a unidade urbana peculiar de S. Luis (LUCIO COSTA Apud PESSOA: 1999, p. 144).

No entanto, em janeiro de 1956, logo após o tombamento do conjunto urbano da praça João Lisboa, a União, através do procurador regional, Albuquerque Alencar, acata denúncia do representante da DPHAN no Maranhão, Pedro Guimarães Pinto, e ingressa em juízo propondo uma ação cominatória contra a Sociedade Sírio-libanesa, que, àquela altura, já demolira quase todas as paredes do edifício.

Em fevereiro de 1957, em um último golpe para tentar minar os esforços preservacionistas da DPHAN, o presidente da Sociedade Sírio-libanesa do Maranhão, o industrial César Alexandre Aboud, ex-governador do Estado em 1951, encaminha uma carta para o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão solicitando parecer sobre a “improcedência e desarrazoado do tombamento da praça João Lisboa” (ABOUD, 1957), no que foi prontamente respondido:

O referido ofício foi apreciado pelo Instituto, com o máximo interesse, na sessão de 6 do corrente, chegando-se finalmente à conclusão de que o assunto está afeto por lei, à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a quem V.S. deve dirigir-se (LIMA, 1957).

Configurou-se, portanto, o vazio urbano na praça João Lisboa; a obra foi embargada, sob a ameaça de pagamento de uma multa estipulada em 50% do valor dos imóveis, e se iniciou uma negociação para adequação do projeto moderno apresentado em 1959 ao contexto histórico da área. O projeto foi finalmente aprovado e o prédio moderno em concreto foi inaugurado em 1962 (Figura da página 48).

BANCO DA LAVOURA DE MINAS GERAIS: FALSO HISTÓRICO OU RECONSTRUÇÃO CRÍTICA?

Uma primeira constatação importante com relação ao projeto de Vital Brazil e Ernani Vasconcelos aprovado pela DPHAN em 1959 e construído entre 1961 e 62 (Figura da página 52), diz respeito ao gabarito, uma vez que, ao contrário do que foi divulgado pelos jornais sobre a pretensão do Banco da Lavoura de Minas Gerais em construir um prédio de cinco pavimentos, o edifício foi construído com subsolo (comum em prédio bancários), térreo e mais dois pavimentos, ficando um pouco mais alto que os dois imóveis vizinhos (ecleticos), mas mantendo a escala do conjunto.

Um indicativo de que esta medida foi negociada diretamente com os técnicos do DPHAN é o fato de que ela aparece informada em uma cota denominada “nível da cimalha da cota de cima”, no desenho da fachada (Figura da página 55).

Outro ponto que reforça e ajuda a integrar o prédio moderno à paisagem urbana do entorno imediato, é a sua cobertura à vista, em duas águas e telhas cerâmicas, mimetizando os prédios vizinhos. No entanto,

ao contrário das platibandas típicas do ecletismo dos imóveis vizinhos, o prédio do Banco de Minas praticamente “simula” um beiral ao deixar as pontas das telhas à mostra sobre a viga de apoio da cobertura. Essa talvez tenha sido a maior concessão feita pelos arquitetos modernistas ao órgão de aprovação do projeto. Mas houve outras.

Um elemento que remete, não ao entorno imediato, mas ao prédio original do Diário de São Luiz, é o azulejo com o mesmo padrão cromático, azul com fundo branco, aplicado na fachada. Não que este tipo de arte aplicada fosse estranho ao *modus operandi* de projetar dos modernistas, mas é de notar que não se trata de um painel, mural ou algum detalhe em destaque, comum nos prédios modernos pelo menos desde o Ministério de Educação e Saúde, mas trata-se de criar um “fundo” que confira unidade ao conjunto da fachada.

Importante frisar que todos esses elementos - a altura, a cobertura, o beiral, o azulejo - estão presentes no projeto assinado pelo arquiteto e aprovado pelo órgão de preservação. Não se trata, portanto, de modificações posteriores nem adaptações na execução da obra. No mais, as concessões ficaram restritas aos aspectos externos do prédio. Todo o interior foi organizado em função das atividades bancárias e de escritório, com previsão de banheiros nas salas e pavimento técnico no subsolo e sobre uma laje superior (Figura da página 55).

Alguns elementos, por outro lado, afirmam o caráter moderno do edifício, como a sua estrutura em concreto, com os pilares e vigas aparentes na fachada,

as janelas em alumínio, alinhadas em um pano de vidro contínuo, preenchendo todos os intercolúnios à maneira de uma “fenetre en longueur” corbusiana. Neste ponto, o arquiteto rompe com o ritmo das aberturas dos imóveis laterais, mas mantém o equilíbrio entre os cheios e os vazios.

Outro elemento característico dos modernistas, do qual os arquitetos não abriram mão, foi o pilotis, com o recuo ocupado por um jardim que separa os acessos no pavimento térreo (Figura da página 55). Em função do tamanho dos lotes e da necessidade de aproveitamento dos espaços do térreo, no centro antigo de São Luís, são comuns os pilotis modernos como simulacros, espécies de varandas recuadas, que conferem leveza à composição, mas permitem a ocupação da maior parte do térreo com atividades internas. Ainda assim, pela intenção plástica e pela configuração destes espaços, com pilares e jardins (ou áreas livres), os identificamos como pilotis (Figura da página 56).

O fechamento frontal do pavimento térreo, todo em alumínio e vidro, integra o jardim exterior ao interior da edificação, em uma relação de espaços moderna. Talvez, a aprovação do pavimento recuado, com pilotis, possa ter sido facilitada pela existência de um recuo de fachada parecido, mas em uma composição diferente, classicista, no prédio ao lado, do antigo Grêmio 1º de Janeiro.

O pilotis, com pilares que rompem o ritmo das aberturas dos pavimentos térreos dos prédios vizinhos, confere uma horizontalidade à composição que o marca de maneira indelével como um edifício

modernista, ainda que “adaptado” à paisagem do conjunto urbano antigo em que está inserido. Portanto, apesar das concessões realizadas, a abordagem e o resultado do projeto de Vital Brazil e Ernani Vasconcelos estão mais próximos do conceito de “reintegração paisagística” do que do “falso histórico” que por vezes marca as intervenções orientadas pela DPHAN naquele período.

Nas palavras do crítico de arquitetura Roberto Conduro, Vital Brazil desenha “edifícios cuja polida urbanidade determina uma existência quase anônima na paisagem construída” (CONDURU, 2000). Em São Luís, esta integração com a paisagem do entorno foi intencionalmente buscada, como forma de satisfazer as exigências do órgão de preservação e apaziguar a comoção pública que se formou na época.

No entanto, infelizmente, o pilotis foi, em alguma época posterior, fechado para ampliação e aproveitamento do espaço interno da agência. Ao fechar o pavimento térreo, mudou-se a modulação dos pilares e o revestimento da base do prédio, criando um embasamento que inverteu a relação de cheios e vazios, minimizando a horizontalidade do prédio projetado (Figura da página 58).

Não localizamos esse processo nos arquivos do IPHAN e, caso ele exista, seria mais um capítulo da história conturbada deste projeto, uma vez que essa intervenção “enquadrou” o prédio em um esquema, no mínimo, pouco moderno retirando-lhe a personalidade e a marca cultural impressa por seus autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lembrança recente dos projetos e obras de remodelação da cidade, nos anos 1940; outros sinistros e demolições ocorridos na época; a falta de uma regulamentação clara, com contraposições entre a legislação urbanística municipal e as normas e procedimentos baseados no Decreto Lei nº 25 de 1937, que orientava a atuação do DPHAN; e, ademais, o contexto conflituoso em que se deu a perda do prédio, na Greve de 51.

Esses fatores criaram um clima de tensão entre proprietários, formadores de opinião e o órgão de preservação, que foi legitimado para fazer recomendações e, até exigências na orientação do projeto que ocuparia este vazio no conjunto urbano da praça.

Ao avançar para além dos aspectos urbanísticos de altura, volume e organização, exigindo azulejos e beirais na fachada, as orientações do DPHAN colocaram em risco a caracterização, a identidade moderna, daquele prédio. Em função do tombamento da área e das características do conjunto urbano em que estava se inserindo, o projeto fez uso de elementos que não eram comuns na linguagem arquitetônica adotada pelos arquitetos.

Apesar de rejeitar abordagens regionalistas ou vernaculares nos seus projetos mais conhecidos, em São Luís, o arquiteto Vital Brazil fez concessões à cidade histórica que, no entanto, escapam do rótulo de “falso histórico”, uma vez que o prédio “informa” o olhar do observador sobre a sua contemporaneidade, através dos elementos modernos que adota.

ENTRE O AZULEJO E O CONCRETO:
Álvaro Vital Brazil e Ernani Vasconcelos em São Luís (MA).





Prédio atual (2022). Fonte: Autores, 2022.

Vital Brazil e Ernani Vasconcelos assumiram as concessões ao patrimônio, mas souberam manter os elementos chave que diferenciavam aquele imóvel de todos os prédios históricos vizinhos.

Se hoje, a presença discreta do prédio modernista onde atualmente funciona uma agência do banco Santander, na Praça João Lisboa, confunde o passageiro desavisado ou intriga o pesquisador da historiografia da nossa arquitetura, é muito mais por conta de alterações posteriores ao projeto original, com a ocupação do térreo e a consequente reconfiguração da fachada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABOUD, C. A. *Carta ao Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (mimeo)*. São Luís: 06 fev. 1957.

ANDRADE JUNIOR, N. V. de. *Metamorfose arquitetônica: intervenções projetuais contemporâneas sobre o patrimônio edificado*. Dissertação de Mestrado. Salvador: FAUFBA, 2006.

AZEVEDO, P. O. de. Reintegração de conjuntos arquitetônicos tombados. *Arquitetura – Revista do Instituto de Arquitetos do Brasil*. nº 36. jun. 1965. pp. 16-18.

BANCO da Lavoura - Agência S. Luís. *Jornal Correio do Nordeste*. São Luís: 4 mai. 1962. p. 11.

BANCO REAL. *Revista Módulo*. nº 79. 1984.

BUZAR, B. *A Greve de 51: os trinta e quatro dias*

que abalaram São Luís. São Luís: Editora Alcântara, 1983.

CAVALCANTE, R. O Fogo está destruindo a História do Maranhão. *Jornal Pacotilha O Globo*, 08 abr. 1957. p. 01.

CONDURU, R. *Vital Brazil*. São Paulo: Cosac & Naify, 2000.

DEU O BANCO da Lavoura o seu primeiro expediente. *Jornal Pacotilha O Globo*. São Luís: 22 mar. 1954.

EDIFÍCIO GEMACO: Vital Brazil. *Revista Acrópole*. Ano 21. nº 251. São Paulo: set. 1959.

ERNANI Vasconcelos. In: *Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira*. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa22990/ernani-vasconcelos>. Acesso em: 19 out. 2021. Verbetes da Enciclopédia.

EKERMAN, S. Paulo Ormindio David de Azevedo em seis obras. *Revista Vitruvius*. Bahia, jun. 2017. Disponível em: projetos 198.01 crítica: Paulo Ormindio David de Azevedo em seis obras | vitruvius. Acesso em 24 ago. 2022.

ESTÁ DEMOLINDO conjunto arquitetônico considerado patrimônio histórico nacional. *Jornal do Dia*. São Luís, 21 jan. 1956.

FIALHO, R. N. *Edifícios de Escritórios na cidade de São Paulo*. (tese de doutorado). São Paulo: FAUUSP, 2007.

FREIRE, E. A cidade é mais importante do que a arquitetura. *Revista Ao Largo*. Ed. 10. Rio de Janeiro: UFRJ, 2020. Disponível em: <http://www.prosaber.org.br/publicacoes-revista-perfil.asp?ld=5>. Acesso em Junho de 2022.

HALDA, J. São Luís, Maranhão, hoje cidade sitiada. *Revista O Cruzeiro*. São Luís: 24 mar. 1951. p.94-96.

LIMA, O. C. *Carta à Sociedade Líbano Maranhense* (mimeo). São Luís, 07 fev. 1957.

LOPES, J. A. V. *São Luís, Capital Moderna e Cidade Colonial: Antonio Lopes da Cunha e a preservação do patrimônio cultural ludovicense*. São Luís, MA: Fundação Municipal de Cultura, 2013. 328p.

_____. *São Luís, Cidade Radiante: o Plano de Expansão da Cidade de São Luís do Eng. Ruy Ribeiro de Mesquita (1958)*. São Luís: FAPEMA, Gráfica Sete Cores, 2016. 160p.

LOPES, J. A. V. (Org.). *São Luís – Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de Arquitetura e Paisagem*. San Luís – Isla de Marañon y Alcântara: guia de arquitetura y paisaje. 1 ed. (bilíngüe). Sevilla: Consejería de Obras Públicas y Transportes – Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008.

MASSON, N. São Luís, “cidade assassinada”. *Pacotilha O Globo*. São Luís, 25 jan. 1956.

MEMÓRIA. Álvaro Vital Brazil: 50 anos de arquitetura. *Revista Módulo*. nº 92. 1986. p. 02.

MOTTA, L. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. *Revista do IPHAN*. n. 22. ANO 1987. p. 109-122.

NOGUEIRA, D. Casa Modernista dos anos 1950 traz estilo carioca para Curitiba. *Gazeta do Povo*, 2016.

OLIVEIRA, A. G. de. *São Luís: memória e tempo*. São Luís: Novagraf, 2010. 653p

O POVO de S. Luiz em reação de protesto contra a posse de Eugenio Barros. *Jornal Pacotilha O Globo*. São Luís: 01 mar. 1951.

PEREIRA, V. M. e SILVA, M. I. Arquitetura moderna em sítios históricos: o caso do Edifício Ipê. *Revista Restauro*. 2022.

PINTO, P. G. Duelo azulejo x concreto. *Jornal do Dia*. São Luís, 02 fev. 1956.

SILVA, Joaquim. Em Pleno vigor a lei dos azulejos e mirantes (lei Pedro Neiva de Santana). *O Imparcial*. São Luís, 26 jan. 1956.

SOUZA, J. P. C. de. Os Sobrados de São Luís. *O Imparcial*. São Luís, 28 mar. 1956.

VITAL BRAZIL. *Revista Acrópole*. Ano 11 - Nº 121. São Paulo: mai. 1948.

MODELAGEM PARAMÉTRICA APLICADA À DOCUMENTAÇÃO DE PRÉ-FABRICADOS PRODUZIDOS POR LELÉ:

O CASO DOS CAICs

PEREIRA, Ivanilson

Mestrando em Arquitetura e Urbanismo (FAU USP), Arquiteto e Urbanista (UFCG). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Arquitetura e Lugar/GRUPAL e do Laboratório Didático e de Pesquisa Materiais e Estruturas Arquitetônicas/LABMAT. Secretário executivo (biênio 2022-2023) no DOCOMOMO Brasil/ Documentação e Conservação de Edifícios, Sítios e Bairros do Movimento Moderno.

OLIVEIRA, Cláudia

Professora associada da FAUUSP. Membro do DOCOMOMO Brasil. Experiência profissional na área de caracterização e ensaios de materiais de construção e manutenção de edificações. Coordena e participa de projetos de pesquisa&desenvolvimento, com parcerias nacionais e internacionais, na área de conservação do patrimônio arquitetônico e sistemas construtivos inovadores.

INTRODUÇÃO

A pesquisa possui por objetivo explorar o processo de registro por meio do uso de ferramentas digitais para auxiliar no entendimento das soluções construtivas dos complexos educacionais dos Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC). Para tal, adota a modelagem paramétrica enquanto recurso para documentação arquitetônica de seus componentes. Destaca-se que os CAICs foram propostos dentro de um programa de desenvolvimento nacional de educação em tempo integral, no início da década de 1990, que contou com a colaboração do projeto piloto desenvolvido por uma equipe liderada pelo arquiteto João da Gama Filgueiras Lima (1932-2014) - conhecido por Lelé, com o intuito de replicação dessa proposta em diversas cidades brasileiras.

Justifica-se a abordagem dessa temática pelo seu ineditismo temático, ao incorporar o olhar específico para os componentes construtivos para salvaguardar a autenticidade e integridade desse patrimônio arquitetônico da modernidade, tendo em vista a lacuna existente de pesquisas dessa natureza. É importante perceber que das pesquisas desenvolvidas até o momento, a maior parte tende a concentrar o escopo da investigação para as dimensões historiográficas ou analíticas (formais/funcionais) sobre as obras de Lelé.

A problemática que embasa as decisões de estudo desses Centros se dá sobretudo pela situação em que se encontra o programa atualmente. O fato é que sua implementação não foi bem-sucedida – por diversos fatores políticos e administrativos que serão

abordados a seguir, e com isso se tem uma série de desdobramentos negativos que afetam o uso e ocupação das unidades que chegaram a ser construídas.

Uma das proposições desse estudo é expor a aplicabilidade de softwares parametrizados para caracterizar e documentar componentes customizados, enquanto um dos recursos disponíveis para a conformação de novas peças ou reposição de peças comprometidas, a fim de embasar soluções para a conservação física dessas edificações. O resgate da técnica construtiva da argamassa armada nesses projetos revela um forte apelo técnico, racional e social. Especificamente para o projeto dos CAICs, essa técnica atinge seu potencial de uso e disseminação com a pré-fabricação de mais de 200 componentes em argamassa armada para a construção de cada Centro.

Para além do entendimento do edificado, a pesquisa aponta para um resgate de um vasto acervo de soluções projetuais, pensadas por Lelé e sua equipe, que demonstram as possibilidades de exploração da pré-fabricação em argamassa armada voltadas para equipamentos de uso público. Importante frisar que a proposta não é disseminar um receituário projetual de soluções a serem replicadas, mas enquanto um recurso projetual que pode subsidiar o pensamento de arquiteturas de cunho público e social na atualidade, de forma a fornecer um repertório de estratégias e tomada de decisões que foram enfrentadas para solucionar problemas que certamente ainda persistem em nossas cidades.

Por fim, com a delimitação desse estudo, espera-se suscitar o reconhecimento e valorização do patrimônio tecnológico construtivo do mestre Lelé, principalmente por se tratar de um dos poucos arquitetos que atuou em quase todo o território de um país de dimensão continental, como também despertar a atenção para a criação de políticas preservacionistas para salvaguardar sua produção enquanto expressão do patrimônio moderno brasileiro do final do século XX.

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Em um breve histórico do programa, temos que em conformidade com a legislação da Constituição Federal de 1988, o governo brasileiro assumiu, a partir de 1990, o compromisso em desenvolver políticas sociais que integrassem educação, saúde e assistência social; para crianças e adolescentes do segmento de baixa renda da população. Como primeira resposta aos compromissos assumidos, o governo federal criou, em 14 de maio de 1991, o Projeto Minha Gente - decreto nº139 (BRASIL, 1991).

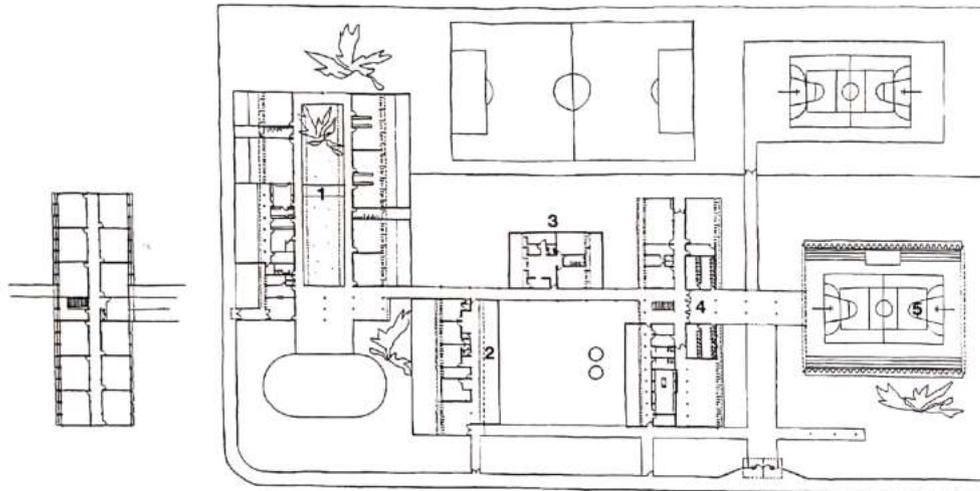
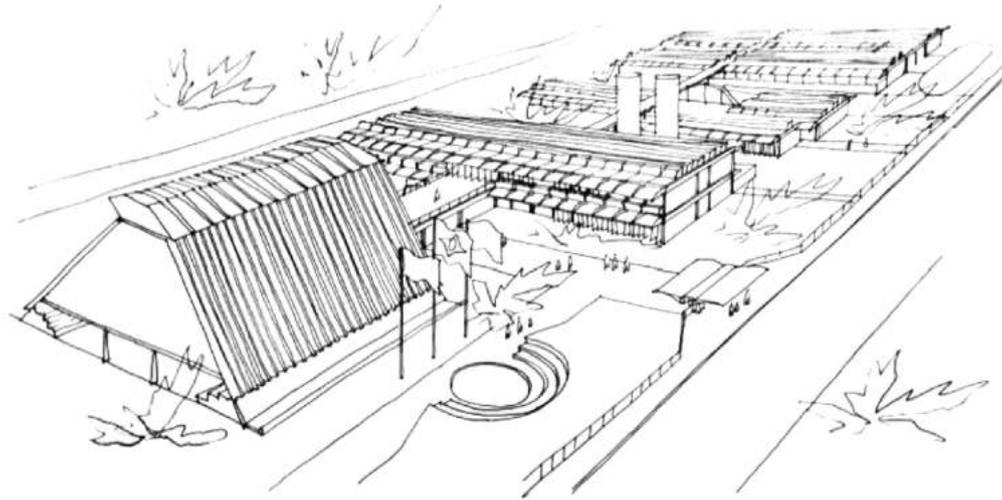
Como característica principal desse modelo proposto, previa-se a implantação dos Centros Integrados de Atenção à Criança e ao Adolescente – CIACs. A meta definida foi a construção de cinco mil CIACs para atender a aproximadamente seis milhões de crianças, e que previam em seu programa o atendimento em creche pré-escola e ensino de primeiro grau; saúde e cuidados básicos; convivência comunitária e desportiva (AMARAL SOBRINHO; PARENTE, 1995).

O programa foi concebido originalmente pela Legião Brasileira de Assistência/LBA, com coordenação a cargo do Ministério da Criança e, posteriormente, da Secretaria de Projetos Especiais da Presidência da República. Com a extinção da Secretaria de Projetos Especiais da Presidência da República, o Ministério da Educação e do Desporto criou, em 1992, a Secretaria de Projetos Educacionais Especiais para dar continuidade ao projeto. (AMARAL SOBRINHO; PARENTE, 1995, p. 07).

A cargo do Ministério da Educação e do Desporto, foram introduzidas algumas alterações nas ações do projeto, inclusive mudando a denominação para Programa Nacional de Atenção à Criança e ao Adolescente - Pronaica.

Para esse projeto nacional de fabricar escolas, seria utilizado o sistema construtivo em ferro-cimento (argamassa armada) com cobertura plana e iluminação zenital em sheds. (RISSELADA, 2010). A flexibilidade de concepção e produção "... a partir da proposta original em Abadiânia, podem ser avaliados pelo crescimento do número de componentes de argamassa armada utilizados (menos de 20 em Abadiânia, cerca de 50 na Fábrica de Escolas do Rio de Janeiro, mais de 100 na FAEC e mais de 200 nos CIACs)" (FERRAZ, LATORRACA, 2000, p. 187).

Além disso, herdando a pedagogia de educação em tempo integral, associada a programas que proveriam assistencialismo, educação e desporto, para crianças em situações de vulnerabilidade econômica.



1. Oficinas
2. Creche
3. Posto médico
4. Escola / Biblioteca / Cozinha / Serviços
5. Ginásio coberto

1. Workshops
2. Nursery
3. Medical post
4. School / Library / Kitchen / Services
5. Covered gymnasium

Esboço em planta-baixa e perspectiva da proposta piloto para os CAIC, elaborada por Lelé. Fonte: Croquis do arquiteto presentes em FERRAZ, M; LATORRACA, G., 2000.

No entanto, esses novos objetivos traçados foram interrompidos devido a algumas problemáticas envolvendo a gestão do programa dos CAICs ainda na primeira etapa do programa. Uma dessas tensões foi resultado das instabilidades vivenciadas no cenário político após o impeachment do então presidente da república Fernando Collor de Melo, transcorrido no final de 1992. Das 5.000 unidades propostas inicialmente, o programa atingiu apenas 7% das construções, além de desencadear a descentralização da estrutura financeira de gestão educacional, pois estados e municípios com menos recursos, se viram em dificuldades para conclusão e manutenção dos centros.

Tal governo havia contratado uma equipe liderada pelo arquiteto Lelé para executar o projeto piloto e estabelecer todas as fábricas, nesse processo cada construtora responsável montava sua respectiva fábrica e orçava os demais financiamentos. A fim de demonstrar as vantagens oferecidas na construção dos CAICs, a equipe chegou a montar dois centros, Brasília e Rio de Janeiro, que serviriam de exemplo de racionalização, custo-benefício e rapidez na execução para as demais implantações em território nacional.

Entretanto, outro considerável fator que culminaria no desfecho do programa, foi imposto pelas empresas construtoras dos complexos, que iam em contradição as ideologias previstas pela equipe do projeto. Para Lelé era um programa pra fazer escolas no Brasil inteiro e para isso tinham que ser econômicas e detalhadas com muito cuidado com a questão dos orçamentos. Sendo assim, a equipe retirou-se

do programa dois meses após o início da primeira fase do projeto, pelo sentimento de insatisfação e descontentamento com o encaminhamento que o projeto adotava.

Os centros inaugurados ou ainda em etapa de construção passaram a enfrentar uma sobrecarga de impasses para sua finalização ou manutenção que influenciaram seus estados de conservação até os dias atuais. Entre os fatores de maior relevância nesse processo atribui-se: a) ao distanciamento das soluções arquitetônicas e especificações de materiais delimitados por Lelé e sua equipe no projeto piloto após o encerramento abrupto do programa; b) a deficiência do conhecimento técnico e mão-de-obra especializada para o restauro dos componentes construtivos, concebidos através da pré-fabricação em argamassa armada de concreto (ou ferro-cimento).

Esse cenário histórico e político é abordado com maiores detalhes, por Afonso e Pereira (2020), na publicação intitulada: CAIC José Jofilly de Campina Grande - anamnese da obra.

METODOLOGIA

A modelagem paramétrica, aplicada nesse objeto de estudo, refere-se à relação entre os principais elementos constituintes dos sistemas analisados anteriormente. De tal forma que seja possível estabelecer a coordenação e gerenciamento de alterações de forma conjunta. Estas relações são obtidas durante as operações de ajustes no software Grasshopper®, que por sua vez espelha os resultados automática-

mente para o software de modelagem tridimensional Rhinoceros 3D® – permitindo uma visualização em tempo real do produto obtido.

O Rhinoceros 3D, conhecido como Rhino ou Rhino3D, é um software de modelagem tridimensional baseado na tecnologia NURBS (Non Uniform Rational Basis Spline) - desenvolvido pela Robert McNeel & Associates, o programa originou-se como um plug-in para o AutoCAD, da Autodesk. Importante mencionar que a tecnologia NURBS é um modelo matemático utilizado na computação gráfica para gerar e representar curvas e superfícies, que oferece, ao mesmo tempo, grande flexibilidade e precisão para a manipulação de formas, seja de maneira livre ou analítica.

Essa tecnologia é incrementada com a combinação do software Grasshopper, que é uma linguagem de programação baseada no visual programming language dedicado na geração de modelos paramétricos. Apesar do software não ter sido desenvolvido com base no processo BIM, ele consegue comunicar-se com os principais softwares (REVIT e ARCHICAD) do processo, isso graças a sua flexibilidade conversando até com o principal formato CAD (DWG) e ao utilizar addins para exportar para via IFC.

A operação do software é dita paramétrica pois os números ou características que estão atribuídas a estes tipos de relações são denominados parâmetros. Nesse caso específico, os principais parâmetros definidos estão relacionados ao dimensionamento básico desses componentes: comprimento, largura, altura e espessura. Contudo, a depender da com-

plexidade do objeto modelado são introduzidos novos parâmetros, tais como: espaçamento, raio, quantidade, profundidade, etc.

Resumidamente, os elementos gráficos que compõem a configuração básica do Grasshopper podem ser compreendidos em três níveis de distribuição em sua interface padrão:

1) As caixas de funções que definem os comandos da modelagem (construir/ transformar formas, operações matemáticas – somar, multiplicar, aumentar, diminuir, dividir, etc., alterações de posicionamento, entre tantos outros). A representação dessas caixas ou pastilhas, se dá através de retângulos com indicação de ícones e informações textuais associadas as suas respectivas funções. Cabe salientar que as pastilhas possuem conectores de entrada e saída, de forma a ser possível acionar um determinado comando e obter seus resultados de forma direta. Essa informação é fundamental, tendo em vista que as vastas possibilidades de combinações entre essas pastilhas serão responsáveis pela conformação da modelagem paramétrica;

2) Os controles deslizantes (sliders) que são responsáveis por atribuir características quantitativas às pastilhas de funções. Geralmente, esses controles são utilizados em um determinado intervalo para que seja possível conceber as modificações da modelagem dentro dos limites dimensionais esperados. Em suma, esses controles assumem a representação dos parâmetros mencionados anteriormente, pois são eles que definirão as medidas aplicadas a um componente, por exemplo.

Graficamente são representados por barras deslizantes que atendem a um determinado domínio numérico e podem ser customizadas pela inserção de breves informações textuais que ajudem a interpretar sua função. Outra particularidade é que são conectados na entrada das caixas de funções, pois são justamente responsáveis pela manipulação dos resultados a serem obtidos;

3) Os painéis de visualização que não possuem função diretamente na composição da modelagem paramétrica, no entanto são fundamentais para visualizar os resultados que estão sendo gerados nas pastilhas. Diferentemente dos sliders, sua conexão se dá na saída das caixas de funções. Sua representação pode se dá de diferentes formas a depender da pastilha ao qual está interligada, porém frequentemente recorre-se ao uso do painel que exibe uma relação alfanumérica dos dados contidos na caixa de função.

TECNOLOGIA PARA DOCUMENTAÇÃO ARQUITETÔNICA: OS CENTROS DE ATENÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE – CAIC

Atenta-se aqui ao potencial de visibilidade e exploração de novas ferramentas computacionais enquanto possível solução para a documentação e conservação dessa tipologia de edifícios. Tendo em vista que ainda apresentam uma maior flexibilidade para intervenções (seja formais ou informais) em comparação aos edifícios simbólicos da arquitetura moderna brasileira, que geralmente são resguardados por legislações protetivas.

Pela complexidade das soluções construtivas do conjunto arquitetônico, adota-se um módulo tectônico construtivo enquanto elemento gerador dos edifícios laminares (administração, salas de aulas, apoio assistencialista e creche). Nessa configuração, salienta-se que a abordagem não atende ao edifício do ginásio poliesportivo, pois este possui componentes e elementos singulares em comparação aos demais blocos. Sendo necessária uma análise específica de suas soluções para tratamento de tal temática.

A partir da escolha do objeto de estudo, delimita-se ainda o seu escopo de investigação. Opta-se aqui pela revisão de sistemas construtivos específicos enquanto exemplificação da aplicação da parametrização para a documentação arquitetônica, essa opção justifica-se pela limitação de abordagens mais extensas em um artigo científico que busca sintetizar os métodos utilizados e resultados obtidos de forma clara e objetiva.

Os sistemas escolhidos compreendem os processos de captação (cobertura), condução (estrutura) e recolhimento (fundação) das águas pluviais, com destaque para os seguintes componentes pré-fabricados selecionados para análise experimental: telha capa/ canal, laje de cobertura e piso, viga calha, pilar drenante, cálice da sapata e canaleta de drenagem.

Como será abordado a seguir, esses sistemas possuem um papel essencial no funcionamento do edifício, tanto pela concepção projetual de interdependência direta dos componentes quanto pela

complexidade de ligações e interfaces com os demais sistemas (vedação, piso, instalações, revestimentos, etc.).

CARACTERIZAÇÃO DOS SISTEMAS CONSTRUTIVOS

Nesse tópico apresenta-se uma caracterização geral dos sistemas construtivos selecionados à luz de alguns fatores que conformam sua concepção, tais como: geometria, dimensionamento, materialidade, tecnologia empregada, uso e manutenção.

Importante ressaltar as problemáticas de acesso e coleta das fontes primárias que embasaram essa análise, pelas circunstâncias do desdobramento do programa dos CAICs. Os documentos que registram essa produção encontram-se de forma dispersa nos projetos construídos espalhados pelo país, assim como tratado de forma pontual e simplificada em publicações que mencionam a temática. Para tanto, foi necessária uma sistematização dessas fontes associadas com visitas in loco em uma edificação construída, na cidade de Campina Grande-PB (CAIC José Jofilly), para que pudessem ser realizadas constatações, comparações e aproximações com as soluções projetuais originais.

COBERTURA: CAPTAÇÃO DAS ÁGUAS PLUVIAIS

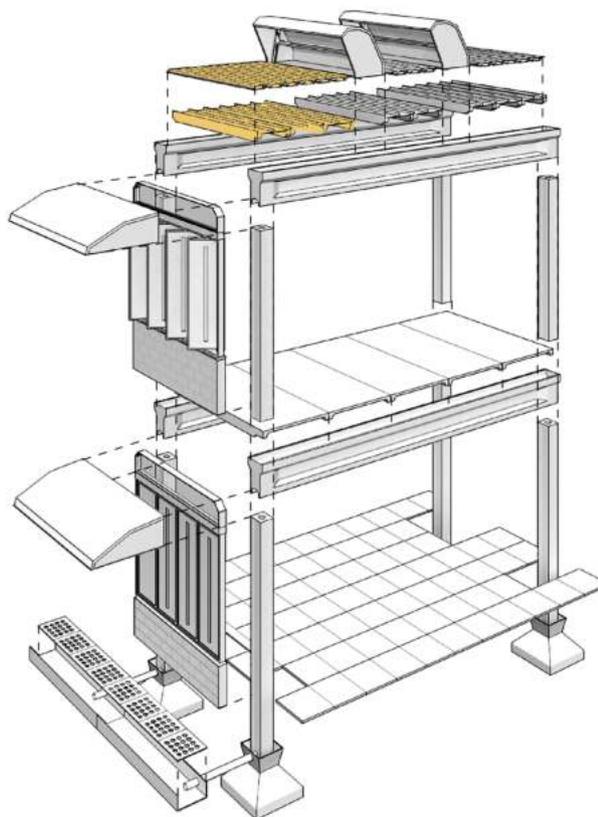
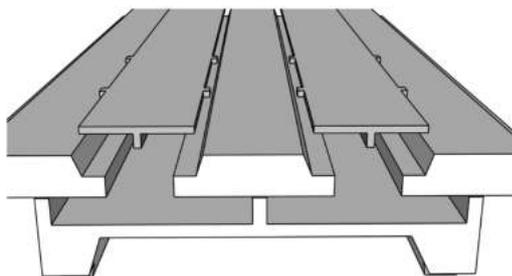
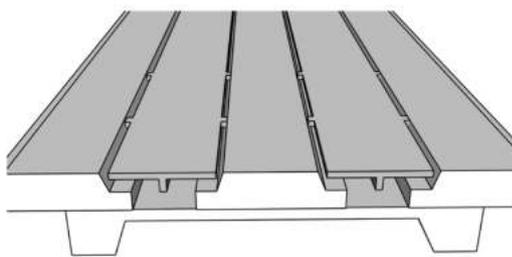
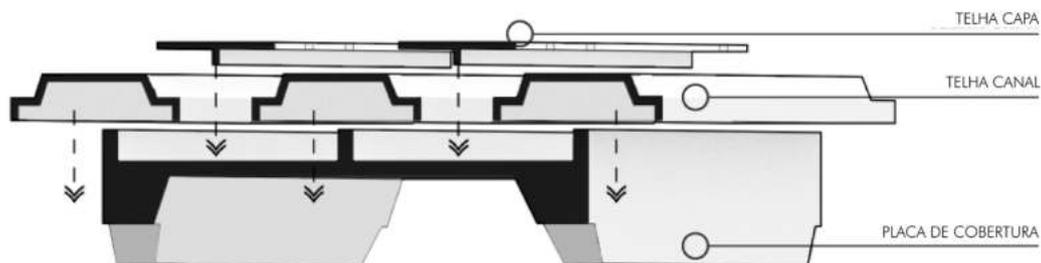
A primeira aproximação de caracterização se dará através da leitura do sistema de cobertura (Figura da página 70), que possui elementos de vedação e iluminação. Os componentes que integram o elemento de vedação são: laje de cobertura, telha capa e telha canal; já o elemento de iluminação é

composto por sheds pré-fabricados em argamassa armada e esquadrias basculantes em ferro e vidro.

Quanto a geometria e dimensionamento desses componentes, temos que: a laje de cobertura possui uma seção com três nervuras superiores para alocação das telhas e duas nervuras inferiores para sobreposição nas vigas, seu dimensionamento corresponde a uma largura – $0,625m (x/2)$ coordenada modularmente com as lajes de piso – $1,25m (x)$ e um comprimento equivalente ao módulo dimensional do vão entre vigas – $2,5m$.

As telhas capa e canal possuem seção específicas para o encaixe por sobreposição na laje de cobertura. Sendo a telha canal com uma geometria que se aproxima de um “U” invertido com base plana e chanfro nas extremidades, já a telha capa é concebida enquanto um “T” que apoia-se entre duas telhas canal através de pequenas saliências localizadas na direção de seu comprimento. Esse espaço resultante entre as peças é destinado ao escoamento das águas pluviais com direcionamento para as vigas. O dimensionamento destas peças atende de forma equivalente as dimensões de comprimento estabelecidas para a laje de cobertura.

Os sheds são componentes empregados para a complementação da iluminação e ventilação natural da edificação. A implantação desses componentes no projeto dos CAICs se dá de forma bastante inovadora e racional para a circulação de ar e permeabilidade da ventilação natural no interior dos ambientes. Os sheds são posicionados na mesma direção porém em sentidos opostos orientados a



PROCESSO DE MONTAGEM DOS COMPONENTES DA COBERTURA

barlavento (extratores) e a sotavento (captadores). Seu dimensionamento em planta (0,625m x 1,25m) é coordenado com a laje de cobertura, sendo assim, estabelece-se uma relação de “cheio-vazio” entre laje de cobertura e shed.

Quanto a materialidade e tecnologia, tratam-se de componentes pré-fabricados em argamassa armada sem tratamento superficial de impermeabilização. Essa tecnologia possibilitou a concepção de peças com pequenas espessuras (em média 4cm), facilitando os processos de transporte e montagem no canteiro, bem como diminuindo o peso total da cobertura sobre a edificação.

Em relação ao uso e manutenção, a ausência da impermeabilização das superfícies desses componentes ocasiona problemáticas constantes na integridade dessas superfícies. Por se tratar de superfícies delgadas, a exposição das armaduras desses componentes são facilitadas e com isso tem-se a exposição constante às intempéries. Outra problemática de uso evidencia-se quanto a limpeza e segurança desse sistema.

Pela condição de difícil acesso e fragilidade dos sistemas de gestão desses Centos, temos que a limpeza regular da cobertura não é realizada culminando em sérios problemas patológicos provenientes principalmente da obstrução dos mecanismos de condução pluvial. Em relação a segurança do edifício, são componentes facilmente penetráveis pela remoção e depreciação de peças, comprometendo a segurança dos indivíduos e equipamentos disponíveis em seu interior.

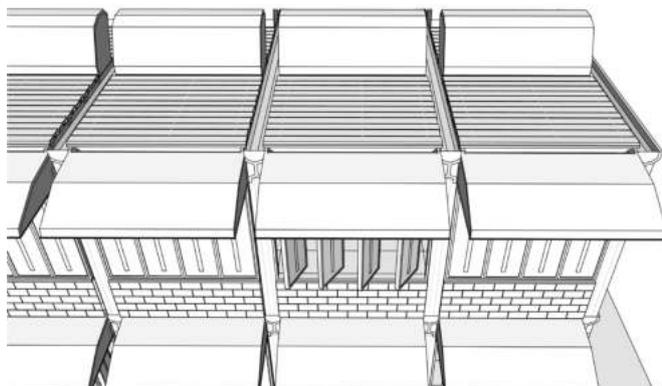
Antes de adentrar na leitura dos componentes estruturais, importante ressaltar a concepção estrutural da modulação proposta por Lelé:

O espaçamento entre os pilares, obedece uma malha retangular, com vãos de 6,25m no sentido longitudinal e 2,50m no sentido transversal. Porém, na sala reservada às múltiplas, essa modulação é interrompida pela supressão de três pilares. Esta exceção justifica-se pela função da própria sala, pensando como pequeno auditório. As vigas referentes aos pilares suprimidos estão atirantadas a um arco externo à cobertura (PEIXOTO, 1996, p. 124).

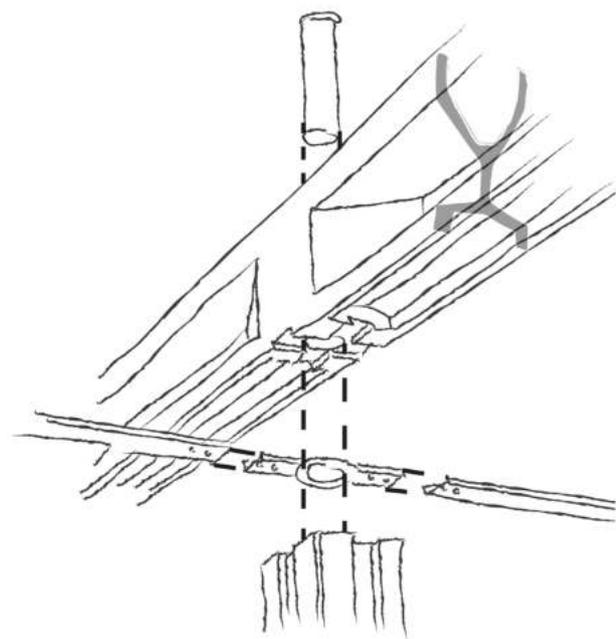
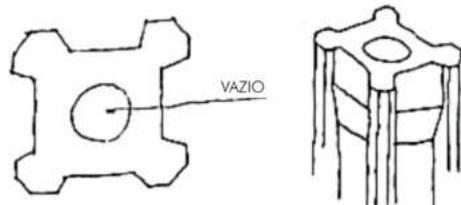
ESTRUTURA (VIGA-PILAR): CONDUÇÃO DAS ÁGUAS PLUVIAIS

Em sequência discorre-se sobre os sistemas estruturais que se desdobram nos componentes da superestrutura (vigas e pilares) e da infraestrutura (fundações e canaletas de drenagem). Se tratando especificamente da superestrutura (Figura da página 72), atenta-se para sua particularidade em possuir funções associadas a condução das águas pluviais, ou seja, o sistema é concebido para atender de forma correlacionada tal função através da utilização dos próprios componentes.

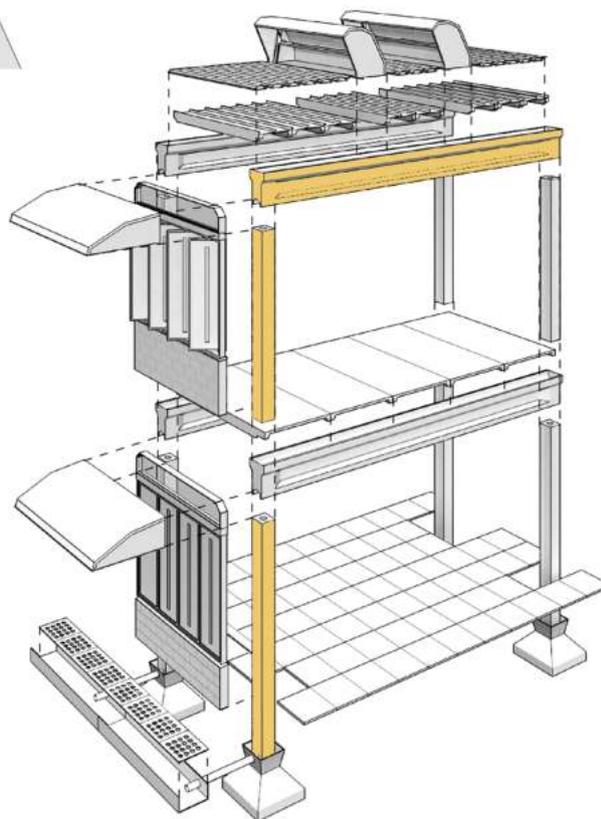
Quanto a geometria e dimensionamento, nota-se que os pilares – de seção externa de 20cm x 20cm, possuem reentrâncias nas quatro faces para facilitar o encaixe das divisórias, esquadrias e instalações. Importante perceber que “próximo ao topo do pilar, as reentrâncias (em planta) diminuem, para melhor distribuição das tensões” (TRIGO, 2009, p. 97). Outra particularidade desse componente é o vazio circular de Ø 75mm em toda sua extensão interna,



SEÇÃO DO PILAR



SEÇÃO DA VIGA E PROCESSO DE MONTAGEM



Identificação e detalhamento do sistema construtivo da estrutura (viga-pilar). Fonte: Lima (1984), Peixoto (1996) e Autor (2020).

local onde é locado o tubo de queda para condução das águas pluviais que são coletadas pela cobertura.

As vigas configuram-se como componentes de alta inventividade tecnológica para o projeto, tanto pelo desenho quanto pelo desempenho multifuncional que são atribuídas. Sua concepção possuiu um aprimoramento técnico e formal ao longo do tempo, ora por questões de produção (desmolde, por exemplo), ora para adaptações em diferentes programas e projetos – como no caso de acréscimo de pavimentos (TRIGO, 2009), pois essa concepção de viga já vinha sido testada por Lelé desde seu projeto para a escola rural em Abadiânia-GO (1982).

As vigas utilizadas nos projetos dos CAICs eram adotadas tanto para sustentação do piso como cobertura, diferentemente do que era produzido nos projetos anteriores com seções específicas de viga-piso e viga-coberta. De forma breve, as seções possuem uma geometria que se aproxima de um “Y” com abertura na base.

Quando posicionada na cobertura, a parte superior da viga recebe a função de calha pluvial, possuindo uma declividade interna para direcionamento das águas das chuvas. Já a reentrância inferior recebe e distribui as instalações elétricas da edificação, sendo isoladas do ambiente interno por uma chapa metálica que faz a vedação da abertura.

Quanto a materialidade e tecnologia, temos que a casca possui o maior mérito da forma estrutural. Apesar de delgadas, possuem a rigidez e resistência necessária para sua geometria (TRIGO, 2009). A

relação econômica também é de grande consideração para a produção desses componentes, tendo em vista que utilizam uma quantidade de material reduzida para sua fabricação.

Importante destacar a preocupação do arquiteto na ligação e interface entre vigas, explorando as possibilidades estruturais da argamassa armada no que diz respeito ao seu comportamento estrutural:

As duas peças são conectadas no meio do vão por um parafuso de 1” localizado na zona de tração e por uma lâmina vertical de argamassa de cimento e areia com 1cm de espessura fundida na zona de compressão após o ajuste do parafuso. A viga deve permanecer apoiada em cavalete central durante um mínimo de 24 horas, quando se verificarem resistência à compressão da argamassa compatíveis com as tensões produzidas pelo seu próprio peso. (LIMA, 1984, p. 63).

No encontro viga-pilar, é utilizado um tubo de aço galvanizado de Ø 2” para conduzir a água pluvial até o interior do pilar e facilitar na orientação da montagem das vigas e pilares, servindo como guia. Nessa interface também identifica-se a presença de uma peça metálica que serve para realizar a fixação das canaletas de instalações elétricas, encaixada sob o topo do pilar e apoiada em um rasgo no fundo na viga, possui um vazio circular em seu interior para que seja feito o contorno das fiações pelo tubo de aço.

Em relação ao uso e manutenção, percebe-se que as maiores complicações oriundas desse sistema provêm do embutimento das tubulações no interior dos pilares. Do ponto de vista de resistência e estabilidade

do pilar, atualmente é permitido a concretagem de pilares com o tubo drenante no centro, desde que respeitados os limites da NBR 6118:2014, item 13.2.6.

Porém, devem ser considerados os aspectos de durabilidade e manutenção desses componentes. A de se considerar, ao longo da vida útil da obra, a possibilidade de ocorrência de infiltrações de água no interior do pilar (quer por perda da integridade do tubo ou mesmo por refluxo de água em casos de entupimento por obstrução), que podem induzir ou acelerar o processo de corrosão das armaduras em seu entrono.

Tendo em vista a falta de manutenibilidade desses projetos, a ocorrência de oxidação das armaduras no interior do pilar é de grande preocupação e pode progredir até comprometer seriamente a segurança estrutural dos edifícios e principalmente dos usuários que o habitam. Por isso, deve-se dar atenção especial à manutenção da tubulação ao longo de toda a vida útil dessas obras, de forma a garantir perfeitas condições de funcionamento.

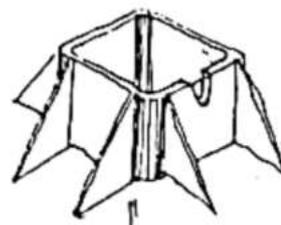
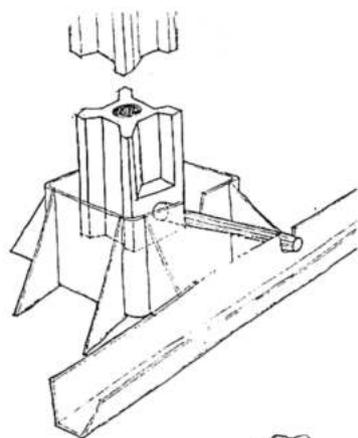
A própria impermeabilização das canaletas das vigas é de grande importância para o funcionamento seguro e eficaz do edifício, considerando que as vigas atendem a sistemas que devem ser isolados entre si (como por exemplo, pluvial e elétrico). Infelizmente, a falta de atendimento a essas questões são motivos que tem levado a muitos CAICs pelo país a adotarem medidas drásticas de desabilitação e demolição desses Centros, sendo substituídos por novos edifícios que atendam a essas exigências básicas de segurança.

FUNDAÇÃO: RECOLHIMENTO DAS ÁGUAS PLUVIAIS

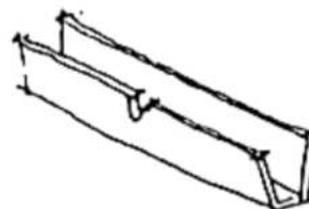
Por fim, é feita a caracterização dos componentes que compõem a infraestrutura do sistema estrutural da fundação (cálice de sapata e canaleta de drenagem). Esse sistema (Figura da página 75) é responsável ainda pelo recolhimento das águas pluviais e direcionamento para os reservatórios ou logradouros públicos.

Quanto a geometria e dimensionamento, temos que os componentes que desempenham a função de fundação da edificação possuem um formato de “cálice” de base quadrada (e pequena curvatura nas extremidades) que recebe o pilar através de um encaixe por sobreposição. Além disso, os cálices possuem duas aletas de apoio em cada superfície - conferindo uma geometria em estrela, e um rasgo abaulado para a ligação das tubulações de águas pluviais em uma das faces. A base do cálice possui um dimensionamento de 25cm x 25cm e altura de 35cm.

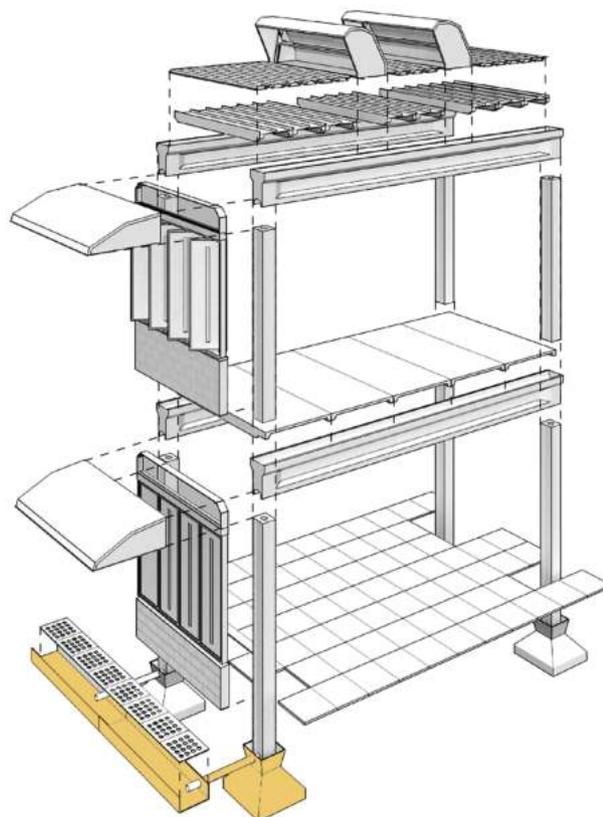
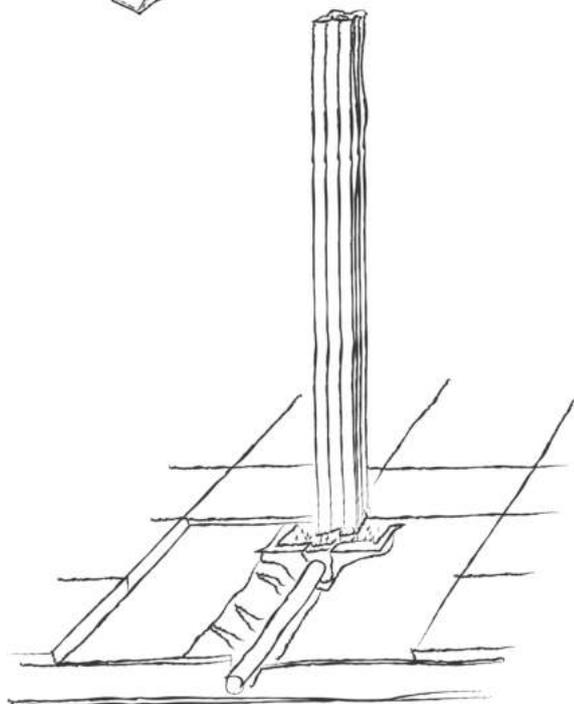
As canaletas de drenagem foram projetadas com 2cm de espessura e dois padrões de comprimento: 114 ou 228,5cm. São assentadas com espaçamento de 0,5cm entre elas e possuem aberturas em uma das faces laterais que interligam diretamente com os tubos de drenagem do cálice da sapata (LIMA, 1984). Sua geometria de seção é em “U” de base plana (18cm) e com uma pequena inclinação nas laterais, atingindo uma altura total de 29cm. Tais componentes são implantados em uma única direção no eixo longitudinal do edifício, de forma a conectar com todos os pilares perimetrais.



CÁLICE DA FUNDAÇÃO (SAPATA)



CANALETA DE DRENAGEM



Identificação e detalhamento do sistema construtivo da fundação. Fonte: Peixoto (1996), Lima (1986) e Autor (2020).

Quanto a materialidade e tecnologia, as sapatas são em concreto armado moldado in loco e as canaletas pré-fabricadas em argamassa armada. Além da função estrutural, as sapatas são fundamentais para facilitar o aprumo e fixação dos pilares ao se realizar a concretagem da fundação. Essa orientação de posicionamento das canaletas e sapatas é algo bastante importante, pois deve-se atentar ao cruzamento de eixos de projeto para que os demais componentes da edificação sejam locados de forma correta.

Quanto ao uso e manutenção dessas peças, o principal fator de comprometimento ao seu funcionamento se dá pela obstrução das canaletas por resíduos pela falta de manutenção periódica. Essa interrupção do fluxo do sistema, corrobora para o acúmulo de água nos cálices das sapatas desencadeando problemas de umidificação ascendente na base dos pilares. Além disso, o constante contato da água com as superfícies argamassadas, associadas ao alto teor de porosidade dos componentes, condicionam riscos para uma possível infiltração e oxidação das armaduras.

MODELAGEM PARAMÉTRICA DE COMPONENTES

Posto isso, serão apresentados, a seguir, os principais parâmetros que foram utilizados para a modelagem dos componentes analisados anteriormente (Figura da página 78). Após a exposição descritiva/analítica da caracterização de dimensionamento, geometria, materialidade, tecnologia, uso e manutenção dessas peças, parte-se para uma interpretação de registro e catalogação desses componentes. Considerando a dificuldade de acesso a fontes concisas que tragam

tais informações, essa documentação pretende servir de base não somente para fornecer dados dimensionais mas sobretudo para orientar decisões de conservação física desses bens imóveis, tais como: reparo e fabricação de novos componentes.

Como primeira aproximação do desenho paramétrico aplicado a melhoria de componentes, também serão debatidas algumas propostas de adaptações na geometria e dimensionamento de algumas peças que pretendem corrigir problemas de desempenho sem desconfigurar a autenticidade do sistema.

Importante frisar que através dessa parametrização é possível otimizar potencialmente esse pensamento projetual, desde a fase de concepção, na qual se estuda as variações no detalhamento dimensional; até a etapa de montagem, servindo como subsídio para orientação em obra, minimizando os erros que porventura podem ser cometidos com tomadas de decisões posteriores.

A exposição inicial reflete sobre os componentes que integram o sistema de fundação (Figura da página 79). Para os cálices das sapatas foram feitas, inicialmente, as definições dimensionais nos eixos (x, y e z) que associam-se respectivamente as relações de largura, comprimento e altura. Após isso, são delimitadas a espessura que será atribuída a todo o componente, bem como o raio de canto da base – pois o projeto original não apresenta os cantos de ângulos retos (90°).

Com esses parâmetros já é possível conceber seções de base retangular com diferentes combinações de comprimento e largura, ou simplesmente atribuir a base quadrada com a repetição dos mesmos algarismos em ambos sliders.

Além disso, foi realizada a parametrização das aletas que servem de apoio a sustentação do corpo principal do cálice. Nesse sentido, optou-se por variar o distanciamento que as nervuras possuem em relação a cada face do cálice (na proporção de duas nervuras para cada face), e manter fixo o distanciamento entre elas, considerando que na concepção original elas são posicionadas no ponto de descontinuidade entre a reta e a curva da seção da base.

Por fim é feito a definição para o rasgo do duto pluvial que compõe o sistema de condução pluvial. São delimitados parâmetros para o diâmetro e profundidade que o rasgo possui em relação ao topo do cálice. Cabe salientar que esse recorte no cálice pode ser utilizado ou não, através do controle da caixa de função “boolean toggle” que permite alternar entre sua aplicação ou não no modelo. Em caso de seleção da opção “False” essa construção é ocultada e desabilitada da modelagem paramétrica, tornando um componente regular sem rasgos.

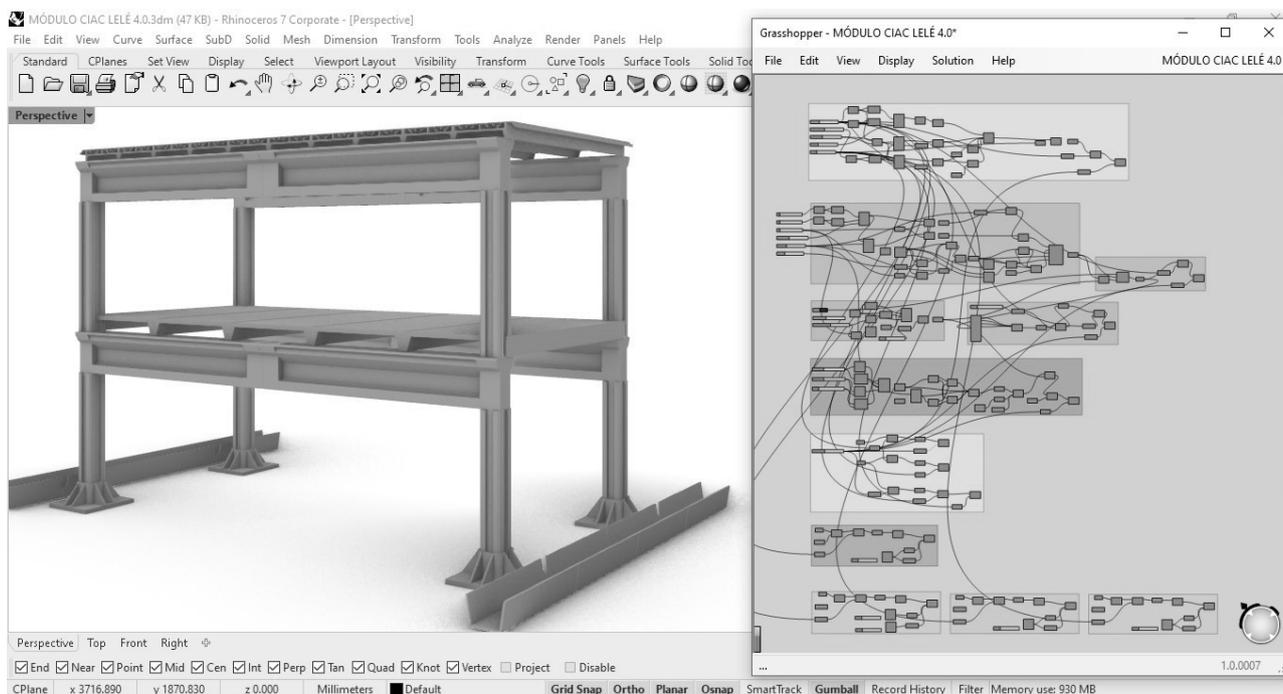
Por outro lado, a modelagem das canaletas de drenagem levou à dimensões regulares de sua seção em “U”. Foram definidas três relações dimensionais: a largura da base, que delimita a porção plana de escoamento das águas; a largura de topo, que condiciona a inclinação das faces laterais pelo valor de abertura da peça; e a altura, medida a partir do eixo

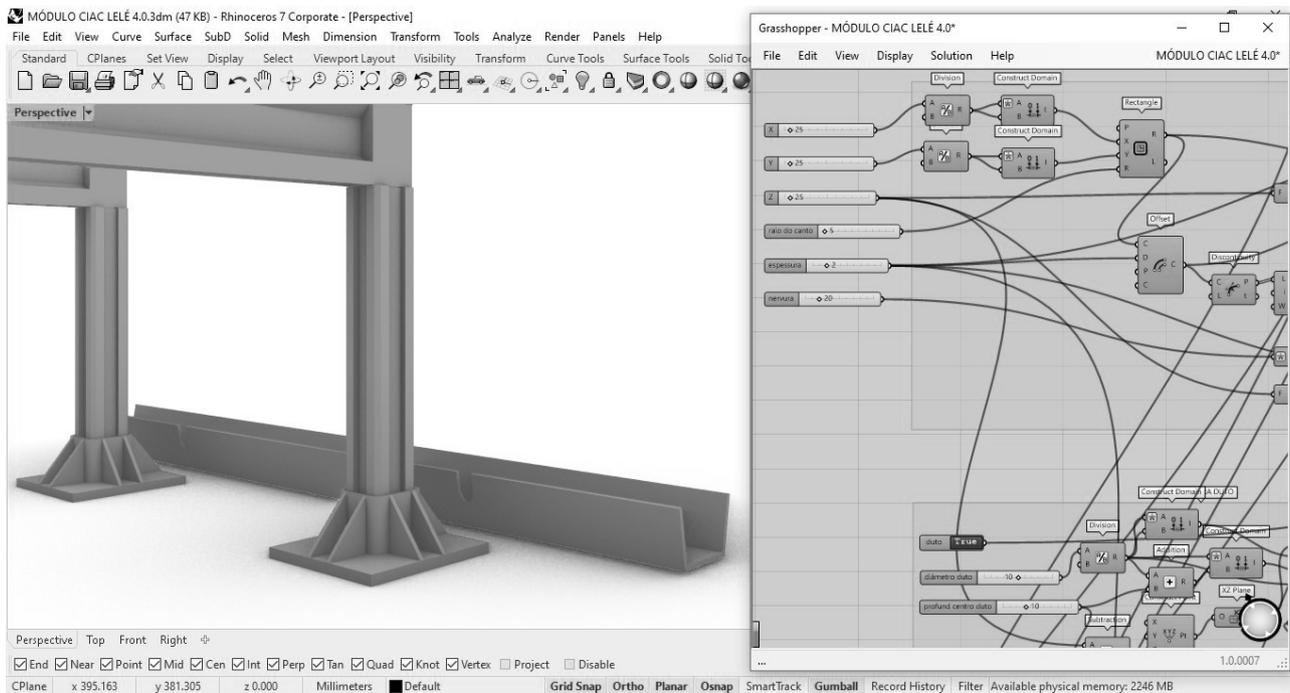
longitudinal do componente. De forma análoga ao cálice de fundação, esses componentes possuem um rasgo para encaixe dos dutos pluviais, fazendo a conexão direta entre a fundação e a drenagem.

Como proposição de melhor adequação desse sistema, no que diz respeito especificamente as sapatas, é pensado um novo posicionamento para o abertura utilizada para transpassar o tubo pluvial de forma a deixá-lo aparente e de fácil inspeccionamento (Figura da página 81). Com a parametrização adotada para o rasgo do duto, tem-se um controle de altura em seu eixo vertical (eixo z), otimizando o ajuste de sua alocação na face do componente.

Com a nova disposição do rasgo para o duto – de central para inferior, adota-se um conector em 45° para receber o tubo de queda e realizar o direcionamento para a canaleta de drenagem. Para evitar a fácil depredação desse tubo, sugere-se que possam ser instalados logo abaixo das placas de piso externas.

Tratando-se do sistema estrutural, no que se refere aos componentes da superestrutura, é abordado a modelagem paramétrica dos pilares e vigas (Figura da página 78). A seção do pilar é construída, em um primeiro momento, pela formação da sua geometria base de um prisma quadrangular. Essa construção inicial considera um único slider que atende de forma proporcional a largura e comprimento da seção – vale frisar que essa opção foi adotada visando preservar essa geometria para o componente.





Modelagem paramétrica dos componentes construtivos do sistema da fundação (Rhinoceros 3D + Grasshopper). Fonte: Autor, 2022.

Com a seção de base definida (eixos x e y), integra-se o controlador para o eixo z , definindo assim a parametrização para altura do componente. Em seguida, são aplicados os parâmetros que conferem as reentrâncias em todas as faces do componente. Com a delimitação das áreas chanfradas nos cantos da seção, são articulados os espaços de abertura e profundidade entre eles.

Em síntese, esses controles permitem alternar diferentes formas de arranjo para essas reentrâncias laterais, no entanto deve-se atentar aos limites de profundidade para que não afete a seção mínima regulamentada para o desempenho eficiente e seguro do componente.

Dando prosseguimento, temos a construção das vigas-calhas que apesar de bastante complexas, do ponto de vista de sua geometria de seção, foram inseridas de forma complementar e coordenada na modelagem do conjunto de componentes. De fato, não era de interesse buscar uma parametrização para os dimensionamentos específicos que compõem a seção, tendo em vista que esta já passou por uma série de adaptações pelo próprio Lelé visando aprimorar as qualidades estruturais e de fabricação dessas peças.

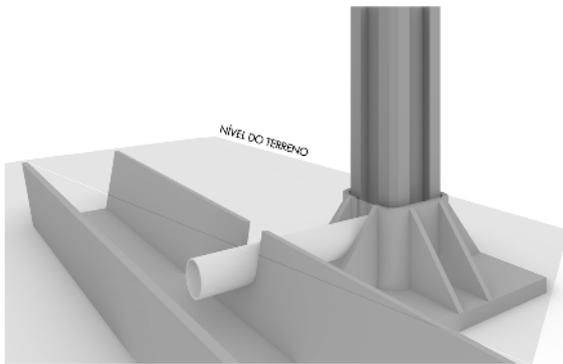
Por essa ótica, foi realizado o desenho da seção no Rhinoceros 3D e após isso incorporado ao Grasshopper enquanto um perímetro previamente delimitado para o reconhecimento como “Curve”. Essa operação possibilitou que o software reconhecesse o conjunto de linhas interligadas e após isso fosse capaz de gerar superfícies e extrusões da forma a

partir desse contorno. A parametrização foi aplicada ao seu comprimento, que por sua vez tornou-se um parâmetro gerador de um módulo dimensional. Ou seja, tornou-se responsável por definir o distanciamento entre pilares, canaletas e sapatas, por exemplo. Essa compreensão já denota as relações de coordenação entre os componentes, citada anteriormente, em que um mesmo parâmetro é articulador das modificações no conjunto concebido.

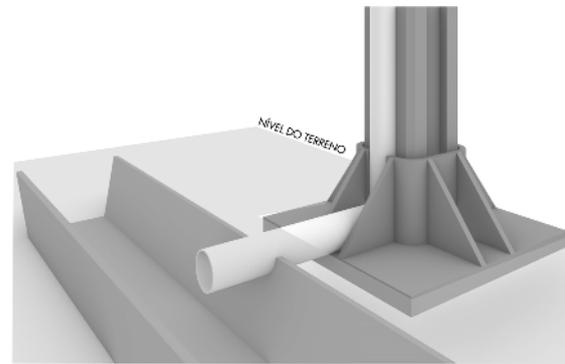
O estudo previsto para adaptação desses componentes se dá sobretudo no desenho de suas seções (Figura da página 82). Para os pilares são recomendados a relocação dos tubos de quedas embutidos para suas faces externas. Visando acomodar essa nova disposição dos tubos, é previsto o controle paramétrico nas reentrâncias existentes da seção para que eles possam ser encaixados nesses compartimentos.

Cabe salientar que algumas dessas irregularidades na seção dos pilares (interna e laterais), já haviam sido previstas por Lelé para a conexão com painéis de divisórias e chapas metálicas com instalações elétricas. Portanto, preserva-se aqui essa linha de raciocínio em associar as interfaces construtivas entre componentes de diferentes sistemas.

No caso das vigas-calhas, a principal adequação de funcionalidade e desempenho à luz dos controles paramétricos se dá pela proposição de conformação de novas peças com uma inclinação interna em sua parte superior. Justamente pela atribuição de calha pluvial nesse componente, é essencial que sejam evitados o acúmulo de águas nessas peças

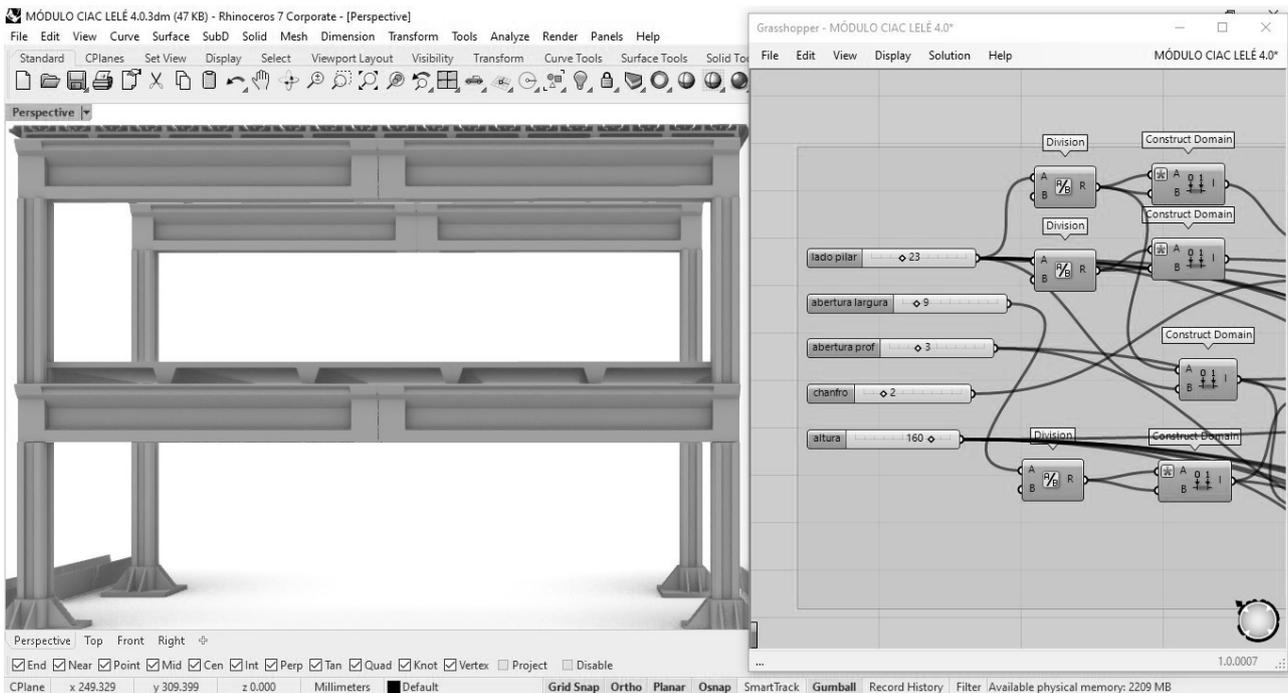


SITUAÇÃO ATUAL

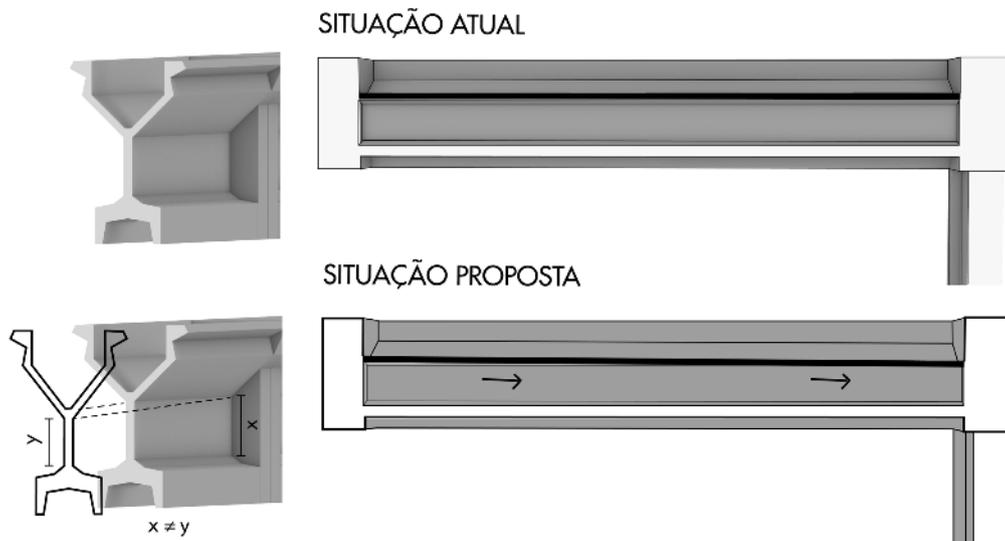


SITUAÇÃO PROPOSTA

Desenho paramétrico proposto para adequação do sistema da fundação. Fonte: Autor, 2022.

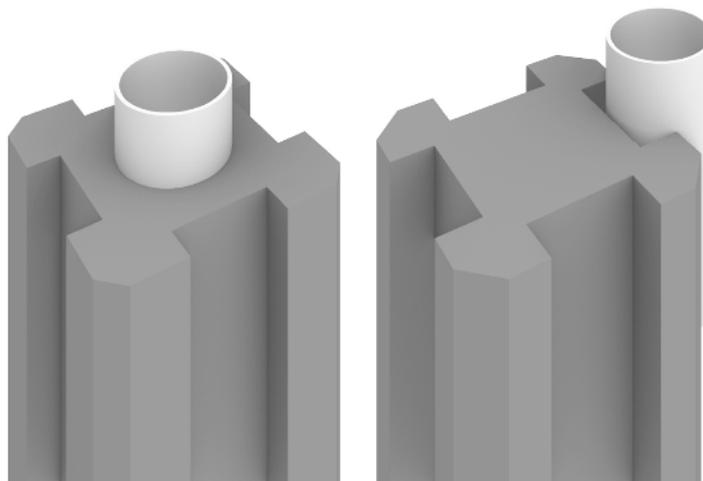


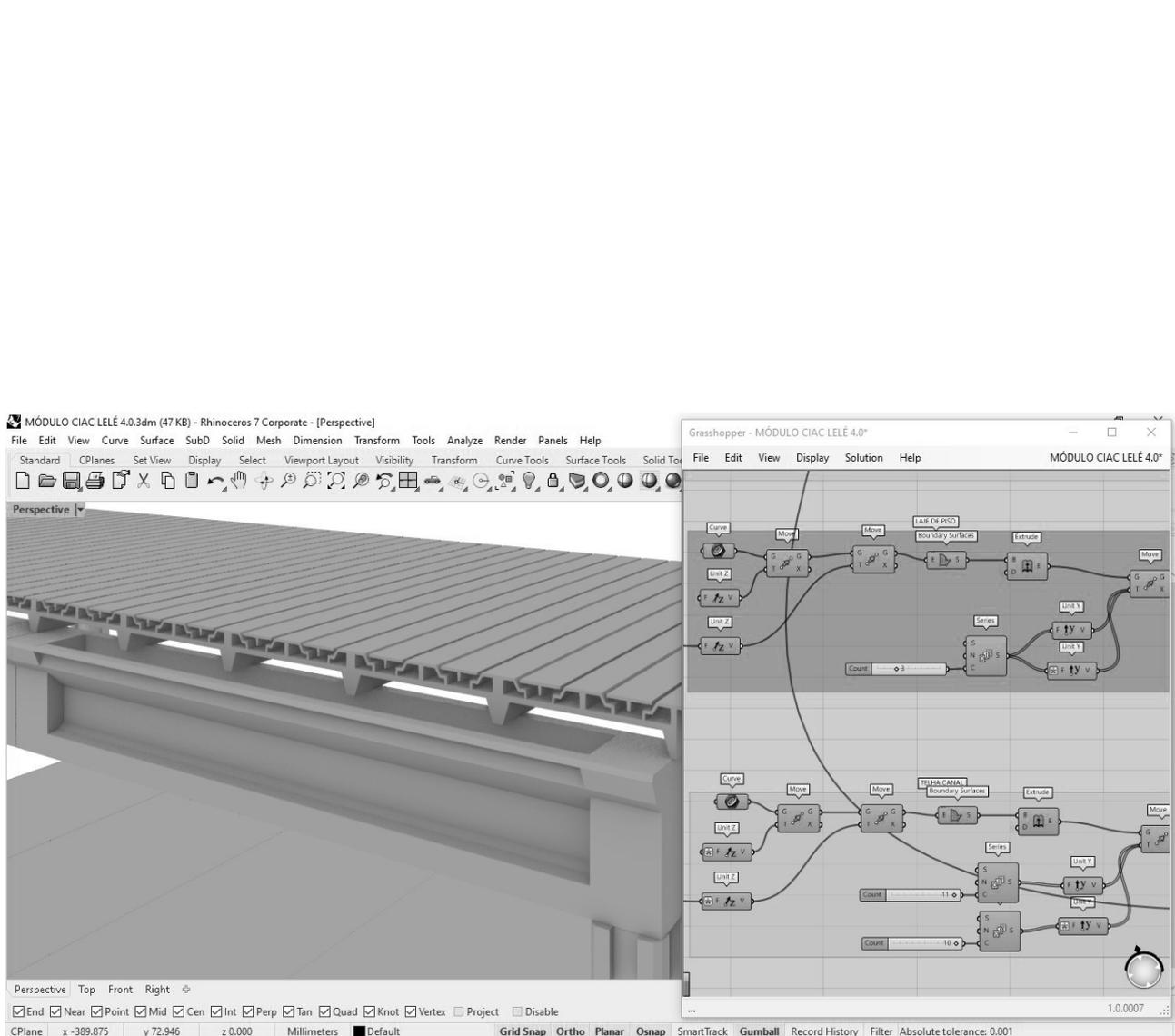
Modelagem paramétrica dos componentes construtivos do sistema estrutural – viga e pilar (Rhinceros 3D + Grasshopper) Fonte: Autor, 2022.



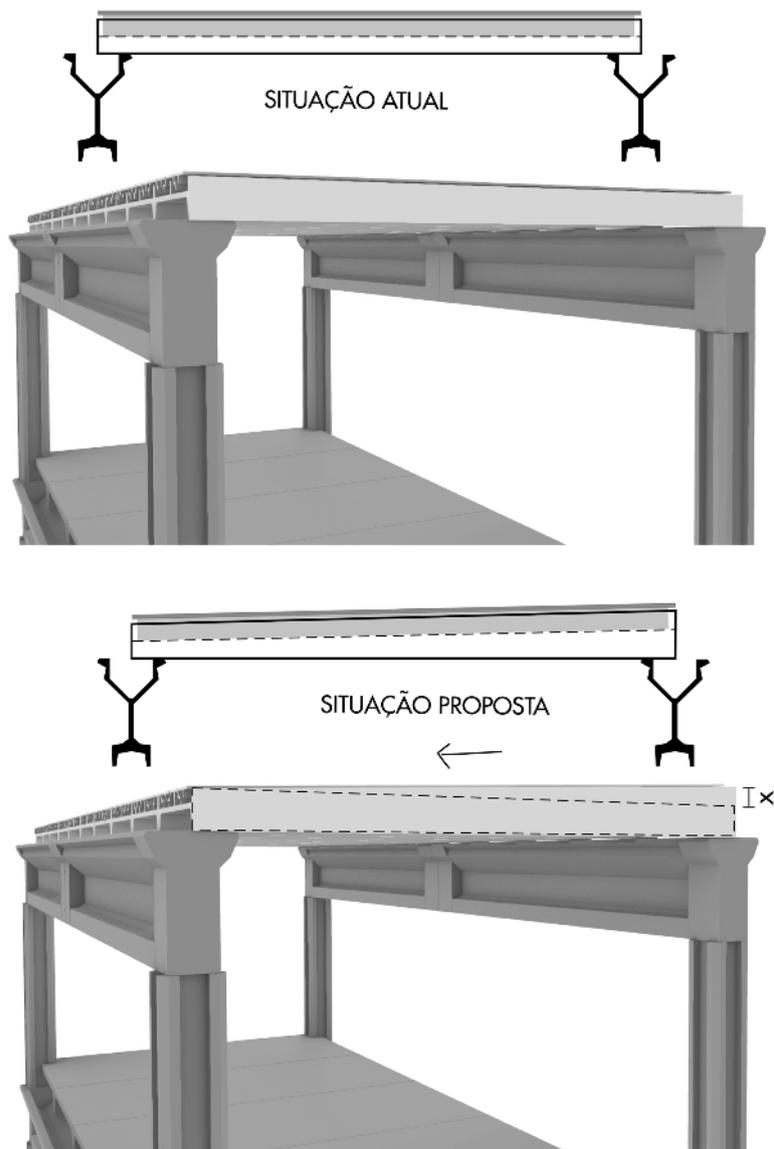
SITUAÇÃO ATUAL

SITUAÇÃO PROPOSTA





Modelagem paramétrica dos componentes construtivos do sistema de cobertura (Rhinoceros 3D + Grasshopper). Fonte: Autor, 2022



Desenho paramétrico proposto para adequação do sistema de cobertura. Fonte: Autor, 2022.

por uma possível ineficácia de seu escoamento. Essa correção aplicada ao processo de fabricação, ou seja, na concepção de fôrmas que já possuam essa inclinação, condiciona que não seja necessário a utilização de materiais externos - como argamassas, para realizar essa adequação na etapa de uso e manutenção do edifício. Portanto, apresenta um custo-benefício oriundo de uma customização na seção desse componente, tal como foi defendido por Lelé durante o aperfeiçoamento de suas fábricas de projetos.

De forma semelhante a concepção do desenho paramétrico dos pilares e vigas, utilizou-se desse recurso para a modelagem dos componentes do sistema de cobertura (Figura da página 83). Tanto as peças pré-fabricadas das lajes (piso e cobertura), quanto as peças que desempenham o papel de telhas (capa e canal), possuem seções de geometrias específicas e com isso adotou-se a parametrização de comprimento enquanto slider principal de controle paramétrico.

Contudo, ao considerar que se tratam de componentes com maior quantidade numérica, foram necessárias adaptações paramétricas de controle para disposição destes na modelagem. Para tal, foi adotada a caixa de função “series” que permite multiplicar um mesmo componente seguindo três fatores de controle: posição inicial da replicação, distanciamento entre os objetos copiados e quantidade total de itens a serem dispostos em um determinado eixo.

É proposto para melhoria desse sistema uma adaptação dimensional no componente da laje de

cobertura, de forma a tornar inclinada as nervuras superiores que sustentam as telhas capa e canal (Figura da página 84). Essa inclinação corresponde ao ângulo em que a cobertura de cada módulo se eleva do ponto mais baixo ao ponto mais alto em direção a viga-calha. Essa decisão de projeto considera a dificuldade de escoamento proporcionadas pelas coberturas planas.

Embora tenham um ligeiro declive, não escoam de forma tão eficaz como as coberturas inclinadas. A água tende a formar poças que permanecem nas coberturas, que poderão danificar os materiais e resultar também em infiltrações. Essa compreensão considera ainda que a parametrização da laje de cobertura pode atender a um intervalo de angulação que melhor se adequa ao caimento e vazão das águas pluviais, sem necessidade de modificação nos demais componentes que compõem esse sistema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o exposto, retoma-se as potencialidades da modelagem paramétrica enquanto um dos recursos para a documentação e conservação física de obras arquitetônicas, em destaque para os complexos educacionais dos CAICs.

Suas explorações se estendem desde a abordagem do nível de detalhamentos de componentes construtivos até as etapas de fabricação e orientação dos processos de montagem - visando minimizar tomadas de decisões na fase de obra que possa acometer problemas de desempenho no uso e ocupação da edificação.

Partindo desse pressuposto, buscou-se compreender a linha de raciocínio de concepção desses componentes para subsidiar adaptações de projeto aliada a parametrização enquanto recurso para customização e aperfeiçoamento de determinadas peças sem desconfigurar o sistema em que se encontram.

Um dos caminhos percorridos deu-se através do redesenho de seções de componentes associado ao controle paramétrico computacional para coordenar de forma conjunta e sistemática todas as operações realizadas. Desse modo, não trata-se apenas de representações técnicas mas de um entendimento construtivo da unidade do conjunto composto por seus sistemas e ligações.

Com essa transição de paradigma, do objeto representado ao construído pelo desenho paramétrico, é possível ainda definir intervalos de folgas e limites dimensionais nas conexões entre componentes. Ao se referir especificamente dos complexos educacionais dos CAICs - em que adota a pré-fabricação de componentes para montagem de todos os sistemas das edificações, essa lógica construtiva é fundamental para garantir os ajustes finais em obra. Seja pela subtração ou adição de componentes em um sistema já previamente definido e consolidado.

Para além da aplicação da modelagem paramétrica, viu-se necessário a caracterização de determinados sistemas enquanto consolidador de um programa de necessidades que dialogam com diversas temáticas, são elas: geometria, dimensionamento, materialidade, tecnologia empregada, uso e manutenção. Essa exposição permitiu relacionar o desenho e

desempenho de determinados componentes e suas devidas implicações para readequações. Acredita-se que a coleta dessas interfaces permeie as decisões de projeto, fabricação, transporte, montagem e manutenção desses edifícios.

Como desdobramento dessa investigação, pretende-se recorrer a fabricação digital enquanto um dos recursos disponíveis para a conformação de novas peças e reposição de peças comprometidas, a fim de propor soluções para a conservação física dessas edificações.

Tal processo pretende contribuir com a diminuição da geração de resíduos em canteiro, pela conformação direta de objetos. Considerando ainda que as pesquisas com a fabricação digital indicam para uma alternativa cada vez mais acessível e eficiente para melhorar processos convencionais que atualmente apresentam uma menor eficiência (CAMPOS; GONÇALVES, 2021).

Tal proposição visa ainda auxiliar no direcionamento de intervenções em complexos dos CAICs, seja enquanto instrumento de manutenção corretiva ou preventiva, com produtividade e qualidade na replicação de componentes, bem como difusão de soluções que atentem o setor e a sociedade para a inclusão da fabricação digital em uma economia de produção criativa.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. *NBR 6118: Projeto de estruturas de concreto - procedimento*. Rio de Janeiro: ABNT, 2014. 238 p.

AFONSO, A. e PEREIRA, I. CAIC José Joffily de Campina Grande: anamnese da obra. *Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente*, v. 5, n. 3, p. 155-175, 22 set. 2020.

AMARAL SOBRINHO, J., PARENTE, M. M. CAIC: *solução ou problema?* Brasília: IPEA, 1995. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_363.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2019.

CAMPOS, P. e GONÇALVES, D. O concreto no processo de industrialização da arquitetura: da pré-fabricação à fabricação digital. *Revista Concreto & Construções*, n. 101, p. 35-40, jan./mar. 2021.

FERRAZ, M. e LATORRACA, G. (Org). *Lelé: João Filgueiras Lima*. Lisboa: Editora Blau / Instituto Lina Bo Bardi e P. M. Bardi, 2000.

LIMA, J. F. *Escola Transitória modelo rural*. Brasília, MEC/CEDATE, 1984.

PEIXOTO, E. R. *Lelé: o arquiteto João da Gama Filgueiras Lima*. 1996. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

RISSELADA, M. Arquitetura, industrialização e luz. In: RISSELADA, M; LATORRACA, G. (org.). *A arquitetura de Lelé: fábrica e invenção*. São Paulo: MCB, Museu da Casa Brasileira, 2010.

TRIGO, C. C. *Pré-fabricados em argamassa armada: material, técnica e desenho de componentes desenvolvidos por Lelé*. 2009. 162 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia da Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

A ARGAMASSA ARMADA DO MÓDULO IANSÃ:

PRESERVAÇÃO DO PROJETO E DA CONSTRUÇÃO DE LELÉ

MUÑOZ, Rosana

Doutora em arquitetura e urbanismo pela UFBA. Realizou pós-doutorado na UMinho, em Portugal (2014-2015), e na UNICAMP (2020-2021). Docente da graduação e da pós-graduação da Faculdade de Arquitetura da UFBA. Investigadora dos grupos NTPR e FABER, coordenadora do grupo de pesquisa CREPE - Conservação e Reabilitação Estrutural do Patrimônio Edificado.

CARDOSO, Ceila

Pós-doutorado em Patrimônio e Projeto pela TU Delft e CEAU (2018-19). Doutora em Conservação e Restauração PPGAU FAUFBA (2014), Mestre pela USP - São Carlos (2004) e Arquiteta pela FAUFBA (2000). Professora na UFBA, criou e coordenada o grupo de pesquisa FABER - Laboratório de Arquitetura, Construção, Tecnologia e Patrimônio.

TOGNON, Marcos

É arquiteto e professor Livre Docente da UNICAMP em História da Arquitetura Colonial Brasileira e Patrimônio Cultural. É coordenador científico da equipe Inovação e Pesquisa para o Restauo e do Grupo de Pesquisa Patrimônio, Restauo e Projeto. Atua como docente especialista do mestrado profissionalizante em Restauo Arquitetônico MP-CECRE-UFBA.

INTRODUÇÃO

Neste ano de 2022, João da Gama Filgueiras Lima, conhecido como Lelé, um dos mais importantes arquitetos brasileiros do século XX, estaria completando 90 anos de nascimento. Várias comemorações nacionais e internacionais têm sido realizadas para homenagear este profissional que teve grande destaque na execução de projetos e construções em concreto e argamassa armada.

De acordo com Ekerman (2005, p. 1), Lelé foi protagonista de um dos momentos mais importantes do modernismo brasileiro, a criação e a construção de Brasília, “*projetando, construindo e colaborando com outros arquitetos, como Oscar Niemeyer*”. Também foi um dos pioneiros na tutela do uso de pré-fabricados na construção civil brasileira, visando a redução do déficit de escolas, hospitais e habitações, e objetivando a aceleração do “progresso” nacional. A defesa desse tipo de construção era tão enfática que o arquiteto poderia ser aclamado como o “pai do pré-fabricado de concreto” no país (SANTOS, 2014, s/p).

Depois de se dedicar ao concreto, Lelé experenciou trabalhar com argamassa armada, também conhecida como ferrocimento, cuja introdução, no Brasil, data de 1960, com a construção da cobertura de 1000m² para os pavilhões da Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo, pelo “Grupo de São Carlos” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIMENTO PORTLAND, 1996). Em 1980, o arquiteto João Filgueiras Lima juntou-se a essa equipe de pesquisadores para desenvolver a produção de peças pré-moldadas (BENTES, 1992).

De acordo com Trigo (2009), a primeira experiência de Lelé com pré-fabricados em argamassa armada foi na RENURB Companhia de Renovação Urbana de Salvador¹, em 1980, com projetos de urbanização da cidade, buscando componentes mais leves e de fácil manuseio e transporte. O processo de pré-fabricação industrializada em argamassa armada na obra de Lelé é protagonizado por fôrmas (moldes) metálicos complexos, cujo desenho e execução refletem, em si, engenho criativo, de grande valor para a história da arquitetura e da engenharia brasileiras.

A preocupação em desenvolver soluções que contemplassem uma função social, economizando recursos, pode ser vista na arquitetura de Lelé, quando ele privilegia a utilização da luz e da ventilação naturais e cuidados com o uso e a manutenção dos edifícios que projetava, revelando assim, já nos anos 60 e 70, sua inquietação com a sustentabilidade ambiental.

Foi responsável por produzir uma arquitetura inovadora e com excepcional qualidade, tanto do ponto de vista técnico, quanto ambiental, social e humano. De acordo com Latorraca (2000, p. 9), “*talvez seja, na atualidade, o arquiteto que mais longe levou as propostas do Movimento Moderno de fazer uma arquitetura que possa mudar o mundo para melhor*”.

¹ De acordo com Ekerman (2018), a RENURB foi a primeira fábrica brasileira destinada à produção industrial de componentes de argamassa armada.

Ações para preservar uma das obras de Lelé, o Módulo Iansã, situado no campus da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA), em Salvador, Bahia, Brasil², projetado e construído por Lelé, em 1988, em argamassa armada, para abrigar a pós-graduação, têm sido desenvolvidas no âmbito do grupo de pesquisa FABER Arquitetura, Construção, Tecnologia e Patrimônio, coordenado pelos professores Ceila Cardoso e José Fernando Minho³, e, também, pelo professor Sérgio Ekerman, do grupo Projeto, Cidade e Memória, todos vinculados à FAUFBA.

O objetivo do presente trabalho é descrever as atividades que estão sendo desenvolvidas para recuperar e preservar o edifício do Módulo Iansã que, atualmente, se encontra desocupado e em processo de degradação. De forma geral, consistem na realização de levantamento planialtimétrico, na produção de desenhos de fôrmas e elementos constituintes da edificação e na elaboração de diagnóstico detalhado da envolvente (peças de argamassa armada das fachadas e cobertura), objetivando fundamentar seu projeto de intervenção. Visa-se, portanto, desta forma, preservar o projeto e a materialidade do edifício e, conseqüentemente, parte do acervo de Lelé.

Assim como o Módulo Iansã, outras edificações produzidas por Lelé têm sofrido sérios riscos: (a) de demolição, como as escolas em Salvador (BELLINTANI, 2015; LIMA e TOLEDO, 2015), (b) de desmontagem, como a sede da Prefeitura Municipal de Salvador no Centro Histórico da cidade (VASCONCELOS, 2019) e, ainda, (c) de arruinamento, como os prédios sede de Tribunais de Contas da União, entre outros casos.

A importância da presente pesquisa, de caráter descritivo e exploratório (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, 2007), está na contribuição para a preservação do acervo dos projetos relativos ao módulo pré-fabricado existente na FAUFBA e do próprio objeto, ao apresentar diagnóstico para fundamentação das diretrizes do projeto de intervenção. Os resultados poderão servir como base para o desenvolvimento de outros trabalhos e de ações de intervenção em argamassa armada, para o avanço da Ciência da Conservação e do Restauo e para preservação da memória e do legado de Lelé, de grande magnitude para a Arquitetura Brasileira.

ARGAMASSA ARMADA

A argamassa armada, também conhecida como ferrocimento ou cimento armado, foi patenteada pelo engenheiro francês Joseph Louis Lambot, em 1856, visando substituir a madeira na indústria naval e na arquitetura (VASCONCELOS, 1992). Na década de 40, teve seu desenvolvimento pelas mãos do engenheiro italiano Pier Luigi Nervi. Segundo Hanai (1992, p. 23), "*Nervi foi o principal agente que impulsionou a tecnologia latente da argamassa armada, demonstrando com rara sensibilidade o seu enorme potencial de aplicação na Construção Civil e Naval*".

² Além desse edifício, há mais outros dois projetados por Lelé em argamassa armada nos campi da Universidade Federal da Bahia: o Pavilhão Germano Tabacof, da Escola de Belas Artes, e o Pavilhão no Instituto de Psicologia em São Lázaro.

³ Cabe ressaltar que ambos os professores trabalharam diretamente com Lelé, tendo o Arquiteto e Professor José Fernando Minho participado, como equipe, da maior parte da produção, de 1980 a 2011.

Em 1946, Nervi realizou sua primeira experiência ao construir um armazém de 22m x 11m de sua propriedade. Outras importantes obras seguiram-se a esta, tais como o Palácio de Exposições de Turim (1948) e o Palacete dos Esportes de Roma (1957).

Ao lado da Itália, a ex-União Soviética e países do leste europeu também se destacaram no uso do material após a guerra, inclusive com propostas de aplicação para edifícios habitacionais de pequeno porte (EKERMAN, 2018). No Brasil, sua difusão ficou a cargo de engenheiros e professores da Universidade de São Paulo em São Carlos e chegou a Salvador no final dos anos setenta do século passado pelas mãos de Lelé.

De acordo com Hanai (1981, p. 1), a argamassa armada pode ser vista como um tipo particular de concreto armado, composto por *“armadura finamente subdividida e distribuída em argamassa de cimento e areia”*. No que tange às armaduras, de acordo com o autor, podem ser divididas em duas classes: (a) constituída por malhas de fios ou lâminas de aço (tela hexagonal, entrelaçada de malha quadrada, soldada, tipo Deployé ou metal expandido, tipo Watson e faixas de arame) e (b) tubos (de 9,5mm a 25mm de diâmetro) e barras de aço (com diâmetros de 4 a 12mm), com função suplementar, para resistir a esforços solicitantes.

Para Ballarin (1999, p. 10), a argamassa armada pode ser considerada como membro da grande família dos concretos estruturais, *“com composição e arranjos de armadura distintos daqueles usuais, adquirindo assim propriedades particulares de*

desempenho, porém sujeitas às mesmas leis gerais de comportamento físico e mecânico”.

Seu uso é comumente recomendado para edificações e peças em que a redução do peso próprio (pelas pequenas espessuras), a permeabilidade à água e a resistência à fissuração sejam essenciais (LIBÓRIO e HANAI, 1992). Deve possuir, ainda, resistência mecânica; rigidez para evitar deformações excessivas; estabilidade física, química e dimensional; além de elevada compacidade e baixa permeabilidade *“para funcionar como uma barreira eficiente à passagem de líquidos e gases no seu interior, que possam prejudicar a proteção da armadura ou as próprias condições de utilização do componente ou estrutura”* (HANAI, 1996, p. 20).

Há vários questionamentos sobre a durabilidade das peças ou das obras, principalmente em relação às pequenas espessuras, que lhes são características, e aos cobrimentos mínimos. De acordo com a NBR 11173 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1990), os cobrimentos devem ser de 4 mm e 6 mm para ambientes protegidos e não protegidos, respectivamente, sendo que, no caso de ambientes agressivos, medidas especiais de proteção devem ser tomadas.

Wainshtok Rivas (1998) elucida que as providências para melhorar a durabilidade do concreto armado convencional são aplicáveis à argamassa armada e identifica fatores que afetam especificamente as estruturas em ferrocimento: (a) o cobrimento é muito pequeno e agentes corrosivos podem atacar as armaduras com maior rapidez; (b) a distribuição da

ferrugem é maior, o que gera maior área de atuação da corrosão. Para este autor, uma estrutura bem argamassada não necessitaria de proteção, a menos que estivesse exposta em ambiente de forte ataque químico.

De acordo com D'Alessandro (2018), nas últimas décadas, a deterioração das estruturas mistas à base de cimento tornou-se uma grande preocupação; e o custo de seu reparo, às vezes, pode ser maior do que o investimento original. Para este autor, alguns fatores podem afetar a durabilidade: agressividade do ambiente, qualidade dos materiais, fissuração e espessura do revestimento, como já mencionado por outros pesquisadores. Isto, aliado a ações antrópicas, como vandalismo, realização de intervenções inadequadas e falta de manutenção põem em risco muitas edificações em argamassa armada.

Segundo Coppola e Buoso (2019), os problemas em matrizes cimentícias podem estar relacionados a defeitos de construção e/ou ligados a fenômenos ou reações que ocorrem entre os materiais de construção e o ambiente em que uma determinada obra está inserida. Podem ser agrupados em três principais categorias: (a) alterações das superfícies dos materiais de construção; (b) alterações das seções dos elementos de construção, devido a problemas de projeto e execução; (c) trincas, perdas, desprendimento e expulsão de material da seção.

Para esses autores, podem, ainda, ser detectados problemas estruturais (recalques, retração, deformação) e outros relativos a terremotos. De acordo com Libório (1989), as manifestações patológicas

das estruturas construídas com argamassa armada podem ser causadas por lixiviação, carbonatação, retração e pela falta de proteção do material exposto.

De forma geral, os principais danos nos concretos e argamassas são: corrosão das armaduras, fissuração, destacamento, delaminação, variações cromáticas e manchas, colonizações biológicas (devido à ação de microrganismos, como algas, fungos, bactérias e líquens), eflorescência e criptoflorescência, perda de seção, crosta negra, entre outros (COPPOLA e BUOSO, 2019).

Segundo Libório (1989), muitos dos problemas referentes às construções em argamassa armada estão diretamente ligados à forma com a qual se conduz as etapas de projeto, bem como à não familiaridade das técnicas de execução do material. De acordo com este autor, *“a argamassa armada deve ser compreendida como uma tecnologia onde as técnicas e especificações devem ser seguidas com extremo rigor”* (LIBÓRIO, 1989, p. 236).

Ademais, os parâmetros climáticos que incidem sobre o local onde vai ser construída a edificação, assim como os fatores de execução da obra, são fundamentais para determinar a sua durabilidade no decorrer dos anos.

A identificação dos danos e suas causas é de suma importância para a elaboração de diagnóstico correto que irá fundamentar as estratégias de intervenção adequadas, permitindo a escolha de procedimentos que visem a perpetuação do edifício.

ESTUDO DE CASO: O MÓDULO IANSÃ

Em 1965, deu-se início à elaboração de um projeto para a nova sede da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA), que foi realizado em três etapas. Na última fase, em 1988, para abrigar a Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPG-AU), iniciou-se a construção do Módulo Iansã⁴, projetado por Lelé, produzido e montado com equipe da FAEC⁵, com base nos projetos das Escolas Transitórias Rurais em Abadiânia (LIMA, 1984) e nas do Rio de Janeiro. O Módulo Iansã é amostra remanescente dos edifícios escolares produzidos por essa fábrica e foi realizado através de convênio da Prefeitura Municipal de Salvador e a UFBA (ANDRADE, 1989).

O entendimento do processo histórico de desenvolvimento da arquitetura de pré-fabricação de Lelé é fundamental para a compreensão do sistema construtivo utilizado pelo arquiteto, que representa o resultado de constante e persistente aprimoramento do desenho das peças, do método de construção e do rebuscamento das junções e funções de cada componente pré-fabricado que parte da tipologia específica de construção das escolas.

A base fundamental desse modo de construir está firmada, ao mesmo tempo, na técnica e na arte. Observa-se grande diversidade dimensional e programática, qualidade de acabamento por efeito das fôrmas, economia de custos, flexibilidade de manuseio, facilidade de transporte e a possibilidade de um constante desenvolvimento técnico.

O Módulo Iansã conta com um sistema capaz de fornecer uma gama de possibilidades de combinações com a menor variação possível de peças, formado por estrutura, vedações, instalações hidráulicas e elétricas, drenagem, pisos e cobertura.

SISTEMA CONSTRUTIVO

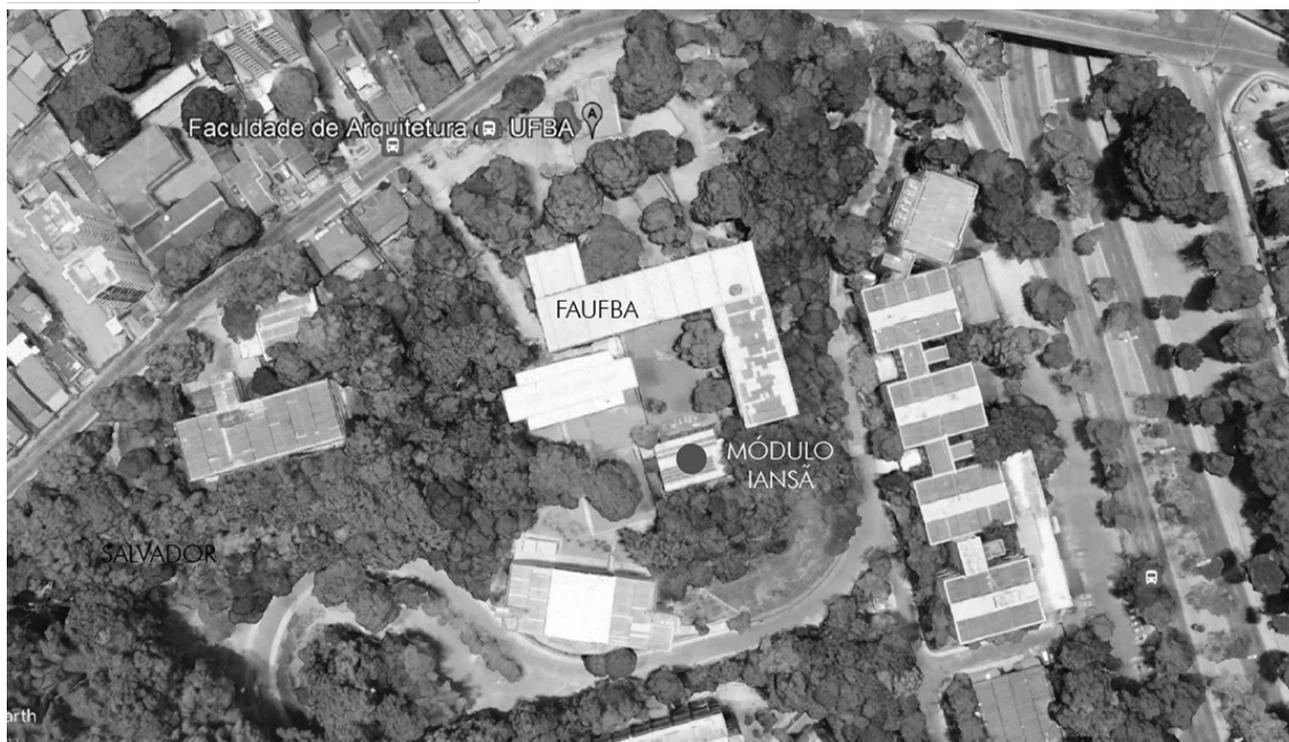
O Módulo Iansã consiste em um prisma retangular de dois pavimentos, construído com peças pré-fabricadas em argamassa armada, adotando modulação construtiva de 62,5cm x 62,5cm. O nível da sua cobertura coincide com o do platô central do principal prédio da Faculdade e o acesso dá-se pelo pavimento superior, que corresponde, aproximadamente, ao primeiro subsolo do prédio da Faculdade. Este nível foi projetado para salas de aula e gabinetes para a administração da pós-graduação e para pesquisadores.

O pavimento térreo foi concebido para abrigar duas salas de aula que se abrem para o exterior por portas pivotantes. Nas figuras a seguir, são mostradas as plantas baixas do térreo, primeiro pavimento e cobertura, realizadas na etapa do levantamento planialtimétrico; e os componentes pré-fabricados e a vista tridimensional do edifício.

⁴ Aprovado pelo Prof. Diógenes Rebouças, autor do projeto do edifício da Faculdade de Arquitetura, o Módulo Iansã foi construído de forma a não gerar conflitos com os prédios preexistentes e causar impactos na paisagem (ANDRADE, 1989; FERREIRA, 2020).

⁵ A Fábrica de Equipamentos Comunitários (FAEC) ou “fábrica de cidades” (RISÉRIO, 2010) esteve em atividade entre 1985 e 1988. Possuindo um extenso catálogo de elementos urbanos, atuou em escolas, creches, passarelas, abrigos para pontos de ônibus, sanitários públicos, bancos de diversos modelos e projetos singulares, tais como a sede para Prefeitura de Salvador na Praça Municipal.

A ARGAMASSA ARMADA DO MÓDULO IANSÃ:
Preservação do projeto e da construção de Lelé.



Os pilares têm dimensões externas de 18cm x 18cm. Para permitir o encaixe das divisórias, das instalações elétricas, dos marcos das portas e dos demais elementos, foram produzidos com reentrâncias nas quatro faces. Ademais, são ocos, com um vazio de 7,5cm de diâmetro para a descida e direcionamento de águas pluviais, colhidas na cobertura pelas vigas calha.

As vigas de piso são elementos novos, criados ao adicionar um novo andar a esta tipologia escolar, uma vez que o protótipo da escola desenvolvido em Abadiânia tinha apenas um pavimento. Derivadas da viga calha, têm a função de sustentação do primeiro andar. As divisórias são apoiadas nos rodapés e podem formar paredes simples ou duplas, como é o caso das paredes das empenas e das paredes hidráulicas.

As instalações elétricas são distribuídas por canaletas metálicas para alimentação de tomadas, que são projetadas passando pelos sulcos das vigas, dos pilares e junto às divisórias. Já as instalações hidráulicas passam pelo piso e são embutidas dentro das paredes duplas formadas pelos dois painéis de argamassa armada.

A cobertura é constituída por quatro elementos: vigas calha, sheds, telhas e placas de isolamento térmico. A viga calha coleta as águas pluviais e as direciona para os pilares. As telhas são de dois tipos: a capa, que forma uma bolsa de ventilação, possibilitando o conforto térmico; e a canal, que recolhe as águas pluviais e as leva até as vigas calha.

Os sheds são compostos por peças como o shed-cobertura e o shed-beiral, além das telhas-shed e telhas-capa, nas quais são apoiados os painéis de isolamento térmico. Possuem fechamento parcial com material translúcido, permitindo a entrada de luz e a ventilação naturais.

DANOS NOS ELEMENTOS DE ARGAMASSA ARMADA

Após quase quarenta anos do início da experiência de Lelé em Salvador, Ekerman (2019) observa empiricamente que a argamassa armada se deteriora mais fortemente quando presente em ambientes agressivos (na beira do Oceano Atlântico, como, por exemplo, na Escola da Boca do Rio, em Salvador) ou quando há presença de água acumulada, sem a devida manutenção.

No caso das escolas com cerca de 30 anos de uso, os maiores problemas foram observados nas peças de cobertura, estando as partes internas estruturais bem conservadas, em geral, sobretudo nos prédios onde houve manutenção razoável, como limpeza de calhas (EKERMAN, 2019).

O objeto de estudo do presente trabalho, o Módulo Iansã, está situado na cidade de Salvador, Bahia, no bairro da Federação, a uma altitude de 51 metros em relação ao nível do mar e sua implantação segue o nível do pátio aberto, em cota mais baixa em relação ao volume do edifício da FAUFBA.

Salvador possui clima do tipo tropical chuvoso sem estação seca, com chuvas concentradas nos meses de março a agosto. As médias anuais de pluviosi-

dade e temperatura são superiores a 1400mm e 18°C (ANDRADE, 2009). De acordo com Klüppel (2009), a cidade possui intensa radiação solar com médias de 219,6 horas de sol por mês e apresenta umidade relativa média do ar por volta de 80%.

O prédio está implantado em um terreno em declive, adjacente a uma contenção em alvenaria de pedra argamassada, e circundado por densa massa vegetativa⁶. Foram feitos estudos de ensolejamento e de sombreamento, mostrados na Figura a seguir, respectivamente, que permitiram concluir: as fachadas leste-nordeste, na parte da manhã, e a oeste-sudoeste, na parte da tarde, são as que recebem maior incidência solar, embora esta insolação seja influenciada pela vegetação próxima à edificação.

Já a fachada norte-noroeste é afetada pela ausência de sol em parte do dia, visto que tem sua face voltada para o muro de contenção. A fachada sul-sudeste e parte da fachada leste-nordeste recebem grande porcentagem de chuvas e ventos, sendo a primeira mais prejudicada pela menor incidência solar e pela cobertura das copas das árvores.

Após visitas ao local e realização de avaliações visuais, observou-se que a edificação apresenta sérios danos que comprometem seu funcionamento e que podem levá-la à ruína. Estudos estão sendo realizados para embasar um projeto de intervenção que venha preservar esse edifício de grande valor arquitetônico.

No presente trabalho, com enfoque no material e no método construtivo relativo à argamassa armada, foram realizadas avaliações da cobertura e de suas fachadas (envoltória). Observa-se, de forma geral, que um dos fatores responsáveis pela degradação do edifício está relacionado com a falta de conservação e de manutenção contínua, como já apontado por Ekerman (2019) em seus estudos sobre as escolas de Lelé.

A edificação, hoje em desuso, sofreu, ao longo do tempo, alterações para adaptação ao uso e às condições de segurança e de conforto. Foram inseridos elementos como: condicionadores de ar; dutos e fiações; chapas de fibra para vedação dos sheds da cobertura; alvenaria de blocos cerâmicos e sanitário no pavimento superior; novos fechamentos e peitoris, criados a partir de elementos de argamassa armada cortados pela metade; esquadrias em alumínio, vidros e gradis; além de manta de impermeabilização em todo o telhado, que, além de descaracterizar a imagem figurativa do edifício como patrimônio, alterou as condições para as quais o material (argamassa) foi projetado para suportar e para funcionar.

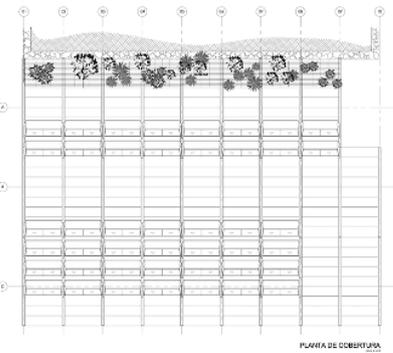
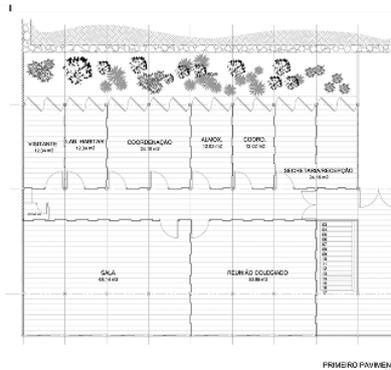
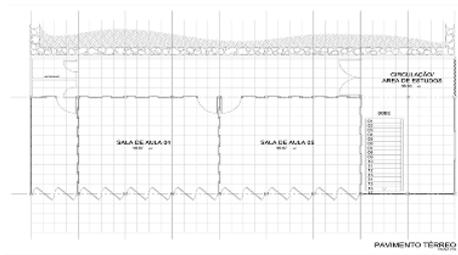
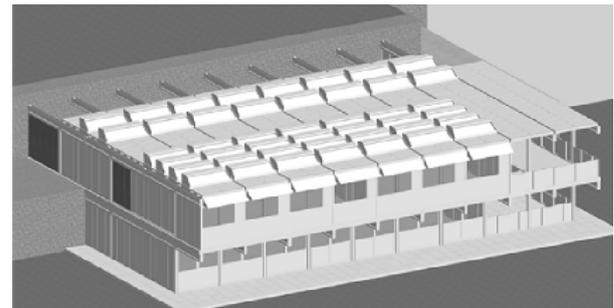
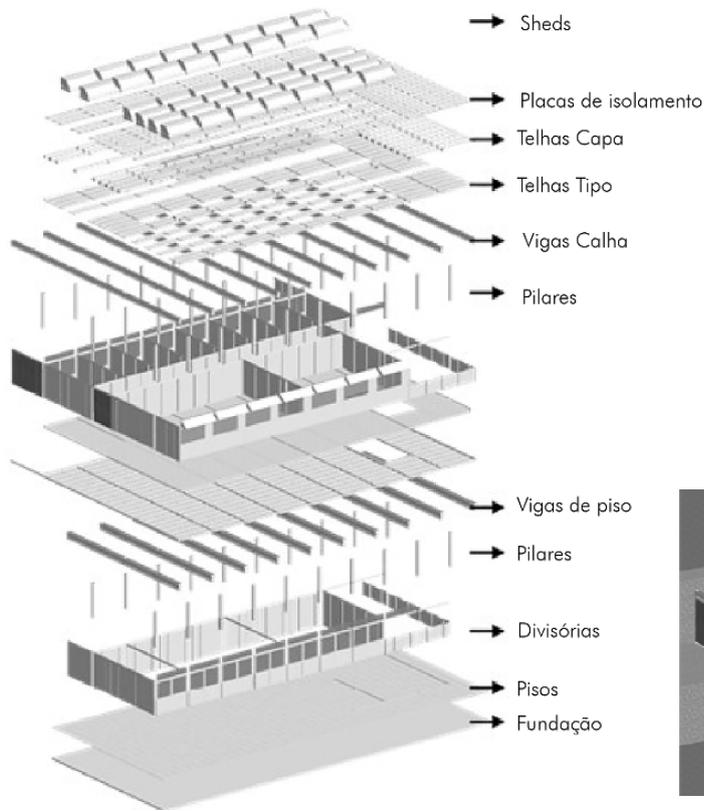
Ademais, perfurações foram feitas para pendurar e afixar elementos de uso no decorrer dos anos, o que fragilizou e, certamente, comprometeu o desempenho dos componentes e do conjunto.

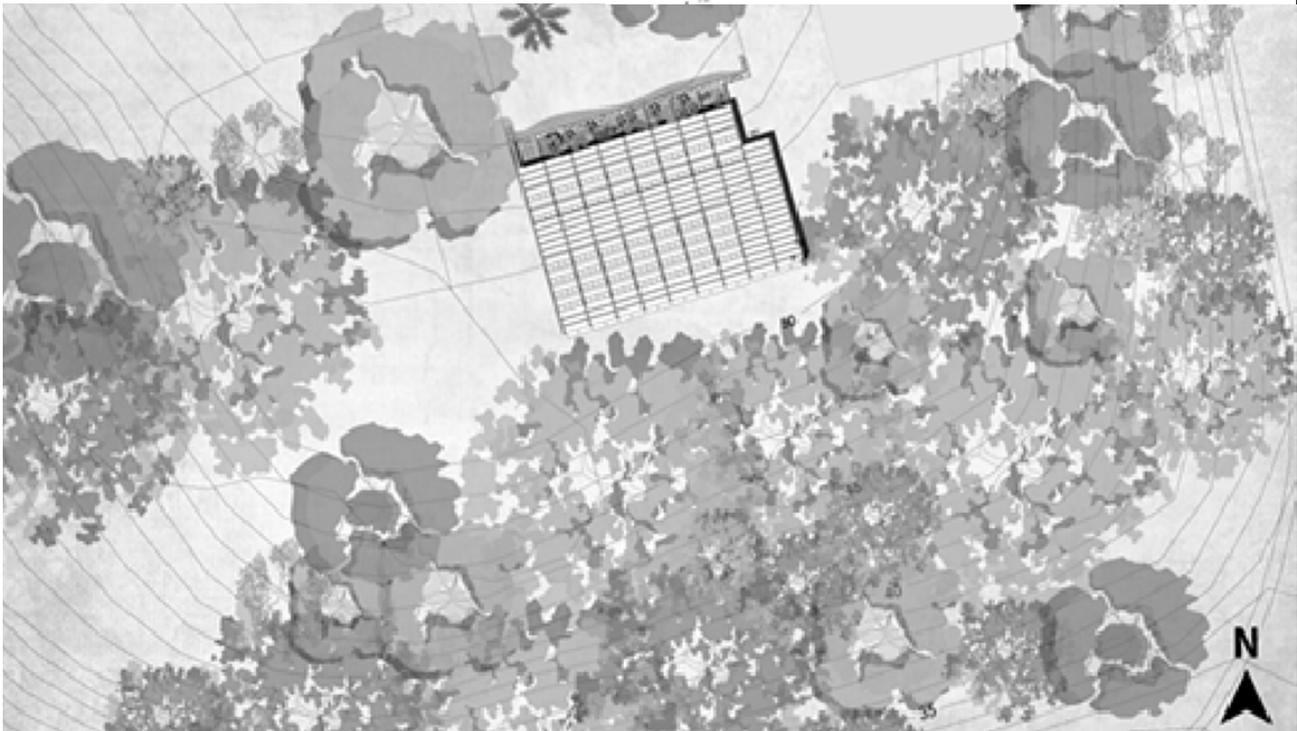
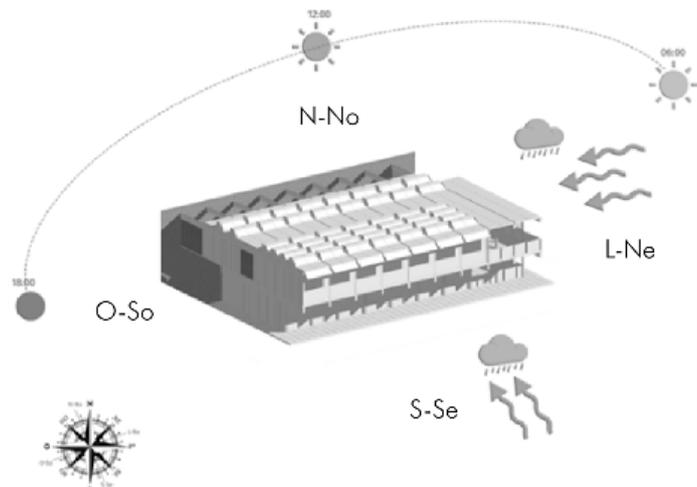
⁶ Destaca-se a presença de uma grande gameleira (árvore sagrada de religiões africanas), bem próxima ao Módulo Iansã, cujas raízes, de grande magnitude, espalharam-se e chegaram a destacar e levantar parte do piso do térreo desta edificação



Construção do Módulo lansã em 1988. Fonte: Acervo da FAUFBA, 1988.

A ARGAMASSA ARMADA DO MÓDULO IANSÃ:
 Preservação do projeto e da construção de Lelé.





Condicionantes ambientais do Módulo lansã, durante o período de um dia. Fonte: Elaborada pelos autores, 2021.

DANOS NA COBERTURA

A aplicação de manta asfáltica no telhado, colocada para diminuir a absorção de água pela argamassa, acarretou a retirada de algumas peças pré-moldadas que faziam parte da cobertura e obstruiu as calhas de escoamento entre as telhas, além de ter ocultado possíveis danos nas peças que estão abaixo dela. Como consequência, observa-se precariedade no escoamento das águas pluviais do edifício (Figura da página 101), ocasionando danos na estrutura interna dos pavimentos.

A proximidade do edifício a uma grande área de vegetação, de copas altas, agravada pela falta manutenção periódica, favorece a sedimentação e o acúmulo de folhagens secas nas calhas de escoamento de águas pluviais da cobertura (Figura da página 101), impedindo, também, sua correta drenagem.

A cobertura possui elementos que permitem a entrada de ventilação e iluminação, os sheds, confeccionados em argamassa armada e com adição de vermiculita⁷, material expansivo, de baixa densidade, utilizado para reduzir o peso da peça e para auxiliar como isolante térmico e acústico (UGARTE; SAMPAIO; FRANÇA, 2008).

Devido à constante exposição às intempéries, a argamassa dos sheds apresenta sinais de deterioração, culminando com a exposição da armadura em alguns pontos, apresentando corrosão (Figura da página 101). Além disso, várias peças apresentam perda de material, manchas escurecidas, biofilme,

deslocamentos e deformações, que acarretam comprometimento estrutural.

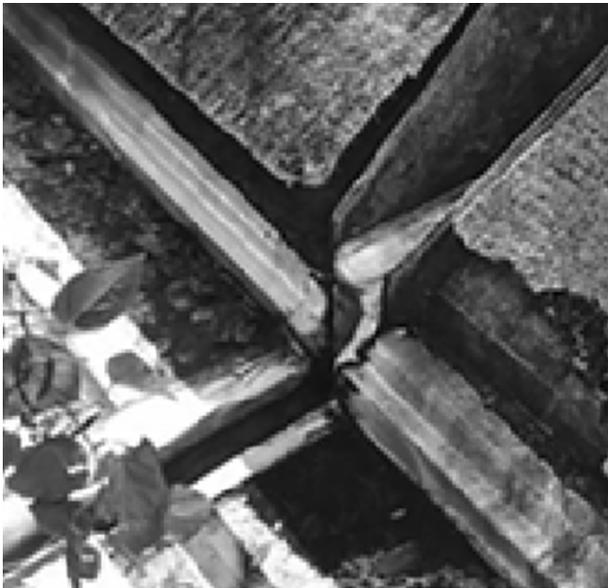
Foi realizado voo com drone, equipamento pertencente ao Núcleo de Tecnologia da Preservação e da Restauração (NTPR), laboratório vinculado FAUFBA e localizado na Escola Politécnica, para auxiliar no levantamento e mapeamento dos danos. Na Figura da página 102, apresenta-se o Mapa de Danos da Cobertura do Módulo Iansã, de grande relevância no auxílio da identificação das peças que deverão ser reparadas, substituídas e mantidas.

DANOS NAS FACHADAS

No caso das fachadas, as anomalias predominantes estão ligadas à ocorrência de manchas negras, em parte das fachadas leste-nordeste e sul-sudeste, visto que recebem maior incidência de chuvas e ventos e pouca incidência solar, barrada pela presença de vegetação próxima, em parte do dia. Também ocorrem biofilme e eflorescência, causados pelo acúmulo de água nos poros da argamassa.

A fachada oeste-sudoeste (Figura esquerda da página 103) é acometida pela existência de vegetação (trepadeira) que toma grande parte de sua extensão. Também foi identificada ocorrência de fungos (em tonalidade avermelhada), além de acúmulo de água na base da parede e tubulações aparentes relativas ao sanitário superior.

⁷ A adição desse mineral foi feita apenas na capa mais externa do shed.



Nas imagens acima, danos nas peças dos sheds. Nas imagens abaixo, Acúmulo de águas pluviais e folhagens na cobertura. Fonte: Acervo dos autores, 2021.

A ARGAMASSA ARMADA DO MÓDULO IANSÃ:
Preservação do projeto e da construção de Lelé.





Fachadas oeste-sudoeste do Módulo Iansã. Fonte: Acervo dos autores, 2022.



Fachadas leste-nordeste do Módulo Iansã. Fonte: Acervo dos autores, 2022.



Fachada sul-sudeste do Módulo Iansã. Fonte: Acervo dos autores, 2022.



Fachada norte-noroeste do Módulo Iansã. Fonte: Acervo dos autores, 2022.



 MANCHA ESCURA	 MANCHA PORTA DETERIORADA	 MANCHA ESBRANQUIÇADA	 CASA DE ABELHA	 BIOFILME
 MANCHA FERRUGEM	 PERDA DE COBRIMENTO DA TELA	 PERDA DE CAMADA PICTÓRICA	 MANCHA DE ÁGUA	 AR ACONDICIONADO
 MANCHA AVERMELHADA	 VIDRO TRINCADO	 VEGETAÇÃO	 PRESENÇA DE GRADIL ENFERRUJADO	 SUBSTITUIÇÃO DA ESQUADRIA POR MADEIRA

Mapa de Danos da fachada sul-sudeste do Módulo Iansã. Fonte: Elaborada pelos autores, 2021.

A fachada leste-nordeste (Figura da página 104) é alvo de maior incidência pluviométrica, o que ocasiona a presença de grandes manchas escuras. Por este motivo, há um maior desgaste na camada de argamassa da estrutura dos pilares. A fachada sul-sudeste (Figura da página 105) também é atingida por grande incidência pluviométrica.

A fachada norte-noroeste (Figura da página 106) foi projetada com um pequeno jardim conectado ao edifício, o que propicia bloqueio solar e presença de umidade. Observa-se que alguns elementos estão em contato direto com o solo e apresentam degradação. Esses danos podem ser visualizados em mapas, como o exemplificado na Figura da página 107.

Para o levantamento de danos das fachadas, foram realizados, além da análise visual, ensaios *in loco*, tais como termografia, com utilização do termógrafo ThermaCAM da Flir Systems, e testes laboratoriais: teor de umidade, granulometria e presença de sais, todos no laboratório NTPR.

Em termos de diagnóstico, primeiramente foi executado o levantamento planialtimétrico da edificação em tela. As seguintes etapas desenvolvidas foram: levantamento de danos, realização de ensaios e elaboração de mapas de danos. A equipe encontra-se trabalhando na identificação das manifestações patológicas internas, ocasionadas, principalmente, pela falha da cobertura.

Estas anomalias irão constar em mapas de danos e, conjuntamente com os outros desenhos já referencia-

dos, irão compor o diagnóstico da edificação, trabalho de extrema importância para fundamentar o projeto de restauro do edifício e para sua preservação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É indubitável que o arquiteto João da Gama Filgueiras Lima, mais conhecido como Lelé, deva ser considerado como um dos grandes destaques da arquitetura e construção civil brasileiras. Foi precursor da introdução da tecnologia da argamassa armada no Brasil e na Bahia, deixando um inestimável legado para o país. A sua atuação é percebida, também, em momentos históricos do modernismo brasileiro, como a criação e a construção de Brasília.

Fala-se bastante sobre suas obras e contribuições, mas pouco tem sido feito para preservá-las e perpetuá-las, principalmente em termos de tecnologia do material construtivo. Este trabalho apresentou iniciativas que têm sido realizadas para preservação dos seus projetos e para conservação do Módulo Iansã, edifício de argamassa armada localizado na Faculdade de Arquitetura da UFBA, em Salvador (cidade na qual Lelé atuou durante muitos anos), e que, atualmente, se encontra em estado de degradação.

A realização do diagnóstico é de extrema importância para conservar a materialidade e a tecnologia utilizada de argamassa armada, pois irá direcionar procedimentos específicos de intervenção para preservar não só o objeto, mas a técnica construtiva, e propiciará a preservação do edifício e da memória, de grande importância para a Ciência da Conservação e do Restauro e para a Arquitetura Brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, A. B. *Geografia de Salvador*. Colaborador: Paulo Roberto Baqueiro Brandão. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2009.

ANDRADE, V. H. M. *A Faculdade de Arquitetura da UFBA: espaço do projeto, espaço da percepção*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1989.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIMENTO PORTLAND. *Construções de argamassa armada*. Bt-126. 3 ed. São Paulo, 1996.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 11173:1990 *Projeto e execução de argamassa armada – Procedimento*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 1990.

BALLARIN, A. W. *Argamassa armada: definição, histórico e desenvolvimento*. ET-88. São Paulo: Associação Brasileira de Cimento Portland, 2.ed. 1999.

BELLINTANI, G. A demolição das escolas de Lelé em Salvador. O poder público e a incúria da falta de manutenção. *Drops*, São Paulo, n. 093.04, ano 15, Vitruvius, jun. 2015. Disponível em: < <https://vitruvius.com.br/revistas/read/drops/15.093/5576> >. Acesso em: 2 maio 2022.

BENTES, R. F. *Considerações sobre projeto e produção de componentes pré-fabricados de argamassa armada*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de

Estruturas). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. São Carlos, 1992.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. *Metodologia Científica*. 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COPPOLA, L.; BUOSO, A. *Il Restauro Dell'Architettura Moderna in Cemento Armato*. Milano: Editore Ulrico Hoepli, 2019.

D'ALESSANDRO, A. *Improvement of Ferrocement Durability by Nanomaterials for Preservation of Pier Luigi Nervi's Structural Heritage*. Tese (Tesi di Laurea Magistrale in Ingegneria Civile). Politecnico di Torino, 2018.

EKERMAN, S. K. Um quebra-cabeça chamado Lelé (1). *Arquitextos*, São Paulo, n. 064.03, ano 6, Vitruvius, set. 2005. Disponível em: < <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.064/423> >. Acesso em: 18 abr. 2022.

EKERMAN, S. K. Industrialização da construção e argamassa armada: uma experiência soteropolitana. In: 3º Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira. *Anais [...]*. Salvador, 2019.

EKERMAN, S. K. *Tecnologia e transformação/pré-fabricação para reestruturação de bairros populares e assistência técnica à autoconstrução*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2018.

FERREIRA, L. P. *Restauro e ampliação do edifício da Faculdade de Arquitetura da UFBA*. Dissertação (Mestrado Profissional em Conservação e Restauração). Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos (MP-CECRE), Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2020.

HANAI, J. B. DE. *Construções de Argamassa Armada: Situação, Perspectivas e Pesquisas*. Tese (Doutorado em Engenharia Civil). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. São Carlos, 1981.

HANAI, J. B. DE. *Construções de Argamassa Armada: fundamentos tecnológicos para projeto e execução*. São Paulo: Pini, 1992.

HANAI, J. B. DE. *Argamassa Armada - Projeto Estrutural e Dimensionamento com Telas Soldadas*. Vol. 2. São Paulo: IBTS - Instituto Brasileiro de Telas Soldadas, 1996.

KLÜPPEL, G. *A casa e o clima. (Trans) Formações da Arquitetura Habitacional no Brasil. (Século XVII – século XIX)*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009.

LATORRACA, G (org.). *João Filgueiras Lima, Lelé*. Série Arquitetos Brasileiros, São Paulo, Blau, Instituto Lina Bo e P.M. Bardi, 2000.

LIBÓRIO, J. B. L. *Estudo patológico das construções de argamassa armada existentes no Brasil*. Tese (Doutorado em Engenharia de Estruturas). Escola de Engenharia São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 1989.

LIBÓRIO, J. B. L.; HANAI, J. B. *Ferrocement Durability: Some Recommendations for Design and Production*. *Journal of Ferrocement*. Vol. 22, Nº 3, July 1992. p. 265-272.

LIMA, A. R. F.; TOLEDO, L. C. *Vamos salvar da demolição as escolas projetadas e construídas pelo arquiteto João Filgueiras Lima em Salvador*. *Minha Cidade, Salvador*, n. 179.05, ano 15, *Vitruvius*, jun. 2015. Disponível em: < <https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/15.179/5587> >. Acesso em: 18 abr. 2022.

LIMA, J. F. *Escola Transitória: modelo rural*. Brasília: MEC/CEDATE, 1984.

RISÉRIO, A. *Um mestre da precisão e da delicadeza estética e social*. RISSELADA, M.; LATORRACA, G. (Org.). *A Arquitetura de Lelé: fábrica e invenção*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2010, p. 31-46.

SANTOS, A. *Arquitetura brasileira perde “pai do pré-fabricado”*. 5 jun. 2014. Disponível em: < <https://www.cimentoitambe.com.br/massa-cinzenta/arquitetura-brasileira-perde-pai-do-pre-fabricado> >. Acesso em: 13 abr. 2022.

TRIGO, C. C. *Pré-fabricados em argamassa armada: material, técnica e desenho de componentes desenvolvidos por Lelé*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2009.

UGARTE, J. F. DE O.; SAMPAIO, J. A.; FRANÇA, S. C. A. *Vermiculita. Rochas e Minerais Industriais no Brasil: usos e especificações*. 2.ed. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2008. p. 865-887.

VASCONCELOS, A. C. DE. *O Concreto no Brasil: recordes, realizações, história*. v. 1. 2ª ed. São Paulo: PINI, 1992.

VASCONCELOS, L. Neto vai desmontar prefeitura para 'limpar a praça Municipal'. *Portal A TARDE*. 27 fev. 2019. Disponível em: <<https://atarde.com.br/colunistas/levivasconcelos/neto-vai-desmontar-prefeitura-para-limpar-a-praca-municipal-1035322>>. Acesso em: 26 abr. 2022.

WAINSHTOK RIVAS, H. *Ferrocemento: Diseño y Construcción*. La Habana: Cuba, 1991, 3. ed. Guayaquil, Ecuador, 1998.

5

MODERNIZAÇÃO, MODERNIDADE E MODERNISMO:

EDIFÍCIOS ESCOLARES EM SALVADOR DURANTE
O PERÍODO VARGAS (1930-1945)

BIERRENBACH, Ana Carolina

Arquiteta e urbanista (FAU-MACKENZIE - 1993), historiadora (FFLCH-USP, 1995); mestre (PPGAU-UFBA, 2001) e doutora (ETSAB-UPC, 2006). É professora da FAUFBA e do PPGAU-UFBA. Atua nas áreas de história, teoria e crítica da arquitetura moderna, com ênfase na produção arquitetônica e urbana soteropolitana durante o século XX. Também possui pesquisas relacionadas com as teorias de restauro sobre a arquitetura moderna e a obra de Lina Bo Bardi.

INTRODUÇÃO

A produção arquitetônica do primeiro período Vargas (1930-1945) está sendo mais difundida e analisada recentemente. Há uma maior atenção para as realizações do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. No caso de Salvador, há também alguns estudos que tratam desse período e da sua arquitetura, porém ainda de forma incipiente e dispersa. Este texto pretende abordar tal produção na cidade, tendo como foco a arquitetura institucional, mais especificamente aquela de caráter educacional.

Assim, aborda três edificações escolares construídas na capital durante o período em questão e que são constantemente referenciadas pela documentação consultada – Góes Calmon, Duque de Caxias e, especialmente, o Instituto de Educação. Nota-se que também aparecem indicações dispersas de dois jardins de infância que não são abordados neste texto: Baronesa de Sauype em Itapagipe e Oswaldo Cruz no Rio Vermelho (COMO, 1936, p.10-11).

O texto realiza uma análise de tais edifícios relacionando seus aspectos extrínsecos e intrínsecos. Quanto aos primeiros, trata da modernização, com atenção à atuação do Estado, às suas políticas e princípios educacionais e suas relações com as propostas arquitetônicas.

Quanto aos segundos, aborda as principais características arquitetônicas das três edificações escolares mencionadas, ressaltando suas relações com as tendências arquitetônicas existentes no momento, com a modernidade e com o modernismo. Assim,

enquanto método, pretende-se transitar entre esses dois aspectos, procurando apresentar e criticar as suas relações.¹

O texto toma como referências documentais principalmente notícias produzidas por periódicos locais (especialmente *A Tarde* e o *Diário de Notícias*), além de determinados periódicos nacionais, documentos institucionais, além de fontes secundárias. Compreende-se que é importante que ocorra uma aproximação crítica aos documentos, com atenção ao local de fala daqueles que os produzem.

Entre os periódicos locais, *A Tarde* traz em um primeiro momento uma postura crítica em relação ao Governo Vargas e ao interventor/governador Juracy Magalhães. Após a instalação da Ditadura em 1937, o periódico é submetido à censura. Entretanto, termina por ser mais condescendente com os interventores Landulpho Alves e Pinto Aleixo (*A TARDE*, 20--?, n.p.).

¹A modernidade pode ser entendida como “Referência a uma condição de vida imposta sobre os indivíduos pelo processo socioeconômico da modernização. A experiência da modernidade envolve a ruptura com a tradição e tem um profundo impacto nas condições de vida e nos hábitos cotidianos. Os efeitos dessa ruptura são múltiplos. Eles se referem ao modernismo, o corpo de ideias e de movimentos artísticos e intelectuais que se vinculam com o processo de modernização e com a experiência da modernidade”. HEYNEN, Hilde. *Architecture and modernity - a critique*. Londres /Cambridge: MIT Press, 1999. pp.3. Tradução Ana Carolina Bierrenbach

No caso do Diário de Notícias, o periódico apoia o governo Vargas, e, especialmente, a atuação de Juracy Magalhães (DIÁRIO, [20--?], n.p.). A maior parte dos documentos institucionais consultados, mesmo aqueles que são difundidos nos periódicos acima mencionados, manifesta a fala dos detentores do poder do momento. Em diferentes ocasiões as notícias são praticamente as mesmas, como nos casos das mensagens dos interventores/governadores.

Há poucas análises e escassas críticas por parte dos periódicos consultados, demonstrando a falta de liberdade de expressão no momento.

A MODERNIZAÇÃO E OS EDIFÍCIOS ESCOLARES

Entre 1930-1945 o país é governado por Getúlio Vargas. Usualmente se separa o período em diferentes fases, mas, para o que interessa a este texto, toma-se a interpretação da existência de duas fases mais marcantes, referentes à Nova República (1930-1937) e ao Estado Novo (1937-1945).

A primeira fase é marcada pela ruptura com República Velha e pela Constituição de 1934. A segunda é caracterizada pelo golpe de Estado de 1937, que estabelece uma nova Constituição no mesmo ano e uma ditadura no país. Nas duas etapas o país passa por um intenso processo de modernização, tendo como o Estado seu mais forte propulsor, estimulando a industrialização, a urbanização e a produção arquitetônica.

Durante a Nova República, o Estado coloca a educação como uma das suas pautas prioritárias. Isso se manifesta na instituição do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), comandado inicialmente pelo ministro Francisco Campos (1930-1932), posteriormente por Washington Pires (1932-1934) e, finalmente, por Gustavo Capanema (1934-1945). Reformas são realizadas interferindo nos cursos superiores, secundários e profissionalizantes². Entretanto, o ensino primário e o normal, nesse momento, não são afetados por serem de competência dos estados (ANDREOTTI, 2006, p. 107-109).

De qualquer modo, a educação como um todo passa por algumas transformações que são decorrentes das discussões sobre seu papel em uma sociedade em processo de modernização. Essas começam a acontecer ainda nos anos 1920, quando se conforma, em 1924, a Associação Brasileira de Educação (ABE). A partir disso se estrutura o movimento da Escola Nova, cujas posições são sintetizadas em 1932 no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, liderado por Fernando Azevedo³.

² Durante todo período Vargas as reformas são prioritariamente destinadas ao ensino profissionalizante – direcionado às massas de trabalhadores – e ao ensino secundário – para a formação das “elites condutoras” do país (PALMA FILHO, 2010, p.12). Essas elites têm acesso à Universidade, que também é reformada, com a criação da Universidade do Brasil.

³ O Movimento tem à frente o educador Fernando de Azevedo e o manifesto é assinado por outros educadores, sendo importante mencionar a presença de Anísio Teixeira (MANIFESTO, 2011, p.66). Uma das maiores influências da Escola Nova é o filósofo e educador norte-americano John Dewey.

Esse sinaliza a necessidade de uma reforma educacional que incorpore a modernização. Mas, a educação que se pretende oferecer não se limita à simples alfabetização, não é instrumental e passiva, mas sim ativa, motivadora da invenção e da iniciativa individuais (MANIFESTO, 2010, p. 33).

Parte-se do pressuposto de que a educação tem como fim “servir não aos interesses das classes, mas aos interesses dos indivíduos” (MANIFESTO, 2010, p.40). Demanda-se, assim, entre outros pontos, uma educação oferecida pelo Estado, para todos, de caráter público, gratuito, obrigatório e laico (MANIFESTO, 2010, p.44-45), que colabore para a formação de uma sociedade mais democrática.

Esse movimento encontra resistência por parte de outro grupo, de caráter conservador, que se contrapõe às demandas do ensino público e laico, entre outras coisas (PALMA FILHO, 2010, p.3).

Como se notou, a educação primária e a normal durante o período da Nova República são de competência dos estados. Nesse sentido, é importante salientar as experiências de São Paulo e do Rio de Janeiro (então Distrito Federal), inspiradoras para outras realizadas no país, como no caso da Paraíba (GOLDFABER; TINEM, 2016, p.2).

Ressalta-se que esse foco nos estados atende uma das demandas do Manifesto dos Pioneiros que entende que, embora a educação brasileira deva ser unitária, também deva ser múltipla, procurando se adequar às características e interesses regionais (MANIFESTO, 2010, p.47).

A experiência carioca inicia-se entre os anos de 1927-1930, liderada por Fernando Azevedo. Posteriormente, durante a gestão do prefeito Pedro Ernesto Batista no Distrito Federal (1931-1936), quem assume a Diretoria de Instrução Pública é o baiano Anísio Teixeira⁴.

Uma das suas importantes realizações é a criação do Instituto de Educação, que é um complexo que integra a Escola Normal para formação de professores com jardim de infância, primário e secundário em um único estabelecimento (TEIXEIRA, [20--?], n.p.). O primeiro edifício a receber tal programa é o Instituto de Educação do Rio de Janeiro, inaugurado em 1930, com a intenção de ter “salas amplas, harmoniosas, lavadas de luz” (AZEVEDO, apud LOPES, 2008, n.p.), mas ainda constituído em estilo neocolonial.

Uma pesquisa realizada pela Diretoria de Instrução Pública do DF constata a precária situação das escolas existentes. Há um entendimento de que parte delas pode ser reformada, mas que é necessário um esforço para a construção de outras escolas mais adequadas às novas circunstâncias (ESFORÇOS, 1935, p.8).

⁴ Anísio Teixeira (1900-1971) é natural da Bahia, com ampla atuação no estado. No Distrito Federal é nomeado como Diretor Geral de Instrução Pública (1931-1935), diretor do recém-criado Departamento de Educação do D.F. (1935) e secretário-geral de Educação e Cultura da capital (1935). É demitido no mesmo ano. Também tem uma atuação relevante em Salvador, na Secretaria de Educação e Saúde do Estado da Bahia (1947-1951) (TEIXEIRA, [20--], n.p.).

Para tanto, é implementado o Serviço de Aparelhamento Escolar (SPAÉ) que tem uma equipe de arquitetos coordenada por Enéas Silva. A compreensão é de que a edificação escolar é parte fundamental para a implementação efetiva dos postulados da Escola Nova.

O programa de usos a ser constituído considera que é necessário que a escola ofereça educação intelectual, mas também formação manual e corporal (MANIFESTO, 2010, p.49). Estabelece-se, assim, a proposta da formação de um sistema escolar composto por 5 tipos diferenciados⁵.

Três são correspondentes com o sistema denominado Platoon, com salas destinadas à formação intelectual (salas para aulas de matemática, línguas etc.) e salas para a formação manual e corporal. Para que todos os estudantes tenham acesso a ambos, propõe-se a troca de turnos. Disso decorre o nome utilizado, uma vez que se pretende que os estudantes se desloquem em pelotões pelos corredores das escolas (DÓREA, 2000, n.p.).

Mas a proposta de Teixeira não se limita a isso. Entende que as novas edificações deveriam ser construídas de um modo diferenciado das anteriores, da forma mais “clara, lógica e econômica” possível: deveriam ser modernas (TEIXEIRA, apud DÓREA, 2003, p.74). O arquiteto Enéas Silva⁶ demonstra alinhamento com as concepções de Teixeira para a realização das escolas cariocas:

O aspecto arquitetônico dessas construções é puramente funcional (...). Ritmo plástico obtido mercê do próprio partido arquitetônico adotado em planta (...). Concepção puramente baseada em eficiência e economia (SILVA, apud DÓREA, 2003, p. 203).

No mesmo sentido se manifesta Oscar Porto Carreiro, na ocasião da Primeira Exposição de Arquitetura Escolar, realizada no Rio de Janeiro, em maio de 1934 (ASSOCIAÇÃO, 1934, p.14). Nessa constam edifícios de diferentes estados, sem a presença da Bahia. São ressaltados especialmente aqueles produzidos no Distrito Federal.

Carreiro afirma que há duas diretrizes, uma que se pauta na racionalidade e na funcionalidade e a outra baseada na beleza. E pontua:

A arquitetura funcional sacrifica, se necessário, a parte sentimental em proveito da função. O que importa (...) é a luz, o conforto, a higiene. (...) O edifício moderno deve refletir na sua fachada sua razão de ser. (...) O belo é uma consequência do cálculo (CARREIRO, apud EXPOSIÇÃO, 1934b, p.3).

⁶ Enéas Silva (1904-1978) é o arquiteto responsável pela Divisão de Prédios e Aparelhamentos Escolares do Rio de Janeiro.

⁵ Teixeira propõe um sistema que integra edificações de natureza diversa: Escolas-Nucleares (ou Escolas-Classe) e Escolas-Parque. As crianças devem frequentar as duas regularmente, em dois turnos diferenciados. Em uma delas (equivalente à Escola-Classe) estariam incluídas as matérias fundamentais e na outra (equivalente às Escola-Parque) as matérias especiais, manuais e corporais. O que de fato aconteceu foi a construção de cinco tipos de Escola-Classe: tipo Mínimo (duas salas de aula e uma de oficinas), tipo Nuclear (12 salas de aula, administração, secretaria, sala de professores e biblioteca) e três tipos Platoon de tamanhos variados (com 12, 16 ou 25 salas de aula comuns e especiais – auditório, salas de artes, ciência e recreação). Supostamente a Escola-Parque viria a complementá-las, mas isso não chegou a acontecer no Rio de Janeiro (DÓREA, 2000; DÓREA, 2003, p.2-3).

Entretanto, suas notas indicam que a arquitetura não assume apenas uma função de proteção física, mas também psíquica, adequada para a existência humana. No que diz respeito às escolas, comenta:

A escola não é apenas a máquina de morar, nem a de viver, nem a de ensinar. É a máquina onde se aprende. (...) Os problemas principais que há de se resolver são problemas de higiene.

(...) [Esses são de duas espécies]: a objetiva, que cuida do corpo e a subjetiva, que cuida da alma. Não basta dar à criança luz e ar. (...) É preciso ir além e procurar um ambiente de alegria da calma, ambiente de liberdade. (...) Eis o espírito que domina na arquitetura funcional da escola (...) que se faz sentir tão profundamente na Exposição do Prédio Escolar (CARREIRO, apud EXPOSIÇÃO, 1934b, p.3).

Também se pode mencionar Paulo Sá⁷ e suas orientações para as novas soluções arquitetônicas, inclusive as escolares. Informa que a organização centrípeta, estilística, que parte das fachadas para posteriormente determinar a disposição dos espaços internos, está superada; defende a organização centrífuga, pautada nos ocupantes, que primeiro define os espaços internos para depois se interessar pelas fachadas:

Se é uma escola que se projeta, partir-se-á do aluno, na posição mais adequada ao ensino. Do aluno vai-se ao móvel escolar, [desse] à sala de aula, da sala de aula aos cômodos que a completam. Organizado assim, o total pela soma das parcelas, está fixada a disposição geral do edifício: ao artista-arquiteto caberá, então, dar unidade ao conjunto e criar a fachada que o complete (SÁ, apud MINISTÉRIO, 1944, p.5).

Ainda segundo Sá, o edifício não deve apenas solucionar as questões de conforto físico (sonoro, térmico), mas também tem que procurar criar melhores condições para atender ao espírito dos usuários (SÁ, apud MINISTÉRIO, 1944, p.5). Nesse sentido, as ponderações de Carreiro e de Sá também se adequam aos princípios difundidos pela Escola Nova.

Assim, nota-se que o foco dos autores é principalmente a funcionalidade. Teixeira aponta outro aspecto importante, que é a economia. Assim, a forma resultante tem que ser uma resposta à funcionalidade e à economia. Nesse sentido, as edificações de caráter geométrico, com volumes e planos destacados, superfícies lisas com pouca ou nenhuma ornamentação, são tidas como aquelas que melhor respondem às demandas funcionais e econômicas.

Podem ser utilizadas ainda as técnicas mais tradicionais, que são mais econômicas, mas são inseridos elementos pontuais com a técnica mais contemporânea do concreto, em marquises, terraços em balanço e coberturas. Mas já começam a aparecer soluções mais completas em concreto armado.

Assim entende-se que as escolas em estilos passadistas como o neocolonial (estilo adotado no Instituto de Educação do Rio de Janeiro, inaugurado em 1930) representam o passado, enquanto aquelas que superam tais estilos passadistas e se pautam na funcionalidade e na economia, representam o presente.

⁷ Paulo Sá é Diretor da Divisão da Indústria da Construção, do Instituto Nacional de Tecnologia e diretor da Secretaria da Associação Brasileira de Normas Técnicas (MINISTÉRIO, 1944, p.5).

As primeiras cheias de “arabescos e de pó”, as segundas “sem pretensão, de linhas simples, traduzem saúde e alegria” (CARREIRO, apud EXPOSIÇÃO, 1934b, p.3).

Durante a Nova República, embora aconteçam mudanças importantes em termos da política educacional e orientações quanto à produção de edifícios escolares mais adequados, não existe propriamente uma coordenação ou definição estatal precisa em relação ao tema.

O que existe são reflexões que entendem que é necessária uma conexão entre as novas práticas educacionais e as soluções arquitetônicas. Ocorre uma difusão de tais práticas e soluções através de manifestos e exposições (como aquela ocorrida em 1934), dando-se ênfase ao caso do Distrito Federal.

Na Bahia⁸, durante a Nova República, no decorrer do Governo de Juracy Magalhães, estrutura-se a Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Sanitária, sob o comando de A. L. de Barros Barreto (ESTADO, 1937, p.4). Os documentos consultados ressaltam que existe uma suposta dedicação do governo com esses três setores.

Mas não parece existir uma orientação clara ou uma sistematização de como construir edifícios escolares nesse momento. Entretanto, cabem duas ponderações: a primeira diz respeito ao fato do governo estadual estimular a realização de pesquisas para “a definição de tipos escolares” (BAHIA, 1936b, p.15). A segunda refere-se à presença do baiano Anísio Teixeira como Diretor de Instrução Pública do Dis-

trito Federal (1931-1935), fato que estabelece uma importante conexão da Bahia com as práticas e soluções sobre educação difundidas naquele momento.

Assim, essas circunstâncias têm que ser consideradas para a análise das edificações escolares concebidas durante a Nova República. Essas são uma incumbência da Inspetoria Técnica de Engenharia, a quem cabe “opinar sobre os projetos das novas construções, reconstruções e remodelações de prédios na (...) capital” (MENSAGEM, 1935, p.5).

Com a instalação do Estado Novo em 1937, o Ministério passa a se chamar de Educação e Saúde (MES), mantendo-se sob o comando de Gustavo Capanema.

Nessa fase, o Estado deixa de ter a obrigação de fornecer a educação pública para todos, tendo que fazê-lo “apenas para aqueles que demonstrem insuficiência de recursos para se manter numa escola particular” (PALMA FILHO, 2010, p.10). A partir de 1938 há uma mudança com relação ao ensino primário, que passa a ser tratado “como problema nacional” (REIS, 2014, p.103), embora os estados ainda o tenham sob suas competências (MELLO, 2015, p. 117).

⁸ Inicialmente quem comanda o estado é o interventor Leopoldo Amaral (1930-1931), sucedido por Artur Neiva (1931). Posteriormente assume Juracy Magalhães, inicialmente como interventor (1931-1934) e posteriormente como governador (1934-1937). Com o advento do Estado Novo, Magalhães é substituído pelos interventores Antônio Fernandes (1937-1938), Landulpho Alves (1938-1942) e Renato Pinto Aleixo (1942-1945).

Essa fase conta com a implementação da Constituição de 10/11/1937, documento marcado por um autoritarismo ascendente, que se articula com o fomento da centralização da burocracia estatal. Nesse sentido, é instalado o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em 1938.

Entre as suas tarefas está a organização e padronização dos serviços estatais, além da sistematização e aparelhamento das edificações. Isso se dá no âmbito do Serviço de Obras a partir de 1940 (REIS, 2014, p.78), que é transformado posteriormente na Divisão de Edifícios Públicos (DEP) em 1943 (REIS, 2014, p.15-16).

Segundo Mello (2015, p.76), o Estado Novo cria uma universidade-padrão e escolas-modelo (secundárias e técnicas), mas, sobre as edificações escolares (ainda mais as primárias), não há indícios de que ocorra uma sistematização dos padrões arquitetônicos.

No que diz respeito às edificações escolares produzidas pelo Estado, essas são mostradas em duas exposições realizadas durante o período: a primeira delas é a Exposição do Estado Novo (dez. 1938) e a segunda é a Exposição dos Edifícios Públicos (ago. 1944).

Na primeira delas, referente aos edifícios produzidos durante a Nova República, são expostas escolas públicas realizadas pelos estados, como são os casos daquelas construídas em São Paulo e no DF, por Enéas Silva, sem que aparentemente se apresentem os edifícios soteropolitanos.

Também são mostradas escolas secundárias, profissionais e técnicas realizadas pela federação em diferentes localidades (REIS, 2014, p.103). Na segunda, já durante o Estado Novo, são mostradas “11 escolas superiores e 17 profissionais, 1 escola-tipo secundária, 10 aprendizados agrícolas”, sem que se façam referências às edificações soteropolitanas (REIS, 2014, p.124).

Em relação à Bahia, a partir da Interventoria de Landulpho Alves se constitui a Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Pública, sob a coordenação do “competente técnico” (OBRA, 1938, n.p.) Isaías Alves de Almeida, que atua entre 1938-1942 (MELLO, 2015, p.82).

Mello o classifica como um representante do pensamento autoritário, questionador da função social da educação e do fomento à liberdade das crianças, que são algumas das pautas da Escola Nova (MELLO, 2015, p.98). Defende a alfabetização das massas e a educação profissional, além de considerar que as crianças precisam de direção e controle (MELLO, 2015, p.98). Dentro do espírito do Estado Novo, fomenta a educação moral e cívica das crianças.

Alves tem a intenção de construir escolas na capital e no interior do estado, a partir de uma ideia de padronização pautada em tipos que supostamente atendam melhor às realidades locais (OBRA, 1938, n.p.), focando em uma “maior racionalidade no uso dos espaços” (MELLO, 2015, p.124). Entretanto, não há muitos indícios sobre as suas reflexões acerca das constituições arquitetônicas de tais escolas.

MODERNIDADE, MODERNISMO E AS EDIFICAÇÕES ESCOLARES SOTEROPOLITANAS

Este tópico trata das três edificações escolares que recebem destaque nos documentos do período: Góes Calmon, Duque de Caxias e Instituto de Educação. A Escola Góes Calmon⁹ não tem uma autoria do seu projeto referenciada, mas se entende que é executada pelo Governo da Bahia, através da Inspeção Técnica de Engenharia, órgão incumbido das construções do estado.

É realizado pela Companhia Construtora Nacional (COMPANHIA, 1937, n.p.). A construção da escola se dá durante o mandato de Juracy Magalhães, é iniciada em 1936 (REALIZAÇÕES, 1936, p.8), sendo que sua inauguração ocorre em 10 de novembro de 1938 (OBRA, 1938, n.p.). Está localizada em uma praça de um bairro central da cidade, no “modernizado” (OBRA, 1938, n.p.) e “aristocrático” (EDUCAÇÃO, 1939, n.p.) Barris, nos terrenos de uma antiga Vila Militar.

Trata-se de um bairro predominantemente residencial, com a presença de um casario que adota as expressões arquitetônicas “modernas” do momento, possuindo exemplares neocoloniais. Sua população possui “um nível social mais elevado” (OBRA, 1938, n.p.). Assim, a escola destina-se a esse público do bairro, com capacidade para 320 crianças (ESTADO, 1937, p.61).

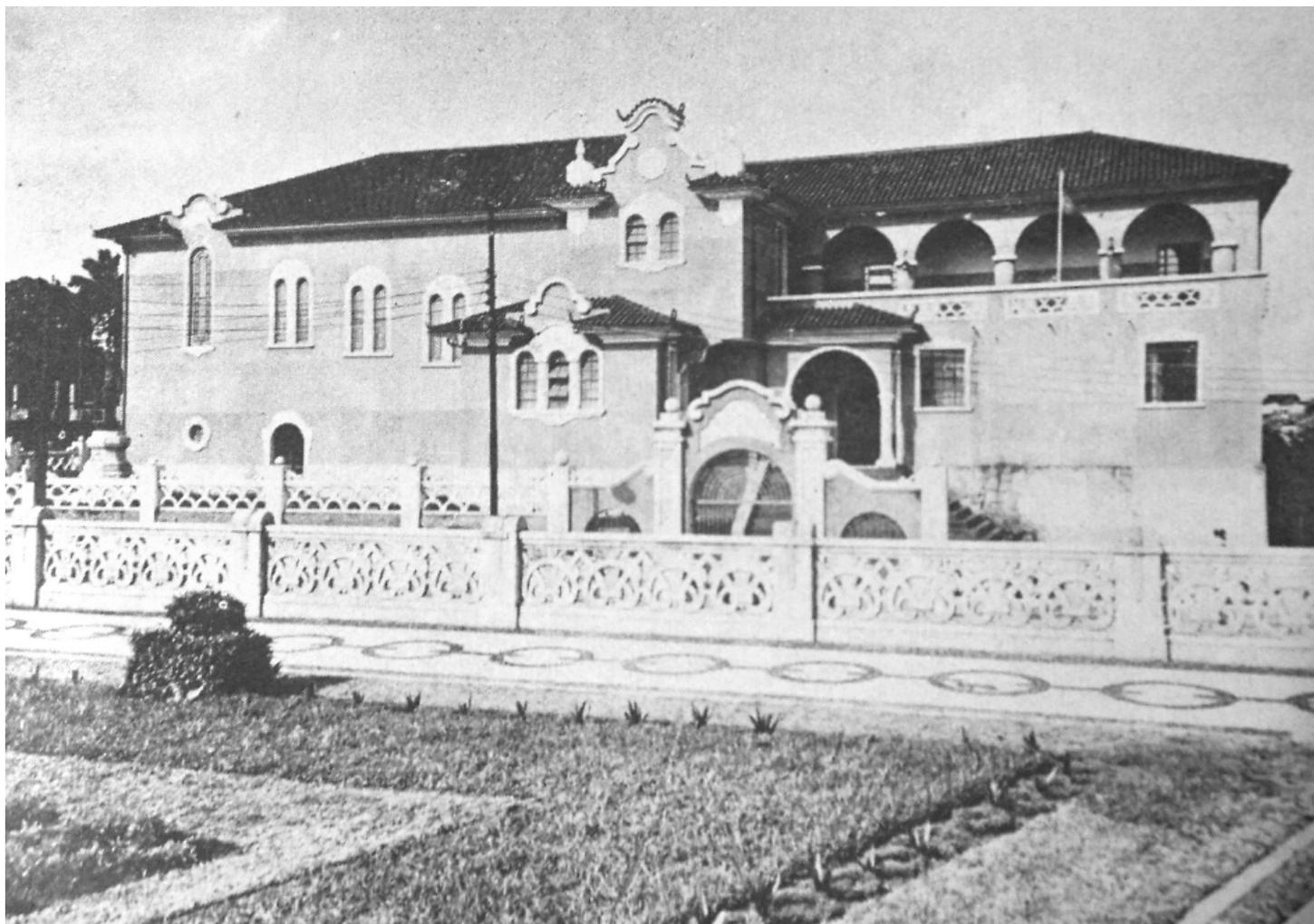
A intenção é que essa escola “experimente métodos” (OBRA, 1938, n.p.), embora não se explique exatamente o que isso quer dizer. Há informações que existem quatro salas para formação intelectual, constituindo-se, aparentemente, com um programa compacto, sem salas para formação manual e corporal.

Conta também “com uma inovação que os pedagogistas e técnicos da época consideravam da maior importância, ou seja, sem escadas, utilizando em lugar delas, rampas” (JM, 1961, p.2). Não há outros dados sobre seus usos ou espacialidade. A estrutura parece adotar o sistema de vigas, pilares e lajes de concreto.

Adota o estilo “barroco-colonial” (EDUCAÇÃO, 1939, n.p.), correspondente com o neocolonial difundido na cidade e no país daquele momento. O edifício, que conta com dois andares, define-se como um bloco compacto que recebe, na sua fachada principal, alguns blocos secundários destacados.

Possui uma fachada frontal bastante movimentada, na qual se infere a presença da rampa. Conta com a presença de elementos ornamentais, volutas e pináculos. Na parte superior dessa fachada e na inferior daquela posterior, recebe galerias arqueadas, que permitem contato com a praça diante do edifício e com o terreno atrás dele.

⁹ Atual Centro Estadual de Educação Magalhães Neto, situado na Rua Almirante Coelho Neto, 372, Barris. Há um edifício anexo construído posteriormente.



Fachada principal Escola Góes Calmon. Fonte: CALMON, 1941, n.p.

Na fachada posterior, o sistema estrutural adotado permite que as salas de aula recebam amplas janelas, que são arqueadas nas suas partes superiores. A cobertura é também movimentada, adotando telhas capa-canal características do neocolonial luso-brasileiro.

A adoção do neocolonial para essa escola não é um fato isolado. Pelo contrário, durante o período em questão o estilo é utilizado em ampla escala no território nacional, sendo empregado também para a arquitetura escolar, como no caso do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, anteriormente mencionado, ou na sede da Secretaria de Educação e Saúde da Bahia.

Entende-se que, embora tal estilo ainda se paute em referências do passado, no caso aquele colonial luso-brasileiro, o faz questionando o ecletismo, apontando para o ímpeto por mudanças assinaladas pela modernidade, incorporando também novos programas e novas tecnologias.

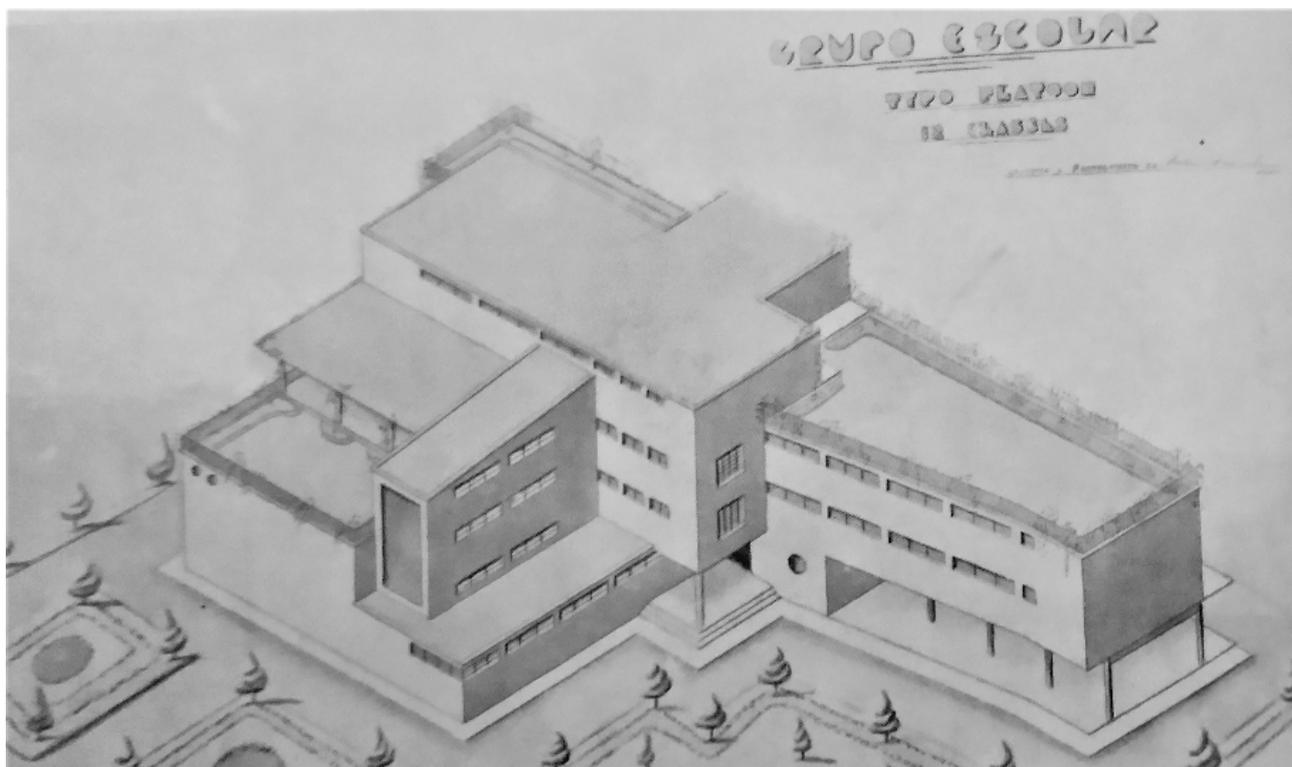
A Escola Duque de Caxias¹⁰ tampouco tem uma autoria explicitada, tendo sido projetada pelo Governo do Estado, executada pela firma Manso Cabral & Cia (ESTADO, 1937, p.17). Sua concepção e construção se dão durante a gestão de Juracy Magalhães e sua inauguração ocorre no dia 25 de agosto de 1939 (SURTO, 1939, p.17), na gestão de Landulpho Alves.

A escola está situada na Estrada da Liberdade, em “*um dos bairros mais populosos da capital*” (COMEMORANDO, 1938, p.11). Sua população é de baixa renda, predominantemente negra e proletária (OBRA, 1938, n.p.). Também se trata de um bairro mais residencial, constituído por roças e por um casario de caráter mais popular, com construções que usam em muitas ocasiões taipa de pilão, que adotam por vezes feições ecléticas ou art déco. A Estrada da Liberdade é cortada por uma linha de bonde, rodeada por vegetação. Assim, a escola é destinada à “*educação dos filhos de gente humilde*” (COMEMORANDO, 1938, p.11). Trata-se de uma escola pública, primária, para uso de 1500 crianças (ESTADO, 1937, p.61).

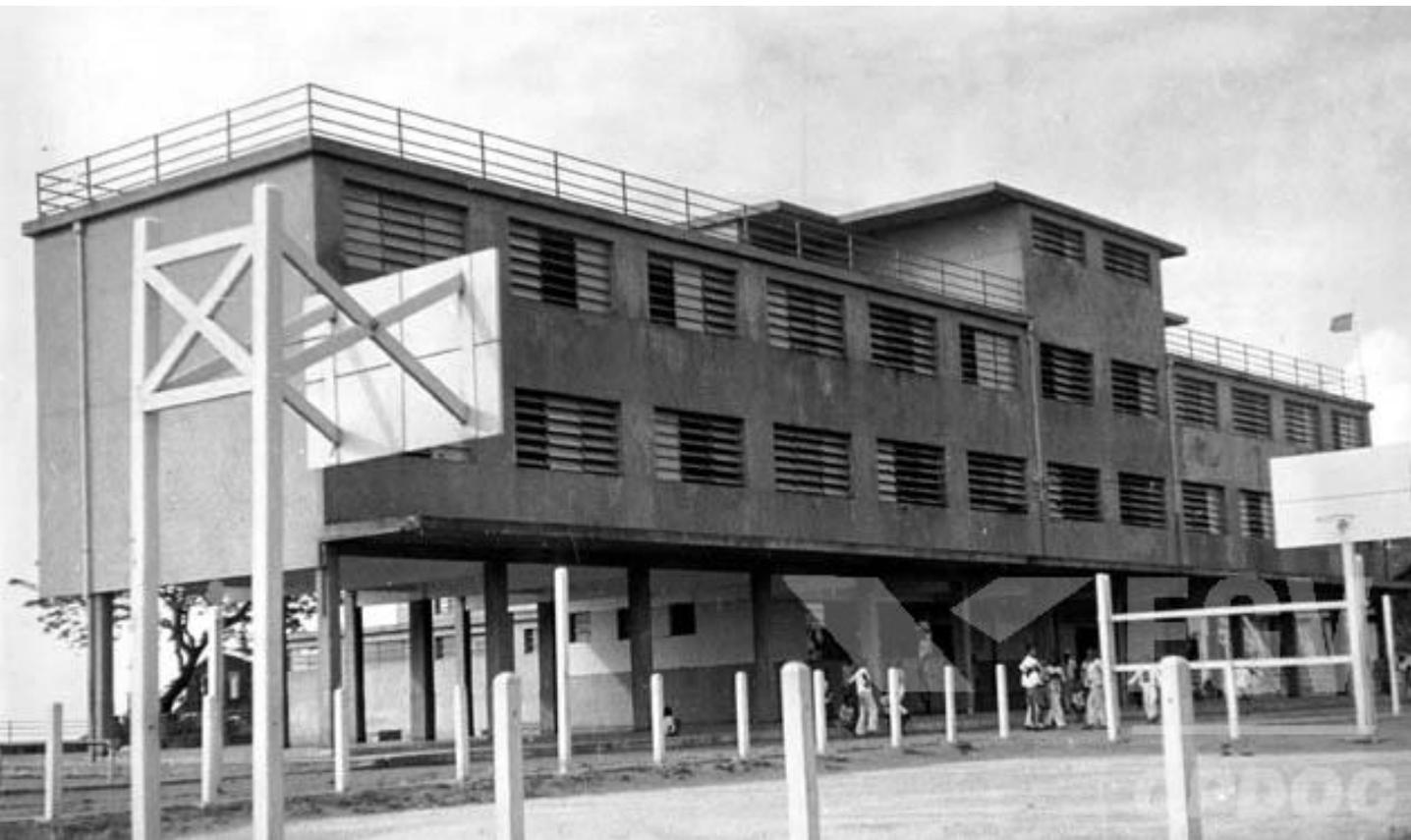
Em um primeiro momento, documentos indicam que essa escola será de tipo Platoon (ESTADO, 1937, p.61). Posteriormente, o termo desaparece das notícias, apenas destacando-se que se trata de um “*estabelecimento modelo*” (ESTABELECIMENTO, 1938, n.p.).

Na época da sua inauguração, uma notícia aponta que “*por força da sua localização (...), visará conjuntamente a alfabetização da criança, sua iniciação profissional com a formação de [hábitos econômicos e higiênicos] que a habilitem à luta pela vida*”. Não há indicações da quantidade de salas para formação intelectual.

¹⁰ Atual Colégio Estadual Duque de Caxias, situado na Estrada da Liberdade, sem número, Liberdade. Seu térreo foi vedado e sua cobertura foi ocupada por mais um pavimento, além de outras adições no corpo original da edificação. Também foram construídos vários anexos ao seu redor.



Perspectiva posterior da Escola Duque de Caxias. Fonte: ESTADO, 1937, p.60. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil



Há referências a salas destinadas a aprendizado manual complementar, nas quais aparecem aquelas para a costura e oficinas, além da pretensão de construção de um campo agrícola em terrenos contíguos (COMEMORANDO, 1938, p.11). Há indícios de que exista um auditório, mas não existem referências à biblioteca, salas de recreação ou ciências, sendo que esses espaços são indicadores da concretização da organização de tipo Platoon.

Percebe-se que existem quadras esportivas no terreno da edificação. Em termos da circulação, essa também se dá a partir de rampas (JM, 1961, p.2). A estrutura é inovadora, utilizando-se do sistema de vigas, pilares e laje em concreto armado. Quanto ao uso, acontece em 3 turnos, inclusive o noturno (OBRA, 1938, n.p.).

No dia da sua inauguração ocorrem demonstrações de educação física por parte dos alunos que, fardados às custas do governo, adotam “atitude de ordem e disciplina, em flagrante contraste em que se apresentaram à matrícula, pouco tempo antes” (OBRA, 1938, n.p.). Indica-se, assim, adesão da escola às novas orientações educacionais difundidas pelo Estado Novo.

A escola assume características claramente modernas, relacionando-se com o modernismo corbusiano que já começa a ser difundido no país. Trata-se de um bloco não compacto, em formato aproximado de “L”, composto por térreo, dois pavimentos e cobertura.

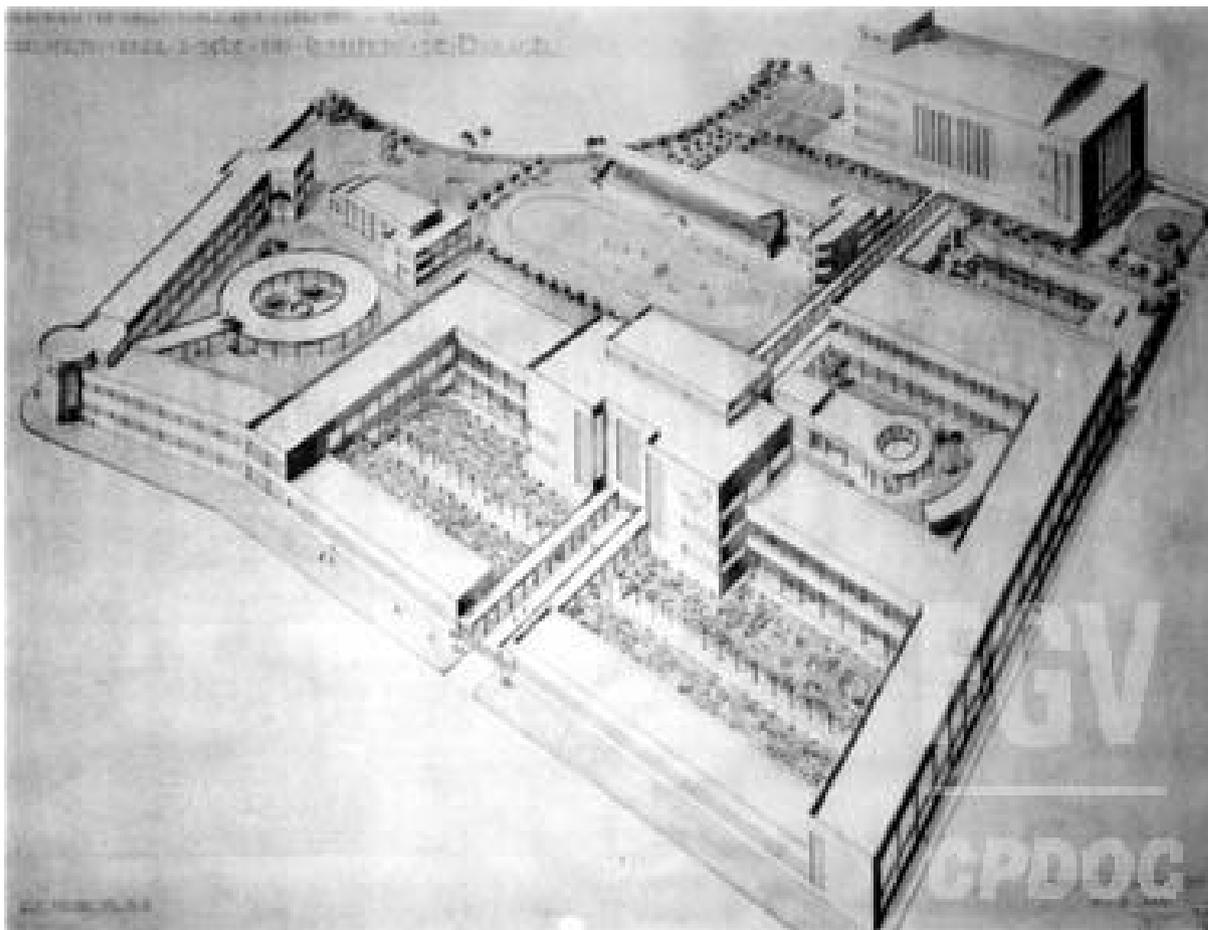
O térreo e a cobertura são parcialmente ocupados, sendo que o primeiro é elevado sobre pilotis e a última é plana, contando com um terraço-jardim. A fachada frontal é marcada pela permeabilidade da sua parte inferior e pela sequência de amplas janelas horizontalizadas nos dois andares superiores. A cobertura arremata o edifício com a afirmação das linhas horizontais, circundada por um guarda-corpo de proteção.

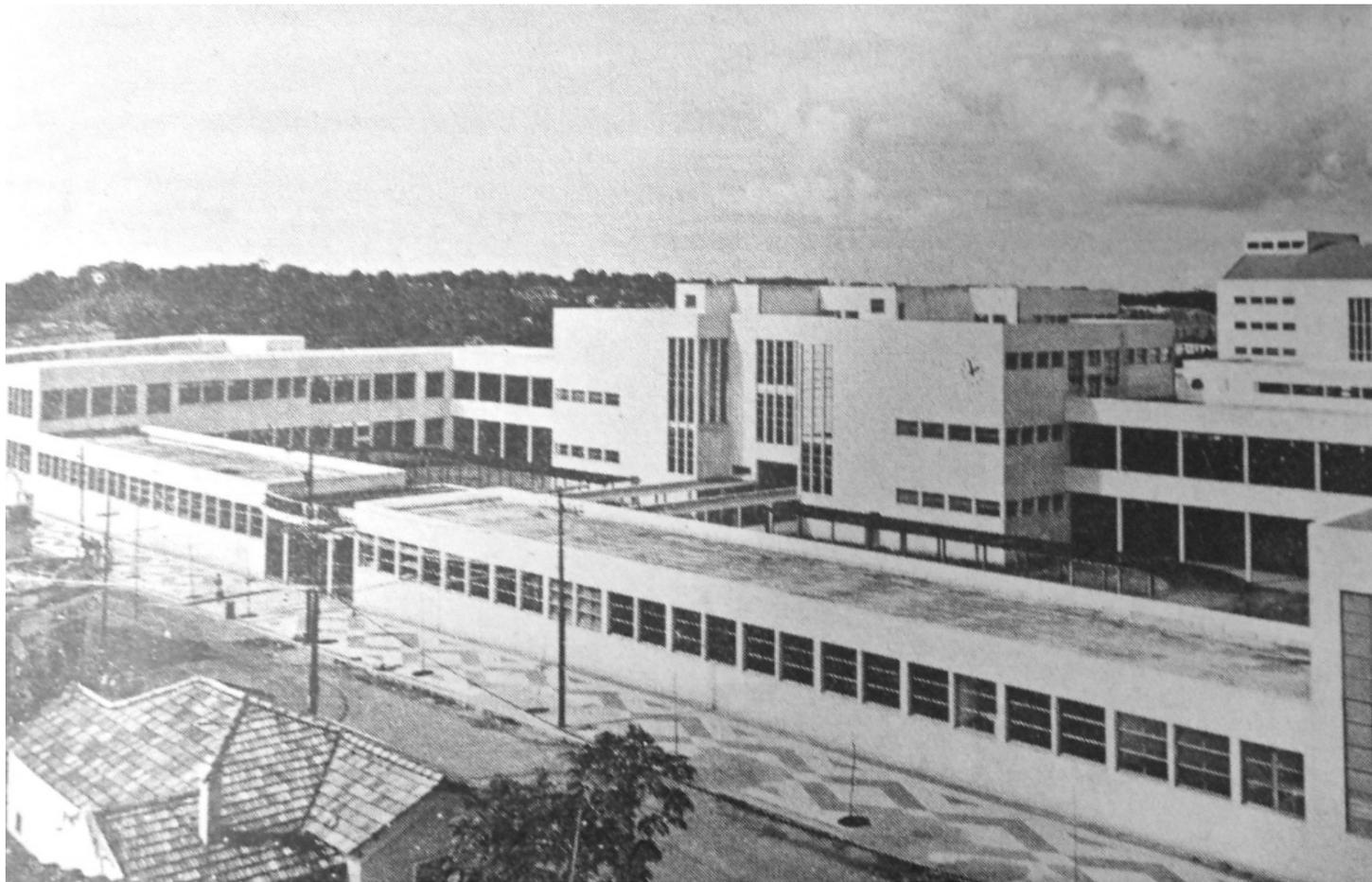
Não há muitas referências sobre a sua parte posterior, mas essa parece seguir as mesmas diretrizes daquela frontal. Nota-se que o bloco posterior tem sua volumetria mais movimentada, aparentemente em resposta ao programa que comporta. O projeto realizado parece não corresponder exatamente com a proposta apresentada, especialmente no que diz respeito à parte posterior do edifício.

De todos os modos, trata-se de uma solução arquitetônica que se dá do interior para o exterior, tendo seu ritmo plástico definido a partir do próprio partido arquitetônico (SILVA, apud DÓREA, 2003, p. 203). Entende-se que essa escola assume claramente a questão da funcionalidade e da economia de meios.

A antiga Escola Normal é remodelada, tornando-se o Instituto de Educação¹¹. O edital para a construção de uma nova edificação é lançado em 10 de fevereiro de 1936, o início das obras ocorre em meados de 1937, ainda durante a gestão de Juracy Magalhães (INSTITUTO, 1937, p.7).

MODERNIZAÇÃO, MODERNIDADE E MODERNISMO:
Edifícios escolares em Salvador durante o Período Vargas (1930-1945).





Fachada principal do Instituto de Educação. Fonte: CALMON, 1941, n.p.

A inauguração parcial se dá em 10 de novembro de 1939, já durante o comando de Landulpho Alves (ICEIA, 1973, n.p.), que tem como Isaías Alves o seu Secretário de Educação e Saúde. O atual nome do local, Instituto Central de Educação Isaías Alves (ICEIA) é uma homenagem a ele. Segundo Azevedo (1988, p.17) seu autor é Alexander Búddeus, com execução da construtora Christiani & Nielsen. Silva relata que o projeto apresentado é excelente e apenas algumas sugestões são feitas (SILVA, 1958, p.18).

O Instituto de Educação está localizado no Largo do Barbalho, onde existe um forte com o mesmo nome. Segundo Azevedo, o local exato é o antigo campo de tiros de tal forte (AZEVEDO, 1988, p.17). Sua escolha supostamente obedece a “requisitos de ordem técnica” (VAI, 1936, n.p.), sendo um deles a amplitude, para poder acolher um vasto programa.

Para o periódico *A Tarde*, a escolha do local não é apropriada, por ser de difícil acesso (IDEIA, 1934, p.02). De qualquer modo, atende à uma das zonas mais populosas da cidade, com capacidade para 2000 alunos (ESTADO, 1937, p.59), tendo como meta a alfabetização de todas as camadas sociais (VAI, 1936, n.p.).

A empreitada para a realização do Instituto Normal é conduzida pelo então diretor da Escola Normal da Bahia, Álvaro Augusto Silva. Para tanto, o educador realiza pesquisas no ano de 1934, a partir de visitas para conhecer outras experiências semelhantes, no nordeste e no sudeste do país (em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro) (FUTURA, 1934, p.6).

No mesmo ano, ocorre a Primeira Exposição de Arquitetura Escolar, a qual Silva certamente tem acesso.

Quanto ao nordeste, Azevedo afirma que o educador toma conhecimento das experiências pernambucanas, como por exemplo a Escola para Crianças Excepcionais (1934-1936) e a Escola Rural Alberto Torres (1935-1936), de autoria de Luiz Nunes (AZEVEDO, 1988, p.17).

Quanto ao sudeste, são particularmente importantes as experiências cariocas. Ainda segundo Azevedo (1988, p.17; 2007, p.199), Silva não se impressiona com o projeto do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, de autoria de Ângelo Bruhns, construído entre 1928-1930, com características neocoloniais.

Entretanto, o educador afirma que o Instituto de Educação da Bahia estabelece suas bases “de acordo com aquelas proposta pelo Instituto de Educação do Rio de Janeiro” (SILVA, 1958, p.14). Isso certamente não se refere ao seu estilo arquitetônico, mas ao fato de ter sido construído procurando implementar os mais recentes princípios educacionais.

Entretanto, Silva também adere a outro fator que se torna importante para a Escola Nova, que se refere às propostas arquitetônicas escolares. Assim, tece considerações a respeito, ponderando que as escolas devem ser realizadas:

¹¹ Atual Instituto Central Isaías Alves (ICEIA), localizado na Praça do Barbalho, s/n, Barbalho. Apesar de algumas intervenções e anexos, o conjunto encontra-se relativamente bem preservado.

de dentro para fora, estudada e atendida nas suas menores minúcias de ordem pedagógica e higiênica e não de fora para dentro, com só a preocupação da fachada que seria, aliás, uma resultante fatal da grande massa, refugindo, assim, com rara felicidade, ao vício de quase todas as edificações escolares existentes no país, até então conhecidas (...), salvo os novos prédios construídos na brilhante e operosa administração de Anísio Teixeira (SILVA, 1958, p.15).

Assim, o programa local equivale aquele realizado no Instituto de Educação do Rio de Janeiro, e é bastante amplo, reunindo:

Em um mesmo local todos os elementos que devem entrar na constituição de organismo dessa natureza: Escola Secundária, Escola de Professores, Escola de Aplicação (compreendendo Jardim de Infância, Escola Isolada e Grupo Escolar), Cursos para anormais, Escola Doméstica, Biblioteca, Restaurante, Ginásio para Escola Elementar, Campo de Educação Física e Praça Desportiva, arquibancadas e piscina, Auditório para 1500 pessoas, serviço médico e dentário (ESTADO, 1937, p.59).

Essa escola também possui características nitidamente modernas. Azevedo chama atenção para o fato dessa escola se articular com uma outra corrente do modernismo, de influência alemã. Destaca a influência de Walter Gropius, tendo-se em mente que o arquiteto do Instituto de Educação soteroopolitano é um alemão, Alexander Buddeus (AZEVEDO, 1988, p.17).

A solução adotada para a disposição de um programa amplo e complexo é a realização de blocos independentes, plenamente assentados no solo,

permeados por pátios e intercalados por percursos abertos ou cobertos.

Há um destaque para seus blocos prismáticos puros, com diferentes dimensões e alturas, que possuem fachadas circundadas por galerias ou demarcadas por amplas aberturas, que por vezes ocupam toda as suas extensões. Nesse caso, a edificação prima pela funcionalidade, sendo que aqui também sua plasticidade se define pelo partido arquitetônico, pautando-se na busca de eficiência e economia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As três escolas examinadas neste texto são concebidas e têm suas construções iniciadas ainda durante a Nova República. A política educacional referente a esse período afeta as suas realizações.

No que diz respeito à Escola Góes Calmon, há escassas informações a seu respeito. Entretanto, parece se constituir como uma escola mais tradicional, embora documentos indiquem que existe uma intenção de adoção de métodos experimentais.

Quanto à sua solução arquitetônica, certamente busca a criação de espaços mais adequados para o ensino, com salas mais amplas, mais bem iluminadas e aeradas. Também há uma maior atenção à circulação interna. Mas ainda não se dá uma alteração do seu programa, que adota, aparentemente, apenas a presença das salas para formação intelectual.

Ainda não acontece uma prioridade da definição funcional em relação à formal, embora pareçam existir certas correspondências entre as instalações internas e as disposições externas. Isso ocorre, por exemplo, no caso da rampa, que pode ter sua presença inferida na fachada frontal da edificação. De qualquer modo, a edificação ainda adere ao estilo neocolonial.

As duas outras escolas parecem aplicar de um modo mais direto os métodos experimentais e as soluções arquitetônicas propostas pela Escola Nova. No caso da Escola Duque de Caxias, existe a intenção de constituí-la a partir do sistema Platoon, embora não se possa afirmar com certeza que esse é instituído.

No Instituto de Educação, conforma-se um sistema completo, que reúne crianças e adolescentes de diferentes faixas etárias, além de professores; que adota salas e equipamentos para formação intelectual, manual e corporal. Esse esquema reúne em um único local aqueles que estão parcialmente dispersos na solução das escolas-classe e parque, assemelhando-se mais aos esquemas Platoon mais completos.

As soluções arquitetônicas utilizadas pelas escolas representam as disputas no campo existentes nesse momento. Na década de 1930, o estilo neocolonial começa a ser questionado e a ser suplantado pelas mais recentes tendências arquitetônicas. Essas incluem aquelas então conhecidas como “artes decorativas”, “estilo futurista”, “estilo cubista” e “estilo moderno”, ou simplesmente “modernas”. Mas, essas não são utilizadas nas escolas aqui examinadas.

Essas aderem a outras correntes arquitetônicas, também ditas “modernas”, mas de caráter mais radical, que começam a se espalhar pelo país e alcançar a capital baiana, especialmente aquelas que se pautam nas noções de funcionalidade e de economia.

Essas se relacionam com as diferentes orientações europeias, mais especificamente com aquelas difundidas por Le Corbusier ou Walter Gropius e a produção arquitetônica alemã do momento. Essa articulação se explicita no caráter vanguardista da Escola Duque de Caxias e do Instituto de Educação, que se constituem como autênticas “máquinas de aprender” (CARREIRO, apud EXPOSIÇÃO, 1934b, p.3).

Essas, cada uma a sua maneira, definem suas formas a partir das suas funções, pautando-se na organização centrífuga referenciada, que primeiro define os espaços internos para depois se interessar pelas fachadas, tal como afirma Sá (SÁ, apud MINISTÉRIO, 1944, p.5).

Embora as três escolas sejam concebidas e construídas durante a Nova República, são inauguradas durante o Estado Novo. Conforme se notou, na transição entre essas duas fases do Governo Vargas, há um acirramento do autoritarismo e uma mudança no direcionamento das políticas educacionais. Aparentemente essa situação afeta a aplicação dos métodos propostos, especialmente na Escola Duque de Caxias e no Instituto de Educação. Mas isso possivelmente não interfere nas soluções arquitetônicas, que são definidas anteriormente.



Entretanto, constata-se que é o Governo do Estado Novo que se torna reconhecido pela realização das três escolas. Isso se nota especialmente quando, nos anos 1960, o Instituto de Educação passa a receber o nome de Instituto Central Isaías Alves (ICEIA), que foi Secretário de Educação de Landulpho Alves. Mas se percebe também que, ao menos em Salvador, não há nenhuma outra edificação escolar relevante construída entre 1937-1945.

De fato, essa percepção é confirmada posteriormente por Teixeira (1952, p.5) ao afirmar que 39 prédios iniciados durante o Governo Vargas não são concluídos. E complementa sua percepção sobre a gestão anterior: *“fossem as escolas, fossem os serviços hospitalares ou de saúde, tudo se encontrava em condições semelhantes aos de um país que houvesse sido devastado por uma guerra perdida”* (TEIXEIRA, 1952, p.4).

Teixeira também tece duras críticas ao sistema educacional implementado a partir de 1937. Considera que pretende constituir um sistema burocrático, unificador e centralizador, mas não tem capacidade para isso.

Esse sistema é considerado por ele como inadequado, até mesmo *“monstruoso”*, transformando todas as escolas em uma única. Para ele é necessário que não existam centralizações impostas. Apenas assim as escolas *“voltarão a ser vivas, progressivas, conscientes e humanas”* (TEIXEIRA, 1956, n.p.).

O educador tem a oportunidade de retomar suas ideias e tentar colocá-las em prática após a rede-

mocratização do país, em 1945. Teixeira atua como Secretário da Educação e Saúde durante o governo baiano de Otávio Mangabeira (1947-1951).

Formula um plano para o estado e outro para a capital. Para a última, a intenção é criar um sistema escolar com capacidade para atender a 4000 alunos. Para tanto, retoma o esquema das escolas-classe e escolas-parque concebido durante o período no qual o educador atua no Rio de Janeiro. Mas apenas um conjunto dessas escolas é de fato construído, o Centro de Educacional Carneiro Ribeiro, localizado na Caixa d'Água, em Salvador (ANDRADE JÚNIOR, 2011).

Constata-se a existência de momentos na história nacional e local nos quais existe uma intenção modernizadora que é acompanhada por propostas de transformações nas políticas educacionais. Essas, em determinadas circunstâncias, como essa apresentada neste texto, articulam-se com alterações nas características arquitetônicas das escolas. Nos casos expostos, a intenção é criar instituições e espaços propícios para que as cidadãos possam ser inseridos no processo de modernização.

Para tanto, especialmente as escolas da Liberdade e do Barbalho, assumem um papel fundamental na instrução das camadas mais pobres soteropolitanas. Mas isso não se dá sem percalços ou mudanças de rotas. Se em um primeiro momento essas escolas têm como meta a formação de indivíduos ativos e criativos, as mesmas, a seguir, são utilizadas para doutrinar indivíduos passivos, controlados por um Estado nacionalista e autoritário.

Assim, as mudanças dos princípios e das políticas educacionais terminam usando os mesmos espaços, mas os assimilam e os ressignificam. De todos os modos, mesmo tendo sido realizadas tão poucas escolas em comparação com as necessidades da cidade, é importante fazer referência a essas experiências (educacionais e arquitetônicas) pioneiras na Bahia e em Salvador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE JUNIOR, N. As obras do plano de edificações escolares de Anísio Teixeira e a arquitetura moderna na Bahia (1947-1950). In: 9º SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 2011, Brasília, *Anais* [...]. Brasília: UNB, 2011.
- ANDREOTTI, A. A administração escolar na era Vargas e no nacional-desenvolvimentismo (1930-1964). *Revista HISTEDBR*. Campinas, n. especial, p.102-123 ago. 2006. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4916/art8_22e.pdf. Acesso em 09 mai. 2022.
- ASSOCIAÇÃO Brasileira de Educação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05 mai. 1934, p.14.
- A TARDE. *Verbete*. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tarde-a?msclkid=1f166cffcf8711ecb943c4bc-c5e0c5e8>. Acesso em 09 mai. 2022.
- AZEVEDO, P. Or. Crise e Modernização, a arquitetura dos Anos 30 em Salvador. *Arquiteturas no Brasil/Anos 80*. São Paulo: *Projeto*, 1988. p.14-18.
- AZEVEDO, P. O. Alexander S. Buddeüs na Bahia: a influência do Modernismo alemão na década de 1930. In: MOREIRA, F. (org). *Arquitetura moderna no norte e Nordeste do Brasil: universalidade e diversidade*. p.191-205. Recife: FASA, 2007.
- BAHIA através das impressões do Sr. Francisco Campos. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 15 jan. 1936a, p.3.
- BAHIA em 1936 (A). Mensagem do Governador Juracy Magalhães. *Jornal O Comércio*, Rio de Janeiro, 19 jul. 1936b, p.15-16.
- BIERRENBACH, A. C. e CARDOSO, L. A. O Instituto Central Isaías Alves (ICEIA): arquitetura e educação na modernização soteropolitana. In: 7º SEMINÁRIO DOCOMOMO N-NE, 2018, Manaus, *Anais* [...]. Manaus: UFAM, 2018.
- BOMENY, H. *Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo*. In: PANDOLFI, D. (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p.137-166.
- CALMON, P. *Cidade do Salvador*. Salvador: Divisão de Estatística e Divulgação da Prefeitura do Salvador, 1941.
- COMEMORANDO o Dia do Soldado. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 ago. 1938. p.11.
- COMO o Governador Juracy Magalhães apresenta a situação do grande Estado, falando á Assembléa Legislativa. Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, 19 jul. 1936, p.10-11.

COMPANHIA Constructora Nacional S.A. *Diário de Notícias*, Salvador, 01 mar. 1937, n.p.

CONFIADA a um Administrador criterioso e pragmático, a Bahia integra-se no Rhythmo Constructivo do Estado Novo. As realizações do Interventor Landulpho Alves. Rio de Janeiro, *Diário Carioca*, 17 jul. 1938, p.15-16.

DIÁRIO de Notícias. *Verbete*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, [20--?], n.p. Disponível em: DIARIO DE NOTICIAS (SALVADOR) | CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (fgv.br). Disponível em: DIARIO DE NOTICIAS (SALVADOR) | CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (fgv.br). Acesso em 03 jun. 2022.

DÓREA, C. Anísio Teixeira e as políticas de edificações escolares no Rio de Janeiro (1931-1935) e na Bahia (1947-1951). In: 23ª Reunião Anual – ANPED, 2000, Caxambu, *Anais [...]*. Caxambu, ANPED, 2000. Disponível em: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/0206p.PDF>. Acesso em 22 mar. 2022.

DÓREA, C. Anísio Teixeira e a arquitetura escolar: planejando escolas, construindo sonhos. *Revista da FAEBA*. Salvador, n.13, jan./jun. 2000, p.151-160. Disponível em: www.bvanisioiteixeira.ufba.br/artigos/dorea.html Acesso em 03 jun. 2022.

DÓREA, C. R. D. *Anísio Teixeira e a arquitetura escolar – projetando escolas, construindo sonhos*. 2003. Tese – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2003.

EDUCAÇÃO na Bahia. *Bahia Tradicional e Moderna*. Salvador, n.1, 1939, n.p.

ESTABELECIMENTO modelo (É). *Diário de Notícias*, Salvador, 25 ago. 1938, n.p.

ESFORÇOS da atual administração municipal. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 out. 1935, p.8.

ESTADO da Bahia. *Algumas das realizações do Governo Juracy Magalhães*. MCMXXXI – MCMXXVIII. Salvador, s.n., 1937.

EXPOSIÇÃO de arquitetura escolar. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 03 mai. 1934a, p.3.

EXPOSIÇÃO de arquitetura escolar. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 17 mai. 1934b, p.3.

FERNANDES, A. M. Authoritarianism, Urban Planning and Public Sphere. Salvador, Bahia (Brazil) 1935-1945. In: 14 IPHS, 12-15 jul. 2010, Istanbul, *Anais [...]*. Istanbul, IPHS, 2010. p.1-12. Disponível em: www.iphs2010.com/abs/287.pdf. Acesso em 03 jun. 2022.

FESTA de inauguração do A Tarde. *A Tarde*, Salvador, 13 mar. 1930, p.1.

FUTURA Escola Normal da Bahia. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 30 mai. 1934, p.6.

FUNDO DE EDUCAÇÃO. Relatório do Instituto Normal da Bahia (atual ICEIA). Data limite 1941-1953. Salvador, [s.n.]. *Arquivo Público do Estado da Bahia*, caixa 3976.

GOLDFABER, M. e TINEM, N. Escolas modernas para uma nova pedagogia – o Movimento Escola Nova e a Modernização da Arquitetura Escolar Paraibana (década de 1930). In: 11º Seminário DOCOMOMO BRASIL, abr. 2016, Recife, *Anais*. [...]. Recife, UFPE, 2014, p.1-12.

GOODWIN, P. L. *Brazil Builds: architecture new and old – 1652-1942*. Nova York: The Museum of Modern Art, 1943.

ICEIA, 137 anos fazendo professores – de Escola a Instituto. *Diário de Notícias*, Salvador, 14 abr. 1973. n.p.

IDEIA condenável: uma escola normal num subúrbio. *A Tarde*, Salvador, 12 jun. 1934, p.2.

INSTITUTO de Educação da Bahia. *Correio Paulistano*, São Paulo, 25 jul. 1937, p.7.

JM inaugura hoje Nucleo Gois Calmon que é obra toda sua. *Diário de Notícias*, Salvador, 18 mar. 1961.

LOPES, S. Imagens de um lugar de memória da Educação Nova. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n.37, jan./abr. 2008, p. 84-97.

MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova. Recife: Editora Massananga, 2010.

MELLO, M. A. *Isaias Alves de Almeida e a educação na Bahia, 1938-1942*, 2015. Tese (PPGEduc) – UNEB, Salvador, 2015. Disponível em: [\[-ALBA-GUEDES-MACHADO-MELLO.pdf\]\(#\). Acesso em 03 jun. 2022.](http://cdi.uneb.br/site/wp-content/uploads/2016/09/MARIA-</p></div><div data-bbox=)

MENSAGEM do Capitão à Assembleia Constituinte da Bahia. *Jornal O Comércio*, Rio de Janeiro, 28 abr. 1935, p.5.

MINISTÉRIO da Justiça na Exposição dos Edifícios Públicos (O). *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 02 ago. 1944. p.5.

MINISTÉRIO do Trabalho na Exposição de Edifícios Públicos. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 3 ago 1944. p.10-11.

OBRA realizada pela Secretaria de Educação e Saúde (A). *Diário de Notícias*, Salvador, 10 nov. 1938, n.p.

PALMA FILHO, J. C. A educação brasileira no período de 1930 a 1960: a Era Vargas. In: Acervo Digital UNESP. São Paulo, 2010. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/107/3/01d06t05.pdf>. Acesso em 03 jun. 2022.

REALIZAÇÕES de uma administração inteligente e operosa (As). *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 6 dez. 1936. p.8.

REIS, M. *O art déco na Obra Getuliana*. Moderno antes do modernismo. São Paulo, tese (Faculdade de Arquitetura – USP, São Paulo, 2014. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-16102014-111348/publico/Tese_pdf.pdf

SURTO renovador da Bahia (O). *Nação Brasileira*. Rio de Janeiro, set. 1939. p.14-17.

TEIXEIRA, A. *A construção de prédios escolares na Bahia entre 1947-1950*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1952.

TEIXEIRA, A. Administração pública brasileira e a educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v. 25, n.63, p.3-23. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/admpublica.html>. Acesso em 03 jun. 2022.

TEIXEIRA, A. *Verbete*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. [20--?], n.p. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/dhbb/Anisio%20Teixeira.pdf> Acesso em 03 jun. 2022.

SILVA, Álvaro Augusto da. *Subsídios para a História do Instituto Normal da Bahia*. Salvador, [s.n.], 1958.

VAI começar a construção do Instituto de Educação. *Diário de Notícias*, Salvador, 15 mai, 1936, n.p.

6

MODERNIDADES NA CIDADE COLONIAL:

ARQUITETURA DO SÉCULO XX EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO.

PFLUEGER, Grete

Doutora em Urbanismo PROURB UFRJ, Mestre em Desenvolvimento Urbano pelo MDU UFPE. Professora do Curso de arquitetura e do Programa de mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional - PPDSR da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. Consultora Fapema, Membro do DOCOMOMO Brasil, do Núcleo de pesquisas de arquitetura moderna na Amazônia e Conselheira federal suplente do CAU.

INTRODUÇÃO

CONTEXTO HISTÓRICO DA MODERNIDADE NA CIDADE PATRIMÔNIO MUNDIAL

São Luís, a capital do estado do Maranhão, está situada numa ilha localizada na Baía de São Marcos, no oceano Atlântico. Esse território ancestral dos índios tupinambás da aldeia de Upaon Açu, foi intensamente disputado por navegadores europeus. Ocupado pelos franceses, em 1612, que fundaram uma cidade em homenagem ao Rei Luís, inaugurando o efêmero projeto da “França Equinocial”, posterior à França Antártica do Rio de Janeiro, disputado pelos portugueses, que entre 1615-18, a conquistaram e iniciaram um projeto de urbanização, com o traçado em malha xadrez, elaborado pelo Engenheiro mor Francisco Frias de Mesquita e invadida por holandeses entre os anos 1640-44.

A cidade nasceu inspirada nas ocupações indígenas tradicionais, nas primeiras habitações e fortificações francesas esse consolidou no planejamento da cidadela e da malha xadrez do Eng. Frias, e cresceu lentamente dentro dessa malha a, no século XVII, respeitando a traça original. (Figura da página 139). No século XVIII, viveu o apogeu social urbano e econômico, com o sucesso da Companhia Grão Pará- Maranhão, exportadora de algodão, que deu origem a um rico conjunto arquitetônico.

O urbanismo e arquitetura da cidade foram inspirados no alçado pombalino, utilizado pelo Marquês de Pombal na reconstrução de Lisboa, depois do terremoto de 1755, garantindo aos sobrados e solares

de azulejos, pedras de cantaria e gradis, a aparência de uma vila portuguesa.

No final do século XIX, o cenário econômico mudou devido à transferência do mercado do algodão e à abolição dos escravos. O estado do Maranhão entrou em decadência econômica, sem o algodão, o braço escravo, e nenhuma outra perspectiva, e a capital entrou em letargia econômica, social e urbana. Esse processo prolongou-se até o início do século XX. No período do apogeu (séc. XVIII), as bases da economia eram frágeis, e feitas de fora para dentro, e as razões da ruína econômica já estavam implícitas, conforme explica o economista maranhense Tribuzzi (1981). Não havia uma economia alternativa além do algodão e a cidade sucumbiu.

Importante observar que, embora decadente, o Estado do Maranhão teve quatro importantes ciclos econômicos, na visão do economista Holanda (2008): o primeiro foi o ciclo primário do algodão, entre 1755-1889, no monopólio da Companhia de Comércio Grão-Pará-Maranhão (apogeu); o segundo foi o ciclo da indústria têxtil, entre 1889-1940, que culminou na falência das fábricas; o terceiro foi o do babaçu, entre 1950-1960, considerado por Getúlio Vargas como a salvação do Estado, mas que não deu os resultados esperados; e, finalmente, o ciclo da integração nacional, em 1970, com a chegada de grandes projetos, como a Vale, a Alcoa e o CLA - Centro de Lançamentos de Alcântara, que não conseguiram transformar os baixos indicadores de pobreza do Estado do Maranhão.

Hoje a capital tem um milhão e duzentos mil habitantes e um enorme desafio urbano e arquitetônico a enfrentar. Foi nesse contexto histórico da cidade patrimônio mundial e da economia letárgica do início do século XX, que a arquitetura moderna chegou ao Estado do Maranhão. Inicialmente, com a construção de projetos externos federais e depois com iniciativas internas.

Desta forma o conceito da arquitetura moderna em São Luís, que utilizamos, considera os planos urbanos idealizados entre 1936 e 1977 e a produção arquitetônica de 1929 a 1980, que se inicia com construção de edifícios institucionais, no contexto da cidade patrimônio mundial, considerando os primeiros edifícios institucionais RFFSA e Correios (1929 e 1935), seguido do ímpeto de renovação urbana da “Era Vargas”, com abertura das novas avenidas e novas linguagens arquitetônicas de 1940 a 1950, vistos também como arquitetura do poder, culminando na construção dos primeiros arranha-céus (1960-70) e residências modernas e bancos do arquiteto local Cleonfurtado 1970-80, finalizando com a produção institucional de arquitetos peregrinos e migrantes da década de 1980-90 que compõe o *timeline* elaborado abaixo (Figura da página 140).

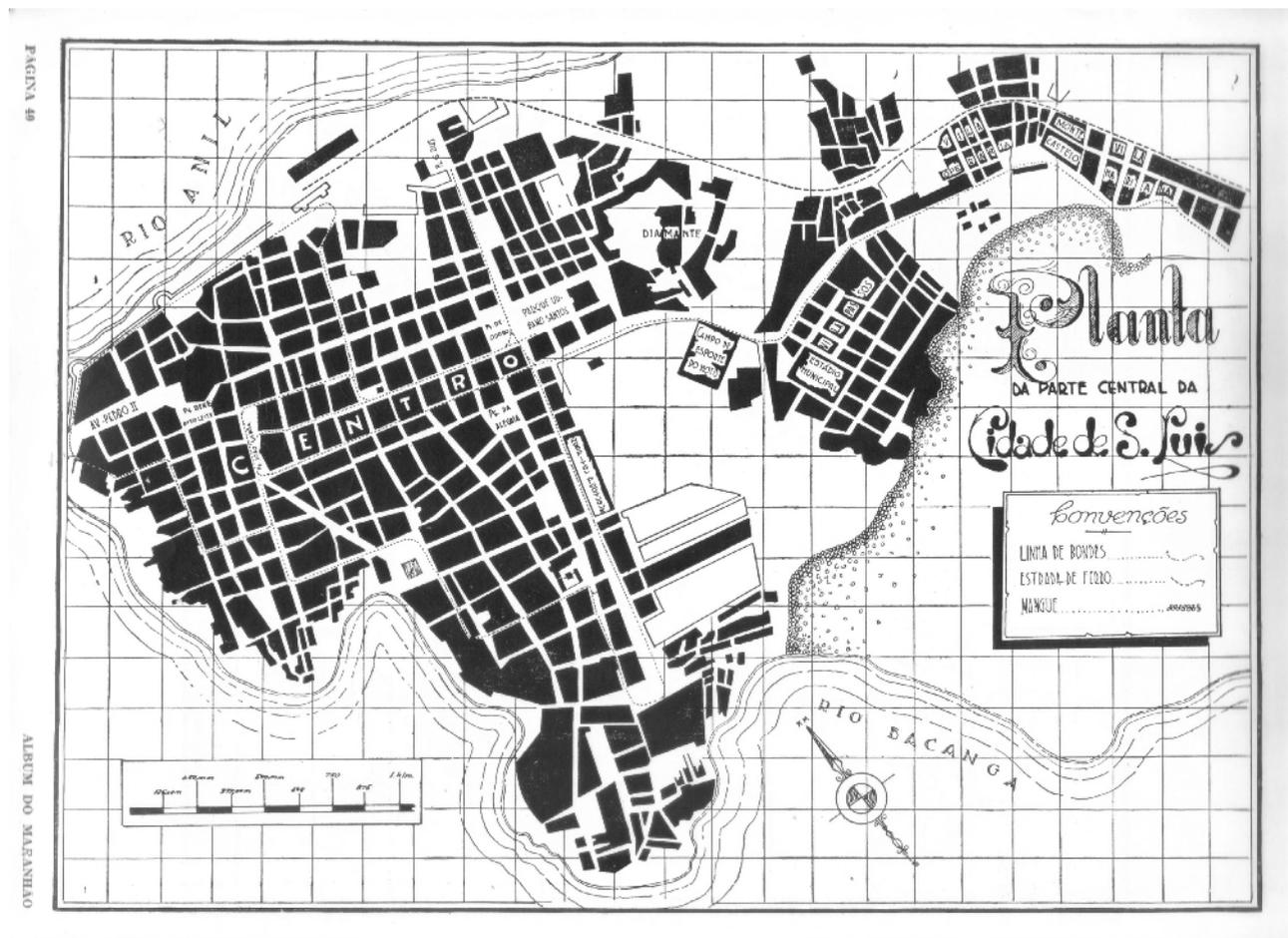
Neste artigo, a arquitetura do século XX em São Luís é delimitada dentro de um recorte temporal que compreende os anos de 1929 a 1980, incluindo a Era Vargas (1937-45), e dentro de um recorte espacial que entende a área do Centro Histórico patrimônio mundial e estadual, e os eixos de expansão urbana, como a avenida Getúlio Vargas. Analisa-se ainda os ciclos econômicos do Estado do Maranhão, os

planos urbanos elaborados para a capital e a obra de arquitetos e urbanistas na capital, na perspectiva de desenharmos a tessitura das modernidades no entrelaçamento entre o ideário urbano, contido nos planos, e as influências de novas linguagens arquitetônicas expressas no *Timeline* abaixo apresentado.

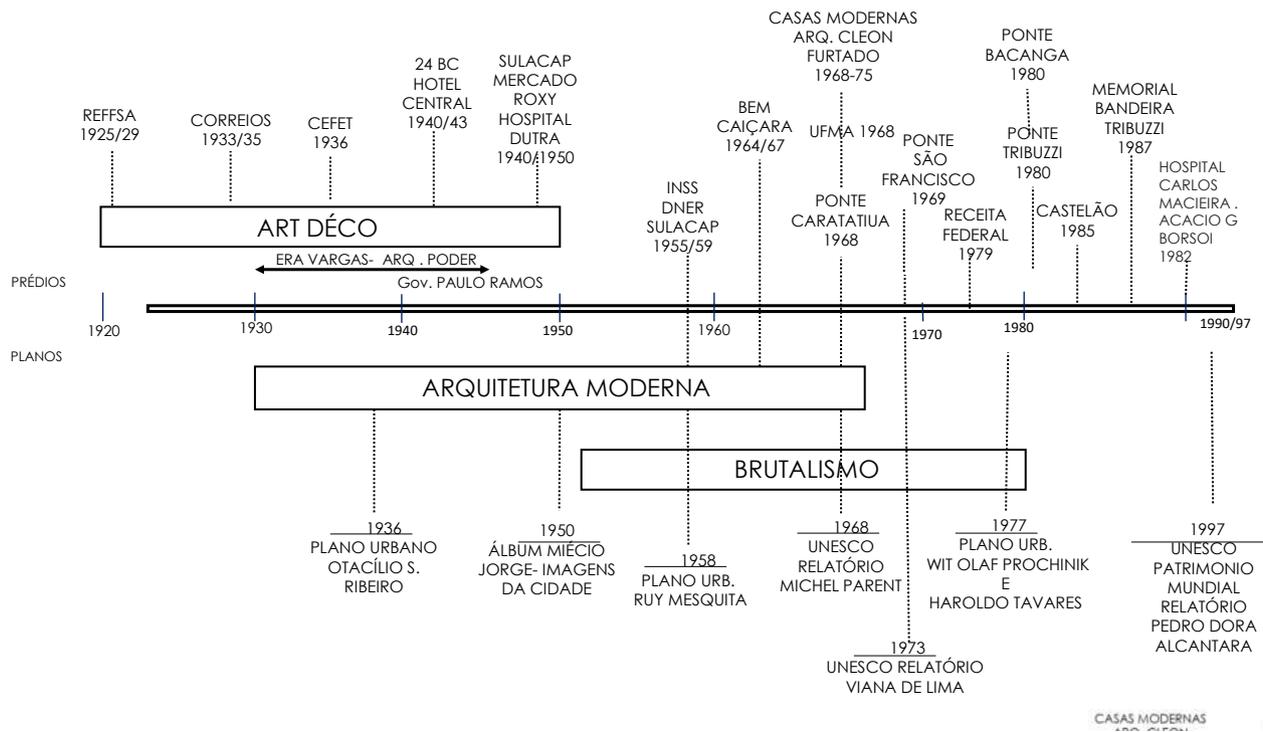
AS MODERNIDADES EM SÃO LUÍS NA VIRADA DO SÉCULO XIX/XX

Na virada do século XIX para XX o Centro Histórico de São Luís ficou imerso no isolamento: totalmente abandonado, sem investimentos e transformações. A ironia desse processo é que, sem a especulação econômica, o conjunto arquitetônico ficou intacto, possibilitando o posterior reconhecimento e inscrição parte da Unesco, como patrimônio mundial, pela homogeneidade do acervo da arquitetura luso-brasileira. Mas a cidade havia parado no tempo, o estado empobreceu e a mudança da linguagem arquitetônica colonial para eclética deu-se de forma muito lenta, produzindo um movimento eclético simples e específico de São Luís que apropriou platibandas e ornamentos nas fachadas coloniais dos sobrados.

Foi um processo bem diferente do que aconteceu no sul do País e na região da Amazônia. Em Belém (cidade irmã, unida pela Companhia Grão Pará Maranhão) e em Manaus, observou-se uma pujança econômica do ciclo da borracha, materializada na rica arquitetura de ferro e grande influência dos elementos europeus em seus teatros e edifícios. Em São Luís, aconteceu apenas a incorporação dos elementos do ecletismo nas fachadas da arquitetura colonial tradicional, como platibandas e frontões



Mapa de São Luís em 1950. Destaque da autora às novas avenidas. Fonte: álbum de 1950 de Miécio Jorge.





neoclássicos, elementos decorativos franceses e europeus, coruchéus, pináculos, janelas e aberturas, conservando a planta baixa colonial e configurando um eclético particular.

No início do século XX, destacamos a construção do prédio sede da RFFSA (1929), sede da estação central de trem, como o início do nosso processo de modernização embalado pelos trilhos. Destacamos que os livros “Eclétismo na arquitetura brasileira” e “Arquitetura de ferro no Brasil” não contemplam São Luís pela inexistência de exemplares ecléticos em número significativo na capital.

Na primeira metade do século XX as mudanças econômicas e urbanas começaram a se processar lentamente, de fora para dentro, embaladas pelos planos urbanos, pelas renovações urbanas da “Era Vargas”, assim como pela chegada de projetos nacionais e a construção de sedes de órgãos públicos federais, como os Correios e o INSS. No início do século XX, o Estado do Maranhão ainda enfrentava a obsolescência econômica, mesmo com as tentativas fracassadas de industrialização do babaçu.

A RENOVAÇÃO DA ERA VARGAS NA CAPITAL MARANHENSE - OS PLANOS E AS LINGUAGENS ARQUITETÔNICAS

As transformações urbanas e arquitetônicas do século XX foram impulsionadas em São Luís com as ideias de renovação e expansão urbana empreendidas pela “Era Vargas”, na intendência do Paulo Ramos na capital (1937-45). Elas foram idealizadas pelos planos de intervenção e renovação urbana, impor-

tantes instrumentos para as mudanças na cidade. Os planos idealizaram uma modernidade para a capital e o ímpeto de crescimento e de renovação urbana para o centro, que se materializou com a abertura de novas avenidas, proporcionando o surgimento de uma nova linguagem arquitetônica e de novos eixos de expansão, com a construção das pontes.

O primeiro plano urbano, de 1936, foi elaborado pelo urbanista Otacílio Saboya Ribeiro, que foi prefeito de São Luís na gestão de Paulo Ramos, da “Era Vargas”. Era uma proposta de renovação urbana que queria mudar a “feição da cidade colonial para uma cidade moderna”. O plano foi publicado no Diário Oficial, mas foi rejeitado pela Associação Comercial. O prefeito saiu do cargo e o plano foi executado parcialmente pelos seus sucessores, promovendo mudanças no traçado do Centro Histórico. Esse plano serviu de base para as intervenções futuras. A capital não estava pronta para as mudanças. Entre 1940 e 1945, o Governador Paulo Ramos iniciou um programa com a finalidade de criar uma infraestrutura propícia ao desenvolvimento de uma capital “moderna” e, nessa perspectiva, inspirado nas ideias do Ribeiro, através do novo prefeito, promoveu a demolição do casario colonial para ampliar a Rua do Egito e possibilitar a construção da Avenida Magalhães de Almeida, num processo de renovação urbana e arquitetônica.

Esse eixo de renovação estava situado em área bem central; eram vias de fundamental importância ao tráfego no centro da cidade. A abertura da Avenida Magalhães de Almeida, com um traçado urbano em diagonal, rompendo a malha urbana clássica

do século XVIII, foi uma modernização radical no centro histórico. Essa abertura objetivou garantir o deslocamento comercial e servir de eixo de ligação do centro de São Luís com outros bairros. Para tanto, foi demolido um conjunto de sobrados coloniais do século XVIII e, em sua extensão, foram construídos exemplares da nova arquitetura: edifícios com estilos arquitetônicos art déco e moderno, renovando os padrões arquitetônicos e a linguagem dos edifícios da capital São Luís.

Além das obras do governo Paulo Ramos, a arquitetura institucional federal disseminou no país a nova linguagem arquitetônica do moderno e art déco. Segawa (1999) afirma que, em 1932, o Governo federal construiu 141 agências do Departamento dos Correios e Telégrafos, assim como a Sul América capitalização (Sulacap) e vários arranha-céus em várias capitais brasileiras (Figura da página 143 e 146). Nesse contexto, foi construído, em São Luís, um dos primeiros edifícios de esquina, com influências do art déco, para a sede da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (1935), na Praça João Lisboa. Projetado pelo arquiteto Raphael Galvão, foi o primeiro prédio de concreto armado em São Luís. A obra foi iniciada em 1932 e concluída em 1935: um prédio de esquina, com fachada principal destacada pelas linhas verticais marcadas nos vãos das janelas.

Durante o governo de Paulo Ramos (1937-45) foram construídos vários edifícios públicos na capital, como o edifício “Palácio do Comércio” (1941/43), localizado na Praça Benedito Leite, hoje conhecido como Hotel Central e sede da Associação Comercial do Maranhão (Figura da página 143); o edifício sede do quar-

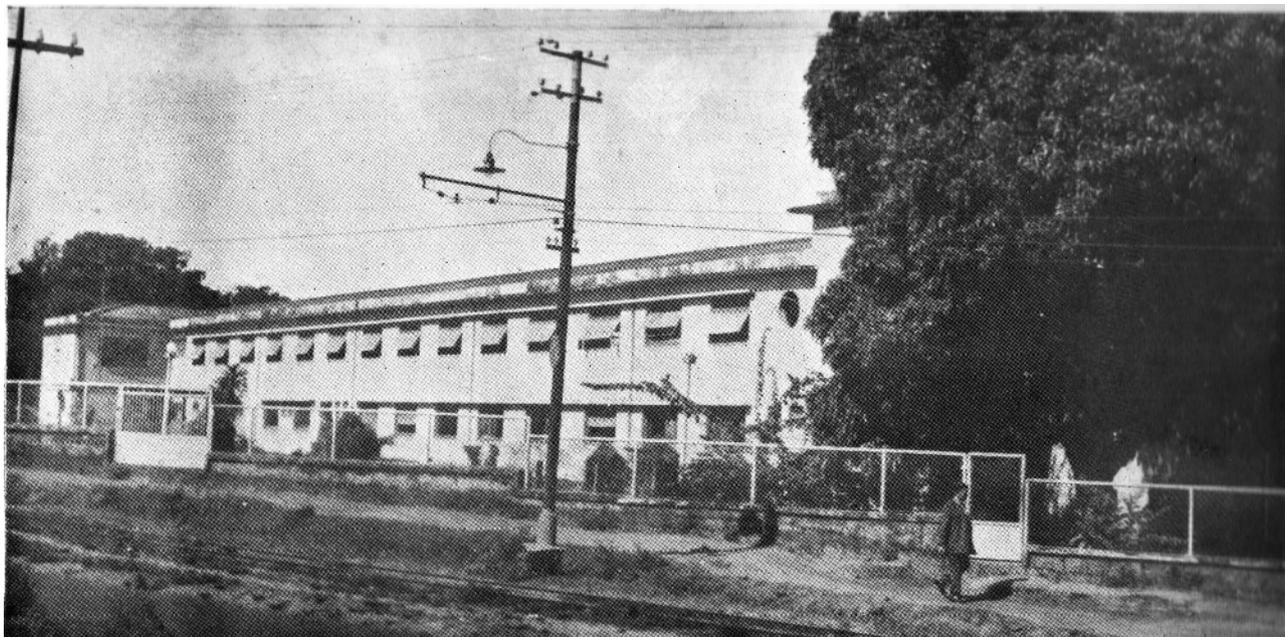
tel 24º BC Batalhão de Caçadores (Figura da página 144), um dos exemplares da arquitetura institucional do Poder; e o CEFET, antiga Escola Técnica Federal (Figura da página 144), que se encontra totalmente descaracterizado por sucessivas reformas e onde hoje funciona o IFMA (Instituto Federal do Maranhão).

Nesse período, no Maranhão, o moderno e o colonial dialogavam ainda no revivalismo, na construção de edifícios públicos térreos com estrutura em concreto e recuos frontais e laterais, mas que retomavam, na fachada, alguns elementos da arquitetura tradicional luso brasileira, como azulejos e detalhes. Destacamos, aqui, os projetos do Engenheiro civil Antônio Alexandre Bayma, maranhense ex-prefeito e ex-vereador da cidade, responsável por edificações como a sede do Liceu Maranhense (1941), a Escola Modelo (1948) e a Biblioteca Benedito Leite (1951) além de residências na Rua do Egito, um dos principais eixos de renovação da cidade de 1940, onde ele projetou e construiu diversos bangalows utilizando as influências das linguagens eclética, neocolonial e moderna.

O estilo art déco influenciaria também a arquitetura popular, ou vernacular, incorporando platibandas com linhas verticais nas edificações de pequeno porte, na capital e no interior do Estado. Cinemas na capital, como o Roxy (1939) e comércios de cidades menores adotaram a platibanda vertical como elemento marcante. Uma importante referência para a pesquisa da arquitetura moderna é o Álbum de Miécio Jorge, elaborado em 1950. Nele constam as imagens dos novos edifícios e das novas avenidas, além de um importante mapa da cidade (Figura da página 139).



Acima, Sede dos Correios em São Luís, na Praça João Lisboa. Projeto Raphael Galvão. 1933-35. Abaixo, Palacio do Comércio, em São Luís, na Praça Benedito Leite construído em 1941-43. Fonte: Márcio Vasconcelos, 2015



Esse mapa demonstra claramente (setas à esquerda) a ampliação da Rua do Egito e a abertura da Avenida Magalhães de Almeida, com um corte em diagonal na malha urbana reticulada da cidade colonial, desde a Igreja do Carmo até o Mercado Central. Mostra ainda (à direita) a avenida Getúlio Vargas, eixo da expansão urbana para dentro.

As novas avenidas possibilitaram a inserção de novas tendências da arquitetura, com exemplares de construções ecléticas, art déco, modernas, e foram um marco do urbanismo moderno. A construção da Avenida Getúlio Vargas materializou o prolongamento da antiga Rua Grande, eixo estruturador do urbanismo colonial, com uma nova proposta de expansão da cidade moderna para dentro. Ao longo da nova avenida novas linguagens arquitetônicas surgiram através de exemplares das arquiteturas residencial e institucional do poder, com sedes de órgãos públicos, escolas e prédios públicos federais, como o prédio da Receita Federal, a Escola Domingos Perdigão, edifícios residenciais, bangalows burgueses e, no final do seu prolongamento, no bairro do João Paulo, o quartel 24º BC. (Figura da página 144)

A CONTRIBUIÇÃO DOS ARQUITETO(A)S E URBANISTAS MIGRANTES E PEREGRINOS NA CIDADE

Após o processo de renovação urbana de 1940 era necessário repensar a cidade em um plano macro. Dessa forma, o plano urbano de 1958, elaborado pelo Engenheiro Ruy Ribeiro de Mesquita, então diretor do DER - Departamento de Estradas e Rodagem do Maranhão, vislumbrava o crescimento da cidade para além do centro, na direção dos rios e

das praias, incentivado pela época desenvolvimentista do país. O plano propunha a construção de um centro administrativo novo, de três novas pontes sobre os rios Bacanga e Anil, ligando o centro ao São Francisco, além de uma nova infraestrutura viária, com grandes avenidas que mudariam definitivamente os eixos de crescimento urbano da cidade. Esse plano foi tão visionário que projetou mudanças que ocorreriam 50 anos depois, como, por exemplo, a Península da Ponta D'areia, hoje área de maior especulação imobiliária na capital.

Outro importante plano do século XX foi elaborado pelo urbanista Wit Olaf Prochinik e deu continuidade à organização da estrutura urbana, criando um anel viário para proteger o centro e circular melhor entre bairros, normatizando áreas de expansão, interligando-as e zoneando-as. Foi um projeto idealizado em 1977, pelo prefeito Haroldo Tavares, um visionário da engenharia urbana em sua gestão.

O centro seria interligado com as praias, através das pontes, e a cidade cresceria nessa direção. As pontes foram idealizadas nos planos urbanos do século XX, no ímpeto da expansão urbana em direção à orla, e só foram executadas entre os anos de 1968-85, como a ponte do Caratatiua, sobre o Rio Anil; a barragem sobre o Rio Bacanga; abrindo caminho para o porto novo e para o Campus Universitário; a ponte planejada para interligar o centro ao bairro do São Francisco, que possibilitou o crescimento urbano para o eixo das praias; e a ponte Bandeira Tribuzzi. Até hoje a cidade contemporânea segue essa nova linha de expansão urbana em busca das praias.



Com a economia interna parada, depois dos anos 1970 houve a integração comercial do estado a grandes projetos nacionais, como o minério de ferro/Carajás – Alcoa – Companhia Vale do Rio Doce - Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e Polo graneleiro em Balsas. Essas iniciativas externas incentivaram a retomada econômica com a construção de rodovias, incremento do porto e implantação de projetos, e a construção de sedes de instituições federais na capital.

Paralelamente aos projetos nacionais, a UNESCO enviou a São Luís, em duas missões, entre 1960 e 1975, os consultores internacionais Alfredo Evangelista Viana de Lima e Michel Parent para observarem o processo de isolamento e proporem estratégias de revitalização para o centro. Estiveram também pelo IPHAN, em 1965-70, Pedro e Dora Alcântara, com projetos para o patrimônio histórico de São Luís e para a preservação de Alcântara. Os consultores recomendaram o tombamento, a preservação e a delimitação das áreas históricas, além do planejamento da expansão urbana, apontando a necessidade de um plano geral de urbanismo para dinamização da cidade e incentivo ao turismo.

Diante das recomendações, o poder público, reconhecendo sua importância e preocupado com o isolamento e arruinamento do conjunto arquitetônico colonial, propôs tombamentos nos níveis federal e estadual. Em 1974 o Centro Histórico foi tombado pelo IPHAN; em 1986, pelo governo Estadual, e em 1997 a UNESCO inscreveu o Centro Histórico de São Luís na lista de patrimônio mundial. Havia no poder público uma enorme preocupação com a

preservação do centro e a expansão da cidade. Era preciso conciliar o antigo e o moderno na capital. Entre 1950 e 1970, dentro do conjunto colonial tombado, as influências do movimento moderno já haviam chegado lentamente com a construção de alguns institucionais, como o prédio dos Correios.

Mas foi a construção dos arranha céus que mudou definitivamente o skyline da cidade colonial, antes pontuada pelas torres das igrejas e pelos telhados de cerâmica dos sobrados, que passou a ser marcado pelos edifícios residenciais de cinco a dez andares, como o Caiçara, e pelas sedes de bancos e órgãos públicos governamentais de instituições federais, como: INSS, BEM e SULACAP. Com a chegada desses edifícios verticais e suas novas estruturas metálicas - fachadas limpas, sem elementos decorativos -, seguindo a máxima de Mies Van der Rohe: “menos é mais” (Less is more), a paisagem da cidade mudou completamente e houve por parte da comunidade uma rejeição com a inserção da arquitetura moderna no centro.

A mudança foi consolidada com a construção de edifícios como: o Sulacap (1959) em abandono, de cinco andares, situado na Rua de Nazaré, com marcantes linhas verticais e horizontais (Figura da página 146); o edifício sede do INSS ou Edifício João Goulart projeto pela engenharia do IAPI (1957), situado na Praça Pedro II (Figura da página 146) que ficou 20 anos em abandono e hoje está totalmente recuperado); o edifício sede do Banco do Estado do Maranhão-BEM (1963) projeto por Lucidio Guimarães Albuquerque Filho, projetor pioneiro no uso da estrutura metálica no Estado, situado na Rua do Egito, cuja obra foi acompanhada pelo arquiteto

Cleon Furtado, e traz em destaque a interface entre arte e arquitetura moderna nos murais do artista maranhense Antonio Almeida em sua fachada lateral (Figura da página 149); e o edifício residencial Caiçara (1970), situado na Rua Grande, primeiro edifício moderno residencial da cidade, com 10 andares de apartamentos construído pela construtora Caiçara.

Além dos projetos nacionais, no âmbito da circulação de ideias e formação de profissionais locais, destacamos a obra do arquiteto Cleon Furtado. Nascido no Maranhão, em 1929, cursou a faculdade de Arquitetura no Mackenzie de São Paulo, entre 1950 e 55, e foi influenciado pela Escola Paulista, na obra de Paulo Mendes da Rocha e Warchavchik, e pela Escola Carioca de Niemeyer e Lúcio Costa. Cleon Furtado trabalhou junto aos engenheiros Júlio Rebelo e Dario Profeta. Eles inovaram, divulgando a arquitetura moderna em São Luís, por meio de seus inúmeros projetos de residências modernistas, com as influências do modernismo francês de Le Corbusier, motivados pelas ideias do arquiteto alemão Mies Van der Rohe e sua máxima “less is more”, retirando os excessos e valorizando a forma com proporcionalidade e funcionalidade.

Em sua residência (Figura da página 150), localizada na Av. Beira Mar, percebem-se as influências das obras de Le Corbusier, da “Carta de Atenas”, e do projeto da Villa Savoye. Cleon projetou várias residências ao longo da Avenida Beira Mar, no Apicum, na Rua do Norte, no João Paulo, dentre tantas outras localizações. Além de suas residências, o arquiteto foi professor de Desenho Técnico, no CEFET, e teve uma importante contribuição na

arquitetura institucional, com projetos como a sede do Banco da Amazônia (Figura da página 150) e a sede do INCRA, e participou da construção da sede do BEM - Banco do Estado do Maranhão, onde trabalhou por muitos anos como arquiteto, reformando e construindo agências para o BEM.

A produção arquitetônica em São Luís acompanhou ainda as tendências do pós-guerra, com as influências do brutalismo no uso do concreto aparente em edifícios de grande porte. Destacamos algumas obras, como: o Estádio Governador João Castelo, conhecido como “Castelão” (Figura da página 151) obra da construtora Bandeira, que foi inaugurado em 1º de maio de 1982, no Outeiro da Cruz, para ampliar a capacidade do antigo estádio Nhozinho Santos, situado na Avenida Getúlio Vargas, e que não comportava mais a população; o Memorial Bandeira Tribuzi, projeto do arquiteto paulista Manoel Carlos de Carvalho, formado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, inaugurado em 13 de março de 1987, em homenagem ao poeta jornalista maranhense José Tribuzi Pinheiro Neto (1927-1977).

Na estrutura, composta por três blocos, Carlos empregou um estilo moderno e brutalista na edificação, ao utilizar elementos construtivos, como o concreto bruto. E, finalmente, destacamos, ainda, o prédio da sede da Receita Federal, (Figura da página 152), estruturado em Y, todo em concreto, de grande porte, e em pleno funcionamento até hoje, projeto do Eng. San Clear de Souza Neto.

Além da produção local do arquiteto Cleon Furtado, ressaltamos a presença de arquitetos Peregrinos, de



Sede do BEM –1963, Banco do Estado, Rua do Egito,
São Luís. Fonte: Márcio Vasconcelos, 2015



Acima, Banco da Amazônia, projeto de arquiteto Cleon Furtado, 1970 praça Pedro II, São Luís. Abaixo casa do arquiteto. Projeto Cleon Furtado 1967, autoria do arquiteto situada na Av. Beira mar, São Luís. Fonte: Márcio Vasconcelos, 2015



Acima, Estádio Castelão. Construtora Bandeira 1982. Fonte: Oliveira, R, PIBIC, 2016. Abaixo, Hospital do servidor. Projeto de Acácio Gil Borsoi, 1982 Fonte: Márcio Vasconcelos, 2016.





outros estados que projetaram em São Luís, Acácio Gil Borsoi e Janete Costa, nas obras de reabilitação e restauro do Palácio dos Leões, sede do governo, e do Teatro Arthur Azevedo. em São Luís e no projeto do hospital do servidor público, construído em 1982, hoje denominado Hospital Carlos Macieira, (Figura da página 151). O arquiteto Joao Filgueiras Lima o lelé, com a obra de escolas públicas (CAIC) e do hospital Sara Kubitschek, e finalmente o grande arquiteto moderno de Oscar Niemeyer, com o projeto para o memorial Maria Aragão, construído em 1991, em forma de pomba, e que abriga auditório, lojas, anfiteatro e palco para eventos públicos. Situado na Avenida Beira Mar, área de entorno do centro histórico.

A arquitetura moderna no Brasil, teve sua difusão com a os projetos institucionais federais como sedes dos correios, INSS, DNER dentre outros, pela circulação das ideias com arquitetos peregrinos e migrantes (SEGAWA, 1990) e pela criação de escolas de arquiteturas. No estado do Maranhão atualmente existem cadastradas no site e-mec 10 escolas de arquitetura no Estado, a maioria na capital, São Luís e algumas nas cidades de Caxias e Imperatriz, sendo algumas de ensino à distância e outras presenciais.

O pioneiro foi o curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão (CAU/UEMA), criado em 1992, integrado ao Centro de Ciências Tecnológicas e reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação do Maranhão em 1999 e único curso público, com sede no centro histórico de São Luís, em sobrados coloniais reabilitados. Posteriormente foram criados os cursos particulares: da Universidade CEUMA (2001), da UNDB (2012) e da

Faculdade Pitágoras (2015) em São Luis e Caxias. O conselho de arquitetura CAU – MA registrou em 2021, 2406 arquitetos atuantes no Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAS

A arquitetura e o urbanismo do século XX, em São Luís, transformaram definitivamente a forma e o skyline da cidade colonial com a inserção das novas avenidas e dos novos edifícios, trazendo um ar de modernidade à cidade colonial. As mudanças foram idealizadas pelos planos urbanos e subsidiadas pelas diretrizes dos relatórios da Unesco, elaborados no século XX por urbanistas e engenheiros, como: Otacílio Saboia Ribeiro, em 1936; Ruy Mesquita, de 1958; Haroldo Tavares e Wit olaf Prochinik, de 1977; além dos relatórios dos consultores internacionais da Unesco: Alfredo Evangelista Viana de Lima e Michel Parent, entre 1960-70.

Para além de planos, a renovação da linguagem arquitetônica, com a abertura de novas avenidas e demolições para construção de novos edifícios, materializou a chegada das modernidades na capital.

Os exemplares da arquitetura art déco, moderna e brutalista, características do século XX, transformaram a capital. Esse acervo, de relevante importância, ainda não está protegido pelas leis de tombamento. Por força do reconhecimento da Unesco, as ações de tombamento protegeram e legislaram sobretudo no conjunto colonial do século XVIII, promovendo a preservação e catalogação do acervo colonial. Hoje, uma parte do acervo colonial encontra-se restaurado e reabilitado por programas como: Pro-

detur, BID Monumenta, pelo PAC e pelos governos estadual e municipal e pelo IPHAN. Mas o acervo é enorme e há um número expressivo de imóveis em ruínas e em situação de abandono. Os centros históricos na Europa, hoje, são os locais de maior valorização cultural e econômica. Lamentavelmente o nosso ainda está abandonado e sem perspectivas de grandes mudanças.

Dessa forma, o conjunto da arquitetura do século XX, inserido dentro do Centro Histórico e nos eixos de expansão urbana da cidade, encontra-se desprotegido, descaracterizado por reformas inadequadas e passível de demolição. Este artigo é resultado de um grupo de pesquisa, com diretório cadastrado o CNPQ, desenvolvido no curso de Arquitetura e Urbanismo da UEMA, intitulado: "ideários urbanos e as linguagens arquitetônicas de São Luís no século XX", que tem por objetivo compreender a importância dos planos urbanos e das diferentes tipologias arquitetônicas do século XX, respeitando as diferentes temporalidades da cidade no contexto da preservação do patrimônio histórico e urbano, que não é apenas o colonial, mas também o moderno e o contemporâneo.

A pesquisa está articulada à rede de pesquisa Docomomo e aos seminários de arquitetura moderna na Amazônia. O resgate que a Rede Amazônica da Arquitetura do século XX está promovendo, estimulando pesquisas e seminários na região, é um importante instrumento para a conservação, catalogação, proteção e reconhecimento desse acervo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AS MISSÕES DA UNESCO NO BRASIL: Michel Parente. [Tradução de Rejane Maria Lobo Vieira]; organização e texto de Claudia Feierabend Baeta Leal. – Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.

ARGAN, Giulio Carlos. *Arte Moderna*. Companhia das Letras. São Paulo. 1998

BARROS, V. *Imagens do Moderno em São Luís*. São Luís, 2001.

BENÉVOLO, L. *História da Arquitetura Moderna*. Ed. Perspectiva. São Paulo, 1976

BRUAND, Y. *Arquitetura Contemporânea no Brasil*. Ed. Perspectiva, São Paulo. 1991

BASTOS, M. A. J. e ZEIN, R. V. *Arquitetura após 1950*. -São Paulo: Perspectiva, 2011

CAVALCANTI, L. A. P. *Moderno e Brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930 - 1960)*. Rio de Janeiro: Zahar editora, 2007.

_____. *Quando o Brasil era moderno: Guia de arquitetura brasileira, 1928-1960*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. V. 1. 467 p.

CZAJKOWSKI, J. (Org.). *Guia da Arquitetura Art déco no Rio de Janeiro*. Casa da Palavra RJ: 2000

LE CORBUSIER. *Por uma Arquitetura*. São Paulo, Ed. Perspectiva. 1989

CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS-MARANHÃO: Patrimônio Mundial. Coord. Luiz Phelipe Andrés. São Paulo: Audichroma. 1998.

ESPÍRITO SANTO, José M. (org.). *São Luís: uma leitura da cidade*. São Luís: Instituto da Cidade, 2006.

ECLETISMO NA ARQUITETURA BRASILEIRA. Org Annateresa Fabris, SP, Nobel, 1978

FLECHERS, B. sir. *A History of architecture*. Ed. Butterworthheineman, London, 1987.

FRAMPTON, K. *História crítica da arquitetura moderna*. Martins Fontes, SP, 2000

HOLANDA, F. de. A economia maranhense e os desafios de 2011. *Jornal o Imparcial*, 2 de janeiro de 2011, pág. 10, São Luís.

HOLANDA, F. de. A Dinâmica da economia maranhense nos últimos 25 anos. *Cadernos IMESC*. 4. São Luís, 2008

JORGE, M. *Álbum do Maranhão*, 1950. Maranhão, 1950.

LE CORBUSIER. *Por uma arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 1989.

LIMA, A. E. V. de. Estado do Maranhão – São Luís. RELATÓRIO E PROPOSTAS PARA A CONSERVAÇÃO, RECUPERAÇÃO E EXPANSÃO. Porto, Portugal: 1973.

MINDLIN, H. E. *Arquitetura moderna no Brasil*. Rio de Janeiro. Aeroplano editor.

MEIRELES, M. *História do Comércio no Maranhão*. Vol.: III São Luís: Lithograf.

MOREIRA, F. D. (org.). *Arquitetura moderna no Norte e Nordeste do Brasil: universalidade e diversidade*. 1 ed. Recife: FASA, 2007. 392p.

PFLUEGER G. e LOPES, J. A. *Arquitetura do século XX in São Luís – Ilha do Maranhão e Alcântara: Guia de Arquitetura e Paisagem*. 1 ed. (bilingue). Sevilla: Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008. 448 p.

PRADO J. C. *História econômica do Brasil*. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1987.

ROITER, M. *Rio de Janeiro Art Déco*. 1º edição – Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.

SEGAWA, H. *Arquiteturas no Brasil: 1900-1990*. São Paulo: EDUSP, 1999.

ZEVI, B. *A linguagem moderna da Arquitetura*. Lisboa: Dom Quixote, 1984.

SEGRE, R. MEC. *Ícone urbano da modernidade brasileira 1935-45*. Romano Guerra editora, São Paulo, 2013.

SILVA, G. G. *Arquitetura do ferro no Brasil*. Sp., Nobel, 1987

TRIBUZI, B. *Formação econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento*. São Luís: FIPES, 1981.

DOCUMENTANDO AS EDIFICAÇÕES EM ALTURA:

UM ESTUDO DA ARQUITETURA MODERNA IMPLANTADA EM SÃO LUÍS ENTRE OS ANOS 1950 A 1980.

NASCIMENTO, Lúcia

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UEMA, especialista em Conservação Integrada Urbana e Territorial pela UFPE, Mestre em Desenvolvimento Urbano pela UFPE e Doutora em Arquitetura pela FA-ULISBOA. Professora da linha de pesquisa teoria e projeto do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UEMA e professora do Ensino Básico, Técnico, tecnológico e Superior do Instituto Federal do Maranhão (IFMA).

RODRIGUES, Larissa

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual do Maranhão. Artista Archviz. Pesquisadora no Programa Institucional de iniciação científica – FAPEMA. Técnica em Biocombustíveis pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão Campus Zé Doca.

INTRODUÇÃO

Este artigo destinou-se a reconhecer, catalogar e divulgar o patrimônio arquitetônico moderno da cidade de São Luís, em especial as edificações em altura no período de 1950 a 1980, de modo a compreender suas diferentes configurações espaciais por meio da análise da funcionalidade dos projetos de arquitetura, com o intuito de contribuir para sua valorização e conservação.

A cidade de São Luís, marcada por uma arquitetura e traçado homogêneo colonial luso-brasileiro, recebeu na primeira metade do século XX, novas linguagens arquitetônicas, que buscavam modernizar a cidade. As novas edificações que foram sendo construídas apresentavam, em sua estrutura, avanços tecnológicos e novos materiais provenientes da revolução industrial, representando, assim, uma parte da história da cidade.

Foi o caso das edificações em altura, os arranha-céus. O surgimento dessas edificações em São Luís sinalizou o início do processo de modificação da paisagem urbana de São Luís, momento em que as torres sineiras das igrejas passaram a dividir espaços com edificações em altura que passaram a receber unidades habitacionais, comerciais e institucionais.

Os trabalhos sobre essas construções estiveram voltados à identificação dos seus elementos externos. O estudo das diferentes configurações espaciais se faz necessário, já que são poucas as pesquisas e análises dos aspectos internos das referidas construções. Desta forma, busca-se compreender as edificações

em altura e suas diferentes configurações espaciais, por meio da análise da funcionalidade dos projetos de arquitetura implantados na cidade de São Luís, no Estado do Maranhão.

A metodologia desta pesquisa teve o caráter qualitativo, utilizando-se de levantamento bibliográfico, de pesquisa documental e de levantamentos físicos arquitetônicos das edificações da arquitetura moderna. A análise das edificações em altura foi fundamentada nos estudos de Branco (2002), Schneider (1998) e Brandão e Heineck (2004).

No intervalo temporal de 1950 a 1980 serão analisados cinco edifícios em altura de São Luís, que estão localizados no Centro Histórico da Cidade, são eles: Edifício João Goulart (1957), Edifício do BEM (1963), Edifício Caiçara (1967), Edifício São Marcos (1974) e Edifício Colonial (1977).

AS EDIFICAÇÕES EM ALTURA DE SÃO LUÍS

As primeiras edificações em altura da cidade de São Luís foram construídos entre as décadas de 1950 e 1980, apresentando de dez a treze pavimentos e demonstraram o ápice da modernidade da cidade, pois materializaram a transformação das técnicas – novas maneiras de fundir o ferro, novas práticas de laminação de madeira e estruturas metálicas e a fabricação de placas de vidros maiores - e dos materiais - como o ferro, o aço e o concreto armado - que possibilitou a construção para as alturas, contribuindo para que as edificações ultrapassassem os

limites definidos pelas alvenarias tradicionais. Essas construções viriam a modificar a paisagem da capital maranhense, pois romperam com a horizontalidade homogênea que predominava na cidade até a metade do século XX (VAZ, 2002 apud NASCIMENTO, 2020).

A ideia de modernização da cidade já estava presente no ideário de várias pessoas, inclusive de intelectuais, bem antes da construção dos primeiros “arranha-céus”, como se pode verificar no jornal Diário do Norte de 1939:

Quase todas as capitais brasileiras estão obedecendo à nova divisa lançada pelos urbanistas americanos: - Para o alto! E os arranha-céus aparecem nessas cidades, na sua imponência de “elefantes cinzentos”, como foram alcunhadas pelo vulgo. [...] Hoje S. Luis, em vez de construir para o alto, contraria o lemma do urbanismo actual: constrói uns casinhotos marca jaboty ou seja - bangalô agachado...Contentemo-nos com imaginar o largo do Carmo, no anno 2.000, cercado de arranha-céus. Até lá, provavelmente, a cidade se lembrará de que precisa acompanhar a marcha do progresso, caso não queira continuar enkystada nos seus aspectos coloniaes (Diário do Norte, 1939, p.08).

Mas, os anseios pela verticalização não foram concretizados para a cidade, naquele período, o que contribuiu para preservação do acervo arquitetônico luso-brasileiro.

Os primeiros edifícios em altura foram localizados no centro histórico da cidade, constituindo cinco edificações que apresentam usos distintos como: misto, residencial, institucional e de serviços, são eles: Edi-

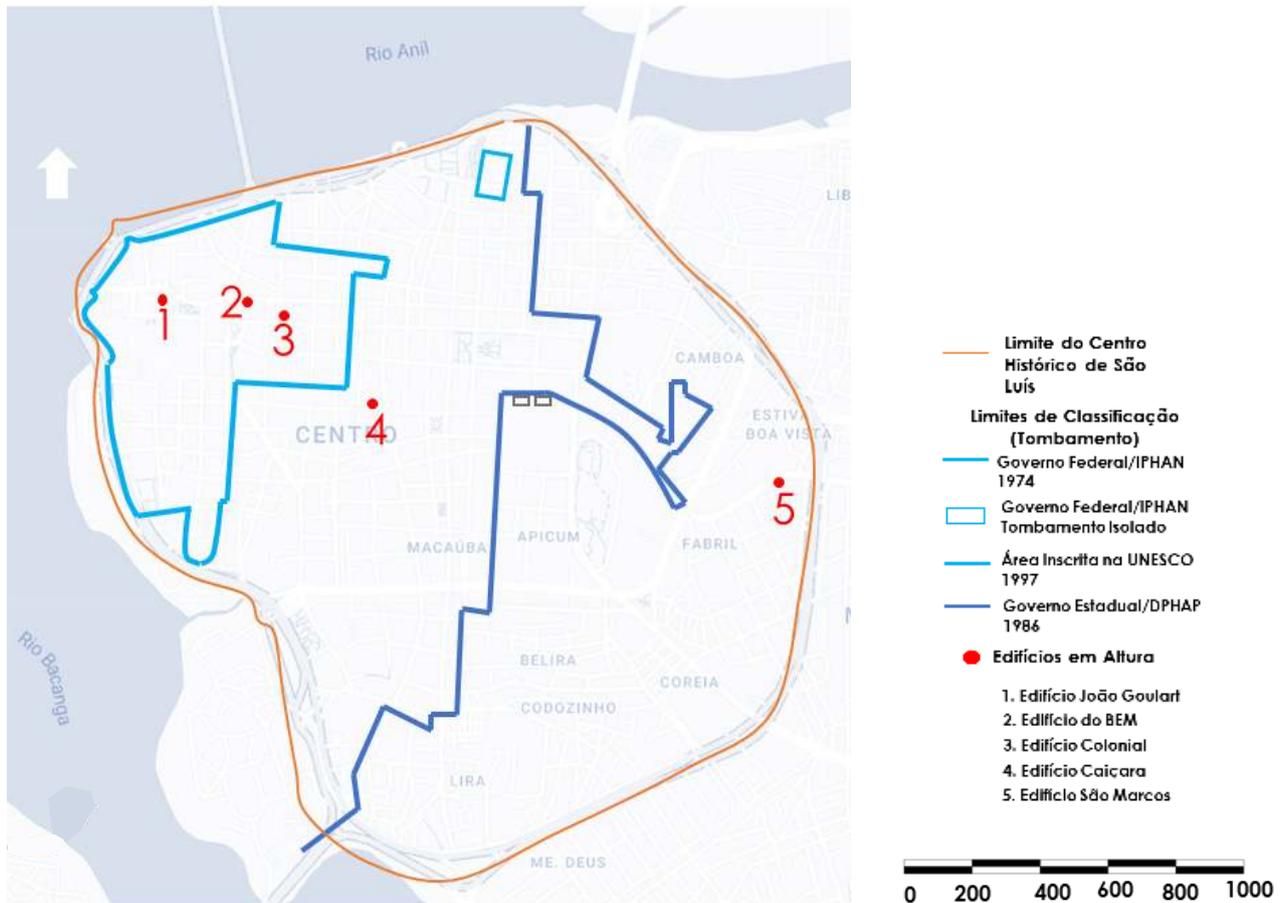
fício João Goulart (1957); Edifício do BEM (1963), Edifício Caiçara (1967); Edifício São Marcos (1974) e Edifício Colonial (1977).

A maioria dessas edificações foram construídas para alugar, quer seja para uma loja, um escritório ou um apartamento. Essas edificações estavam vinculadas ao progresso e avanços tecnológicos, e os apartamentos representavam a “mais nova e moderna maneira de morar brasileira”, e foram ocupadas pela elite cultural da época.

Os edifícios João Goulart (1957) e o Edifício do antigo Banco do Estado do Maranhão - BEM (1963) abrigavam uso institucional e o Edifício Colonial (1977) uso comercial e de serviços. Essas construções ficam localizados na área inscrita na lista de Cidades Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO desde 1997 e do conjunto arquitetônico e paisagístico, tombado pelo Governo Federal através do Decreto Lei Nº 25 de 30 de novembro de 1937, por meio do Processo Nº 454-T-57, inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Já, o Edifício Caiçara (1967) recebeu o uso misto, comercial e residencial e fica localizado no Conjunto Histórico, Arquitetônico Paisagístico do Conjunto Urbano de São Luís tombado pelo Governo Estadual do Maranhão por meio do Decreto Estadual nº 10.089 desde 1986; o edifício São Marcos apresenta uso residencial e encontra-se fora dos limites do tombamento.

O Edifício João Goulart nº 220 fica localizado na Avenida Pedro II. Essa edificação abrigou de 1967 a



Mapa de localização do Estado do Maranhão no Brasil, da cidade de São Luís na Ilha e dos edifícios em altura construídos entre as décadas de 1950 a 1980 no Centro Histórico - São Luís. Fonte: IPLAM, 2002 e NASCIMENTO, 2020.

1997 a Superintendência Regional do antigo Instituto Nacional de Previdência Social- INPS, criado pela fusão de cinco grandes Institutos de Aposentadoria e pensões – IAP’s (IAPM, IAPB, IAPC e IAPFESP).

O projeto original foi de autoria da equipe de engenharia do IAPI, datado de 1957, coube à Construtora Cearense Caiçara a execução do projeto e ao arquiteto Pedro Alcantara o acompanhamento da obra. De 1987 a 1993 foi utilizado como sede da antiga superintendência regional do Instituto Nacional de Assistência médica da Previdência Social – INAMPS, atual Instituto Nacional de Serviço Social – INSS (IPHAN, 2009).

Essa superintendência funcionou nesta edificação até 1995, momento que o prédio foi desocupado (INSS, 2008). Hoje, a propriedade dessa edificação é do Governo do Estado do Maranhão, que o adquiriu em 2015 com o intuito de abrigar vários órgãos públicos da administração estadual e o memorial em homenagem ao ex-Presidente João Goulart (NASCIMENTO, 2017, 2020).

A antiga sede do extinto Banco do Estado do Maranhão - BEM, hoje de propriedade da Prefeitura Municipal de São Luís, fica localizada num terreno na Rua do Egito nº 283, esquina com a Rua dos Afogados. Foi construída, inicialmente, num terreno adquirido pelo Instituto de previdência do Estado do Maranhão (IPEM) durante o governo de Eugenio de Barros (1951-1956).

Essa construção recebeu o nome de Edifício Governador Mattos Carvalho e foi projetada pelo arquiteto

maranhense Lucídio Guimarães Albuquerque. Esse projeto foi resultado de um edital de concorrência pública (Diário Oficial do Maranhão nº 120, de 07 de julho de 1958). Em 1963, é autorizada a venda do edifício para o Banco do Estado do Maranhão que conclui as obras (MARINHO, 2021).

O Edifício Caiçara fica localizado num lote de esquina entre a Rua Grande e São Pantaleão, num terreno de área de aproximadamente 767 metros quadrados, onde existia a Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Mulatos (1805-1939), que foi demolida em 1939, como parte do Plano de Remodelamento e Embelezamento da Cidade, na administração do Prefeito Pedro Neiva de Santana (1937-1945).

O objetivo da demolição era o de alargar a rua para melhorar a circulação de veículos, principalmente dos bondes que trafegavam pelo local, já que essa edificação religiosa encontrava-se fora do alinhamento das edificações da Rua Grande e representava um perigo para os usuários deste transporte coletivo que passava próximo à parede lateral da igreja (SÃO LUÍS, 1992; BARROS, 2001; NASCIMENTO, 2017).

O Edifício São Marcos, localizado na Av. Getúlio Vargas, 1937, no bairro Monte Castelo, é um prédio residencial, com dez pavimentos, tendo quatro apartamentos por andar. O projeto ficou a cargo do escritório técnico de Manoel Pedroso Lopes, do Rio de Janeiro, e a construção dessa edificação ficou a cargo da Construtora Santos, de propriedade de Mario Lameiras e Orlando Araújo. Foi inaugurado

em 1974 e atraiu moradores da classe média alta, momento em que a cidade crescia além do eixo centro histórico (O ESTADO, 2015).

O Edifício Centro Comercial de São Luís, mais conhecido como Edifício Colonial, é um centro comercial, composto de lojas e salas. Esta edificação foi executada pela Colonial Construtora Imobiliária Ltda, e foi inaugurada em 1977. Fica localizada na esquina de uma quadra, englobando três ruas – Rua Godofredo Viana, Rua do Ribeirão e Rua do Sol - permitindo, assim, três entradas/saídas. A edificação apresenta dez pavimentos, onde ficam distribuídos no térreo trinta e seis lojas com sobrelojas, que formam uma galeria comercial, e nos demais pavimentos temos as salas (escritórios).

Esses edifícios são verdadeiros documentos, compreenderam as primeiras edificações em altura da cidade de São Luís, os “arranha-céus”, construídos em concreto armado, e apresentaram uma diversidade de materiais e de novos sistemas de instalações elétricas e hidráulicas, elevadores, telefones - dentre outros avanços tecnológicos - que permitiram o melhor funcionamento e conforto às pessoas que vieram a morar ou trabalhar nessas edificações (VAZ, 2002).

A ANÁLISE DAS EDIFICAÇÕES EM ALTURA DE SÃO LUÍS

A análise das edificações em altura foi realizada a partir dos estudos de Branco (2002), Schneider (1998) e Brandão e Heineck (2004). João Pedro Branco (2002), no livro “Programa Habitacional”, define em três as categorias para análise das tipolo-

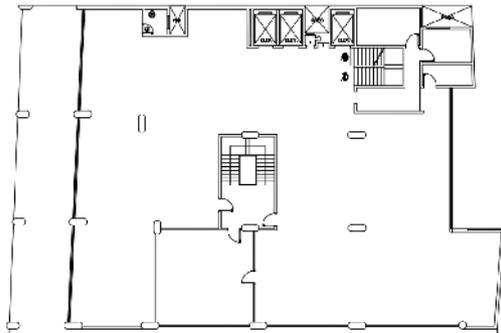
logias para habitações, a saber: a perspectiva programática, que compreende o estudo da edificação, através de espaços e compartimentos idênticos; a perspectiva morfológica, que analisa o ambiente por meio das características formais similares; e, a perspectiva topológica, que ocorre pela observação de relações entre os compartimentos semelhantes.

No livro “Atlas de plantas: viviendas”, Schneider (1998) trabalha com oito tipologias de plantas de apartamentos residenciais onde observa a organização espacial e formas de articulação existentes nessas unidades habitacionais que foram divididas nas seguintes categorias: plantas tipo corredor, caixa inserida, com sala de estar central, com separação das áreas funcionais, orgânica, fluida, flexível e circuito.

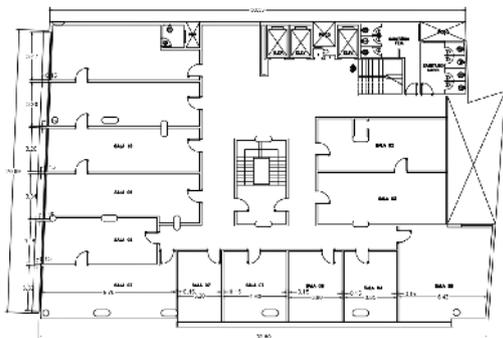
Já, a análise da tipologia baseada em Brandão e Heineck (2004), compreende tipologia como a maneira mais comum de identificar a forma-base de edificações, ou seja, a sua estrutura interna da forma, o princípio que implica em si a possibilidade de infinitas variantes formais; aquilo que diferentes projetos têm em comum, a ideia ou referencial que serve de regra ao modelo final.

Baseado no fato do conceito de tipologia admitir variações em seus níveis de detalhamento, indo além do simples conteúdo programático (cômodos existentes, número de dormitórios e banheiros, dentre outros) outras características ou atributos podem ser considerados em uma classificação tipológica, tais como a forma geral do apartamento, circulação interna, além de critérios de distribuição e interconexão.

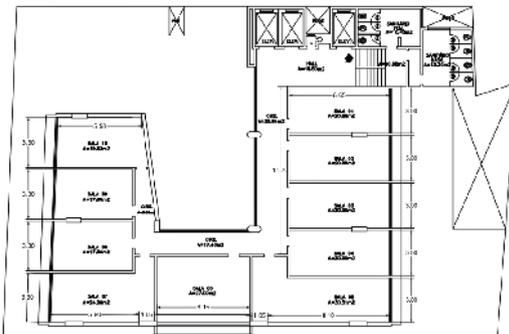
PAVIMENTO TÉRREO



2º E 3º PAVIMENTO



PAVIMENTO TIPO



Fachada e Planta baixas (térreo; 2º e 4º pavimentos, 5º ao 10º pavimento) do Edifício João Goulart. Fonte: Autoras, 2022; IPHAN, 2008.

Edifício João Goulart (1957)

O primeiro edifício em altura apresenta 6.053,30m² de área construída num terreno de aproximadamente 717,04 m², sendo formado por dois volumes bem definidos, uma torre com sete pavimentos e uma base retangular com quatro pavimentos; sem contar com os dois subsolos existentes, totalizando treze pavimentos mais a cobertura. No primeiro subsolo encontra-se o depósito, escada de acesso para o segundo subsolo, elevador de serviço, sanitários masculino e feminino e garagem (NASCIMENTO, 2017).

As superfícies das fachadas foram tratadas com a utilização de uma variedade de materiais como: pastilhas 2x2 cm, azulejos, vidro, brises em concreto, hoje não mais existentes. O acesso principal da edificação se dá por uma varanda, que remete a uma espécie transformada de pilotis, que separa a área pública da privada.

O uso do sistema construtivo em concreto armado possibilitou o uso do modelo de planta livre em todos os pavimentos, o que permite diferentes configurações de layout interno e uma boa permeabilidade e acessibilidade a todos os ambientes. O quarto pavimento da edificação apresenta um terraço jardim, local onde o visitante pode contemplar uma bela vista da cidade.

Edifício do Antigo Banco do Estado do Maranhão - BEM (1963)

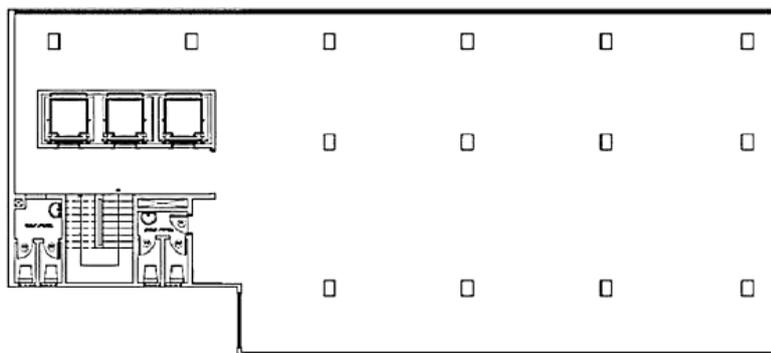
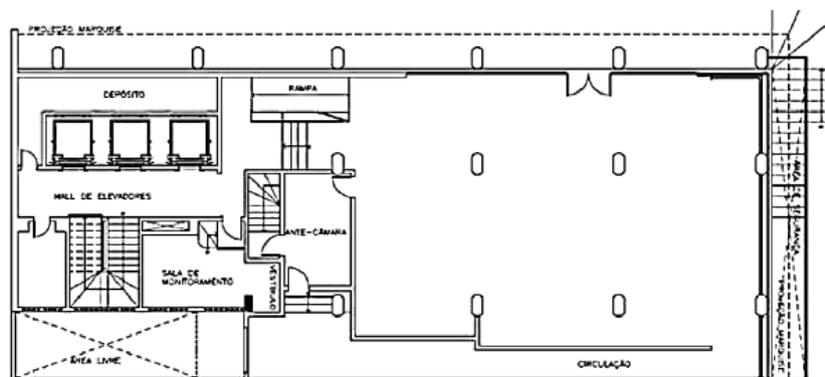
Inicialmente pensado para ter seis pavimentos, o edifício do antigo BEM foi construído com doze pavimentos, contando com o subsolo, de maneira a acompanhar a tendência nacional de construções de arranha-céus que começaram a surgir nas principais cidades do Brasil a partir da década de 1920, a exemplo do Rio de Janeiro e São Paulo (SOMEKH, 1997, apud NASCIMENTO, 2017).

Hoje as fachadas apresentam-se revestidas com pastilhas na cor bege, com exceção da fachada lateral esquerda que se encontra revestida por um painel azulejar com uma área aproximada de 340 m², intitulado “Trabalho, Crença e Festa”, datado de 1987, de autoria de Antônio Almeida (1922-2009), vencedor do Concurso de Artes Plásticas, promovido pelo Banco do Estado do Maranhão – BEM, em 1986.

O painel retrata com riqueza de detalhes a cultura maranhense, suas crenças e pessoas, a exemplo da quebradeira de coco, dos pregoeiros e de brincantes do bumba-meu-boi. Antônio Almeida, natural de Barra do Corda no Maranhão, foi um dos responsáveis pela introdução da modernidade nas artes plásticas maranhenses (FACEBOOK: Antônio Almeida, 2017 apud NASCIMENTO, 2017).

No subsolo, que aproveita o desnível do terreno, ficam localizados os depósitos, subestações de energia e garagem, cujo acesso se dá pela Rua dos Afogados (veículos), somente para veículos e pessoas

PAVIMENTO TÉRREO



PAVIMENTO TIPO





TERRAÇO



PAVIMENTO TIPO



SOBRELOJA

Vistas do Edifício do Antigo Banco do Estado do Maranhão; Terraço, pavimento tipo, sobreloja e painel azulejar fachada lateral. Fonte: Autoras, 2022; NASCIMENTO, 2017.

autorizadas. [...] O pavimento térreo e a sobreloja encontram-se recuados em relação à laje do pavimento tipo, e no térreo observam-se pilares. [...] O acesso a todos os pavimentos, inclusive à sobreloja foi possibilitado pelo uso de três elevadores que se encontram à direita da edificação, bem como pelas escadas.

O pavimento tipo compreende oito pavimentos. Esses pavimentos, juntamente com a sobreloja, apresentam o modelo de planta livre, que garantiu a flexibilidade dos espaços internos. [...] A cobertura funciona como um terraço jardim, de acordo com os preceitos de Le Corbusier, para ser um local de convívio social (NASCIMENTO, 2017).

Edifício Caiçara (1967)

O edifício Caiçara possui dez pavimentos, sem contar com o subsolo e o terraço, apresentando dois volumes diferentes que identificam seus usos comercial e residencial. O primeiro ocupa toda a área do lote de esquina, possuindo duas fachadas livres, frontal e lateral direita, com um recorte diagonal entre estas, que se caracterizam como fachada ativa.

Já o segundo volume, se aproxima do que convencionalmente se titula “bloco H”, em que o formato da planta baixa do pavimento se assemelha à letra em questão, com uma caixa de escada central, neste caso, tornando-se, o que se denominaria de um “H” duplo, ou um “W” espelhado horizontalmente, formando uma planta de pátios periféricos, caracterizado por Branco (2002) por possibilitarem uma grande variedade de esquemas de compartimen-

tação, por permitirem ventilação transversal, e por criarem uma zona exterior parcialmente protegida.

A edificação possui no subsolo vinte vagas para carros, o que não foi suficiente para as unidades residenciais existentes na edificação. O acesso à garagem, que fica no subsolo, se dá pela Rua de São Pantaleão, rua à direita da edificação. [...] No pavimento térreo encontra-se a recepção, o elevador social e o de serviço, estão também as escadas de acesso aos apartamentos, garagem, a galeria onde ficam as dez lojas e o acesso à administração, onde funciona a sala do síndico.

No segundo pavimento encontramos as sobrelojas e a administração. As lojas e sobrelojas não têm acesso aos apartamentos e, na fachada, apresentam-se com a volumetria diferenciada da parte do bloco de apartamentos, que é formado por três blocos interligados por corredores.

Do terceiro ao oitavo pavimento ficam as quarenta e oito unidades residenciais, ou seja, seis por andar. Esses apartamentos apresentam áreas que vão de 97 m² (apartamentos do bloco central) e 102 m², nos blocos laterais. A ventilação e iluminação dos corredores ocorrem por meio de cobogós, elemento típico da arquitetura modernista (NASCIMENTO, 2017).

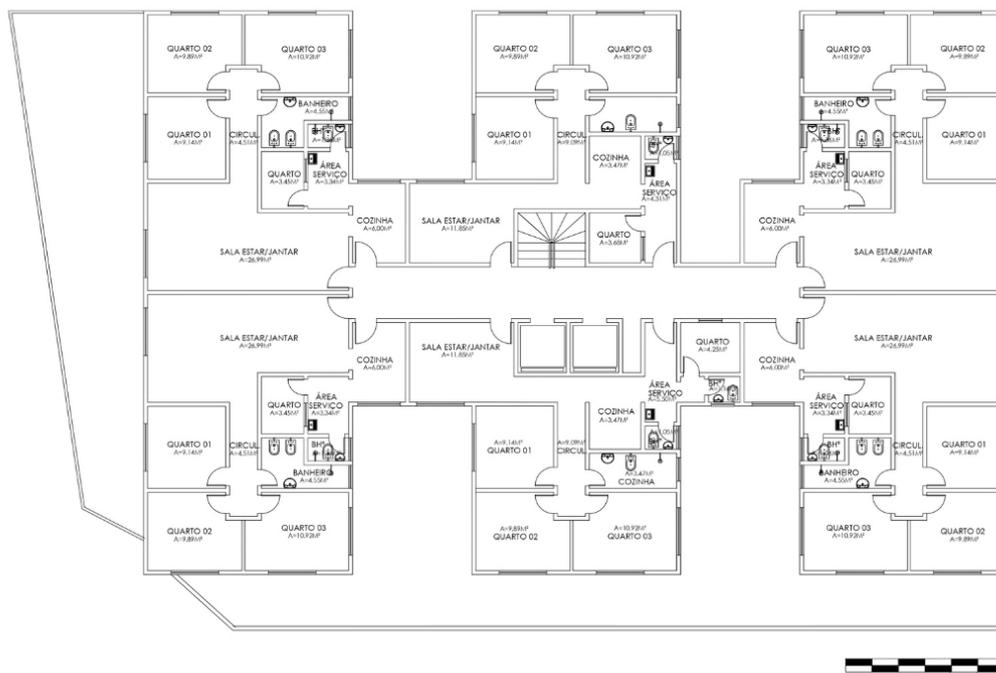
Quanto à organização espacial da planta, segundo Schneider (1998), a edificação enquadra-se na planta com separação das áreas funcionais, não em área noturna e diurna, uma vez, que os ambientes residenciais podem receber várias atividades, mas



Edifício Caiçara. Fonte: Autoras (2022).

DOCUMENTANDO AS EDIFICAÇÕES EM ALTA:

Um estudo da arquitetura moderna implantada em São Luís entre os anos 1950 a 1980.





RECEPÇÃO



CORREDOR



COBOGÓS NO CORREDOR



TERRAÇO JARDIM

sim, em zona social, íntima e de serviços. A zona social formada pela sala de estar e jantar, formando o living, a zona íntima, com os três quartos e banheiro, e, a zona de serviços que engloba a cozinha, área de serviço e dependência completa de empregados.

Na perspectiva tipológica segundo Branco (2002), a edificação apresenta a tipologia T4/7, sendo destinada essencialmente à família alargada (casal, filhos e parentes próximos). Esta tipologia permite a separação dos quartos dos filhos por sexo, prevê a existência de um quarto individual, permite a existência de um quarto de acesso pelo espaço comum (que pode ser utilizado como expansão da sala), permite a existência de um quarto com acesso pela zona entrada/saída (que pode ser utilizado por filhos adultos, ou para atividades que envolvam a recepção de clientes).

Ainda sobre a perspectiva morfológica das unidades habitacionais, temos que possuem piso do tipo simplex com dois acessos, localizados na fachada e empena. O primeiro dá acesso direto a área social da casa, o segundo, leva à área de serviço, e posteriormente ao quarto de empregada.

Edifício São Marcos (1974)

O Edifício São Marcos encontra-se num terreno de formato trapezoidal, localizando-se no sentido transversal e na parte frontal do terreno, juntamente com a guarita, jardim e playground. Na parte posterior do terreno ficam posicionados os estacionamentos cobertos e descobertos. No térreo da edificação ficam localizados os pilotis, salão de festa, sala da

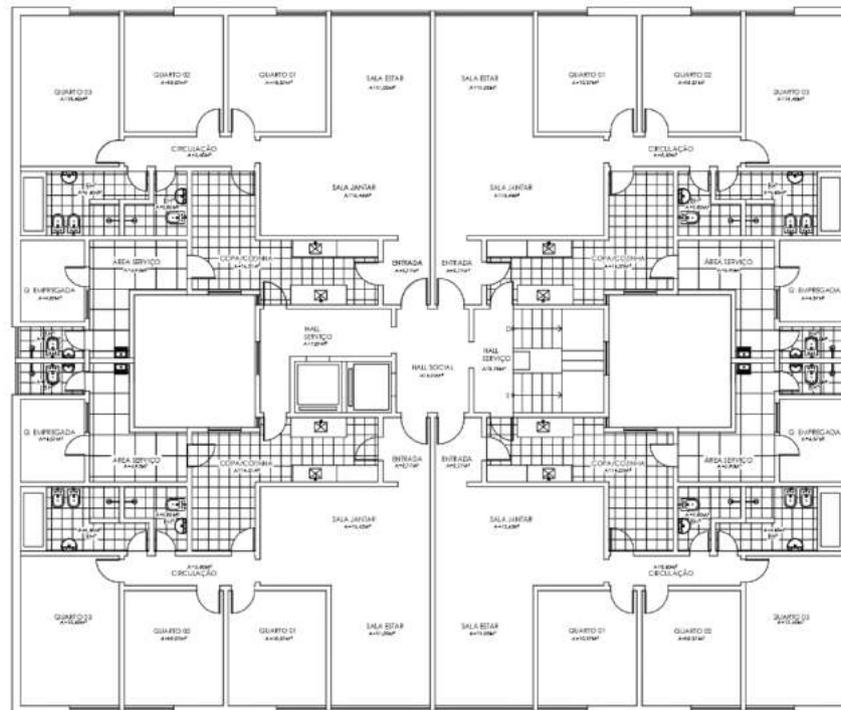
administração, depósitos e os geradores de energia.

O acesso aos 40 (quarenta) apartamentos realiza-se por meio de duas escadas, que dão acesso ao hall social e ao hall de serviço. No hall social fica o elevador social e no hall de serviço ficam o elevador de serviço e a escada. O apartamento possui uma área de 103,97 m² e apresenta uma organização espacial segundo Schneider (1998), com o tipo planta com separação das áreas funcionais, com o modelo de apartamento tripartido com área social, privativa e de serviço, bem delimitadas.

O apartamento apresenta boa permeabilidade, por possuir dois acessos, o social e o de serviço. O hall de entrada permite o acesso ao setor social (sala de estar e jantar) e ao setor de serviço (cozinha), que fazem conexão com o setor privativo. O programa de necessidades do apartamento compreende uma área social formada pelo living-room, integração de sala de estar e jantar, o setor privativo com três quartos e dois banheiros e a área de serviço, com lavanderia, copa/cozinha e dependência completa de empregada, quarto e banheiro.

A volumetria da edificação compreende um prisma retangular alongado, com cobertura de fibrocimento com duas águas. A estrutura da edificação é em concreto armado. O revestimento das paredes externas é em pastilha 2x2 cm bege e verde; azulejos pretos com detalhes amarelos revestem as paredes externas do térreo, remetendo a um resgate histórico do azulejo português. O piso e pilares dos pilotis apresentam placas de mármore 40x80 cm. A guarita é revestida de tijolinhos bege e verde.

PAVIMENTO TIPO DO EDIFÍCIO SÃO MARCOS



DOCUMENTANDO AS EDIFICAÇÕES EM ALTURA:

Um estudo da arquitetura moderna implantada em São Luís entre os anos 1950 a 1980.



Edifício Colonial (1977)

O Centro Comercial de São Luís apresenta trinta e seis lojas no térreo no modelo de piso duplex, sendo doze delas voltadas para um grande corredor, formando uma galeria e as demais lojas voltadas para as ruas, caracterizando fachada ativa. As cento e cinquenta e duas salas comerciais ficam distribuídas em oito pavimentos, sendo dezenove por andar. A edificação apresenta três acessos, dois deles dão diretamente para o hall de elevadores (dois) e para a escada. As lojas possuem sobrelojas que são acessadas por escadas helicoidais de metal. Apresenta três volumes compostos por formas de prismas retangulares bem definidos. Dois volumes horizontais, que fazem o embasamento da edificação, englobando o térreo e as sobrelojas. E a torre vertical onde ficam localizadas as salas comerciais.

A edificação apresenta o sistema construtivo em concreto armado. Suas superfícies externas apresentam placas de mármore (revestimento do piso e paredes do térreo e detalhes da marquise), as pastilhas cerâmicas marrons aparecem no detalhe em “U” na fachada principal, além de dois volumes lineares revestidos de azulejos com padrão português, nas cores bege, marrom e preto, e a cerâmica retangular bege nas fachadas laterais. O Edifício Colonial encontra-se em regular estado de conservação, em decorrência do vandalismo, desprendimento de placas de mármore e sujeira em decorrência da poluição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de verticalização da cidade de São Luís iniciou-se com a implantação de edificações insti-

tucionais ligadas ao Institutos de Aposentadorias e Pensões, posteriormente, surgiram as edificações voltadas ao uso residencial e de salas e lojas comerciais voltadas para aluguel. Constatou-se que o sistema construtivo utilizado foi o concreto armado, tanto em vigas, lajes, pilares e pilotis. Para o revestimento das superfícies externas e revestimento do piso observou-se o predomínio do uso de placas de mármore, pastilhas 2x2 cm, azulejos – com um resgate histórico português - e cerâmicas - materiais construtivos que estavam em voga no repertório nacional -, além do uso de brises, superfícies envidraçadas resultantes das esquadrias. Esses materiais ficam distribuídos em volumes prismáticos retangulares em sua maioria.

Com relação às plantas baixas das edificações residenciais multifamiliares, percebeu-se o uso do modelo de planta com separação de áreas funcionais, com a delimitação certa de zona social, privativa e de serviço. Bem como, a presença de acessos segmentados aos apartamentos, sendo social e de serviço. As edificações institucionais apresentaram o modelo de planta livre e fachada livre, elementos presentes na arquitetura moderna. Este trabalho buscou analisar e divulgar o valor das edificações em altura que modificaram a paisagem da capital maranhense. Essas edificações são verdadeiros documentos, pois apresentam valores históricos, arquitetônicos e construtivos, expondo para a cidade um novo modo de morar e construir, revelando novas soluções espaciais, formais e funcionais. Espera-se, assim, contribuir para o processo de preservação e conservação do acervo moderno numa cidade com forte apelo da arquitetura colonial luso-brasileira.



Fachada Edifício Colonial. Fonte: Autoras, 2022

EDIFÍCIO	USO	UNI	PAV	PERSP. PROGRA- MÁTICAS	PERSPECTIVAS MORFOLÓGICAS				ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS MODERNISTAS
					PISOS	FACHADAS	ACESSOS	LOCALIZAÇÃO	
CAIÇARA (1967)	Residencial	48	8	T4/7	Simplex	2 fachadas livres e 1 condicionada	2	Fachada e Empena	Cobogós Terraço Jardim
CAIÇARA (1967)	Comercial	18	2	-	Duplex	2 fachadas livres	2	Fachadas	Cobogós
SÃO MARCOS (1974)	Residencial	40	10	T4/7	Simplex	1 fachada livre	1	Fachada	Pilotis
JOÃO GOULART (1957)	Comercial	-	13	-	Simplex	2 fachadas livres	2	Fachada e Empena	Brise-Soleil Fachada e planta livre
COLONIAL (1977)	Comercial	152 36	10	-	Simplex Duplex	3 fachadas livres	3	fachadas	Janela em fita
BEM (1963)	Comercial	-	12	-	Simplex	2 fachadas livres	2	fachadas	Terraço jardim Janelas em fita Fachada e Planta livre

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERNAZ, M. P. LIMA, C. M. *Dicionário Ilustrado de Arquitetura - Vol.01 [A a I]. 1º ed, 1998*

BAHIA, C. L. M. JK: Política, Arte e Arquitetura – Uma Experiência Modernista. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 11, n. 12, p. 119-137, dez. 2004.

BARROS, L. F. Bordando a história urbana de São Luís do Maranhão nos séculos XIX e XX. *Anais XVIII ENANPUR*, 2019

BENEVOLO, L. *História da Arquitetura Moderna*. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

BRANCO PEDRO, J. *Programa Habitacional – Habitação*. Lisboa: LNEC, 2002.

DIÁRIO DO NORTE. *A Cidade*. São Luís, quarta-feira, 26 abr. 1939 p. 8.

GESTÃO URBANA. *Fachada Ativa: Novo parâmetro urbanístico visa dinamizar espaços e passeios públicos*. Acesso em: 26 jun. 2022.

HILLIER, B. e HANSON, J. *The social logic of space*. Cambridge: University Press, 2004 [1994].

LOPES, J. A. V. e VALE, P. H. C. S. S. Um Legado Do Urbanismo Moderno Em São Luis: O Projeto de Lúcio Costa para o Novo Polo Urbano (1979). In: 7º Seminário DOCOMONO N/NE, 2014.

MARINHO, P. A. B. S. *Arquitetura do século XX em São*

Luís: uma análise crítica do processo de reabilitação. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Arquitetura e Urbanismo. São Luís, Maranhão, 2021.

NASCIMENTO, L. M. do. e MENDONÇA, A. S. S. A arquitetura vertical em São Luís: os arranha-céus e a construção do moderno. In: II SAMA – Seminário de Arquitetura Moderna na Amazônia, 2017.

NASCIMENTO, L. M. do. *São Luís e a Rota do Moderno: A Produção Arquitetônica Residencial Moderna, entre 1930-1960, no Maranhão*. Tese de doutorado -Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Lisboa, Portugal, 2020.

O ESTADO. Bairro Alegre E Movimentado Vive Na Lembrança De Seus Moradores. O Estado do Maranhão, São Luís, 11 de janeiro de 2015. Disponível: <https://oestadoma.com/noticias/2015/01/11/bairro-alegre-e-movimentado-vive-na-lembanca-de-seus-moradores.asp>. Acesso em: 19 nov. 2022.

OLIVEIRA, L. L. *O Brasil de JK: Arquitetura*. FGV. CODOC. s.d. Disponível em: < <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Sociedade/Arquitetura> > Acesso em 03 de fevereiro de 2023

ROCHA, F. S. *Análise Da Funcionalidade, Tipologia e Topologia dos Projetos Arquitetônicos dos Conjuntos Habitacionais Populares do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) na Cidade de São Luís no Maranhão*. São Luís: UEMA, 2021.

VILLA, S. B. *Morar em apartamento*. São Paulo: oficina de textos, 2020.

CAMINHOS DA ARQUITETURA MODERNA EM FORTALEZA

A CONTRIBUIÇÃO DO ARQUITETO MARCÍLIO DIAS DE LUNA

DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira

Arquiteta e Urbanista pela UFC (1978), mestrado (2005) e doutorado (2012) em Arquitetura e Urbanismo pela FAUUSP. Professora Associada do CAU-UFC e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Urbanismo e Design da UFC - PPGAU+D-UFC. Membro do LoCAU (Laboratório de Crítica em Arquitetura, Urbanismo e Urbanização) e do o DOCOMOMO nacional.

PAIVA, Ricardo Alexandre

Arquiteto e Urbanista pela UFC (1997), mestrado (2005) e doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela FAUUSP (2011). Professor Associado do CAU-UFC, Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 do CNPq, Coordenador do PPGAU+D-UFC (2015-2018) e (2021-2023). Coordena o LoCAU (Laboratório de Crítica em Arquitetura, Urbanismo e Urbanização). Membro do ICOMOS-BRASIL e do DOCOMOMO International.

INTRODUÇÃO

O objetivo do trabalho é abordar a trajetória profissional do arquiteto pernambucano Marcílio Dias de Luna (1934-1999), que teve uma atuação relevante na cidade de Fortaleza, como um dos arquitetos responsáveis pela produção do modernismo arquitetônico no estado, resgatando sua formação e práticas profissionais, assim como documentar e analisar as obras mais significativas.

O arquiteto, formado na Escola de Belas Artes de Pernambuco (EBAP) em 1958, era funcionário do DNOCS – Departamento Nacional de Obras contra as Secas e chegou a Fortaleza, transferido pelo órgão, em meados da década de 1960.

Além da atividade como arquiteto chefe da divisão de Urbanismo e Habitação da Administração Central do DNOCS, Marcílio teve importante atuação na cidade como um dos primeiros professores da recém-criada Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFC e como autor de obras emblemáticas da arquitetura moderna cearense, sendo responsável por projetos de relevante interesse historiográfico (entre as décadas de 1960 e 1980).

Ele faz parte da chamada segunda geração de arquitetos de formação notadamente moderna, composta por profissionais diplomados ainda em outros estados e que chegaram à Fortaleza na década seguinte após a criação em 1965 da Escola de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará período em que já havia a produção de algumas obras modernas na cidade, realizadas pelos pioneiros (PAIVA; DIÓGENES, 2017).

Pretende-se, assim, com o artigo, conferir visibilidade à trajetória profissional do arquiteto, ainda muito pouco presente na historiografia arquitetônica da cidade, resgatando o seu papel como docente e como autor de projetos relevantes, bem como documentar e analisar as obras mais significativas, destacando sua contribuição à arquitetura moderna na capital cearense.

Este artigo faz parte de uma pesquisa mais ampla desenvolvida pelos autores, acerca da produção da arquitetura moderna em Fortaleza destacando seus principais protagonistas. Entre outros objetivos, busca chamar a atenção para a necessidade de documentação e conservação da obra de Marcílio Luna, face às ameaças ao acervo moderno na cidade, quando se constata na própria obra do arquiteto, alguns exemplares já demolidos ou descaracterizados.

Com relação à metodologia adotada, houve dificuldade na obtenção de informações sobre dados pessoais e currículo do arquiteto, já que havia escassa documentação sobre o profissional e sua obra. Entretanto, para a confecção do artigo, foram elaboradas pesquisas bibliográficas sobre o contexto da arquitetura moderna em Fortaleza à época, consultas no edifício sede do DNOCS, com o intuito de conseguir dados e documentos sobre sua atuação no órgão.

A análise das obras se baseou, além do exame dos projetos arquitetônicos, alguns já registrados em publicações sobre a matéria, em visitas a alguns dos

edifícios e documentação fotográfica. Recorreu-se ainda à história oral, mediante entrevistas com colegas contemporâneos do arquiteto, a fim de conhecer melhor sua trajetória profissional, inclusive no que se refere à sua atividade docente.

O artigo aborda inicialmente aspectos relacionados à sua formação e trajetória profissional e, a seguir, são selecionadas algumas de suas obras mais relevantes na cidade de Fortaleza, que serão brevemente documentadas e analisadas.

A FORMAÇÃO MODERNA EM RECIFE

Marcílio Dias de Luna nasceu em Recife em 04 de julho de 1934. Diplomou-se arquiteto pela então Escola de Belas Artes de Pernambuco (EBAP) em 1958. O arquiteto colou grau em fevereiro de 1959, no mesmo ano em que o Curso de Arquitetura ficou autônomo da EBAP e se tornou Faculdade de Arquitetura do Recife, vinculando-se à Universidade Federal de Pernambuco. Tal pleito ocorreu à época com manifestações de greve por parte do corpo discente, reivindicando uma formação de cunho moderno:

Os estudantes do Curso de Arquitetura da Escola de Belas Artes de Pernambuco, tendo em vista a orientação mais moderna dada à formação do arquiteto, que não mais admite sejam os cursos de arquitetura ministrados em Escolas de Belas Artes, através do presente memorial, tornam público o histórico de sua luta pacífica em prol da instalação da Faculdade de Arquitetura. (IAB-SP, 1959, p. 2)

Na década de 1950, a EBAP em Recife já contava com importantes professores e arquitetos de estirpe moderna, como o carioca Acácio Gil Borsoi (1924-

2009), o italiano Mário Russo (1917-1996) e o português Delfim Amorim (1917-1972), considerados “como profissionais chave na renovação e consolidação do ideário moderno na região” (AMORIM, 2001), mestres da Escola do Recife ou Escola Pernambucana de Arquitetura (BRUAND, 1982; AMORIM, 2001).

Nesse contexto, vários arquitetos formados no Recife nas décadas de 1950 e 1960 - que atuaram em diversos estados do Nordeste - podem ser considerados herdeiros do legado dessa “escola”, que se destacava pelas preocupações relativas a três paradigmas (AMORIM, 2001): o “paradigma dos setores”, relacionado à setorização e racionalização do programa; o “paradigma ambiental”, atrelado à necessidade de adequar os valores da arquitetura moderna às particularidades do clima; e o “paradigma da forma”, que articulava o repertório formal racionalista à tradição formal e construtiva da cultura arquitetônica colonial brasileira.

A turma de 1958, da qual Marcílio fazia parte, contava com outros arquitetos egressos da EBAP que se destacaram profissionalmente e como professores, como o pernambucano Wandenkolk Tinoco (1935-2021) e o paraibano Carlos Alberto Carneiro da Cunha (1932), que se tornaram docentes na UFPE. Assim, o curso de arquitetura do Recife foi responsável pela formação de vários profissionais pernambucanos e de outros estados que tiveram significativa atuação no Norte e Nordeste do Brasil.

Nos anos 50, o Curso de Arquitetura da Universidade do Recife é uma das sete escolas de arquitetura nacionais (junto ao Mackenzie, FNA, UFBA, FAU, UFMG, UFRGS), um dos poucos centros representativos do ensino de arquitetura e

formação de jovens arquitetos, recebe candidatos das regiões Nordeste e Norte do país. (NASLAVSKY, 2005, p. 3)

Antes mesmo de se formar, Marcílio ingressou no DNOCS em 1956, passando a ocupar o cargo de arquiteto a partir de 1959. Em meados da década de 1960, juntamente com outros colegas do órgão, transferiu-se para Fortaleza, passando a habitar e atuar profissionalmente na capital cearense desde então.

A ATUAÇÃO MODERNA EM FORTALEZA

Já em Fortaleza, Marcílio não se limitou ao trabalho no DNOCS, onde atuou até se aposentar em 1989, com reconhecida dedicação, como chefe da divisão de Urbanismo e Habitação da Administração Central.

Na condição de forasteiro em Fortaleza, seu interesse pela arquitetura e urbanismo levou-o a frequentar instituições onde pudesse ter contato com colegas arquitetos cearenses, como a UFC e o IAB-CE. A recém-criada Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFC, fundada em 1964 pelos arquitetos José Liberal de Castro (1926), José Neudson Braga (1935), Ivan Britto (1928) e José Armando Farias (1927-1974) era reconhecida como o grande centro de referência cultural¹ da Universidade e da Cidade (CASTRO, 1982)

A Escola passou a ser ponto de encontro do arquiteto pernambucano com os professores do curso - aos quais se apresentou - assim como com os então alunos, quando discutiam arquitetura e ensino, no contexto do início da produção modernista na cidade, evidenciada no Campus do Benfica, com projetos

emblemáticos realizados pela chamada primeira geração de arquitetos modernos, todos eles formados em outros estados brasileiros e já docentes do curso de Arquitetura da UFC. Esses arquitetos desempenharam papel fundamental na adoção e difusão dos valores do modernismo arquitetônico na capital cearense.

Marcílio também sempre demonstrou interesse em ensinar na instituição e, em 1968 foi então indicado pela direção e teve seu nome aprovado pelo Conselho Universitário para compor o quadro de docentes. No ano anterior, a colega pernambucana Ebbe Martins Ferreira, também funcionária do DNOCS e igualmente transferida para Fortaleza, já havia começado a lecionar na Escola, na disciplina de História da Arte, tornando-se a primeira professora mulher do curso.

Professor dedicado, lecionou até o ano de 1999, quando veio a falecer. Ocupou-se das disciplinas de Projeto Arquitetônico 2 e 3, com atuação marcada pelo comprometimento, apego ao ofício e, sobretudo, pelo interesse demonstrado no que se refere aos detalhes arquitetônicos, sempre muito explorados nos temas propostos aos alunos.

Com relação à atividade projetual particular, Marcílio nunca teve escritório próprio e realizou poucos projetos privados, mas costumava frequentar escritórios de colegas na cidade, onde se dispunha dialogar com estes profissionais, trocando ideias, discutindo arquitetura e os projetos então realizados por eles.

¹ O ambiente da Escola de Arquitetura era frequentado à época por artistas, compositores e músicos cearenses, como Fausto Nilo, Ricardo Bezerra, Fagner, Petrucio Maia e Belchior.

Segundo Neudson Braga, também professor da Escola à época, Marcílio era assíduo frequentador de seu escritório² nas décadas de 1970 e 1980, então localizado na Rua Pedro Borges, no centro da cidade, onde se fixavam a maioria dos profissionais arquitetos. Destaca que ele sempre se interessou particularmente pela parte relacionada aos detalhes dos projetos e o qualifica como “grande detalhista”, amante da precisão e dos pormenores, sempre propondo inovações. Algumas vezes ele se encarregou do detalhamento de alguns de seus projetos.

Ainda de acordo com Neudson, o arquiteto se envolvia sempre nas questões de execução das obras, do fazer, não se limitando apenas ao projeto. E por diversas vezes, suas obras eram visitadas pelos alunos do Curso de Arquitetura da UFC, por recomendação dos próprios colegas professores. Marcílio participou ativamente da construção dos edifícios concebidos para o DNOCS, viajando inúmeras vezes aos locais onde eram edificadas, para dar soluções aos problemas surgidos durante a execução.

Os dois arquitetos chegaram a trabalhar juntos no projeto do Edifício Sede do Sesi – Serviço Social da Indústria - na Barra do Ceará e do edifício da Lavanderia, no início da década de 1970, que compunham o conjunto do qual também fizeram parte os edifícios do Clube do Trabalhador e Escola de Música, cujo projeto³ foi elaborado posteriormente (1977-1980), por Severiano Porto e Eladio Dieste e que foi recentemente demolido (PAIVA; CERETO; TEIXEIRA, 2020).

Marcílio trabalhou ainda em parceria com Neudson Braga na elaboração de provas de concurso público para seleção de profissionais arquitetos em órgãos do estado, sempre pautando sua atuação com base no rigor e na ética.

O arquiteto participou da equipe responsável pelo projeto do antigo Estádio Plácido Aderaldo Castelo (1969-1973), o Castelão⁴, um marco importante da arquitetura moderna cearense, ficando responsável pelo detalhamento da obra. A equipe era liderada por José Liberal de Castro, mas também faziam parte dela Reginaldo Rangel (1940-19??), Ivan Britto e Gherard Bormann (1939-1980). “A obra era⁵ composta por 60 pórticos em concreto armado, de desenho idêntico, que sustentam as arquibancadas, solucionadas a partir do aumento progressivo do espelho dos degraus em decorrência da visibilidade vertical” (ANDRADE; DIÓGENES; DUARTE JR., 1996).

² Além do escritório do Neudson Braga, era costume de Marcílio frequentar outros, de colegas que tinham então atuação frequente na cidade neste período, como Enéas Botelho, Ivan Britto e Liberal de Castro

³ O Clube do Trabalhador e a Escola de Música do Sesi (1977-1980), localizados na Barra do Ceará em Fortaleza, expressa “outro caminho” no desenvolvimento da arquitetura moderna em Fortaleza, testemunhando o encontro de Severiano Porto (coautoria de Mário Emílio Ribeiro) e do engenheiro uruguaio Eladio Dieste na capital cearense.

⁴ A obra foi uma relevante realização arquitetônica do final da década de 1960, em função do porte e do programa. Vale ressaltar a importância do sistema construtivo, composto de 60 pórticos iguais que determina a coerência da composição. O projeto do Estádio Plácido Castelo (Castelão) foi de autoria também dos arquitetos Gerhard Ernst Bormann, Marcílio Dias de Luna, Reginaldo Rangel e Ivan Britto. (DIÓGENES; PAIVA, 2011)

⁵ O antigo estádio Castelão foi bastante alterado posteriormente, a partir da intervenção feita pelo escritório “Viglicca & Associados”, quando foi adaptado para receber os jogos da Copa do Mundo de 2014.

Com o advento da Copa do Mundo de Futebol em 2014, várias modificações foram realizadas no estádio para transformá-lo na Arena Castelão, em um processo de destruição do moderno e (des)construção contemporânea (PAIVA, 2013).

OBRAS PÚBLICAS NO DNOCS

O Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) foi criado como Inspetoria de Obras contra as Secas (IOCS), vinculado ao Ministério da Viação e Obras Públicas. Entre 1919 e 1945, foi denominado de Inspetoria Federal de Obras contra as Secas (IFOCS). Conforme o Decreto-Lei Nº 8.486, de 28 de dezembro de 1945, o órgão, “com sede na Capital Federal, tem por finalidade a realização de tôdas (sic) as obras destinadas a prevenir e atenuar os efeitos das sêcas (sic) na região a que se refere o art. 2º da Lei nº 175, de 7 de janeiro de 1936, e em outras zonas do país, e que a lei venha a estender o seu campo de ação”.

Em 1963, no governo de João Goulart, o DNOCS se transformou em autarquia federal e estabeleceu-se que o Ceará fosse a sede provisória do órgão, situação institucionalizada em definitivo em 1968, conforme o Artigo 63 Lei Nº 5.508, de 11 de outubro de 1968.

O Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas (DNOCS) terá sede e fôro na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, e como área de atuação aquela definida, no artigo 39 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963⁶, excluídos o Estado do Maranhão e o Território de Fernando de Noronha (BRASIL, 1968)⁷.

Até a criação da SUDENE, em 1959, o DNOCS cumpriu papel fundamental na provisão de infraestruturas de combate à seca no Nordeste, sendo o derradeiro órgão federal a atuar na construção de obras públicas em toda a região, construindo “açudes, estradas, pontes, portos, ferrovias, hospitais e campos de pouso, implantando redes de energia elétrica e telegráficas, usinas hidrelétricas”⁸

As escolhas das cidades-sede de órgãos federais no contexto da política de desenvolvimento para o Nordeste desde a década de 1950 eram motivadas por interesses políticos regionais e induziram a implantação da Sede do BNB - Banco do Nordeste do Brasil (1952) e do DNOCS (1963) no Ceará, ao passo que a SUDENE ficou sediada na capital pernambucana e a CHESF em Salvador, na Bahia.

O DNOCS, assim como os outros órgãos supracitados, possuía no seu quadro funcional profissionais e técnicos bastante qualificados, face à natureza das atividades meio e fim desenvolvidas nas autarquias.

⁶ A área de atuação do Dnocs corresponde à região abrangida pelos Estados do Piauí, do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco, de Alagoas, de Sergipe, da Bahia, a zona do Estado de Minas Gerais situada no denominado “Polígono das Secas” e as áreas das bacias hidrográficas dos Rios Paraíba e Jequitinhonha, nos Estados do Maranhão e de Minas Gerais, respectivamente.

⁷ Lei Nº 5.508, de 11 de outubro de 1968.

⁸ www.gov.br/dnocs/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/historia

A constituição de quadros técnicos de engenheiros e suas distintas especialidades e, de forma mais rarefeita, de arquitetos, era condição essencial para viabilização técnica de obras e infraestruturas e seus apoios edilícios, assim como edificações para abrigar o corpo administrativo, funcional e técnico da repartição.

É nessa conjuntura que o arquiteto Marcílio Dias de Luna vai atuar no DNOCS e, na condição de chefe da divisão de Urbanismo e Habitação da Administração Central do órgão, foi responsável por importantes projetos: a sede da Diretoria Geral do DNOCS (1968-1973); Sede do DNOCS do Piauí em Teresina (1976); Sede do DNOCS na Paraíba (1976); Centro de Pesquisas Ictiológicas da Diretoria de Pesca e Piscicultura em Pentecoste-CE (1972-1985); Sede da 2ª Diretoria Regional⁹ em Fortaleza (1981); entre outros¹⁰.

A construção do edifício sede do DNOCS na capital cearense, o Edifício Arrojado Lisboa, surgiu como uma atitude de legitimação do poder pretendido pelo órgão. Em Fortaleza, a instituição, ainda como IFOCS, ocupava o antigo Palacete Coronel Carvalho Mota¹¹, localizado no cruzamento da Rua General Sampaio e Pedro Pereira no Centro de Fortaleza (BRAGA, 2017) e ficou obsoleto após a inauguração da nova sede.

Em razão das limitações de acesso a fontes, bem como do recorte espacial proposto, uma análise mais aprofundada se restringirá aos edifícios do DNOCS localizados na capital cearense. Ademais, será realizada uma breve menção ao Centro de Pesquisas Ictiológicas da Diretoria de Pesca e Piscicultura em Pentecoste-CE (1972-1985).

SEDE DA DIRETORIA GERAL DO DNOCS (1968-1973)

A sede da Diretoria Geral do DNOCS – Edifício Arrojado Lisboa - foi projetada em 1968 e inaugurada em 1973. Localiza-se no Centro de Fortaleza, na Avenida Duque de Caxias, 1700. O edifício ocupa uma quadra inteira e possui uma implantação tipicamente moderna, qual seja, o edifício solto em relação ao terreno.

⁹ Desde o Decreto Nº 84.410, de 22 de janeiro de 1980, a estrutura organizacional do DNOCS ficou definida com a delimitação de Diretorias Estaduais

Art 5º As Diretorias Estaduais, em número de nove (9), terão as seguintes sedes e áreas de atuação:

I - 1ª Diretoria Estadual, sede na cidade de Teresina (PI) e atuação em todo o Estado do Piauí; II - 2ª Diretoria Estadual, sede na cidade de Fortaleza (CE) e atuação em todo o Estado do Ceará; III - 3ª Diretoria Estadual, sede na cidade de Recife (PE) e atuação em todo o Estado de Pernambuco; IV - 4ª Diretoria Estadual, sede na cidade de Salvador (BA), e atuação em todo o Estado da Bahia; V - 5ª Diretoria Estadual, sede na cidade de Natal (RN) e atuação em todo o estado do Rio Grande do Norte; VI - 6ª Diretoria Estadual, sede na cidade de João Pessoa (PB) e atuação em todo o Estado da Paraíba; VII - 7ª Diretoria Estadual, sede na cidade de Palmeiras dos Índios (AL) e atuação em todo Estado de Alagoas; VIII - 8ª Diretoria Estadual, sede em Aracaju (SE) e atuação em todo o Estado de Sergipe; IX - 9ª Diretoria Estadual, sede em Montes Claros (MG) e atuação em parte do Estado de Minas Gerais, compreendida no Polígono das Secas.

¹⁰ O DNOCS construiu outros exemplares de sede de feição moderna. “Outra obra importante, projetada por Waldecio Pinto foi o edifício do DNOCS/ Departamento Nacional de Obras Contra a Seca, de 1958, realizada em sociedade com os arquitetos Didier e Renato Torres, resultado de um concurso. O edifício está localizado na zona norte da cidade de Recife, em um grande terreno de esquina, possuindo dois blocos idênticos, mas implantados de forma distinta, formando entre eles um “T”. (AFONSO, 2008)

¹¹ Em 1983, o imóvel foi alvo de tombamento e restauro pelo IPHAN com o objetivo de instalação do Museu das Secas, vinculado ao acervo do DNOCS (CASTRO, 2013).



Foto Aérea Diretoria Geral do DNOCS. Fonte: Google Earth, 2022.

Trata-se da composição de um volume vertical de 10 pavimentos paralelo à avenida principal e um horizontal, de dois andares, ainda mais próximo da via. A parte edificada ocupa a porção mais ao sul do terreno, ao passo que a parte norte foi destinada a estacionamentos.

Esta composição de volumes remete, de algum modo, à solução do edifício do MES (1936-1945), que passou a ser um arquétipo do edifício institucional da arquitetura moderna brasileira, tendo influenciado muitos outros prédios públicos, conformando uma atitude monumental tipicamente moderna.

Em relação ao programa, o bloco horizontal, mais baixo, foi concebido para acolher a diretoria do DNOCS, separando-a funcionalmente do bloco vertical. Atualmente esse edifício funciona com um centro de capacitação. O vertical abrigava no térreo usos mais públicos e com maior relação com o fluxo urbano, como a recepção principal, o protocolo, centro de processamento de dados, cantina, além de alguns serviços do terciário público, como pequenas agências de bancos estatais, como Banco do Brasil e Caixa Econômica. No primeiro pavimento foram localizados ainda espaços de uso mais coletivo, como a biblioteca e o auditório; nos demais pavimentos foram concentrados os escritórios dos diversos setores do DNOCS. (BRAGA, 2017).

O bloco horizontal é marcado pelo recuo dos pilares no nível do térreo, o que enfatiza a volumetria do pavimento superior. Essa estratégia de criar um pseudo pilotis está presente também no bloco vertical, mas é realizada por meio do recuo da vedação

(paredes e esquadrias) em relação ao alinhamento dos pilares que se destacam e se prolongam em toda extensão vertical do edifício.

O arquiteto cria, assim, uma área sombreada e de circulação pública, já que não havia barreiras físicas para acessar esse nível do acesso. Aliás, esse sentido público, cívico e institucional foi potencializado pelo desenho de passeios, canteiros, jardins e espaços de convivência. A conexão entre os dois blocos se dá por meio de uma passarela elevada que se articula discretamente e harmoniosamente ao pavimento da biblioteca e do auditório do volume vertical.

Em todos os pavimentos do bloco vertical, inclusive no térreo, foi concebida uma planta livre alongada, disposta em uma malha racional de pilares que se localizam nas extremidades e permitem distintas formas de uso e apropriação. Dois volumes de circulação vertical, em forma triangular, foram dispostos destacados da lâmina, a fim de potencializar a flexibilidade dos pavimentos tipo.

A malha estrutural possui 5,10 x 11,00 m e é definida por pilares em forma de “H”, permitindo que o rasgo da face interna possua função infraestrutural na distribuição de instalações de drenagem. Essa disposição dos pilares na margem do edifício ratifica a valorização da distinção entre estrutura e vedação – que inclusive não se tocam - bem como as preocupações relativas à funcionalidade e flexibilidade, tão caras ao Movimento Moderno. *“A exploração plástica da estrutura é feita com a solução em exoesqueleto, onde os pilares, em concreto aparente, extrapolam a curtain-wall, destacando a sua dimensão*



Planta Pavimento Tipo

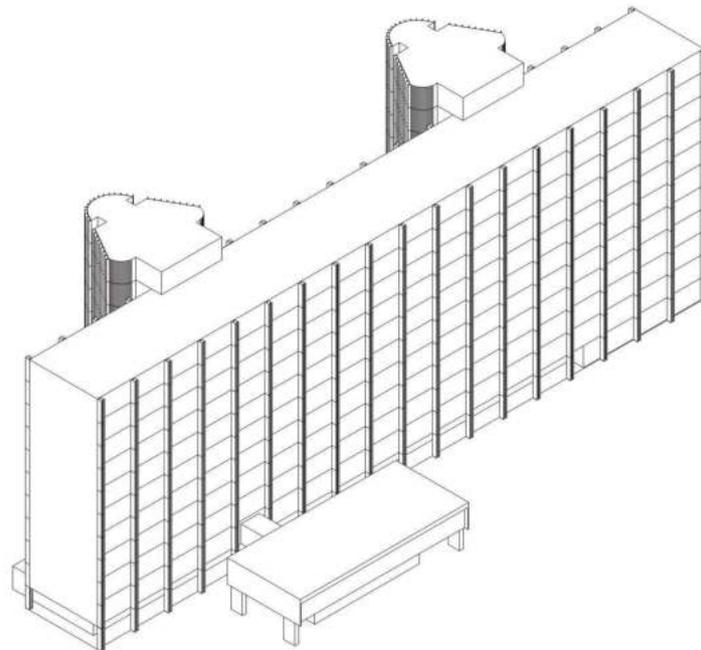
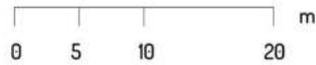






Foto Atual da Diretoria Geral do DNOCS. Fonte: Acervo LoCAU-UFC.



Foto Atual da Diretoria Geral do DNOCS. Fonte: Acervo LoCAU-UFC

vertical” (SAMPAIO NETO, 2012, p. 212). A ideia de planta livre nos pavimentos é reforçada com a laje plana de concreto que oculta o sistema de vigas nervuradas utilizadas para vencer os vãos propostos.

Os volumes destacados abrigam elevadores e uma solução bastante inusitada de circulação vertical: um mix de lances de escada e rampa. Compõem ainda esse bloco, baterias de banheiros situados simetricamente na composição.

A expressão formal do edifício do DNOCS é a síntese das soluções espaciais, funcionais e construtivas próprias de uma postura racional e técnica, mas também da subjetividade abstrata de um arquiteto de formação moderna. O prédio possui uma simplicidade digna de nota, alcançada pelo rigor do projeto e pela qualidade da construção, se valendo simultaneamente de princípios que estão na origem do Movimento Moderno internacional, traduzidos e ressignificados pela tradição do modernismo arquitetônico brasileiro.

A edificação se impõe e impõe a importância do órgão que abriga e representa. A linguagem arquitetônica moderna, simbólica e monumental está a serviço dos desígnios de modernização do Nordeste, do seu território, das suas cidades e também da sua arquitetura.

O edifício sede do DNOCS tem resistido bem ao tempo e, embora tenha passado por adaptações e intervenções suscitadas pelas transformações tecnológicas e institucionais no campo do trabalho, ainda mantém a sua integridade material e imaterial, condição alcançada, segundo Braga (2017), pelas qualidades intrínsecas do projeto.

No DNOCS, como já foi mencionado, há duas intervenções mais significativas em sua pele e acessos. O que vale também destacar aqui é como, mesmo com as mudanças, a readequação se deu de forma criativa, sem perdas significativas das características originais de materialidade. No caso da pele, esta passou por uma mudança das esquadrias que compunham, junto com a estrutura, sua fachada. Foram trocadas as peças de vidro texturizado por esquadrias de alumínio e vidro, demonstrando que o frame, e conseqüentemente a imutabilidade, em termos de fachada, está apenas na estrutura, e não na pele como um todo. A outra intervenção se deu internamente, na mudança de uma das torres de acesso vertical, que foi adaptada para a criação de uma escada de incêndio. Em ambos os casos, as intervenções foram respeitadas e se deram por motivos técnicos. No primeiro, o último módulo ainda foi mantido com as vedações originais, além das peças retiradas terem sido reutilizadas como divisórias internas. No segundo, como havia duas torres de circulação vertical com as escadas e rampas, uma foi mantida e a outra foi adaptada, sem repercussões externas. Neste edifício, apenas os materiais da estrutura seguem imutáveis, tendo sido alterados paredes e o piso interno (BRAGA, 2017, p. 129).

Malgrado as alterações tecnológicas e de uso na instituição, o Edifício Arrojado Lisboa mantém grande presença no contexto da sua inserção urbana, constituindo um lugar de memória tangível e intangível do DNOCS.

SEDE DA 2ª DIRETORIA REGIONAL DO DNOCS (1981)

As Diretorias Técnicas do DNOCS foram criadas como ramificações do órgão nas unidades administrativas estaduais com funções técnico-administrativas, responsáveis pela ação executiva. Atualmente, essas diretorias regionais se denominam Coorde-

nadorias Estaduais (CEST) e são representações do DNOCS nos estados.

Conforme já foi destacado, ainda na década de 1970 o arquiteto foi incumbido de projetar as diretorias regionais do Piauí e da Paraíba, realizando na passagem dos anos 1970 para os 1980 igualmente o projeto da Sede da 2ª Diretoria Regional do DNOCS, inaugurada em 1981 e demolida em 2010 para a construção do Acquario do Ceará, obra até hoje inacabada em razão de irregularidades ambientais (PAIVA; HISSA; LIMA, 2014).

O arquiteto dispunha de um terreno estreito e comprido em frente ao mar, localizado na Praia de Iracema entre as históricas Ponte Velha e Ponte Metálica que abrigava o Porto de Fortaleza até a década de 1940, atividades que cessaram com a transferência gradual das atividades portuárias para o Mucuripe.

Conforme o memorial descritivo do projeto, divulgado na clássica publicação Panorama da Arquitetura Cearense: Cadernos Brasileiros de Arquitetura, encomendada por Vicente Wissenbach, editor da Revista Projeto, que reúne a produção dos arquitetos cearenses de formação moderna até o ano de 1982 (PARDANA, 2021), o arquiteto abrigou as atividades predominantes e essenciais de escritórios técnicos em um plano livre de 5000 m² em um pavimento superior, destinando ao pavimento térreo atividades de circulação, apoio e serviços.

Tal opção favoreceu a concretização de três imposições básicas, para que o edifício apresentasse contrapartidas de desagravo à paisagem urbana. A primeira, oferecendo

2/3 de vazamento da sua massa ao nível do pavimento térreo. A segunda, utilizando recuos intencionais (embora não obrigatórios) para obter a ampliação virtual da caixa da rua principal. A terceira, na minimização da verticalidade do volume implantado à beira-mar. (SERRA E NEVES; PONCE DE LEON; LIMA NETO, 1982, p.120).

Em razão da extensão longitudinal do edifício (150 m) e a sua escala no contexto urbano, Marcílio criou no térreo uma grande área de pilotis e ocupou apenas as extremidades do prédio, permitindo integração visual da rua com o mar. No segundo pavimento, criou uma circulação interna central com dimensões de rua (7,30 m), que permite o acesso aos dois lados de uma planta absolutamente livre, já que preconizava a flexibilidade de usos e o recurso de divisórias para delimitação dos ambientes de trabalho.

A dinâmica dessa circulação era potencializada pela criação de aberturas tanto no piso como no teto do pavimento, proporcionando iluminação, ventilação e alguma integração entre os pavimentos. Assim como no projeto da Diretoria Geral do DNOCS, o arquiteto estabelece uma matriz de modulação que preside a estrutura e as vedações. *“O módulo orgânico de 0,95m aplicado às três dimensões do edifício ordenou a estrutura, as esquadrias, as divisórias e os acessos” (SERRA E NEVES; PONCE DE LEON; LIMA NETO, 1982, p.120).*

Essas preocupações estruturais e construtivas eram premissas constantes na prática do arquiteto, buscando concatenar todas as condicionantes e soluções propostas de forma racional e minuciosamente estudada. Assim, as questões relativas ao lugar (sobretudo às condicionantes climáticas), ao pro-

grama e a construção se expressam consciente no modo com pensa a forma do edifício.

O distanciamento das placas do quebra-sol e sua forma foram propostos de modo a preservar para o usuário do edifício um acesso visual para o mar e para o espaço urbano. No estudo da forma do quebra-sol, atentou-se para o óbvio: as sobras nas horas críticas são projetadas sempre de cima para baixo, por conseguinte, as placas não necessitariam toca o piso do pavimento para produzirem sombra sobre o mesmo. (SERRA E NEVES; PONCE DE LEON; LIMA NETO, 1982, p. 120).

Em termos de linguagem arquitetônica, verifica-se nesse projeto um uso mais intenso da materialidade do concreto na sua forma aparente, talvez como um reflexo das tendências do brutalismo internacional e suas diferentes manifestações no Brasil. A viabilização da obra contou com um corpo técnico de engenheiros e empresas bastante qualificadas à época, que redundaram no rigor construtivo do edifício¹²

A demolição do edifício revela que não somente as dinâmicas imobiliárias são responsáveis pela destruição do patrimônio cultural edificado, sobretudo o mais recente, mas também as políticas públicas voltadas para a produtividade e competitividade urbana, atreladas às práticas de turismo, como foi o caso, por meio da demolição do prédio e a construção do Acquario do Ceará, que seria um símbolo do processo de internacionalização do turismo no Ceará. Assim, ao invés da Sede Regional do DNOCS ser reutilizada (inclusive possuía vários atributos arquitetônicos que facilitariam o processo de reuso e reabilitação), o edifício foi destruído para dar lugar à atual ruína do Acquário

CENTRO DE PESQUISAS ICTIOLÓGICAS RODOLPHO VON IHERING (1972-1985): UM “ACHADO” MODERNO NO SERTÃO A SER ESTUDADO.

É importante ressaltar que ao longo do desenvolvimento desse trabalho, identificou-se que o arquiteto foi designado, em 1972, para projetar o Centro de Pesquisas Ictiológicas da Diretoria de Pesca e Piscicultura do órgão, denominado hoje Centro de Pesquisas Ictiológicas Rodolpho von Ihering. Inaugurado somente em 1985, o centro se localiza no município de Pentecoste/CE, à margem do Açude Pentecoste, distante 89 km de Fortaleza.

A Inspectoria Federal de obras Contra as Secas (IFOCS) antiga denominação do DNOCS, instalou em 1932, no Bairro Gentilândia, em Fortaleza/CE, uma Comissão Técnica de Piscicultura. Dirigida pelo naturalista gaúcho, Rodolpho Teodor Wihelm Gaspar von Ihering (1883-1939), a comissão foi responsável pelo grande impulso dado à piscicultura, no Nordeste do semiárido brasileiro e no mundo, proporcionado pelo desenvolvimento da técnica de reprodução artificial de peixes, conhecida por hipofisação¹³.

¹² Cálculo: Eng° Gerardo Santos Filho e Francisco Martins Filho; Execução e Construção: Construtora Britânia S/A; Fiscais: Eng° Ronaldo Parente Leite Barbosa, Eng° Francisco das Chagas Alves, Eng. Sergio Moreira Duque; Ar-condicionado: Servite S/A; Instalações: Hidrel S/A; Impermeabilização: Record – Impermeabilização e Revestimentos.

¹³ www.gov.br/dnocs/pt-br/assuntos/noticias/centro-de-pesquisa-rodolpho-vom-ihering-em-aquicultura-do-dnocs



Foto Aérea Centro de Pesquisas Ictiológicas Rodolpho von Ihering. Fonte: Google Earth, 2022.



Ainda que não tenha sido possível acessar as fontes e aprofundar as análises, é possível inferir que se trata de um complexo de edifícios de suporte às atividades de pesquisa e psicultura realizadas na região, reunindo em distintos blocos os laboratórios e setores administrativos. A solução arquitetônica é pensada por meio da criação de um núcleo hexagonal, de onde se ramificam volumes horizontais lineares, funcionando como uma matriz passível de multiplicação.

A concepção construtiva é bastante interessante, ao utilizar abóbodas em concreto armado, que se organizam modularmente no desenvolvimento dos blocos. A borda das abóbodas possui um balanço significativo, o que permite a criação de áreas generosamente sombreadas, bastante adequadas ao clima sertanejo e conferem significativo valor plástico aos edifícios. Aliás, o arquiteto fazia uso das cartas solares no seu processo de projeto e utilizava-as também como recurso didático em suas aulas de Projeto Arquitetônico da UFC.

Assim como os outros projetos, fica evidente, de forma quase didática, a clareza dos elementos estruturais e de vedação, bem como a preocupação com os pormenores da materialidade construtiva. Esse “achado” possui potencial de dar visibilidade a uma arquitetura produzida no sertão, mas de grande importância para o desenvolvimento do Nordeste e, como tal, digna de ser estudada e valorizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Marcílio Dias de Luna, arquiteto pernambucano, cuja trajetória profissional é objeto deste artigo, faz parte de uma geração de profissionais diplomados em outros estados brasileiros que chegaram a Fortaleza ainda na década de 1960. Esse itinerário profissional, assim como de outros arquitetos em vários estados do Nordeste, constitui insumo importante para se compreender os fluxos e transferências da cultura arquitetônica moderna, possibilitando distintas interpretações, contribuindo também para processos de ampliação e revisão historiográfica.

A atuação do arquiteto não pode ser descontextualizada da função que cumpriu no DNOCS, instituição promotora do desenvolvimento material do Nordeste desde o início do século XX e com grandes realizações de obras e infraestruturas na região. Assim como ocorreu com o caso do BNB, que tem a sua sede em Fortaleza, verifica-se um fenômeno semelhante no DNOCS, mas em menor proporção: a proposição de ideias e projetos modernos que são emanados desde o Ceará e são construídos em outros estados do Nordeste, revelando transferências culturais excêntricas.

Os processos de degradação e destruição do patrimônio moderno, da qual a obra de Marcílio também é alvo, revela uma prática que tem se tornado comum nas últimas décadas, quando toda uma produção de inegável valor arquitetônico vem desaparecendo progressivamente, em função da dinâmica imobiliária e urbana vigente e da reestruturação produtiva no Estado e na metrópole, o que faz com que

diversas localizações estratégicas passem por intensa alteração em sua fisionomia. Daí a necessidade de documentação, conservação e preservação desse acervo.

Ademais, reforçando o legado de Marcílio Dias de Luna, que morreu precocemente com 65 anos, cabe ressaltar o seu importante papel na atividade docente, contribuindo durante mais de três décadas para a formação de vários arquitetos formados no Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFC.

Enfim, este trabalho – que compõe uma pesquisa mais ampla e contínua sobre a contribuição dos arquitetos na compreensão dos caminhos da arquitetura moderna em Fortaleza - pretende colaborar para a historiografia, a documentação e a conservação do modernismo arquitetônico, produzindo conhecimento e subsídios para atividades de ensino, pesquisa e extensão no campo da salvaguarda do patrimônio moderno em todo o Nordeste.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem vivamente ao arquiteto José Neudson Braga, pelas entrevistas concedidas e a José Alberto de Almeida (Beto), arquiteto aposentado do DNOCS, pela contribuição e apoio por meio da cessão de informações, documentos e imagens para a realização desse artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, A. A produção arquitetônica moderna dos primeiros discípulos de uma Escola. *Arquitextos*,

São Paulo, ano 09, n. 098.05, Vitruvius, jul. 2008 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.098/128>>.

AMORIM, L. M. do E. Modernismo recifense: Uma escola de arquitetura, três paradigmas e alguns paradoxos. *Arquitextos*, São Paulo, ano 01, n. 012.03, Vitruvius, maio 2001 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.012/889>>.

ANDRADE, M. J. S., DIÓGENES, B. H. N. e DUARTE JR, R. Liberal de Castro – DOCUMENTO. *Revista AU (Arquitetura e Urbanismo)*, nº 65. Pini Editora. Ano 11, p. 73-82, Abril/Maio, 1996.

IAB-SP. *Boletim Mensal Do Instituto de Arquitetos do Brasil Deptm. de São Paulo*. N.º 62 Março de 1959.

BRAGA, B. M. *Flexibilidade e permanência: os edifícios públicos modernos de Fortaleza*. 2017. 157 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo e Design) - Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

BRUAND, Y. *Arquitetura Contemporânea no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982.

CASTRO, J. L. Ceará, sua arquitetura e seus arquitetos. In: SERRA E NEVES, N., PONCE DE LEON, D., LIMA NETO, O. T. (Org.). *Panorama da Arquitetura Cearense: Cadernos Brasileiros de Arquitetura*, v. 9. São Paulo: Projeto, 1982.

NASLAVSKY, G. Escola Pernambucana ou Tradição Inventada? A construção da história da Arquitetura

Moderna em Pernambuco, 1945-1970. In: 6º Seminário DOCOMOMO-Brasil: Moderno e Nacional - Arquitetura e Urbanismo, 2005, Niterói-RJ. *Anais [...]*. Niterói-RJ: Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFF, 2005.

PAIVA, R. A. *Arena Castelão em Fortaleza: destruição do moderno ou (des)construção contemporânea*. In: Arqumemória 4 - Encontro Internacional sobre a Preservação do Patrimônio Edificado, 2013. *Anais [...]*. Salvador. Arqumemória 4. Salvador: IAB-BA, 2013.

PAIVA, R. A., DIÓGENES, B. H. Caminhos da Arquitetura Moderna em Fortaleza: a contribuição do arquiteto professor José Liberal de Castro. *Anais do 9º DOCOMOMO BRASIL: interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente*, 2011.

PAIVA, R. A., HISSA, M. C.; LIMA, M. Q. C. O Acquário do Ceará: Cidade, Arquitetura e Espetáculo. In: III Seminário Internacional de Architectura, Urbanismo e Design da Academia de Escolas de Architectura e Urbanismo de Língua Portuguesa - Arquiteturas do Mar, da Terra e do Ar - A Arquitetura e o Urbanismo na Geografia e na Cultura. *Anais [...]*. Lisboa: Academia de Escolas de Architectura e Urbanismo de Língua Portuguesa, 2014. v. 2. p. 193-202.

PAIVA, R. e DIÓGENES, B. H. N. Dinâmica imobiliária e preservação da arquitetura moderna em Fortaleza. O passado, o presente e o futuro em questão. *Arquitextos*, São Paulo, ano 19, n. 223.02, Vitruvius, dez. 2018 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/19.223/7243>>.

PAIVA, R., CERETO, M. e TEIXEIRA, L. de V. Severiano Porto e Eladio Dieste em Fortaleza. Clube do Trabalhador e Escola de Música do Sesi (1977-2019) in memoriam. *Arquitextos*, São Paulo, ano 21, n. 247.00, Vitruvius, dez. 2020 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/21.247/7973>>.

PARDANA, M. N. M. da S. *Arquitetura moderna em Fortaleza (1959-1982): narrativas fotográficas*. 2021. 274 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo e Design) - Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

SAMPAIO NETO, P. C. *Ressonâncias e inflexões do modernismo arquitetônico no Ceará: a contribuição de Gerhard Bormann* [doi:10.11606/T.16.2012.tde-10122012-155558]. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2012. Tese de Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo.

SEGAWA, H. *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SERRA E NEVES, N., PONCE DE LEON, D. e LIMA NETO, O. T. (Org.). *Panorama da Arquitetura Cearense: Cadernos Brasileiros de Arquitetura*, v. 9 e 10. São Paulo: Projeto, 1982.

A BUSCA PELA MODERNIDADE NA ARQUITETURA DO ENSINO PROFISSIONAL:

O CASO DA ESCOLA INDUSTRIAL DE JOÃO PESSOA

ARAÚJO, Adriana

Mestre pelo Programa de Pós-graduação de Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal do Ceará (UFC) em 2022. Atualmente cursa a Especialização em Docência da Educação Profissional e Tecnológica no IFCE. Especialista em Iluminação e Design de Interiores pela Universidade Castelo Branco (2006). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFC (1997). Desde 2017 é docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará no Campus Itapipoca. Atuou como Arquiteta do SFIEC/SENAI, desenvolvendo projetos de reformas e edificações novas (2013-2017). Lecionou no curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Estácio-FIC (2012-2014). Foi arquiteta e gestora no Departamento de Engenharia do Tribunal de Justiça do Ceará (1998-2013).

INTRODUÇÃO

Os edifícios públicos, onde se incluem as construções escolares, constituíram um acervo de expressivo destaque na arquitetura do país, considerando o fato de que estas obras serviam de um meio de promoção pessoal dos governantes, buscando transmitir um caráter simbólico de modernidade, sendo uma expressão direta da cultura vigente de cada época, como assinalam Vinão Frago e Escolano (2001):

A escola, em suas diferentes concretizações, é um produto de cada tempo, e suas formas construtivas são, além dos suportes da memória coletiva cultural, a expressão simbólica dos valores dominantes nas diferentes épocas (p. 47).

Dada a relevância de tais edifícios no contexto brasileiro, o presente artigo pretende apresentar a busca pela modernidade na arquitetura da Rede Federal de Ensino Profissional, estudando o caso da Escola de João Pessoa e as transformações ocorridas na tipologia arquitetônica das suas duas sedes, planejadas em fases distintas da história da instituição.

A primeira sede foi planejada ainda na década de 1920 quando era denominada de Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba (1909), cujos cursos ainda tinham um caráter mais artesanal e a segunda sede foi planejada no período que demandava uma melhor qualificação dos trabalhadores das indústrias, sendo intitulada a partir de 1942 de Escola Industrial de João Pessoa.

Os projetos das duas sedes foram elaborados por profissionais que faziam parte do quadro técnico do

Governo, onde cada uma das soluções evidenciou uma configuração espacial baseada na tipologia arquitetônica adotada em outras escolas da respectiva Rede. Vale ressaltar que ambos os projetos foram concebidos baseados nas diretrizes pedagógicas e currículos estabelecidos em cada período histórico.

A primeira sede planejada, inaugurada em 1929, inspirada na estética Neocolonial, traduziu conceitos de modernidade, considerando a inclusão de novos espaços do programa funcional que não existiam anteriormente nas edificações usadas de forma temporária, assim como na utilização de materiais que otimizavam o dimensionamento e o conforto dos espaços.

Já a segunda sede, projetada na década de 1940 e inaugurada em 1965, foi idealizada em terreno bem amplo, cujo projeto apresentou inovações na organização dos usos, na linguagem formal e nas técnicas construtivas. A nova edificação demandava uma área construída generosa, visando atender a uma maior diversidade de cursos e aumentar a capacidade do número de alunos.

A metodologia a ser adotada neste trabalho tem caráter qualitativo, fundamentada na pesquisa bibliográfica e documental, através da leitura de livros e artigos científicos, levantando dados históricos sobre os respectivos edifícios. Como embasamento teórico, para identificar a ideia da “tipologia arquitetônica”, o trabalho terá como referência os conceitos de Argan (2006).

Para o autor, o tipo é uma abstração, algo genérico, neutro e isento de valor. O tipo constitui uma “forma original” que foi regredida e que pode gerar “novo tipos”, possibilitando infinitas variantes formais, influenciado por transformações socioculturais e tecnológicas.

Também foi de fundamental importância o resgate de fontes primárias, tais como projetos arquitetônicos, registros oficiais e acervos iconográficos, confrontando os dados e realizando uma análise crítica dessa documentação. Os desenhos e fotografias localizados no Núcleo de Documentação e Pesquisa da Educação Profissional (NPDEP) do IFPB foram primordiais para traduzir a intenção dos projetos.

Waisman (2013) também assinala a importância de coletar dados no próprio edifício construído, que, sendo um objeto de estudo, constitui uma fonte primária essencial na pesquisa. Nesse contexto, as duas edificações investigadas neste trabalho ainda apresentam sua estrutura física bem conservadas, mantendo a sua natureza projetual, tendo sido de grande relevância realizar visitas in loco para subsidiar a pesquisa.

Na sequência, serão apresentados os estudos de caso das duas sedes supracitadas, apresentando o histórico arquitetônico da instituição na busca de compreender a transformação tipológica dos respectivos projetos.

O DESPERTAR DE UMA MODERNIDADE: O PROJETO DA ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DA PARAÍBA.

A EAA da Paraíba foi inicialmente instalada em edifício cedido pelo governo estadual localizado no Quartel do Batalhão da Polícia Militar. Os cursos ofertados na época atendiam aos requisitos do mercado, isto é, alfaiataria, marcenaria, serralharía, encadernação e sapataria (FONSECA, 1986). Em 1922, o governo estadual articulou a doação de um terreno no bairro Jaguaribe, para viabilizar a construção de uma nova sede para a escola, destinada a abrigar 600 alunos.

A obra se estendeu até setembro de 1929, quando a escola finalmente conseguiu ser transferida para o novo endereço, na Av. João da Mata. Os registros do CPDOC/FGV trazem um relato do diretor da EAA da Paraíba, João Rodrigues Coriolano de Medeiros, sobre as condições da estrutura física desta nova sede após dez anos de funcionamento:

É um prédio vistoso, puro estilo colonial, cuja divisão interna aberra dos princípios recomendados para construções destinadas a escolas. As suas salas acanhadas, tendo a mais ampla 8,5 m x 6,60 m, não se acham convenientemente iluminadas e arejadas. A planta, talvez por economia, não cogitou de um salão para reuniões, de uma sala para desenho, de compartimento onde se pudessem localizar gabinetes de física, de química, de história natural; nem anexou um terreno, uma área para recreio ou formatura dos alunos. O local, entretanto, é excelente sob o ponto de vista da salubridade, desfrutando-se do edifício belíssima perspectiva. Conta o prédio seis salas para aulas, dois galpões e oito pequenas divisões ocu-

padas por oficinas, almoxarifado e arquivo, gabinetes da diretoria e da secretaria. Não dispõe de compartimentos para refeitório, para cozinha, para aposento do porteiro. O serviço sanitário, além de exíguo, está constantemente exigindo consertos e reparos. O prédio, ocupado há dez anos, apresenta regular estado de conservação, necessitando apenas pequenos reparos. Entretanto, sendo único no Estado, está reclamando capacidade e proporções para matricular 600 alunos” (CPDOC/FGV, 1939, p. 198/503).

A partir desse relatório, emitido em 1939, observa-se que alguns espaços que faziam parte do programa funcional de uma EAA não foram contemplados no projeto dessa unidade, talvez pela área mais reduzida de terreno, com 2.600 m², menor que o terreno das outras escolas construídas na mesma década.

A escolha do local foi satisfatória no aspecto da salubridade, porém o diretor relata que o projeto não beneficiou as salas de aula, que não eram bem iluminadas e ventiladas. Esta realidade não atendia plenamente as premissas higienistas da legislação do ensino profissional exigidas no decreto nº 9070/1911, que abordava, nos artigos 31 a 34, as instruções referentes à salubridade:

Art. 31. O local destinado às oficinas nas escolas deverá ser suficientemente espaçoso e sua ventilação o mais possível franca, de modo a fazer-se uma completa renovação do ar. Art. 32. As oficinas deverão receber bastante luz solar e as machinas ou aparelhos dispostos de modo a ficarem completamente iluminados. Art. 33. O solo dos compartimentos destinados aos trabalhos das oficinas será rigorosamente secco e o mais possível impermeavel. Art. 34. As escolas deverão ser dotadas de aparelhos

sanitarios, agua potavel em quantidade sufficiente e outros meios que garantam o mais completo asseio e hygiene (BRASIL, 1911).

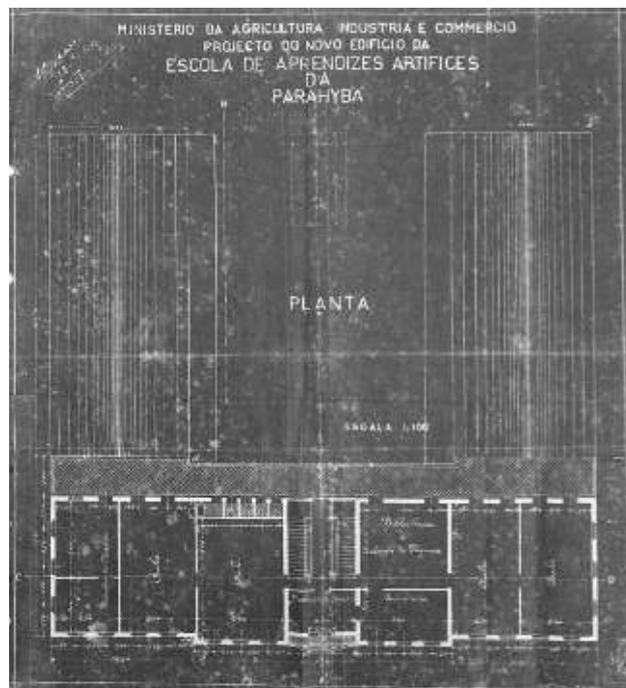
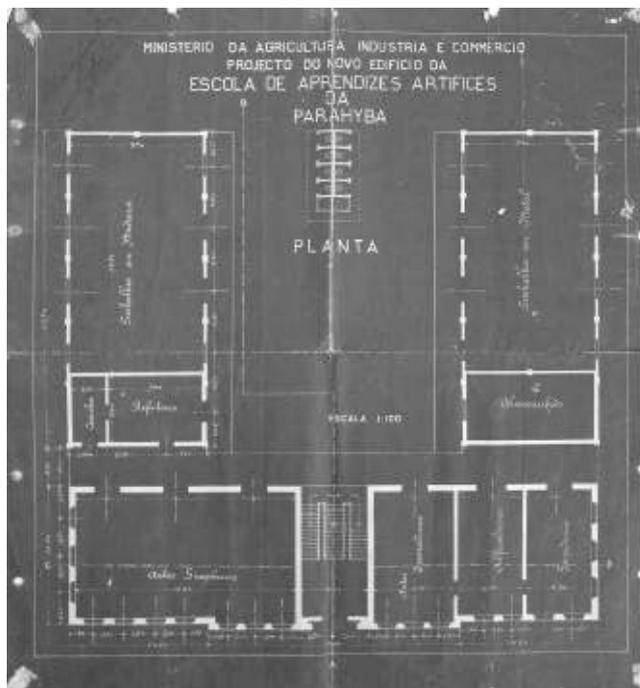
A partir da análise das cópias dos projetos originais da EAA da Paraíba, obtidos no NPDEP do IFPB, observou-se que os desenhos foram elaborados pelo engenheiro Lycerio Schneirer, em 1922, sob a coordenação do MAIC, incluindo plantas, cortes, fachadas e detalhes de esquadrias, porém a obra só foi entregue em 1929.

A escolha do terreno em zona mais central e em posição de esquina buscou evidenciar o caráter simbólico do poder do Estado, também facilitando os acessos e a visibilidade. A relação visual e de escala dos edifícios com o entorno era relativamente homogênea, pois as edificações vizinhas possuíam linguagens e portes similares. A implantação do edifício já apresentava recuos em relação a todos os limites do terreno, possibilitando a presença de jardins.

O conjunto arquitetônico tinha uma configuração em “U”, com área construída de 1.670 m², composto por um corpo principal com dois pavimentos, duas extensões perpendiculares térreas, além de um anexo abrigando os banheiros. O acesso estava voltado para a Avenida João da Mata, onde, no hall de entrada, estava a escada em posição centralizada. O pavimento térreo do edifício principal abrigava as oficinas de artes gráficas, artes decorativas, alfaiataria e sapataria.

O pavimento superior contemplava quatro salas de aulas teóricas, gabinete diretor, secretaria, biblioteca

A BUSCA PELA MODERNIDADE NA ARQUITETURA DO ENSINO PROFISSIONAL:
O caso da Escola Industrial de João Pessoa.



Plantas baixas do térreo e superior da EAA da Paraíba (1922). Fonte: NDEP (Reitoria IFPB).



Corte e Fachada da EAA da Paraíba (1922). Fonte: NDEP (Reitoria IFPB).



Vista externa da EAA da Paraíba (1922). Fonte: FGV-CPDOC.

e um espaço para moradia do diretor. Nos anexos, estavam previstos um pequeno refeitório, almoxarifado e oficinas de trabalhos de marcenaria e metal (Figura da página 204). Estes espaços faziam parte do programa funcional usual das Escolas de Aprendizes Artífices pertencentes a rede pública.

O projeto da escola priorizava o mesmo padrão de simetria e hierarquia dos espaços, também propondo um pátio central. Havia a prioridade do fator funcional na organização da composição, porém sendo importante conferir ao bloco principal uma ideia de solidez, ostentação e destaque na paisagem urbana, enquanto as oficinas eram sempre instaladas mais ao fundo do terreno.

Também é importante observar o destaque dado ao hall de acesso principal, com a presença de imponente escada e de vitrais, mais valorizados pelo pé-direito alto, típico das construções desse período, que permitiam iluminação adequada e um bom conforto térmico.

Os cortes na figura da página 204 mostram a relação de gabarito entre o anexo das oficinas e o edifício principal. A edificação apresentou uma linguagem com uma tendência Neocolonial, cuja configuração simétrica da fachada era subdividida em base, corpo e coroamento.

A posição das esquadrias, de dimensões generosas era definida pela divisão dos ambientes internos, resultando em um ritmo constante, além da presença de um frontão que marcava a parte central do edifício, com um desenho de inspiração barroca,

relembrando algumas construções religiosas. A cobertura do edifício era de telha colonial aparente, possuindo inclinação mais acentuada.

O edifício principal adotava uma circulação na face posterior que propiciava controle e vigilância para o pátio central. Para atender aos preceitos de higienismo bastante exigido por educadores, engenheiros e médicos, os espaços apresentavam muitas aberturas integradas com o exterior.

A estrutura de pilares, algumas vigas, assim como o guarda-corpo da circulação superior utilizaram o ferro como matéria-prima. O piso do pavimento superior foi executado com assoalhos de tábua corrida. No térreo do edifício principal havia um espaço destinado ao Museu Escolar, onde ficavam expostos todos os artefatos produzidos pelos alunos, como ferramenta de aprendizado, além de servir como itens de comercialização.

A escola ainda ficaria sediada nesse endereço por mais de trinta anos. A escola recebeu uma nova sede planejada no início dos anos 60, transferindo-se para a Av. 1º de Maio, 720. Atualmente, o edifício abriga a Reitoria do IFPB, apresentando intervenções mais expressivas na parte posterior no conjunto, onde antigamente funcionavam as oficinas.

A CONSOLIDAÇÃO DE UMA MODERNIDADE: O PROJETO DA ESCOLA INDUSTRIAL DE JOÃO PESSOA

A partir do final da década de 1930, o presidente Getúlio Vargas, auxiliado pelo ministro da educação

Gustavo Capanema, investiu no aparelhamento da educação, considerando o edifício escolar essencial para o desenvolvimento econômico do país.

○ Brasil, através da atuação de políticos e educadores, buscava inspiração em modelos educacionais internacionais, vindos principalmente da Europa e da América do Norte, que já vivenciavam uma sociedade industrial consolidada (PEDROSA; SANTOS, 2014). Esse contexto contribuiu de forma expressiva para o planejamento da construção de novas escolas industriais em todo o território nacional.

A Escola Industrial de João Pessoa foi contemplada com o projeto para uma nova sede durante a década de 1940, porém diante de dificuldades técnicas e orçamentárias, a execução do referido projeto só conseguiu ser finalizada mais de uma década depois. A perspectiva do projeto idealizada pela equipe técnica do Ministério da Educação preconiza a racionalidade construtiva e a economia do empreendimento sem prejuízo da solução plástica e funcional (Figura da página 208).

Percebe-se uma clara intenção de implantar uma identidade moderna ao edifício, não preconizando um caráter individual, mas universal e prototípico. Segundo Montaner (2012, p.76):

A arquitetura moderna, que é a histórica por princípio, já não representa o passado, mas é e só pode representar sua própria condição de modernidade. Uma arquitetura de aspiração internacional devia negar o conceito de caráter por tudo o que ele admitia como singular e específico [...].

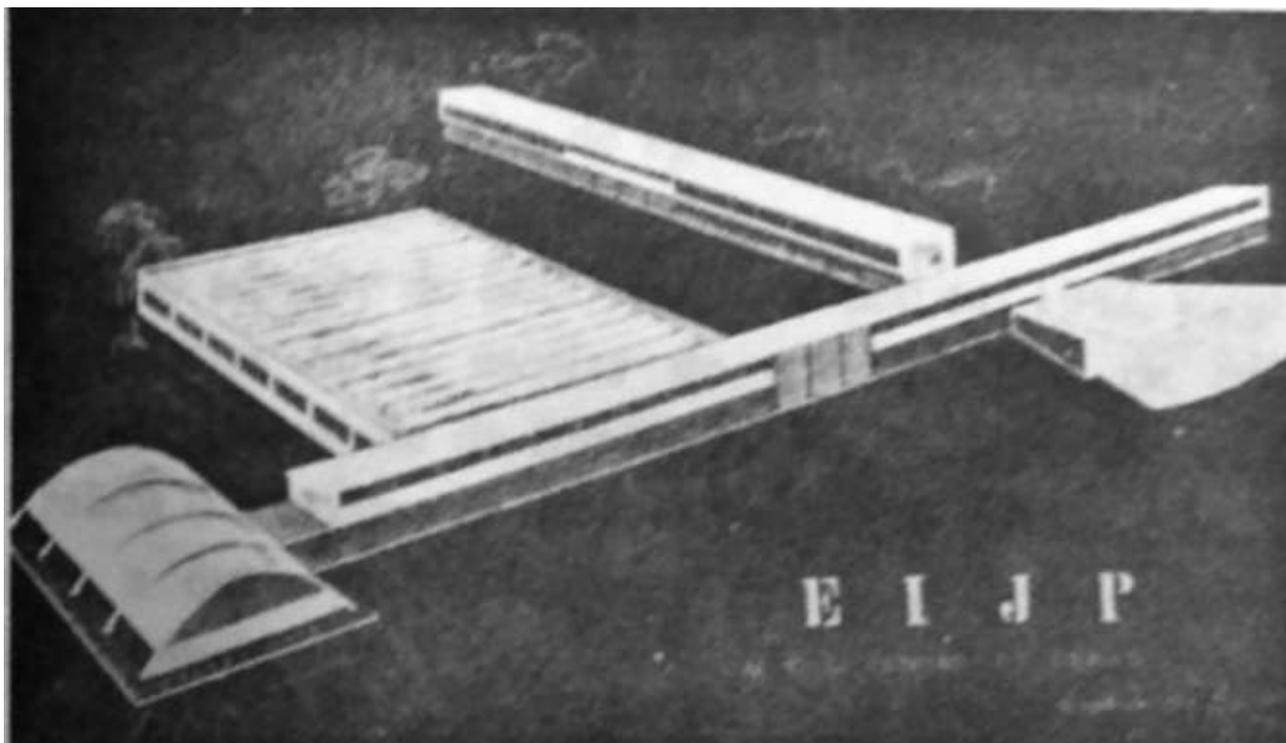
○ mesmo autor defende que na arquitetura o “tipo ideal” é uma abstração ou construção racional que funciona como modelo de referência e como artifício historiográfico.

A essência da arquitetura moderna preconizava assim três princípios formais estabelecidos: a arquitetura como volume e jogo dinâmico de planos, o predomínio da regularidade no lugar da simetria axial acadêmica e a ausência de decoração, substituída pela perfeição técnica. A solução da Escola Industrial de João Pessoa trazia em sua configuração espacial estas três premissas projetuais.

As condições do terreno eram semelhantes às de outras escolas industriais modernas, caracterizada por uma topografia plana e grandes dimensões, apropriadas a implantar o programa funcional já padronizado, além de permitir futuras ampliações. O lote ficava situado na Av. 1º de Maio, no bairro Jaguaribe, relativamente próximo da sede anterior e da zona central.

○ partido arquitetônico do projeto adotou composições e geometrias similares aos outros projetos de escolas industriais construídas no período. O elemento de maior destaque era o bloco administrativo de forma longilínea, com dois pavimentos, que fazia articulações com outros corpos de formas diferenciadas.

Os usos dos espaços estavam associados às volumetrias de cada bloco, considerando também uma hierarquia funcional. O setor administrativo, pedagógico e de serviços ficavam abrigados nos dois cor-



Perspectiva do projeto da Escola Industrial de João Pessoa. Fonte: Fonseca, (1986).



Vista aérea da Escola Industrial de João Pessoa (déc. 1960). Fonte: NDPEP (Reitoria IFPB).

pos prismáticos, o auditório no volume trapezoidal e o ginásio apresentava a cobertura em abóbada.

A partir da criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, a industrialização na região foi fomentada, gerando a necessidade de criar uma melhor infraestrutura em estradas, comunicação, eletrificação, além do crescimento na construção civil, exigindo uma melhor qualificação do ensino técnico profissional em todos esses setores. Diante desse panorama a Escola ampliou a oferta de cursos, implantando as habilitações de Eletrotécnica, Edificações e Saneamento (LEITE, 1979).

O terreno era bem amplo com acesso principal voltado para o Norte, porém o projeto arquitetônico não foi executado como apresentado no estudo preliminar elaborado pela equipe técnica do MEC. O ginásio não foi incluído na primeira fase de construção tendo sido executado posteriormente, enquanto o auditório trapezoidal foi desconsiderado na execução.

Segundo Leite (1979) a primeira estrutura física entregue na década de 1960 era assim composta: o bloco longilíneo administrativo/pedagógico, o outro pavilhão perpendicular de apoio, a caixa d'água, a subestação, anexos para as oficinas (mecânica, metalografia, metrologia) além da urbanização das áreas externas que incluía pavimentação e arborização de pátios e estacionamento (Figura da página 211).

Leite (1979) afirma ainda que em 1961 a Escola necessitou implantar os dois primeiros cursos de

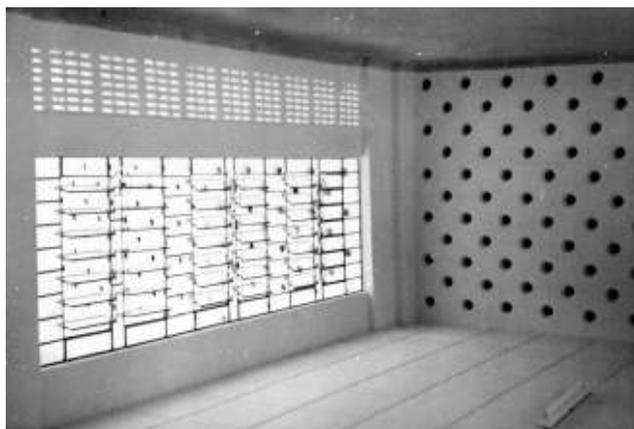
segundo ciclo: Técnico de estradas e Técnico de construção de máquinas e motores. Essa nova diretriz curricular exigiu uma melhor estrutura física para a instituição.

A obra de ampliação foi iniciada na gestão de Carlos Arcoverde e entregue no início da década de 1960, quando iniciou suas atividades. As oficinas não foram transferidas de imediato e ainda ficaram funcionando na sede antiga até 1965, tendo sido extintas as oficinas de Alfaiataria e Artes em couro e implantadas as oficinas de Artes industriais e eletricidade.

Ainda em 1965 o estabelecimento recebeu a nova denominação de Escola Industrial Federal da Paraíba, alguns dias depois o prédio foi intitulado de "Escola Industrial Coriolano de Medeiros" e em 1967 a nomenclatura foi alterada para Escola Técnica Federal da Paraíba.

O bloco principal apresentava uma longa fachada, que alternava superfícies cegas, semi-vazadas e vazadas, por meio da instalação de brises verticais, cobogós e esquadrias, mostrando uma simplicidade de materiais e um dinamismo plástico. Dentre as premissas da arquitetura moderna destacava-se a presença de pilotis no acesso principal, utilizado como espaço de convivência coberto, que imprimia uma noção de liberdade com visão para a paisagem do entorno (Figura da página 211).

No que diz respeito às aberturas, em alguns espaços adotou-se a utilização de esquadrias basculantes em ferro, o que gerava facilidade no controle da ven-



Acima, diversos tipos de circulações da Escola Industrial de João Pessoa. Abaixo, fachada principal da Escola Industrial de João Pessoa (déc. 1960). Fonte: NDPEP (Reitoria IFPB).

tilação e de possíveis chuvas. As circulações internas dos blocos administrativos e de apoio ficavam dispostas nas bordas das lâminas sendo limitadas por painéis com pequenos círculos perfurados permitindo a entrada de luz e ventilação, além de criar um efeito visual diferenciado.

No bloco principal o painel perfurado era contínuo, enquanto no bloco anexo perpendicular os painéis perfurados se alternavam entre o pavimento térreo e superior. Esses elementos vazados constituem soluções que adaptam a arquitetura à realidade climática do local, amenizando a temperatura e gerando uma sensação de privacidade.

O princípio modernista da planta livre e fachada livre estava presente, observando a independência entre a estrutura e as vedações. Assim, foi utilizado o concreto armado na execução de pilares, vigas e lajes, adotando a modulação como ordenação do projeto. A laje apresentava uma malha nervurada com módulos abobadados, mostrando uma técnica construtiva inovadora. As circulações externas aconteciam por meio de passarelas cobertas, que interligavam o edifício principal às oficinas (Figura da página 211).

Como as instalações de dormitório destinado aos alunos internos estavam subutilizadas, em 1966 o espaço foi reformado visando criar dez novas salas de aula no pavimento superior do bloco secundário de serviços. Outra intervenção necessária foi a adaptação do antigo refeitório para o uso de laboratórios do Curso de Eletrotécnica, executada em 1967.

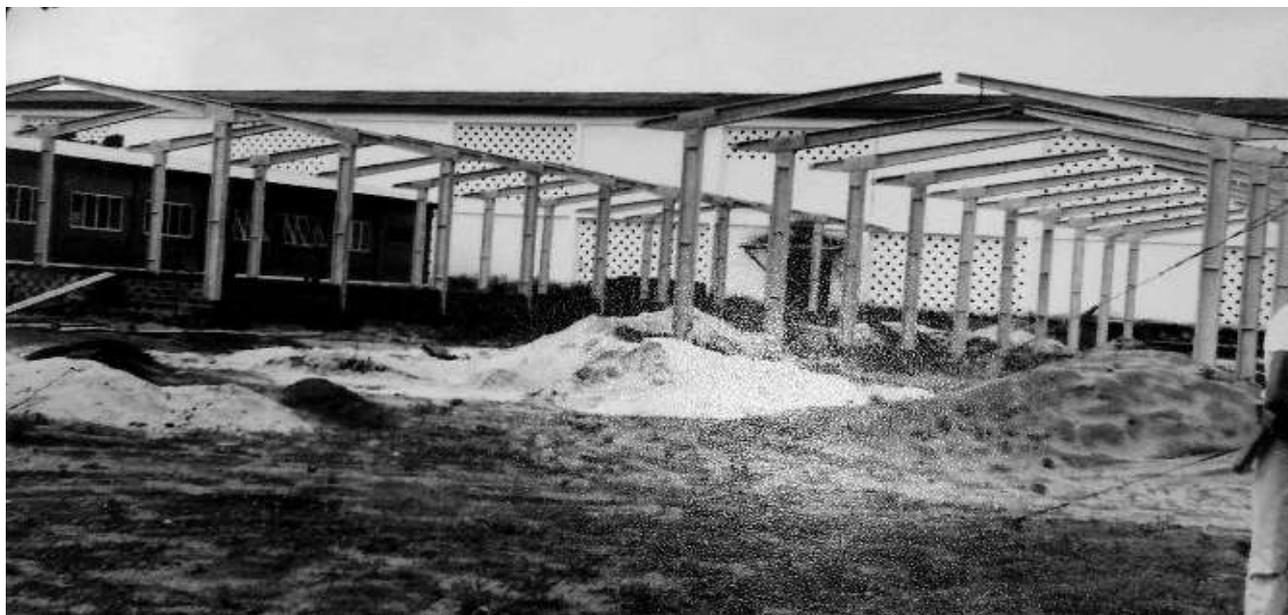
O setor de oficinas também recebeu reformas e ampliações configurando um volume quadrangular maciço, localizado próximo aos dois corpos prismáticos. A especialidade interna das oficinas privilegiava um pé-direito alto, com a cobertura estruturada em tesouras metálicas e painéis de cobogós nas paredes laterais. A cobertura das oficinas utilizava a solução em “shed”, otimizando o conforto ambiental destas salas (Figura da página 213).

Os equipamentos esportivos foram sendo valorizados e recebendo mais investimentos dentro do complexo escolar ao longo dos anos. O campo de futebol constituiu um dos itens obrigatórios no programa, exigindo uma grande área disponível no terreno.

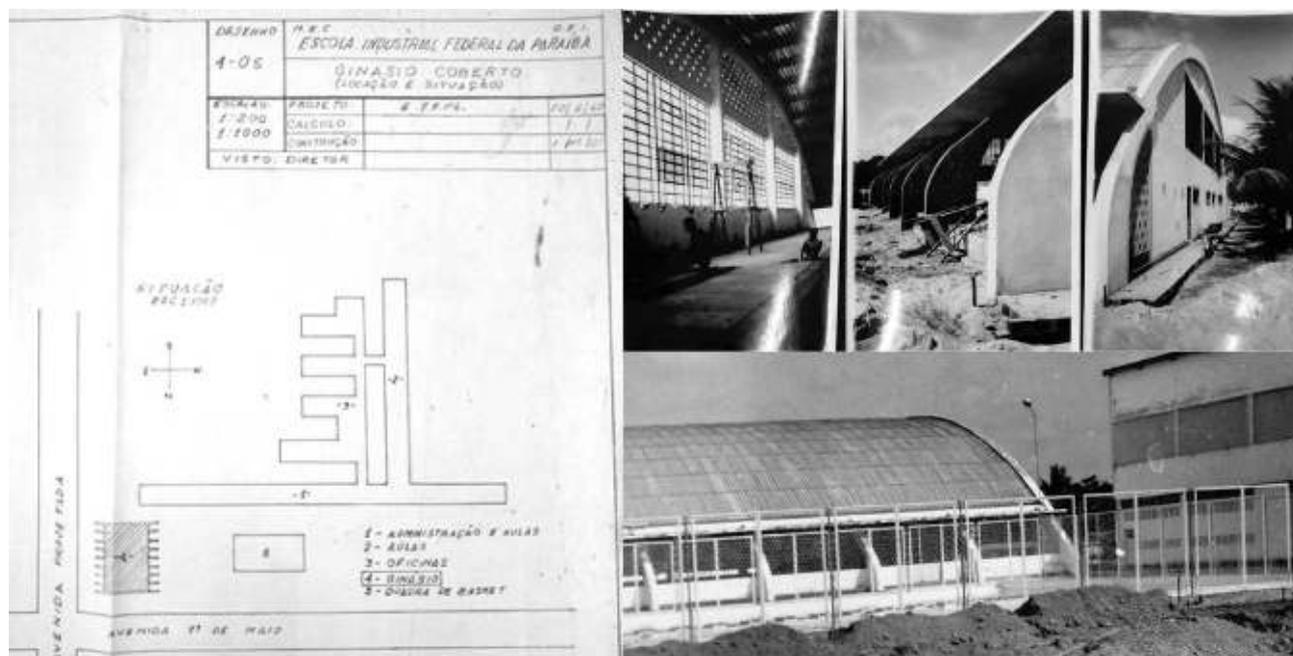
O ginásio foi projetado em 1967, apresentando a mesma plasticidade adotada em outras escolas do período, com a cobertura metálica em abóbada sendo implantada em posição um pouco mais a frente do bloco principal.

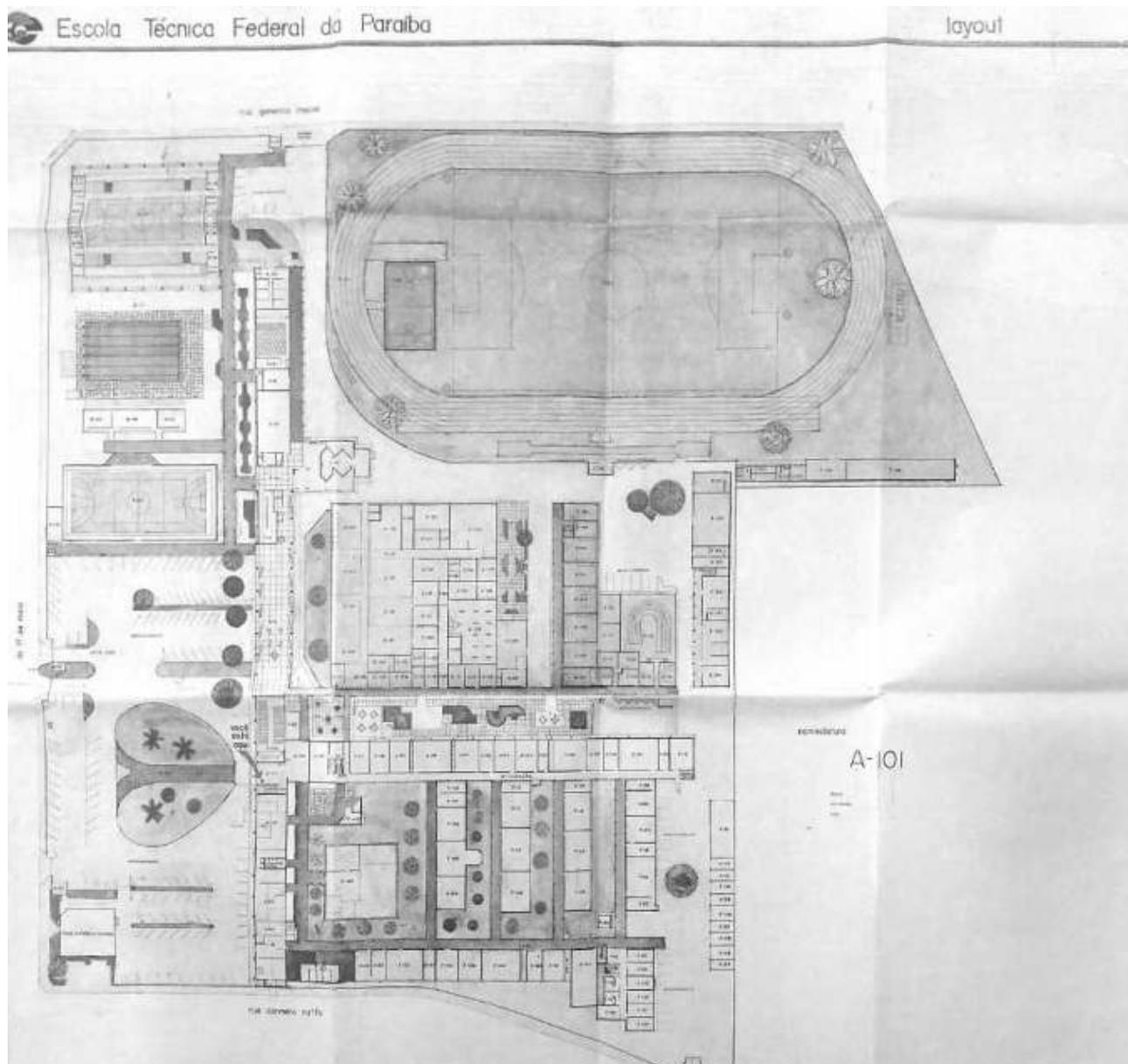
Os pilares do ginásio foram idealizados no sistema de pórticos de concreto com desenho curvilíneo. As vedações mesclavam um painel de elementos vazados associado a esquadrias basculantes. O volume, além de abrigar a quadra, possuía vestiário e salas de apoio (1.220 m²) e posteriormente a praça de esportes foi contemplada com a construção da piscina e outros apoios (Figura da página 214 e 215).

Durante a década de 1970 foram providenciados mais espaços de caráter pedagógico: o pavilhão de Construção Civil com laboratórios (1.700 m²), a biblioteca inaugurada em 1977 (400 m²), o pavi-



Blocos de Oficinas: Em processo de construção e após inauguração. Fonte: NDPEP (Reitoria IFPB).





Implantação da Escola Técnica Federal da Paraíba (déc.1980). Fonte: NDPEP (Reitoria IFPB).

lhão de Ciências com laboratórios de Física, Química e Biologia (355 m²) e cantina (143 m²).

Nos anos de 1978 e 1979 foram criadas seis novas salas de desenho devidamente equipadas e também foram remodelados os ambientes de Departamento de ensino, administrativo, Departamento Pessoal, Gabinete da direção, etc. (LEITE, 1979). A biblioteca e outros anexos construídos no final de 1970 e início de 1980 apresentaram uma tectônica bem distinta do conjunto original, utilizando tijolos aparentes e estruturas pré-moldadas.

A figura da página 215 mostra a configuração da edificação, quando já era denominada de Escola Técnica Federal da Paraíba, apresentando algumas ampliações e alterações ocorridas na sua implantação e planta baixa até o final década de 1980. Nesta prancha constam como autores do projeto de reforma os profissionais Bráulio Pereira Lins, Manoel Fernando P. Santos e Rinaldo Rodopiano.

Os blocos construídos na primeira etapa foram modernizados, recebendo intervenções nas subdivisões dos espaços internos e aplicação de novos revestimentos e troca de esquadrias, sendo mantidos os painéis de cobogós. O bloco principal manteve o seu protagonismo no conjunto arquitetônico, diante da sua grande extensão, sendo ainda o eixo articulador para outros blocos secundários.

Observa-se a expansão do setor de esportes com a construção da piscina e de quadras poliesportivas, além da construção de novos pavilhões na lateral oeste do terreno. O acesso principal foi reformulado

com a inserção de um estacionamento privativo e a valorização do paisagismo.

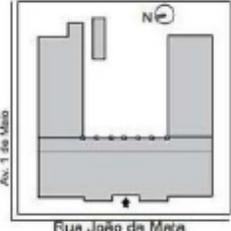
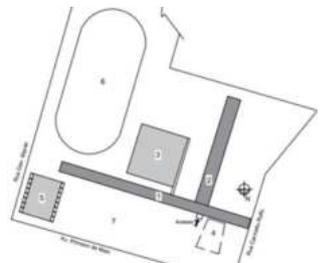
Considerando o cenário arquitetônico e político brasileiro na década em que foi idealizado, este projeto representou a intenção de modernizar a arquitetura escolar e ainda reforçar a ideia de um “tipo arquitetônico” para o acervo construído da Rede Federal de Educação Profissional.

ANÁLISE TIPOLÓGICA

Os projetos arquitetônicos das escolas da Rede Federal de ensino profissional, concebidas dentro de um mesmo período histórico, possuíam em sua essência similaridades tipológicas tanto formais como funcionais, que podem ser compreendidas com base nos estudos de Argan (2006) sobre a tipologia na arquitetura, citado anteriormente. As duas sedes da Escola de João Pessoa apresentadas neste trabalho foram idealizadas sob essa premissa, expressando uma ruptura na tipologia arquitetônica dos dois projetos.

Para elaborar a comparação das tipologias dessa unidade federativa serão considerados dois aspectos: o da tipologia funcional (implantação, programa de necessidades e as interações entre os espaços) e a tipologia formal (composição, linguagem e sistemas construtivos). No quadro a seguir estão sistematizadas algumas dessas características, constatando-se poucas semelhanças em suas soluções.

A partir dos dados apresentados acima observa-se uma mudança na tipologia arquitetônica entre os

	ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DA PARAÍBA (1929)	ESCOLA INDUSTRIAL DE JOÃO PESSOA (196X)
IMPLANTAÇÃO CARACTERIST. DIAGRAMA	<ul style="list-style-type: none"> - Terreno de porte reduzido. - Edificação de configuração simétrica com recuos reduzidos. - Pátio de convivência único 	<ul style="list-style-type: none"> - Amplo terreno localizado em área de expansão da cidade. - Configuração assimétrica com destaque para os blocos horizontais - Existência de vazios diversos entre os volumes. 
PROGRAMA CARACTERIST.	<ul style="list-style-type: none"> - Hierarquias de usos separadas em dois volumes. Bloco principal abriga usos administrativo, pedagógico e serviços. - Banheiros isolados dos outros blocos OFICINAS: Isoladas do acesso principal, com salas subdividas em sessões de ofícios, com acessos independentes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Associação de forma x função em volumes de geometrias diversas. Inclusão de dormitórios para internato. Banheiros inseridos dentro dos blocos. - Valorização dos espaços esportivos com destaque para os ginásios cobertos e campos de futebol. OFICINAS: Isoladas do acesso principal e separadas do bloco administrativo, com salas subdividas em sessões de ofícios, com acessos independentes.
INTERAÇÕES FUNCIONAIS CARACTERIST.	<ul style="list-style-type: none"> - Circulações são posicionadas nas laterais dos volumes. - Escada única localizada em posição central no bloco administrativo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Circulações são posicionadas nas laterais dos volumes. - Existência de passarelas ou pilotis de circulação para as oficinas. - Escadas diversas localadas em posições estratégicas nas lâminas.
COMPOSIÇÃO LINGUAGEM CARACTERIST. DIAGRAMA	<ul style="list-style-type: none"> - Volume principal de 2 pavimentos associado a dois anexos térreos. - Fachada de estética neocolonial evidencia detalhes historicistas, com telhado cerâmico aparente. Aberturas: janelas com alturas generosas paginadas de forma simétrica. Oficinas: Volumes prismáticos implantados simetricamente junto aos limites do terreno. 	<ul style="list-style-type: none"> - Volume principal longilíneo associado a outros blocos de diversas geometrias. - Fachada despojada de adornos, camufla cobertura com uso de platibanda. Aberturas: Alterna Janelas envidraçadas, cobogós e brises de concreto para dinamizar a extensa fachada. Oficinas: Volume quadrangular único adotando o uso de Sheds na cobertura. 
SISTEMAS CONSTRUTIVOS CARACTERIST	<ul style="list-style-type: none"> - Uso da alvenaria com estrutura em perfis metálicos. Os pisos dos pavimentos superiores eram de assoalho de tábuas corridas. Coberta de telha colonial. 	<ul style="list-style-type: none"> - Modulação como partido de ordenação do projeto, utilizando o concreto armado na estrutura de pilares, vigas e lajes. - Vedação de cobogós ou tijolos comuns.

dois projetos, onde ambos trazem algum conceito de modernidade no cenário da arquitetura escolar de cada época, sendo resultado de um desejo político e dos anseios técnicos dos respectivos profissionais de arquitetura. Cada proposta busca atender, dentro de suas condições espaciais e tecnológicas, os seus respectivos programas de necessidades, definidos pela legislação vigente.

Na primeira sede planejada uma das evidências de inovação do projeto foi a adoção do estilo Neocolonial, rompendo com a tradição da linguagem neoclássica ou eclética utilizada em larga escala nos edifícios institucionais inaugurados na época.

Segawa (2010) destaca a importância do Neocolonial como uma busca de modernidade, pois pretendia atualizar a arquitetura diante das transformações da sociedade, resgatando a valorização do passado:

Independente do referencial de 'modernidade' que adotavam, o principal aporte da postura neocolonial foi a introdução do contraponto regionalista – a busca e uma arquitetura identificadora da nacionalidade – como fator de renovação (SEGAWA, 2010, p. 39).

A segunda sede planejada da Escola Industrial de João Pessoa também traduziu esse processo de modernização, atendendo à padronização do programa funcional estipulado pela equipe técnica do Ministério da Educação. Essa concepção fazia parte de um novo “tipo” arquitetônico associado à escola profissionalizante, priorizando premissas inovadoras inspiradas nos preceitos do emergente Movimento Moderno, particularmente das ideias de Le Corbusier.

Dentre as inovações apresentadas comparadas ao projeto da sede anterior, podem ser citados: o padrão do terreno, as tipologias funcionais, visíveis na estrutura de pavilhões, nas interações dos setores e no uso de pilotis e a tipologia formal, traduzidas na simplificação plástica, no rigor geométrico e no distanciamento da composição simétrica e dos ornamentos historicistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante as duas primeiras décadas de funcionamento, a educação profissional da Rede federal utilizou-se de edifícios adaptados. Diante de mudanças na legislação educacional e da atuação da comissão técnica do governo, houve diversas iniciativas na execução de reformas e novas construções.

Assim foram providenciadas escolas com especialidades mais afinadas com as indústrias de cada região. A colaboração dos agentes políticos de cada cidade também foi importante na medida que disponibilizava terrenos adequados para a construção de novos edifícios.

A unidade de João Pessoa juntamente com a unidade da Bahia e do Pará foram contempladas com novas edificações ainda na década de 1920, fato que demonstra a vanguarda de algumas cidades do Norte-Nordeste em dispor de uma estrutura física modernizada e condizente com as suas diretrizes pedagógicas.

Enquanto isso, outras unidades do país ainda ocuparam edifícios adaptados para a função educacional

até a década de 1950, como foi o caso da unidade do Ceará, por exemplo. O ápice da renovação das sedes das escolas industriais aconteceu nas décadas de 1950 e 1960, quando o país dinamizava seu processo de industrialização, necessitando capacitar trabalhadores para os vários setores da economia.

Vale destacar que esse processo foi resultado direto da atuação dos agentes do ensino profissional (educadores e engenheiros) e do contexto de suas políticas públicas, forças essas que desenvolveram o cenário de modernização deste patrimônio construído. Após a sistematização e análise destes dados, foi possível não apenas registrar o histórico arquitetônico da Escola Industrial de João Pessoa, mas também apresentar evidências de que este estudo de caso representa o cenário das transformações ocorridas na tipologia arquitetônica dos edifícios da Rede Federal de ensino profissional em todo o Brasil. Por fim, o presente trabalho visa assim contribuir para a documentação, valorização e preservação da memória desse acervo arquitetônico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARGAN, G. C. Sobre a Tipologia em Arquitetura. In: Uma nova agenda para a arquitetura. Antologia teórica (1965-1995). Kate Nesbitt (Org.) Coleção Face Norte Cosac Naify, São Paulo; 1ª edição, 2006.

BRASIL. Decreto nº 9.070, de 25 de outubro de 1911. Dá novo regulamento às Escolas de Aprendizes Artífices. Rio de Janeiro: DOU, 25 out. 1911. Disponível em: <https://bit.ly/2lrgzpb>. Acesso em: 25 jun. 2022.

CPDOC/FGV. GC g 1934.00.00/1. *Escola de Aprendizes Artífices do Paraíba*, 1939. In: Ministério da Educação e Saúde – Educação e Cultura. Arquivo Gustavo Capanema. Disponível em <https://bit.ly/3dRVQ8X>. Acesso em 21 out. 2020.

FONSECA, C. S. *História do Ensino Industrial no Brasil*. v.4. Rio de Janeiro: Ed. SENAI, 1986.

MONTANER, J. M. *A Modernidade Superada: Ensaio sobre Arquitetura Contemporânea*. 2 ed. São Paulo: Editora G. Gili, 2012.

LEITE, J. J. *Sinopse Histórica da Escola Técnica Federal da Paraíba (1909-1979)*. João Pessoa: Paraíba, 1979.

PEDROSA, J. G. e SANTOS, O. G. Agentes dos Ensino industrial no Brasil (1920-30-40) e suas referências internacionais: Europeísmo e Americanismo. *Cadernos de História da Educação*. v.13, n.1-Jan-Jun. 2014.

SEGAWA, H. *Arquiteturas no Brasil (1900-1990)*. São Paulo: Edusp - Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

VIÑAO FRAGO, A., ESCOLANO, A. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Tradução: Alfredo Veiga Neto. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

WAISMAN, M. *O Interior da História: Historiografia Arquitetônica para uso de latino-americanos*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

ARQUITETURA MODERNA NO CENTRO DE MACEIÓ:

OS PRIMEIROS INDÍCIOS DE UMA
PESQUISA HISTORIOGRÁFICA

MONTEIRO, Ítalo

Mestrando em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável pela EA-UFMG, bolsista CNPq, sob orientação do professor Leonardo Castriota. Arquiteto e Urbanista pela UFAL, pesquisador do Núcleo de Pesquisas sobre Projetos Especiais, tratando da Significância Cultural, da Arquitetura Moderna no Centro de Maceió - AL.

CASTRIOTA, Leonardo Barci

Doutor em Filosofia pela UFMG e pós-doutor junto ao Getty Conservation Institute (GCI) em Los Angeles e à Universidad Politécnica de Madrid. Arquiteto e Urbanista pela UFMG, Professor titular da UFMG e Vice-presidente do ICOMOS Internacional.

INTRODUÇÃO

No que se refere a historiografia da arquitetura moderna brasileira, a produção em Maceió (AL) se restringe a apenas, até então, a Lygia Fernandes, arquiteta modernista maranhense, formada pela Escola Nacional de Belas Artes, em que duas de suas obras: a residência Dr. José Lyra, presente na Revista Acrópole, em 1955, (ESPINOZA, 2018) e a residência do Dr. João Paulo de Miranda Neto, no livro *Modern architecture in Brazil* (MINDLIN, 1956), em 1956. O que faz surgir uma série de questionamentos - houve arquitetura moderna em Maceió? Como se deu essa produção? Há uma produção mais local ou recebeu influências externas?

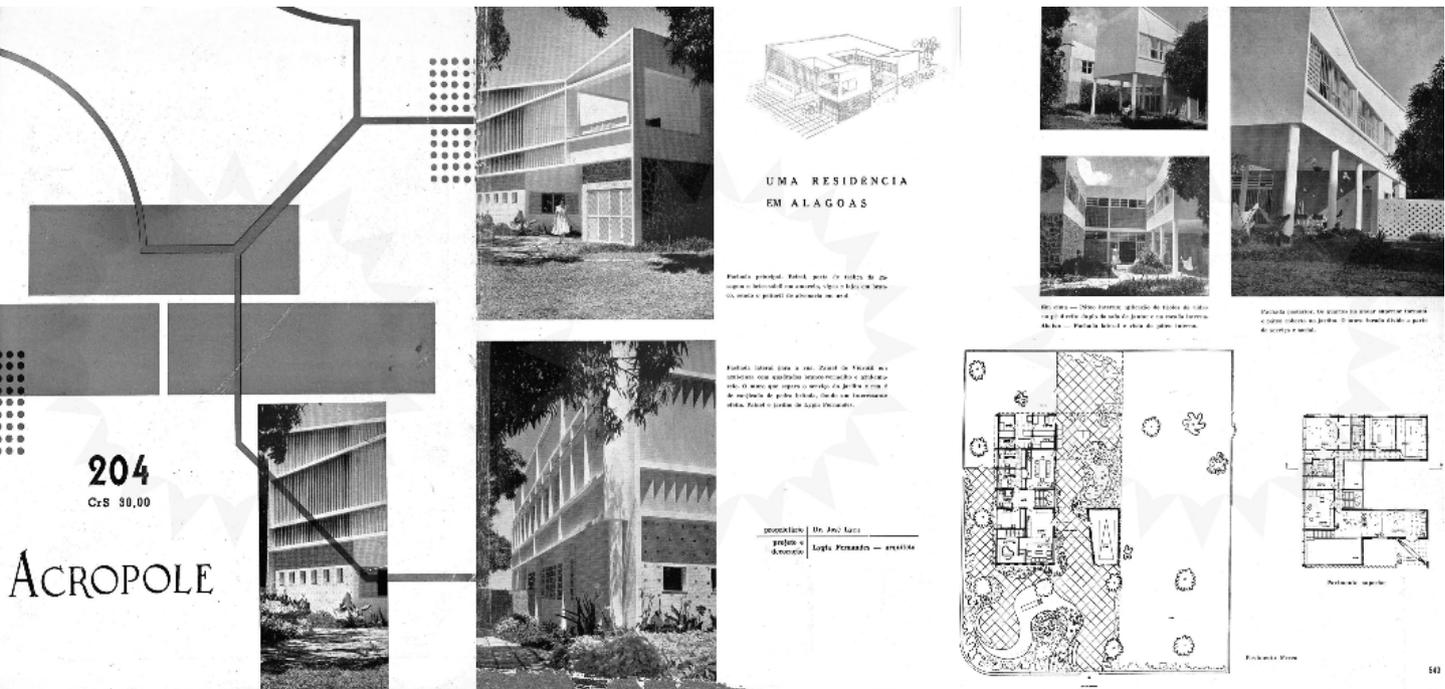
São muitos questionamentos, mas um deles já podemos responder, a publicação do livro *Arquitetura Moderna – uma atitude alagoana (1950-1964)*, a professora Dr. Maria Angélica da Silva (1991), abordou pela primeira vez as experiências arquitetônicas modernas, compreendidas tanto na capital como no interior de Alagoas. O que já afirma que para além do que a historiografia nacional registra, houve outros exemplares modernistas no estado, principalmente na capital.

Apesar do reconhecido esforço do trabalho de Silva (1991) não houve uma continuidade na investigação referente à arquitetura moderna em Maceió até meados de 2002, quando ocorre a criação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Alagoas (FAU-UFAL) e das publicações nos fóruns do DOCOMOMO

Nacional e Norte-Nordeste. Analisando os dados levantados, a partir de publicações dos DOCOMOMOs por Andrade; Leão; Rodrigues (2020), no total de 1112 artigos nos eventos nacionais e 80, do evento norte-nordeste, produções em Alagoas são referenciadas apenas em 5 artigos no nacional e 6 no norte-nordeste. Já no programa de pós-graduação da FAU-UFAL, desde a criação do programa, foram desenvolvidos três trabalhos de dissertação que envolveram arquitetura moderna, ou expressões da modernidade.

Essas referências não ampliam o entendimento da produção da arquitetura moderna na cidade, permanecendo nos mesmos exemplares citados por Silva (1991), em sua maioria. Cassella (2021) e Amaral (2009) apresentam novos exemplares, mas sem dados como autoria e levantamento cadastral, por exemplo. Como também, há temporalidades não exploradas, como as décadas de 1970 e 1980.

Diante desse quadro, o interesse pela arquitetura moderna teve seu início por meio do Programa de Iniciação Científica PIBIC-CNPq, cujo objeto de estudo era o bairro histórico do Centro, mais especificamente a Zona Especial de Preservação 2 – Centro (ZEP-2), visando sua significância cultural, sob orientação da prof. Dr^a Lúcia Hidaka. As discussões referentes a significância cultural conduziram a trabalhos paralelos, dentre eles, um levantamento de exemplares modernos no bairro (GOMES; HIDAKA, 2018). Foram identificados 55 exemplares, sem o devido estudo, e outros 11 listados por Silva (1991).





Mapa do levantamento dos exemplares modernos. Fonte: SEMPLA (2006); GOMES; HIDAKA, 2018 (adaptado).

ARQUITETURA MODERNA NO CENTRO DE MACEIÓ:
Os primeiros indícios de uma pesquisa historiográfica.



Dentro das limitações da ZEP-2 Centro, estão tombadas 23 edificações consideradas monumentos históricos e 379 imóveis históricos (MACEIÓ, 2006). Não há nenhum exemplar moderno entre os monumentos históricos, enquanto dos imóveis históricos, dos quais apenas 7 são representantes da arquitetura moderna. E dos tombamentos a nível estadual, dos 18 localizados no Centro, apenas 1 exemplar é moderno.

Uma das dificuldades relatadas ao longo do levantamento, é o de reconhecer a arquitetura moderna no bairro, devido aos processos de abandono e de descaracterização que veem acontecendo (GOMES, 2019). Os exemplares identificados passaram/passam por descaracterizações motivadas para adequação de novos usos, desgastes da própria edificação, de atos de depredação e saques, dentre outros motivos. E até mesmo, exemplares tombados pelo poder público, como o Parque Hotel (Figura da página 224), projetado pela arquiteta Zélia Maia Nobre, no final de 2020, sofreu intervenções que modificaram sua fachada, perdendo as características do projeto original.

Gomes (2020) registra cada vez mais o processo de esvaziamento urbano no Bairro do Centro, e a demolição de edificações para dar lugar a estacionamentos. O risco é o de, em um curto período de tempo, existir poucos exemplares remanescente da arquitetura moderna, como de outros estilos arquitetônicos, comprometendo a leitura do bairro como uma paisagem histórica urbana, com diversidade de temporalidades e como uma *“área urbana resultante de camadas históricas de valores culturais e naturais”*

(UNESCO, 2016, p.11, tradução livre), perdendo sua identidade histórica para cidade.

Diante desse contexto, esse artigo tem como objetivo apresentar os resultados preliminares alcançados em uma pesquisa nos arquivos do setor de aprovação de projeto da Prefeitura de Maceió, de forma a identificar para além das referências, outras edificações no bairro do Centro.

Esses resultados fazem parte da dissertação de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (PPG-ACPS), da Escola de Arquitetura, da Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação do prof. Dr. Leonardo Castriota. Essa dissertação, por sua vez, visa apresentar um panorama da produção da arquitetura moderna em Maceió, tendo como recorte o bairro do Centro, entre as décadas de 1940 a 1980.

MÉTODOS E TÉCNICAS

Para o desenvolvimento dessa primeira etapa da pesquisa, o trabalho estruturou-se em 4 etapas: 1) Leitura do referencial clássico e alagoano sobre arquitetura moderna; 2) Definição de critérios base; 3) Levantamento dos projetos no Acervo Público da Prefeitura de Maceió; 4) Elaboração de esquemas para apresentação dos resultados.

Etapa 1

Leitura do referencial clássico e alagoano sobre arquitetura moderna: consistiu na leitura de livros clássicos

como Bruand (1981), Segawa (1998), Bastos; Zein (2011), que se referem a historiografia nacional, enquanto ao recorte local, temos como principal fonte o livro de Silva (1991), e as dissertações de Amaral (2009), Monteiro (2017) e Cassella (2021), e de trabalhos correlatos como o de Santos (2014) e Nogueira (2018). As leituras são base para o entendimento dos processos históricos que fomentaram a inserção da produção moderna no âmbito nacional e local, como também, contribui a visualização dessa arquitetura, dos elementos que a compõe.

Etapa 2

Definição de critérios base: a definição de critérios base tem como objetivo de filtrar, de maneira geral, os projetos a serem levantados nessa pesquisa. Tendo como principais critérios os aspectos estéticos e formais da volumetria e fachada, baseado em linhas geométricas, limpeza ornamental, soluções climáticas e similaridades com projetos já construídos presente nas referências estudadas e contextualizando com a realidade de Maceió.

Etapa 3

Levantamento Iconográficos e dos projetos no Acervo Público da Prefeitura de Maceió: O levantamento iconográfico refere-se a fotos antigas do Centro de Maceió, que contribuíssem para localização e identificação de exemplares modernos no bairro. Enquanto o levantamento dos projetos no acervo, partiu de conferir todas as pranchas existentes no arquivo da Prefeitura, começando pela década de 1930, pois é a data mais antiga registrada no

arquivo, e até o momento chegou-se ao ano de 1967. Nessa etapa utilizou-se de câmeras fotográficas, pois os projetos não estão digitalizados.

Etapa 4

Elaboração de esquemas para apresentação dos resultados: a elaboração dos esquemas tem como objetivo sistematizar os dados até agora encontrados.

RESULTADO E DISCUSSÕES

Como resultado preliminar dessa investigação, é possível perceber que a produção moderna em Maceió (AL), especificamente no bairro do Centro, é maior do que o referenciado. Apenas com os registros fotográficos datadas da época de estudo, pode-se perceber outros exemplares, como na figura a seguir, os marcados em laranja, são exemplares não referenciados, enquanto os em azul, estão presente em algum tipo de referência.

Para dar continuidade a investigação, agregando os dados e visitas in loco feito no trabalho de Gomes; Hidaka (2018) iniciou-se os estudos do acervo público da Prefeitura de Maceió (AL). Os arquivos estão contidos em caixas, sendo separados por ano, não tendo subdivisões para bairros, e nenhum projeto digitalizado do período estudado.

Uma outra questão é que na base de dados da prefeitura, muitos dos projetos não estão catalogados, constando no sistema sua inexistência, mas ao acessar as caixas dos arquivos foi possível encontrá-los. Ressalta-se o esforço do corpo técnico em cuidar



Vista área do bairro do Centro, na década de 1970. Fonte: História de Alagoas, 2016.

do acervo das plantas, visto que, apenas em 2020 que houve a organização do acervo e o esforço de armazenar os documentos sem maiores prejuízos.

Para acessar essas pranchas, em um primeiro momento, houve o pedido à Prefeitura da relação de projetos encontrados no Centro e em seguida o acesso a suas plantas originais. A inconsistência dos exemplares presentes na tabela com os que Gomes; Hidaka (2018) já tinham levantado foi notada, o que necessitou o acesso direto ao arquivo.

A investigação iniciou-se nas primeiras pastas, datadas de 1936-37, pois são as únicas referentes a década de 1930, em seguida para a pasta de 1943, não há documentos referente ao início da década de 1940. É apenas nas pastas datadas de 1948, que são encontrados os primeiros exemplares modernos, seguindo os critérios base de seleção, que são edificações públicas destinadas aos Institutos de Pensões, (IAPTEC¹ e IPASE²). Tomando como base a prancha do Edifício sede do IPASE como exemplo, é possível observar o estado que se encontram as plantas, muitas delas estão com partes ilegíveis e sem outras informações como autoria, detalhes construtivos e faltando até as fachadas.

A ilegibilidade das pranchas é uma das principais dificuldades dessa pesquisa, visto que muitas dessas informações podem contribuir para o maior entendimento desse panorama da arquitetura moderna no bairro. Uma outra dificuldade é a que ao avançarmos pelos anos, há algumas pranchas que apresentam autoria, mas registrado por uma assinatura, o que mais uma vez compromete o entendimento de

quem foi tal profissional que projetou a edificação. Há, também, as pranchas que apenas registram o nome da rua, sem mais informações como numeração do imóvel, e até mesmo nas plantas de situação não trazem essas informações.

Dito isso, a pesquisa seguiu averiguando cada pasta, aqueles projetos que passavam pelos critérios pré-estabelecidos foram fotografados, por sessões, de forma a facilitar o redesenho desses projetos. Até o momento, foram averiguadas as pastas referentes as décadas de 1930, 1940, 1950 e 1960 (até o ano 1967). Ressalta-se que foram utilizados os levantamentos de Gomes; Hidaka (2018), que levantaram alguns exemplares da década de 1970 e 1980.

Nas pastas dos arquivos da prefeitura, foram quantificados 86 projetos entre 1940 a 1967, levando em conta os critérios base. Para melhorar a apresentação dessa quantificação, foi elaborado o esquema, em que as barras com contorno vermelho representam os projetos referenciados ou de características modernas, presente em fotos e in loco, mas não foram encontrados ainda os projetos no arquivo.

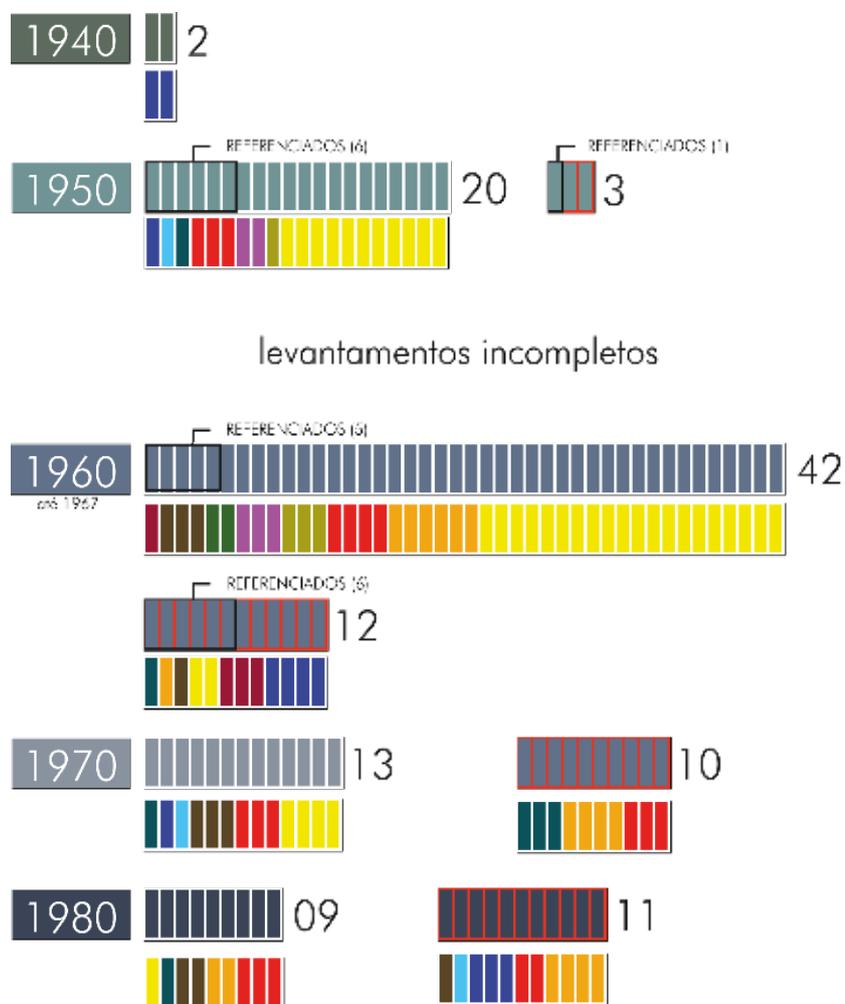
Enquanto os sem contorno representam os projetos encontrados nos arquivos, e a linha de chamada indica o quanto deles foram referenciados. E, também, para entender quais são os usos desses projetos, as barras com cores variadas representam esses usos, que estão listados na legenda da figura da página 230.

¹ Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Estivadores e Transportes de Cargas.

² Instituto de Previdência e Aposentadoria dos Servidores do Estado.



Edificações sede do IAPTEC e IPASE, década de 1950, no Centro de Maceió (AL) à esquerda e prancha da sede do IPASE à direita. Fonte: Maceió Antiga, 2020; Gomes (2020)



TIPOLOGIAS ENCONTRADAS



Quantificação da pesquisa, relação entre projetos encontrados no arquivo, dos que estão listados no referencial e seus usos. Fonte: Autorial, 2020.

Observa-se que os trabalhos desenvolvidos sobre a arquitetura moderna no âmbito local, mesmo que tenham trazido luz a temática, não identificaram por completo o que foi produzido.

Por exemplo, projetos realizados por Álvaro Vital Brazil e por Acácio Gil Borsoi, ambos da década de 1960 não aparecem nas referências. Além disso, as referências abordam até a década de 1960, o que deixa uma lacuna nas produções que ocorreram durante o período de 1970 a 1980.

Quando observamos as produções em relação ao uso, há uma diversidade de funções, mas os principais usos no bairro ficaram marcado pelo comércio e serviço, sedes institucionais, bancos e de moradias (Figura da página 230). As primeiras obras modernas, nos fins dos anos 1940, são sedes institucionais e públicas. Nos anos 1950, há construções de residências unifamiliares como a residência unifamiliar, produzida por Zélia Maia Nobre, em 1955.

O maior destaque moderno está na primeira edificação de mais de 5 andares da cidade, o Edifício Breda, em 1958. Na década de 1960, há o aumento das produções modernas, caracterizadas por residências unifamiliares e pelo processo de verticalização do Centro, com edificações em torno de 10 pavimentos, além da construção de sedes de bancos, um indicativo de investimentos para a cidade nessa década, como o Banco da Produção do Estado de Alagoas (PRODUBAN), projeto de Acácio Gil Borsoi em 1965, que visava apoiar e financiar as atividades econômicas do estado.

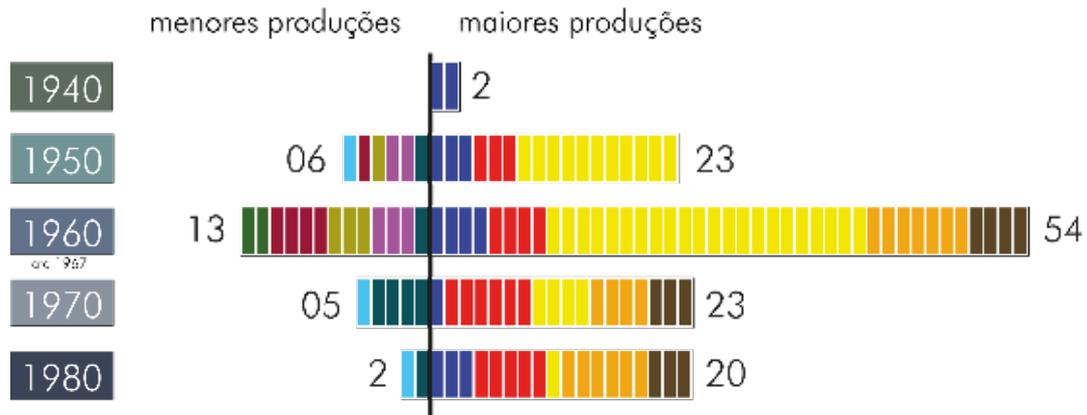
As décadas de 1970 a 1980, ainda não foram analisadas nos arquivos, mas sabe-se que nesse período, com a ocupação do solo quase que consolidada e o aparecimento de novas centralidades (SANTANA, 2006), o Centro deixa de ser um bairro de moradia. Mas, por outro lado, observa-se a continuidade de projetos de uso institucional, comércio, serviço e bancário no bairro.

A figura da página 233 objetiva apresentar como se deu a produção moderna no bairro do Centro. Historicamente consolidada como a principal via do bairro, com forte potencial comercial e de serviço até os dias atuais, a Rua do Comércio e seu entorno próximo, concentram o maior número de projetos. E no entreposto entre a Rua do Comércio, 2 de dezembro e Praça dos Palmares, como a região com maior número de exemplares com ao menos entre 5 a 12 pavimentos.

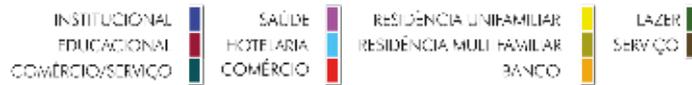
Outra área de maior verticalização está na orla da Av. da Paz, com edificações multifamiliares e até hotel. Já na Rua do Sol há a maior concentração de sedes de bancos, principalmente na década de 1980, com uma estética mais brutalista, concreto aparente e estrutura metálica.

As áreas que mais concentram residências unifamiliares são justamente as regiões que foram aterradas para aumentar as áreas de ocupação no Centro (FERRARE, 2008, GOMES; HIDAKA, 2019). E nessas áreas de ampliação estão também as edificações com maiores áreas de extensão, com usos comerciais, de lazer e educacional.

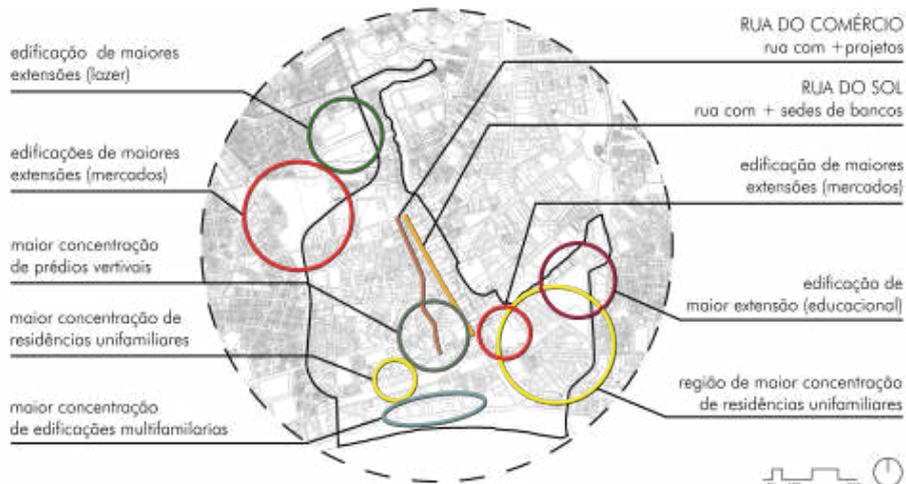




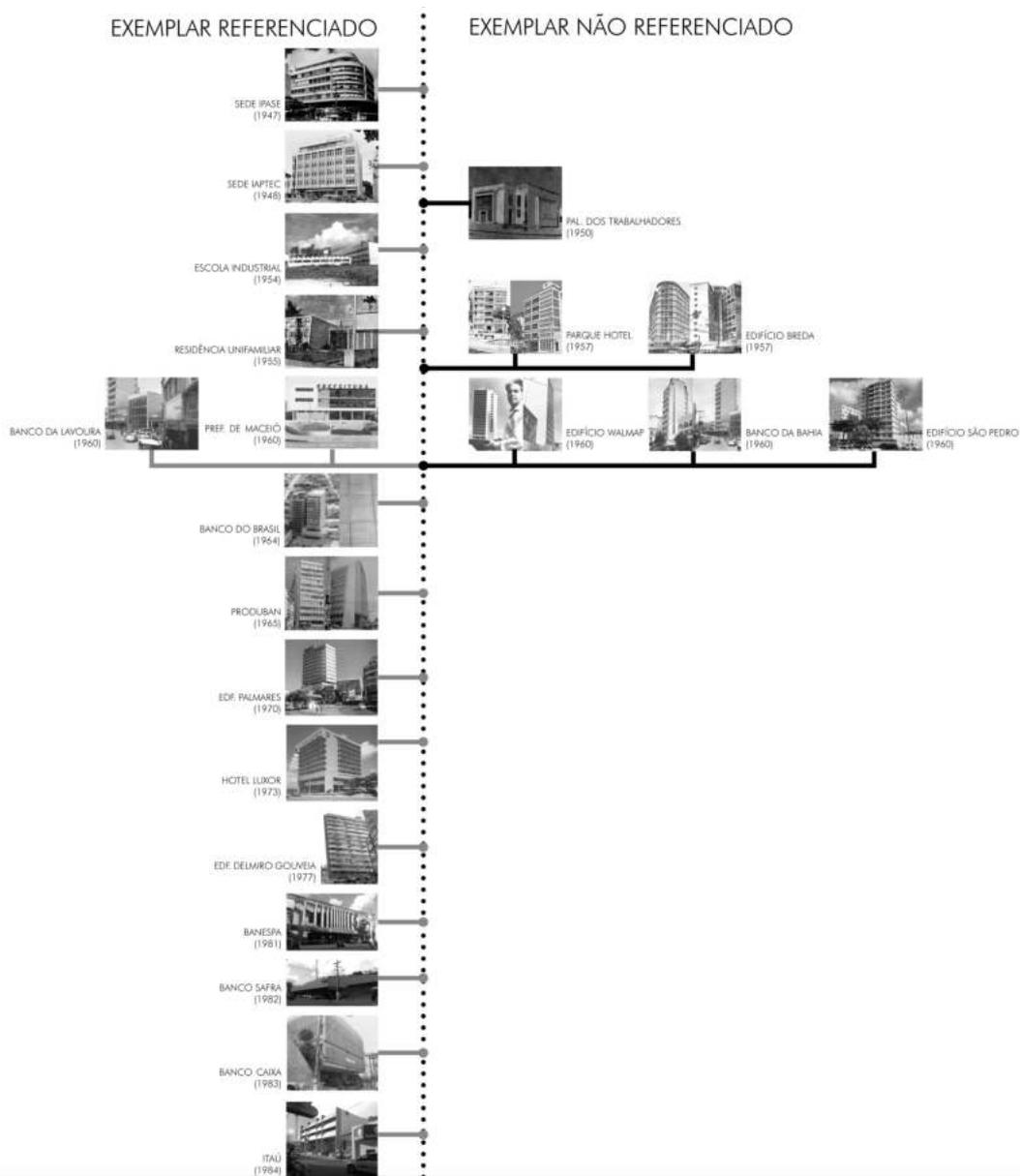
TIPOLOGIAS ENCONTRADAS



Quantificação dos projetos quanto ao seu uso. Fonte: Autorial, 2020.



Especialização da produção moderna. Fonte: Autorial, 2020.



Como já relatado, a identificação das autorias dos projetos modernos no Centro de Maceió/AL é um dos pontos de maior dificuldade, devido a ilegibilidade das pranchas e até mesmo a falta de autoria registrada nos projetos.

Mas com as pesquisas desenvolvidas pelos programas de pós-graduação, o estudo da arquitetura moderna foi disseminado, trabalhos como o de Fitz (2015), que estuda as obras de Eladio Dieste, do Uruguai, em seu texto lista uma obra de autoria do arquiteto próximo ao Centro, Nogueira (2018), com estudos sobre Neudson Braga, do Ceará, e Krawtchuk (2011), com Marcílio Mendes Ferreira, de Minas Gerais, também, apresentam obras desses arquitetos no bairro.

Além disso, há os próprios levantamentos da prefeitura, que foram identificados os arquitetos Álvaro Vital Brazil, de São Paulo, Acácio Gil Borsoi, de Pernambuco, Paulo Casé do Rio de Janeiro. E o livro de Silva (1991) traz informações dos autores das obras, podendo identificar Lygia Fernandes, do Maranhã, Zélia Maia Nobre, de Pernambuco, e profissionais alagoanos, como Israel Correia. E projetos de iniciação científica, como o de Hidaka; Gomes; Cunha (2018-2019) e Andrade; Leão; Rodrigues (2020-2021) caminham na investigação e ampliação desse panorama da arquitetura, com olhar no Nordeste e principalmente para Alagoas.

O trabalho ainda está em desenvolvimento, mas a apresentação preliminar desse panorama da produção moderna no Centro de Maceió (AL) já indica o quanto se foi produzido no bairro. As contribui-

ções ao avanço dos estudos referente a arquitetura moderna e a necessária visibilidade a esses exemplares para a historiografia, é uma forma de subsidiar o reconhecimento dessas obras, de seus autores tanto para a história da arquitetura moderna, quanto para o bairro do Centro de Maceió/AL.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deste modo, a produção moderna em Maceió (AL), não se restringe a apenas a uma arquiteta, Lygia Fernandes, e suas obras referenciadas na Revista Acrópole e no *Modern architecture in Brazil* (MINDLIN, 1956), há uma diversidade de usos, de tipologias, de formas e de autorias, vindas de uma produção local, de diferentes estados, até fora do país. Outro ponto, é a importância de trabalhos e pesquisas realizadas nas pós-graduações e de iniciação científica que contribuem na ampliação do olhar para as produções locais.

Há muito para se investigar sobre essa temática, mas ao sistematizar as informações percebemos a ligação histórica entre a arquitetura moderna com o Centro, o que ressalta a importância desses exemplares para uma contextualização de uma época passada, como constituintes da paisagem do bairro. Mas com o avanço dos processos de esvaziamento urbano e descaracterizam oferecem risco a esses exemplares, antes mesmo do seu reconhecimento, por isso a importância de trabalhos como esse para registrar tal produção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, V. B. *Expressões Arquitetônicas de Modernidade em Maceió: uma perspectiva de preservação*. 2009. 176f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2009.

ANDRADE, M. M. C. R. de, LEÃO, M. T. P. I., RODRIGUES, P. A. de F. *A Trama Histórica da Arquitetura Moderna no Nordeste*. Relatório do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) 2020-2021. Maceió, 2021.

ANDRADE JUNIOR, N. V. de. *Arquitetura Moderna na Bahia, 1947-1951: Uma história contrapelo*. Salvador, 2012. 559f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012.

BASTOS, M. A. J. e ZEIN, R. V. *Brasil: arquiteturas após 1950*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BRUAND, Y. *Arquitetura Contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

CASSELLA, T. A. *Imagens-memória: narrativas fotográficas da arquitetura moderna de Maceió*. Maceió, 2021. 215f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2021.

ESPINOZA, J. C. H. “Nordeste Selvagem e Acolhe-

dor”: O Olhar Carioca, Paulista e Mineiro sobre a Arquitetura Moderna Nordestina mediante Revistas Especializadas, 1950-1970. In: *DOCOMOMO Norte/Nordeste*, 4, 2014, Fortaleza. *Anais [...]*, 2014.

FERRARE, J. O. P. Permanências modernistas na Praça Sinimbu – Maceió: em análise e proposta de Preservação. In: *DOCOMOMO Norte/Nordeste*, 2, 2008, Salvador. *Anais [...]*, 2008.

FICHER, M.; ACAYABA, M. *Arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Projeto, 1982.

FITZ, L. *A Obra de Eladio Dieste*. 2015. 263f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

GOMES, I. M. de O. M. *Reabilitar o Edifício Palmares: Proposta de um Centro de Referência para o Patrimônio Imaterial Alagoano no Centro de Maceió/AL*. 224f. Trabalho Final de Graduação. (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas, 2019.

GOMES, I. M. de O. M.; HIDAKA, L. T. F. Um estudo sobre as transformações e permanências no patrimônio urbano da porção sudeste do setor de preservação de entorno cultural 1 da zona especial de preservação-2 centro de Maceió/al. In: *ICOMOS*, 3, 2019, Belo Horizonte. *Anais [...]*, 2019.

GOMES, I. M. de O. M.; HIDAKA, L. T. F. *Arquitetura moderna na zona de preservação 2 – bairro do*

centro, Maceió, Alagoas. In: DOCOMOMO Brasil – Norte/Nordeste, 7, 2018, Manaus.

GOODWIN, P. L. *Brazil Builds, architecture new and old, 1962-1942*. New York: MoMA, 1944.

HIDAKA, L. T. F.; GOMES, I. M. O. M.; CUNHA, M. C. P. F. *Significância Cultural, Integridade E Autenticidade Do Patrimônio Cultural: Estudo Sobre A Zona Especial De Preservação 2 – Centro (ZEP 2) em Maceió/AL. Relatório Do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) 2018-2019*. Maceió, 2019.

KRAWCTSCHUK, S. *Lógica e Poesia: a obra de Marçílio Mendes Ferreira, 2011*. 195f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade de Brasília. Brasília, 2011;

MINDLIN, H. E. *Arquitetura moderna brasileira*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora/IPHAN, 2000 [1956].

MONTEIRO, J. A. C. “PROTORRACIONALISMO” em Maceió: *História, Discurso e Memória*. Maceió, 2006. 114f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2006.

NASLAVSKY, G. O Nordeste na Historiografia da Arquitetura Moderna Nacional. In: DOCOMOMO Norte/Nordeste, 4, 2014, Fortaleza. *Anais [...]*, 2014.

NOGUEIRA, A. B. *Arquitetura Moderna Bancária pelo Nordeste (1968-1986)*. Fortaleza, 2018. 235f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2018.

SANTANA, L. S. *Os vazios urbanos nos centros de cidade como lugar para habitação de interesse social: o caso de Maceió/AL*. Maceió, 2006. 155f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2006.

SANTOS, E. D. A. dos. *Recepção e dispersão da arquitetura moderna em João Pessoa, 1970-1985*. 300f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Desenvolvimento Urbano) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014

SEGAWA, H. *Arquiteturas no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2020 [1998].

SILVA, M. A. da. *Arquitetura Moderna: A Atitude Alagoana*. Maceió: SERGASA, 1991.

REDESENHO COMO MÉTODO INVESTIGATIVO EM ARQUITETURA:

ESTUDO DE CASO SOBRE A CATEDRAL CRISTO REDENTOR,
BOA VISTA/RR

NASCIMENTO, Claudia

Professora da linha de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima; Doutoranda do PP-GAU-UFPA e PROARQ-FAU-UFRJ; Mestre em Arquitetura e Urbanismo - linha Patrimônio, Restauro e Tecnologia; Especialista em Semiótica e Artes Visuais; Arquiteta e Urbanista.

EVANGELISTA, Felipe

Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Roraima.

INTRODUÇÃO

A Igreja Catedral Cristo Redentor, projetada e construída entre os anos de 1967 e 1972, é patrimônio edificado tombado nas esferas municipal e estadual, possuindo valor histórico e sentimental para os habitantes da capital roraimense, Boa Vista. A partir de seu imponente estilo arquitetônico, marcado com linhas curvas e que se apropria da perspectiva plástica do concreto armado, fazendo jus ao movimento modernista tardio que ganhava força no Brasil Profundo.

Projetada pelos engenheiros italianos Padre Mário Fiameni e Luigi Cappa Bava, ambos egressos da Politécnica de Turim, na Itália, a Catedral Cristo Redentor foi edificada a partir do consenso entre outras propostas desenvolvidas por Fiameni, após sua visita no sítio de sua implantação, pela intervenção do bispo da época Dom Servilho Conti.

A edificação sofreu as vicissitudes de uma obra desta envergadura em um local cuja acessibilidade dependia de viagens aéreas ou fluviais que dependiam das condições de navegabilidade do rio Branco, nem sempre favoráveis, que induziram a perdas materiais no processo: tanto insumos para a construção quanto de alfaías, entre outros.

O presente artigo é fruto do processo de identificação do patrimônio moderno na Amazônia, em especial Roraima, que se soma a esforços acadêmicos de desenvolvimento de trabalhos, artigos e pesquisas que vem alcançando corpo sistemático. A contribuição deste visa valorizar o patrimônio da modernidade roraimense, com a apresentação de

um trabalho de análise projetual a partir do redesenho de documentos originais.

Para tanto, a metodologia do redesenho foi utilizada não somente com fim representativo e de preservação do patrimônio documental – o que já indicaria contribuições importantes para o contexto dos estudos sobre a arquitetura moderna roraimense –, mas também de incitar e instigar pesquisas no âmbito arquitetônico, procurando responder questionamentos sobre o motivo da atual edificação ter sido a escolhida, em detrimento dos outros projetos desenvolvidos por Fiameni, além de buscar entender os métodos utilizados por Fiameni e Cappa Bava na concepção arquitetônica da Catedral.

Os esforços desenvolvidos pelo curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima têm visado estar em sincronia com as tensões que envolvem a pesquisa nesse campo. Portanto, em constante crescimento, os estudos da arquitetura e urbanismo a partir do redesenho e análise de documentos históricos, busca explicações a questionamentos frequentes e viabilizam a elaboração de um projeto de pesquisa em implantação a fim de entender essa metodologia como estratégia de investigação e valorizar o patrimônio roraimense.

O artigo se estrutura a partir de um esforço contextual, tanto sobre o moderno em Roraima quanto pelo cenário onde se insere o projeto e a construção da Catedral Cristo Redentor, a fim de apontar as contribuições para a cultura técnica no contexto local. Em

seguida, apresentamos o processo do redesenho a partir de seus desafios e achados que justificam as opções projetuais de Fiameni e Cappa Bava, inserindo importantes reflexões sobre o fazer projetual.

O MODERNO EM RORAIMA

A introdução do pensamento moderno em Roraima, ainda denominado Território Federal do Rio Branco¹, se fez a partir do edital público na década de 1940, no qual o governador Cap. Ene Garcêz dos Reis buscou desenvolver a capital, dotando de infraestrutura urbana, a partir de um Plano Urbanístico. A intenção surge de um relatório sobre as condições locais em termos econômicos, sociais, dentre outros.

As informações para o referido relatório foram recolhidas em campo pelo técnico do Governo Federal José Maria dos Santos Araújo Cavalcanti, com o apoio de fazendeiros locais, como Homero Cruz e Adolpho Brasil, além dos padres beneditinos. Os dados obtidos foram formalizados no Plano de Recuperação e Desenvolvimento do Vale do Rio Branco (SILVA, 2015). Nesse contexto percebemos o importante papel social de dois grupos: a Igreja e os fazendeiros.

O papel da Igreja Católica em Roraima, especialmente dos beneditinos, que assumiram o prelado desde sua implantação em 15 de agosto de 1907, é fundamental para o desenvolvimento de Boa Vista. Foi D. Pedro Eggerath que, a frente da prelazia Nullius do Rio Branco, entre 1921 e 1929 promoveu importantes obras, como o hospital Nossa Senhora de Fátima, a Escola São José, a residência das irmãs

beneditinas, o internato para jovens, a sede do prelado, além da construção da primeira via de interligação entre as cidades de Boa Vista e Caracaráí, a instalação de uma fábrica de carne enlatada, outra de gelo, além da geração de energia elétrica.

Assim percebemos que, no período em que essa região ainda se constituía como parte do Estado do Amazonas, o principal agente de promoção de ações de desenvolvimento e de atendimento das demandas locais era a Igreja (VIEIRA, 2007).

Pela ação do governo varguista, passa a haver maior intervenção do Estado, o que vai ser claramente percebido nos anos seguintes². O marco inicial, contudo, é o Plano Urbanístico, desenvolvido pelo engenheiro Darcy Aleixo Derenusson (Rio de Janeiro, 1916-2002) que irá reformular as estruturas de poder, através da remodelação da cidade.

O PLANO DE DERENUSSON E O DESENHO DE NOVAS RELAÇÕES DE PODER

Por apresentar menor preço e tempo de execução, saiu vencedora a empresa Riobras, cujo proprietário, o engenheiro carioca Darcy Aleixo Derenusson, propôs a reforma urbanística da cidade de Boa Vista, que à época, era tida como problemática e precarizada.

¹ Decreto-lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943.

² Uma situação icônica é a decadência do Hospital Nossa Senhora de Fátima que passa por período de desinvestimento com a implantação da política setorial de Saúde, a partir da década de 1950, até sua desativação na década de 1990 e sua demolição há poucos anos (NASCI-MENTO e GUEDES, 2015).

De fato, o pequeno núcleo populacional, que se instalara à margem do rio Branco, era composto, em sua maioria, de edificações em taipa e cobertas de palha; exceção aos edifícios da Igreja, que foram edificados com tijolos. Hamilton Rice (1978, p. 25) afirma que na década de 1920 “alguns desses edifícios eram de tijolos: a igreja, a Intendência, o armazém, e algumas casas de moradia; a maioria, porém, era de reboco e pau a pique”.

Consta que Derenusson considerou as dificuldades de acesso a materiais de construção para desenvolver seu Plano. Desta forma, veio até o Território realizar levantamentos topográficos para balizar os primeiros estudos do projeto, resultando em um “plano urbanístico [...] radiocêntrico, com uma ampla praça central, sede dos poderes executivo, legislativo e judiciário, a partir da qual partem largas avenidas para o norte, sul e oeste” (RAMALHO, 2012, p.72).

A concepção urbana que, embora tenha preservado o núcleo inicial, estabelece um ponto de convergência em torno de uma outra morfologia – ou podemos afirmar, uma cidade nova – vai conceber essa praça cívica como espaço inequívoco de poder. O que, anteriormente, se configurava como os confins da cidade, marcado pela presença do cemitério, passará a ser o centro. A determinação das quadras referentes aos diversos serviços de atenção – Educação, Saúde, Terras, entre outros – contudo não há a previsão da presença da Igreja Católica em desses setores, muito embora uma área importante fosse ocupada pelo cemitério. Há de se observar, ainda, que por muito tempo a quadra ainda se manteve ocupada pelo cemitério da cidade.

A antiga igreja matriz, localizada às margens do rio Branco, já não cumpria suas funções, se apegando em relação à cidade. Com o crescimento da população, a Prelazia de Roraima foi necessária a reforma da Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo com o intuito de comportar o fluxo dos mais de onze mil habitantes da cidade.

Sendo assim, a Prelazia recorreu à Prefeitura de Boa Vista em busca de um terreno para um novo templo. No mês de janeiro de 1963, durante os festejos de São Sebastião, ocorreu a doação do terreno já previsto por Derenusson à Prelazia de Roraima, recebido pelo 4º Bispo do Prelado, Dom José Nepote, fazendo simbolicamente a união do centro político e religioso da nova cidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA, 2011).

O desenvolvimentismo que terá a Amazônia como foco e interesse, sustentado pelo Plano de Valorização Econômica da Amazônia, no qual houve o incentivo à indústria, além da pecuária e agricultura através de instâncias de fomento como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), foram importantes para a implantação de políticas locais (MAGALHÃES, 2008).

O Programa de Integração Nacional (PIN) e todos os projetos do governo federal do período visavam o Brasil Profundo, entendido como território a ser conquistado, o que foi promovido, especialmente, pelo incentivo à migração para colonização, com foco em projetos agropecuários e minerais, além da abertura de rodovias. Assim, de acordo com o do Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, temos:

Art 1º É criado o Programa de Integração Nacional [...] inclusive, com a finalidade específica de financiar o plano de obras de infraestrutura, nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM e promover sua mais rápida integração à economia nacional. [...] Art 2º A primeira etapa do Programa de Integração Nacional será constituída pela construção imediata das rodovias (BRASIL, 1970, grifos nossos)

O chamado Milagre Econômico, sabemos, introduziu o conceito de progresso e a estética moderna. Em Roraima, devido à já conhecida dificuldade de acesso a materiais de construção, essa estética vai ser efetivamente introduzida através do projeto da Catedral Cristo Redentor, apenas no final da década de 1960.

O CONCRETO NA ARQUITETURA RORAIMENSE

Sem introduzir uma polêmica em torno do uso pioneiro do cimento e, especialmente, do concreto armado em Roraima, visto que houve, de fato, o uso desse material/técnica como sistema estrutural e outras aplicações desde o início das obras de infraestrutura e implantação do Plano Urbanístico de Derenusson, é fato indubitável que o seu uso, com todo potencial plástico, é introduzido na construção da Catedral Cristo Redentor. Uma grande contribuição no período também viria a partir dos projetos públicos de Severiano Mário Porto (Uberlândia/MG, 1930-Niterói/RJ, 2020) e Sergio Bernardes (Rio de Janeiro, 1919-2002), entre outras obras.

Os desafios da execução da obra esbarravam no abastecimento de matéria-prima e na incapacidade técnica dos construtores locais. A priori, a constru-

ção foi extremamente desacreditada por autoridades locais. Ainda assim, no ano de início das obras, chegou em Boa Vista o irmão-leigo e mestre de obras Pedro Menegon.

Em uma época na qual não havia estradas que ligassem Roraima ao restante do país, apenas o rio que não era navegável o ano todo, Menegon foi responsável pela execução da obra pioneira, utilizando um grande volume de concreto armado. Uma das questões práticas que tiveram que ser enfrentadas foi a dificuldade de acesso à pedra britada na região. Desta maneira, foi desafio enfrentado o uso de seixo rolado proveniente do leito do rio Branco e seus afluentes, utilizando-se de mão-de-obra indígena para a sua extração (EVANGELISTA, 2022).

Pedro Menegon capacitou e qualificou os mais de uma centena de trabalhadores que participaram da obra, dentre eles pedreiros, carpinteiros, ferreiros e eletricitas, ensinando desde a alfabetização, leitura de plantas de engenharia e arquitetura, até pesos, medidas e especificações técnicas dos materiais (PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA, 2011).

Quando os dois, Pedro e Silvano, conseguiram o ferro, cimento, areia, pedra e madeira, saíram pela cidade de Boa Vista à procura de quem quisesse trabalhar. Juntaram mais de 100 homens que nunca tinham trabalhado em construção. Então o Sr. Pedro passou os primeiros meses no paciente trabalho de ensiná-los a lidar com a colher de pedreiro, usar o prumo, a dobrar ferro, a fazer instalação elétrica, a ler desenhos técnicos. Assim, começou a construção da Catedral. Pedro deixou a Itália por 7 meses, porém ficou 4 anos. Ele entregou a catedral, mas também ao território de Roraima mais de 100 ‘mestres’ de obra

especializados que se tornaram a nata no mercado de construtores da região. (Dom Servílio Conti, Livro-tombo da Catedral Cristo Redentor, 1970, apud PREFEITURA DE BOA VISTA, 2011)

À indiscutível importância de Pedro Menegon para a cultura técnica roraimense soma-se o papel do bispo Dom Servílio Conti que foi à Itália para conseguir o apoio do Padre Geral do Instituto da Consolata de Turim para a empreitada de construir uma catedral em Boa Vista, trazendo propostas arquitetônicas para tal intento. Em seu retorno, trouxe consigo três anteprojetos para a possível igreja. Além disso, solicitou um mestre-de-obras – Pedro Menegon – para que pudesse ser o encarregado diretamente pela difícil execução, sendo a escolhida projetada pelos engenheiros Padre Mário Fiameni e Luigi Cappa Bava, egressos da Politécnica de Turim, na Itália (PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA, 2011).

Devido a percalços, como a supracitada falta de material, transporte e logística, a construção da igreja foi, por diversas vezes, interrompida. De fato, a falta de recursos financeiros, por exemplo, fez com que a população católica da cidade promovesse diversos eventos, como feiras e quermesses.

Entretanto, em janeiro de 1971, Dom Servílio Conti e outros membros da comissão de obras, dentre eles Júlio Martins, prefeito de Boa Vista à época, foram à Itália em busca de recursos, já que as opções na cidade haviam esgotado. Eles apresentaram o projeto e a cidade, passando mais de dois meses em viagem. Segundo Martins, retornaram com “400 mil dólares, e foi dado, então, o impulso final à Catedral, que foi

concluída em 72, inaugurada, e hoje está fazendo cinquenta anos” (MARTINS, apud EVANGELISTA, 2022).

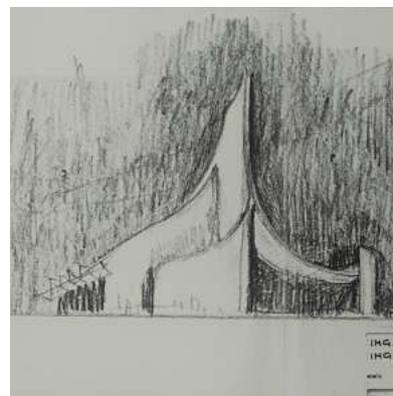
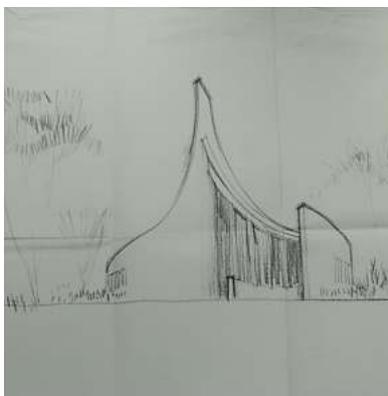
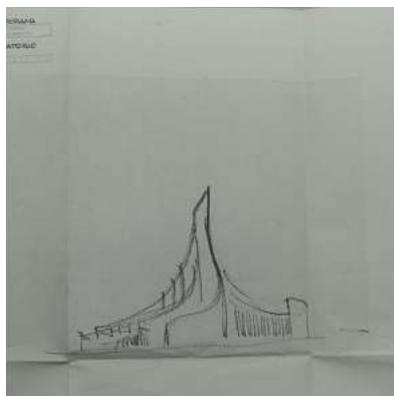
○ PROJETO

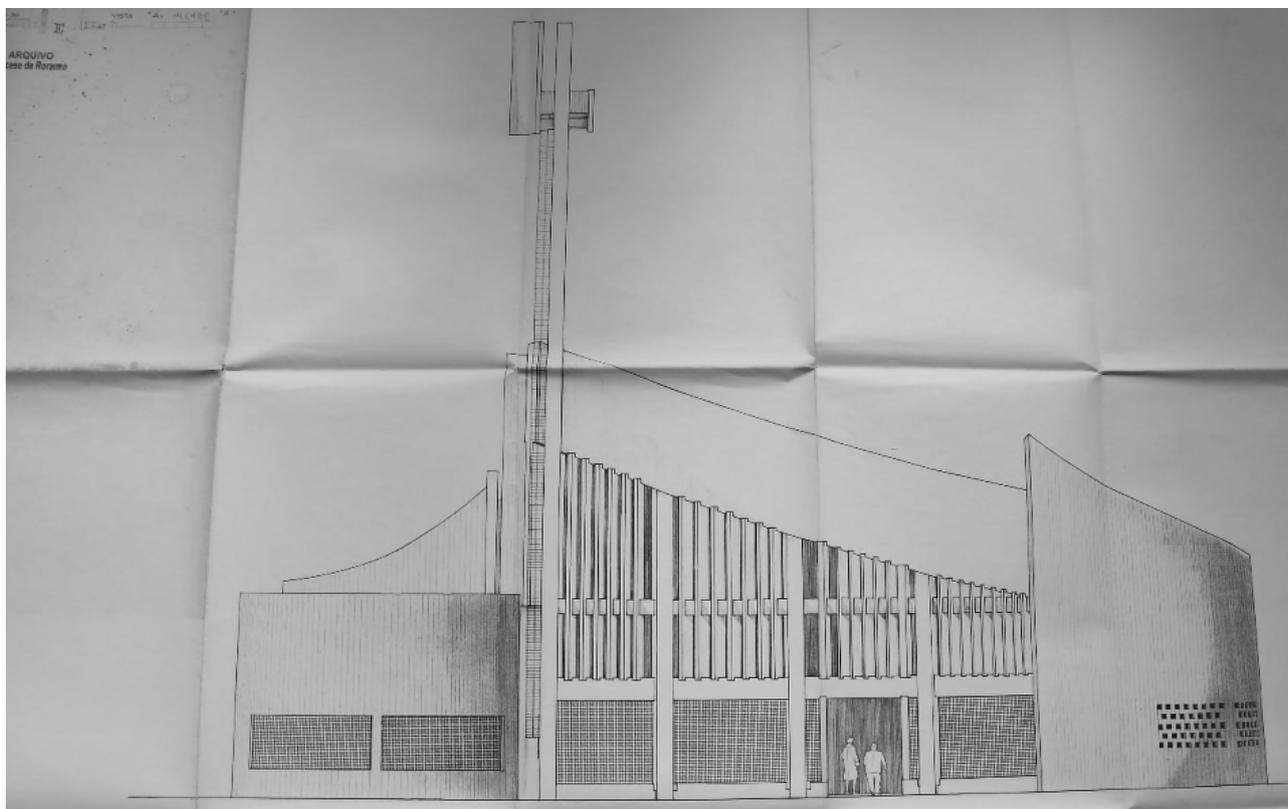
Diante de todas as dificuldades que o contexto histórico local apresentava para a execução da obra da Catedral Cristo Redentor, é aceitável que o projeto fosse desenvolvido considerando esses limites. Contudo, percebemos na documentação estudada que essa não foi uma preocupação de fato.

Os projetistas desenvolveram quatro propostas. A primeira delas, diante do conjunto documental encontrado no Arquivo da Diocese de Roraima, indica ter sido desenvolvida completamente na Itália, inclusive contendo documentos de detalhamento técnico e estrutural da proposta. A segunda, efetivamente implantada, possui no conjunto documental registros manuscritos em italiano e anotações – a mercê de correspondências – entre os projetistas e o executor, Pedro Menegon.

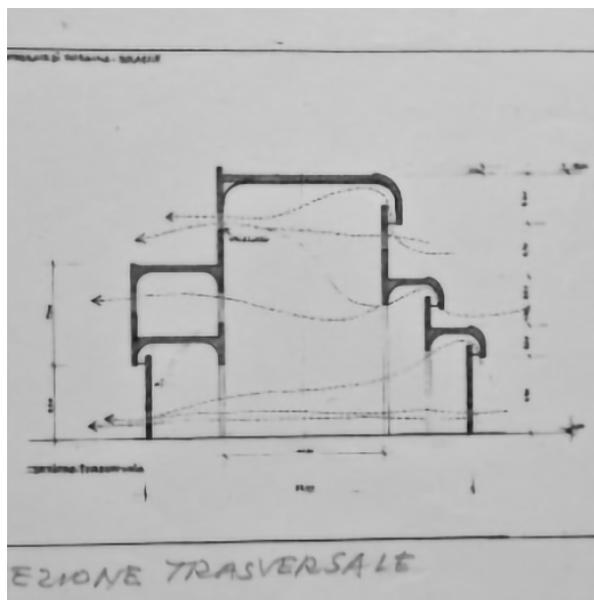
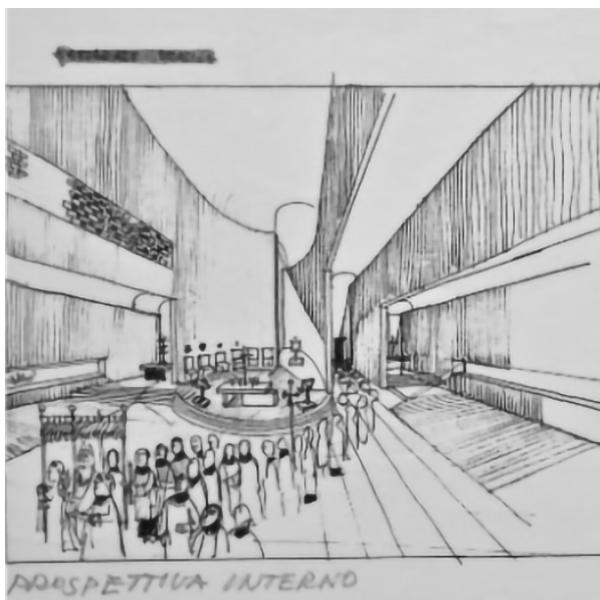
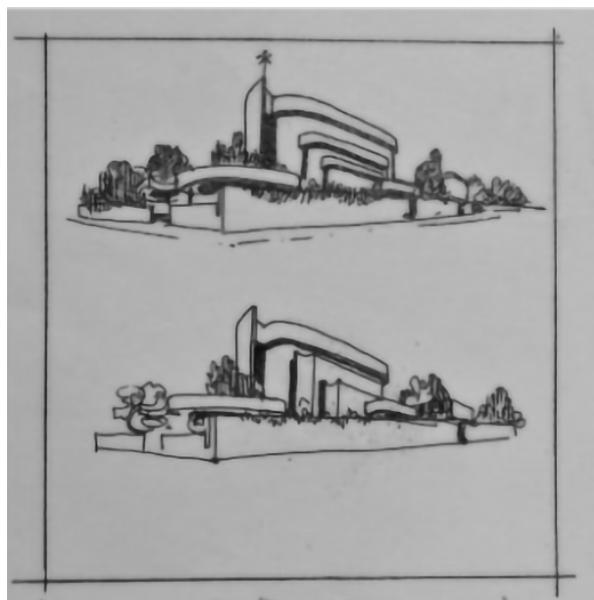
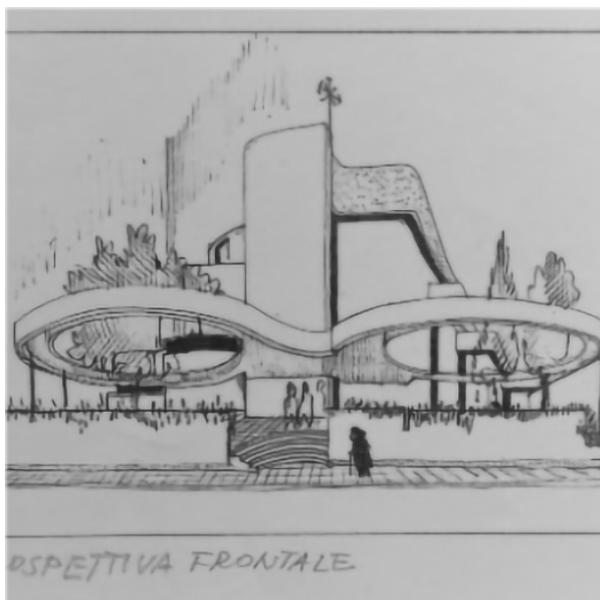
As outras duas, sob a forma de pequenos desenhos, apresentam concepções bastante distantes do projeto original, sendo que da última delas somente há registro na publicação editada em 2011. Sendo assim, de acordo com a documentação existente no acervo da Prelazia, encontramos três propostas projetuais diferentes – algumas com detalhamentos técnicos e outras com desenhos mais simplificados.

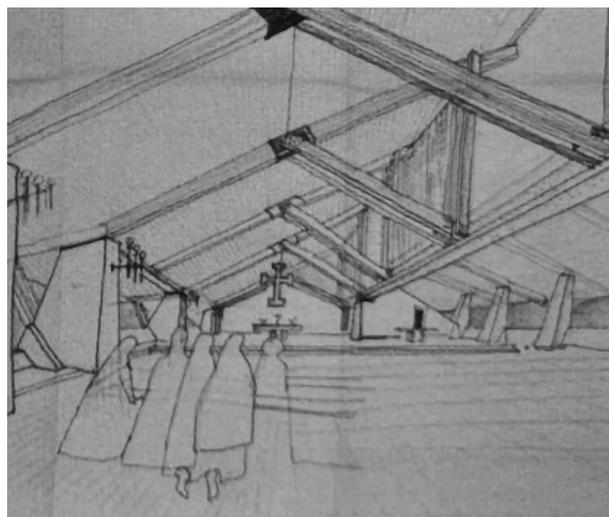
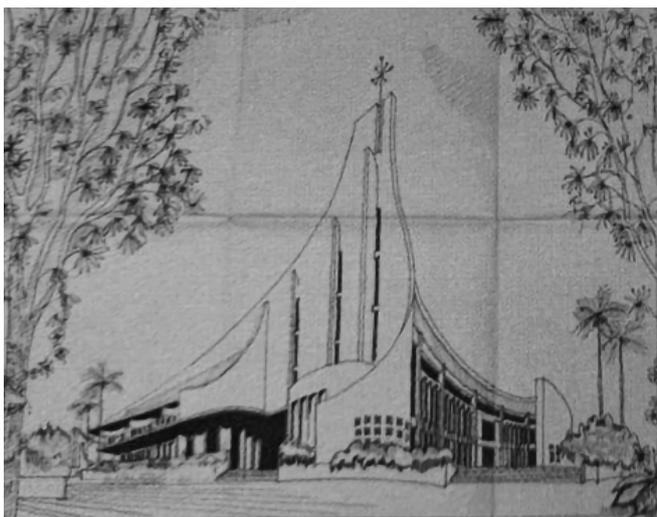
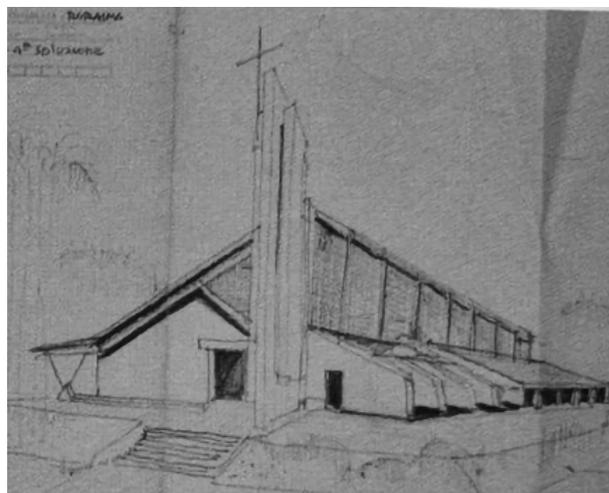
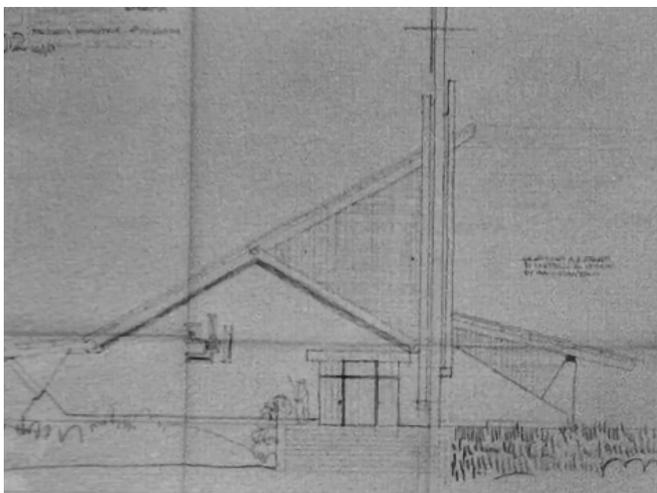
A mais antiga, que traz um conjunto documental relevante e é datada de 03 de janeiro de 1967. Esse registro consta em vários documentos, desde pran-





Proposta 2. Fonte: Arquivo Diocese de Roraima, 2022.





chas de detalhamento até nos carimbos em croquis. Apresenta volumetria complexa, composta em curvas e com elemento de verticalidade que sustenta o cruzeiro. Embora haja diferenças entre os croquis e a perspectiva (Figura da página 244), percebemos que há uma elaboração do desenho nesse processo, mantendo-se o partido geral.

A segunda proposta, em ordem cronológica, apresenta-se com data de um semestre além³, ainda de 1967, podendo ser uma elaboração da proposta inicial, visto que guarda semelhanças formais que aproximam esses desenhos. É o projeto que se encontra edificado atualmente⁴, com sua fachada em planos curvos e composição aparentemente complexa. Este projeto contém o maior número de documentos preservados, desde memoriais de cálculos estruturais, até detalhamentos de ferragens a serem usadas no concreto armado (Figura da página 245).

Além dessas propostas, constatou-se no acervo da Prelazia a existência de uma terceira proposta, sob a forma de croquis e cortes esquemáticos, que indicam ter sido apenas um estudo, pois apresenta um tom experimental, bem diverso das propostas anteriores. Possui com marquises arredondadas e vazadas, além de um emolduramento superior, à guisa de platibanda (Figura da página 246). Destaca-se a indicação de possíveis entradas de ar, mostrando a preocupação dos engenheiros com o conforto térmico em seus projetos.

Uma quarta proposta, cuja documentação não foi encontrada no Arquivo da Diocese de Roraima, mas que consta na publicação de 2011, destoa formal e tecnicamente do conceito desenvolvido para as demais.

Além da opção pelo uso de linhas retas, há a opção pelo uso da madeira nas estruturas (Figura da página 247). Ainda assim, é possível notar algumas semelhanças, como a grande inclinação das águas do telhado, as estratégias de aproveitamento para iluminação e ventilação natural, trabalhando com janelas tipo clerestório. Além disso, manteve-se a proposição de um elemento estruturalmente delgado com a função de torre para a cruz. Alguns relatos do período (EVANGELISTA, 2022) apontam que, diante da apresentação do projeto original, considerado de difícil execução, os projetistas se propuseram a desenvolver propostas mais simplificadas que, contudo, não agradaram os representantes locais. Veremos a seguir que os princípios projetuais não eram tão complexos assim.

REDESENHO

A partir do redesenho é possível identificar a erudição projetual dos engenheiros da Politécnica de Turim, que darão base para a interpretação documental. Egressos dessa instituição, Luigi Cappa Bava (1927-2001), que também assinava Gigi Cappa Bava⁵, tinha formação em Arquitetura e Composição Arquitetônica e foi professor de desenho e projeto no Instituto de Arquitetura Técnica da Faculdade de Engenharia, além de autor de alguns textos sobre História da Arte e da Arquitetura.

³ Datada de 6 de junho de 1967.

⁴ Embora seja o projeto que foi executado, existem diferenças – poucas, mas identificáveis – entre o projeto e a execução, conforme detalharemos na sequência do artigo.

⁵ Foi fundador do Studio KB, em Turim, no início da década de 1960, ativo até os dias atuais.

Ing. CAPPA BAVA Ing. FIAMENI		ISTITUTO MISSIONI CONSOLATA - RORAIMA		
sostituisce il disegno N°		sostituito dal disegno N°		riferimento al disegno N°
scala 1:50		FRONTE "B"		
disegnatura 5 E		Torino 6-7-66		aggiornamenti
DISEGNO N°		<i>Alc. P. B. B.</i> E.P. 135-D-1-1966		
		ALCADO "B"		

ARQUIVO
Diocese de Roraima

Sua erudição se reflete na concepção arquitetônica do projeto. Contudo o registro no carimbo da prancha indica assinatura conjunta de Cappa Bava e Fiameni (Figura da página 249).

Sobre Mario Fiameni não foi possível encontrar muitas referências biográficas⁶, além do fato de ter sido professor assistente na Faculdade de Engenharia da Politécnica de Turim de arquitetura técnica e desenho de edificação (EVANGELISTA, 2022) e projetista para o Istituto Missioni Consolata. Ambos iniciaram atuação docente entre os anos de 1962 e 1963 (POLITECNICO DI TORINO, 1963).

A despeito dessa parceria, o nome de Fiameni não se encontra no site do Studio KB, o que pode indicar atuação eventual. Um registro de Fiameni para Menegon, datado de 8 de maio de 1968, escrito em uma prancha com instruções da geometria da implantação e detalhes de ferragens assinala para a confiança dos engenheiros no irmão-leigo responsável pela condução da obra, dando notícias gerais. Portanto temos na documentação mais informações que o mero registro técnico.

Ao entender o processo de redesenho como um estudo e análise de um contexto historiográfico, em aproximação às análises de Le Goff (1996), é possível inferir que a documentação em arquitetura cumpre papel de documento/monumento, no qual o monumento engloba tudo que se remete ao passado e dá continuidade às memórias coletivas. Em contrapartida, os documentos não devem ser entendidos apenas como aqueles escritos e físicos.

No âmbito interpretativo (entende-se nesse trabalho seu conceito como uma relação perceptiva da mensagem que se quer transmitir), é de extrema importância a análise histórica dos fatos, desde o contexto social do projetista, tratando-se da pesquisa em arquitetura, até fatos históricos e tecnologias construtivas à época. Sendo assim, é *“preciso respeitar os documentos. Mas os documentos não falam por si mesmos: aguardam ser interpretados”* (ZEIN, 2012, [s.p]).

Entendendo a arquitetura como bagagem social de vivências e costumes de uma cultura, existe uma permuta cultural entre o objeto de estudo e o pesquisador, a partir de formas, ideias e modelos (CAÚLA; CUNHA, 2016). Desse modo, é possível perceber de que época determinado documento-monumento pertence e, a partir disso, realizar a crítica interna e externa do mesmo (LE GOFF, 1996).

A metodologia de redesenho é mais prudente quando associada aos conceitos de interpretação. A mesma, por si só, é considerada técnica representativa, a qual tem seu valor tratando-se do fortalecimento de acervos a serem perpetuados.

⁶ Em matéria do jornal italiano La Repubblica, de 2008, registra-se comemoração de cinquenta anos de formado de Mario Fiameni, o que nos leva à graduação como engenheiro em 1958. <https://ricerca.repubblica.it/repubblica/archivio/repubblica/2008/12/16/gli-ingegneri-da-mezzo-secolo-in-carriera.html>.

Entretanto, quando gera questionamentos a partir do uso do desenho como processo de pensamento, passa-se a ver o redesenho e análise projetual como um método científico capaz de levar o pesquisador a preencher lacunas que antes eram desconhecidas ao projetista original, sejam elas decisões projetuais ou conceituais, no qual se tem o amparo de novas tecnologias a seu favor, sendo possível criar análises mais aprofundadas da edificação:

(...) quando apenas usamos técnicas e instrumentos para chegar ao conhecimento sem entrar no mérito do sentido das indagações ou sem levar em conta os conceitos e hipóteses que as fundamentam. Na verdade, a metodologia é muito mais que técnicas. Ela inclui as concepções teóricas da abordagem, articulando-se com a teoria, com a realidade empírica e com os pensamentos sobre a realidade (MINAYO, 1993, p.14).

○ redesenho propicia imersão nas ideias e até dúvidas vividas pelo (s) projetista (s) a partir da documentação existente, desde plantas baixas até notas de rodapé (CAÚLA; CUNHA, 2016).

○ PROCESSO

Após longo caminho em busca de autorização para a digitalização da documentação pertencente ao acervo da Prelazia de Roraima, em 1 de junho de 2022 foi autorizado o registro fotográfico dos documentos técnicos.

Seguindo boas práticas de manuseio de documentos, buscou-se manipular minimamente, reduzindo riscos de danos físicos, e com uso de luvas para proteção do acervo. Para tal, foi utilizado um tripé apoiando

uma câmera DSLR, com o intuito de capturar imagens com a melhor qualidade possível, visto a deterioração do papel e o tamanho das pranchas. Além disso, afastou-se as mesas de apoio para perto das janelas, visando aproveitar o máximo de iluminação natural difusa. Mesmo assim, ainda foi necessário o uso de iluminação artificial, tomando os devidos cuidados para a preservação dos documentos.

Muito embora o arquivo pesquisado possua seus ritos de acesso e um certo nível de cuidado, foi possível identificar um processo de degradação e relatos de dissociação do conjunto documental, razão pela qual os responsáveis limitam o acesso. O simples manejo de documentações históricas, por si só já requer cuidado e atenção. Além disso, demanda uma boa estrutura de armazenamento, tanto quanto ao espaço quanto aos materiais de invólucro, a fim de minimizar danos.

Os papéis são suportes frágeis e correm riscos através da ação da “luz; a temperatura; a umidade; os poluentes; os agentes biológicos que dependem muito da temperatura e da umidade (...) os vandalismos, as negligências, o desconhecimento (...)” (MAST, 2007, p. 27).

Atualmente, boa parte do acervo do objeto em estudo não está protegida contra os agentes citados. Por maior que seja o cuidado, o papel é um material frágil e de fácil deterioração, e foram identificadas práticas inadequadas, como o uso de fitas adesivas em documentos, fixação com grampos e cliques metálicos, contato com papéis ácidos, entre outros.

Juntou-se ao registro dos documentos a análise preliminar quanto à compreensão de grupamentos de projetos, cuja avaliação somente foi possível quando se iniciou o processo técnico do redesenho, percebendo que algumas pranchas (especialmente de detalhamento) não tinham correspondência direta com determinada concepção projetual, com o que foi possível identificar as quatro propostas, como já descrito.

AValiação DO PROJETO

Sem trazer discursos de leituras simbólicas que o templo possuía, por analogia a signos da cultura local – a maloca, a canoa, a estrutura de um barco – que possam contaminar a análise, a avaliação do projeto se fará a partir da interpretação dos dados documentais, eventualmente confrontados com o documento-monumento edificado. Contudo, há necessidade de registro que segundo os dados históricos aqui apresentados, a concepção projetual partiu das bases acadêmicas italianas.

A partir do contato com os documentos originais, dentre as várias peculiaridades do projeto e das outras propostas, percebe-se um padrão de trabalho entre os dois parceiros de projeto, de acordo com cada área de atuação. Fiameni focou-se nos processos construtivos, com muitos detalhamentos, desde as bases da engenharia estrutural, até detalhes da porta de entrada e das marquises. Já Cappa Bava assina documentos como croquis, esboços e estudos de propostas, pois em muitas pranchas nota-se o uso do nome 'Gigi Cappa Bava'. Essa divisão aponta para os campos próprios de erudição dos autores.

Na correspondência entre Fiameni e Menegon, anteriormente citada, temos

Caro Menegon (...) Chegou um novo bispo. Como está a saúde? Vi seu irmão Pe. Vittorio. Quem sabe nos encontramos todos em Boa Vista! Fátima já chegou ao fim, todos recordaram de você e esperam seu retorno! Saudações queridas a todos: a você, P. Jordão, P. Zimmi, P. Bloaci. (EVANGELISTA, 2022, grifo nosso)

"Fátima" seria a obra da capela no Hotel Pax, em Fátima, Portugal, executada para o mesmo Instituto Consolata, que consta como atribuição importante no histórico do Studio KB.

Há em comum entre os dois templos o uso de vitrais⁷, ao modelo de cleristório, o traçado em curvas e o uso de proporções áureas⁸. A despeito da complexidade volumétrica da Catedral Cristo Redentor (Figura da página 253), a documentação apresenta os elementos-chave para essa composição.

Entre vários achados no processo de estudo da documentação, percebeu-se o uso contido de cotas, que indicava um grau de dificuldade no redesenho. Contudo, essas medidas se traduzem como fundamentais na compreensão do racionalismo impregnado no projeto. Um ângulo de 26,30° fundamenta a implantação de todo o templo (Figura da página 254).

⁷ Sobre a concepção dos vitrais e outros elementos da Catedral Cristo Redentor, existem questões relevantes, que também foram observadas no processo de pesquisa e redesenho, assim como da história difundida de sua construção, que cabem a um outro trabalho analítico e publicação.

⁸ Embora não fosse possível o acesso a plantas, foi feito um estudo a partir de fotografias e análise destas, a partir das quais chegou-se a essa análise.



Fachada da Igreja Catedral Cristo Redentor. Fonte: Felipe Alves Evangelista, 2022.

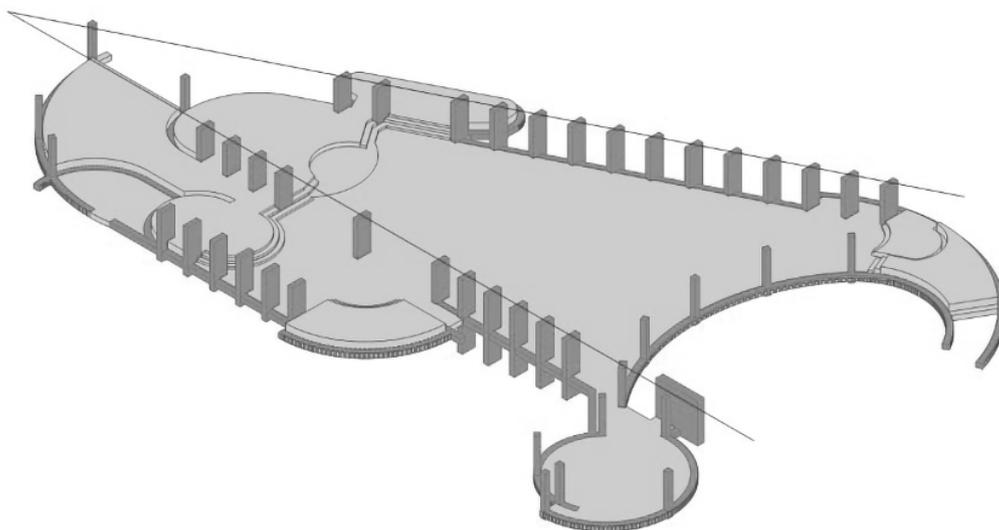
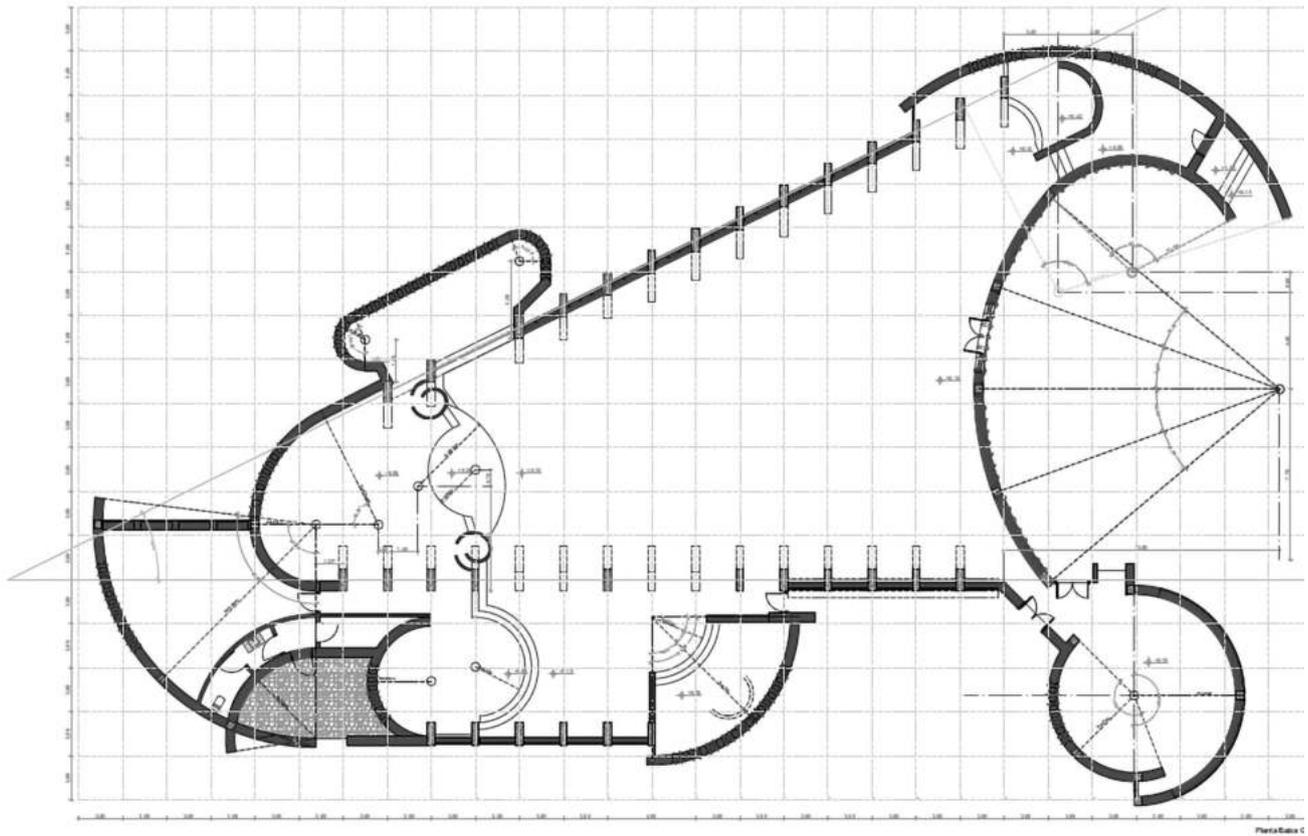
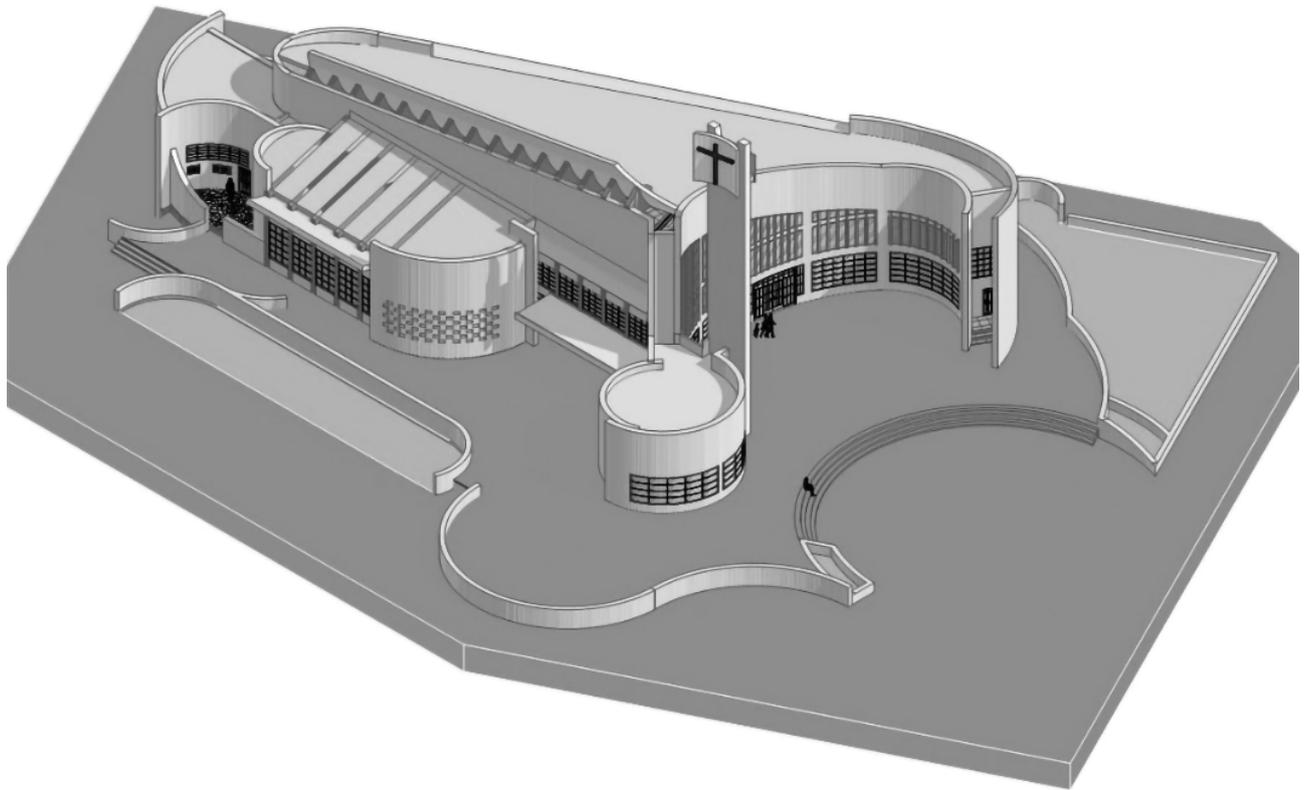


Diagrama de localização dos pilares a partir do ângulo de inclinação. Fonte: Felipe Alves Evangelista, 2022.





Perspectiva Isométrica. Fonte: EVANGELISTA 2022.

Podemos observar, ainda, que a locação dos pilares também segue a uma modulação de 2 m (dois metros), alinhado a esse eixo, definido a partir desse centro radial (Figuras das páginas 255).

O que avaliamos dessa contenção geométrica é que o ângulo corresponde ao ângulo interno do chamado triângulo sagrado, baseado no conhecido terço pitagórico: aquele cujos lados são compostos por números inteiros e em progressão aritmética, isso é, 3-4-5.

Esse tipo de triângulo é prático no processo de implantação in loco, visto que pode ser trabalhado com elementos simples, como uma corda que mantenha a proporção e, conseqüentemente, garante o registro de 90°. Sobre o grid de 2,00 x 2,00 m se localizam outros pontos notáveis, sobre os quais se assentam os raios de setores circulares que definem os planos curvos da volumetria da Catedral Cristo Redentor (Figura da página 255).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito mais que um edifício imponente, o projeto da Catedral Cristo Redentor expressa a inteligência de um projeto de implantação simples. A geometria se manifesta a elaboração de um projeto de concepção erudita desenvolvida por engenheiros formados na Politécnica de Turim, executado com qualidade pelo irmão-leigo Pedro Menegon, que cumpriu com excelência sua missão de mestre-de-obras e de formação de mão-de-obra.

É notório que, apesar das curvas e desníveis, a igreja tem certa simplicidade em planta, trabalhando com jogos de proporção e pura geometria, na qual a partir de um triângulo retângulo é possível fazer sua implantação. Além desses pontos, por tratar-se de uma arquitetura moderna, traz consigo a qualidade plástica do concreto armado e a modulação estrutural, que, muitas vezes, não define os espaços da planta.

Essa simplicidade projetual, em consonância com as condições mínimas de execução, permitiram uma concepção de acordo com os princípios do Concílio Vaticano II, traduzindo-se em uma obra de arte ímpar, trazendo muitas contribuições, tanto para a sociedade quanto para a cultura técnica e arquitetônica. A Catedral é um marco importante da arquitetura moderna em Roraima, reconhecido pela sua materialidade, passa a ser percebida a partir de suas qualidades desenvolvidas pelos projetistas Fiameni e Cappa Bava.

Percebemos a importância simbólica da modernidade roraimense e a responsabilidade da formação de futuros arquitetos e urbanistas em se debruçarem sobre os documentos de arquitetura e espaço construído. A Catedral Cristo Redentor pode ser estudada sob diferentes óticas, como da teologia, ciência política, arquitetura ou engenharia, dentre tantos outros modos possíveis. O presente trabalho propôs um estudo baseado e focado nos processos. Tal diferenciação faz-se necessária, tendo em vista que o cerne da pesquisa não era a entrega de uma maquete eletrônica, mas sim entender o projeto a partir da metodologia adotada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto-Lei nº. 1.106, de 16 de junho de 1970: Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda de pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1106.htm Acesso em julho de 2022.

CAÚLA, A. E CUNHA, V. (Re)desenhando O Hotel Tropical de Manaus de Sergio Bernardes: O Redesenho como prática de Pesquisa Histórica Em Arquitetura. In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Porto Alegre, p. 1-14, 25 jul. 2016.

EVANGELISTA, F. A. (monografia de graduação em Arquitetura e Urbanismo). Boa Vista: UFRR, 2022.

LE GOFF, J. *História e Memória*. 4ª ed. Campinas. UNICAMP, 1996.

MAST–Museu de Astronomia e Ciências Afins. Conservação de Acervos/Museu de Astronomia e Ciências Afins. Rio de Janeiro MAST, 2007. 205p. (MAST Colloquia; 9).

MINAYO, M. C. S. (org.) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis – Rio de Janeiro, Vozes, 1994.

NASCIMENTO, C. H. C. e GUEDES, A. A. da S. C. Eutanásia do patrimônio cultural roraimense: o Hospital Nossa Senhora de Fátima, Boa Vista/RR. In

I Seminário de Patrimônio, Arte e Cultura na Amazônia: a Educação Patrimonial em Foco. *Anais [...]*. Boa Vista: UFRR, 2015, p. 19-27.

OLIVEIRA, M. M. de. A documentação como ferramenta de preservação da memória / Mario Mendonça de Oliveira. __ Brasília, DF: IPHAN / Programa Monumenta, 2008. 144 p. : il. ; 28 cm. – (Cadernos Técnicos ; 7)

POLITECNICO DI TORINO. *Annuario del Politecnico di Torino per l'Anno Accademico 1962-1963 Centesimoquarto dalla Fondazione*. Turim/Itália: Vincenzo Bona, 1963. Disponível em <https://digit.biblio.polito.it/4836/1/Annuario%20del%20Politecnico%20di%20Torino%201963-64-compressed.pdf> Acesso em agosto de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA. *Igreja Catedral Cristo Redentor*. Boa Vista: Gráfica Lóris, 2011.

RAMALHO, P. O. *Lugar de Memória: o plano urbanístico de Boa Vista – RR*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012.

RICE, H. *Exploração na Guiana Brasileira (1924-1925)*. Tradução de Lacyr Schettino. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

SILVA, A. A. *O segundo governo Hélio Campos (1970-1974): a política de segurança nacional e desenvolvimento no Território Federal de Roraima*.

Monografia (graduação do Curso de História), Universidade Federal de Roraima. 2015.

STUDIO KB. Homepage. Disponível em <https://www.studio-architettura-torino.it> Acesso em junho de 2022.

VIEIRA, J. G. *Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra – 1777 a 1980*. Boa Vista: UFRR, 2007.

ZEIN, R. V. Quando documentar não é suficiente: obras, datas, reflexões e construções teóricas. 02 Dez 2012. *ArchDaily Brasil*. Disponível em <https://www.archdaily.com.br/br/01-84215/quando-documentar-nao-e-suficiente-obras-datas-reflexoes-e-construcoes-teoricas-slash-ruth-verde-zein> Acessado em 2 Mar2022.

MARCAS DO TEMPO?

UM ESTUDO DAS MANIFESTAÇÕES PATOLÓGICAS
NAS FACHADAS DE ALGUNS EDIFÍCIOS MODERNOS
DO BAIRRO DE BOA VISTA - RECIFE (PE)

ADRIÃO, Liliana

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Ciências Humanas Esuda (2019). Especialista em Paisagismo pela Faculdade de Ciências Humanas Esuda (2022). Bolsista CECI - Restauro das casas modernistas da Rosa e Silva (2021). Membro da comissão de patrimônio cultural do IAB-PE (2020 - atual). Mestranda em Desenvolvimento Urbano (MDU-UFPE).

GEORGE, Rafael

Graduado em Engenharia Civil pela Universidade de Pernambuco (UPE) – 2022.

INTRODUÇÃO

Quando o assunto são as edificações do bairro da Boa Vista da cidade de Recife-PE, os elementos construtivos de modo geral estão expostos aos mais variados tipos de condição e intempéries. E diversos fatores, desde a luz solar, poluição por gases, brisa marítima, até o vandalismo, podem gerar desgastes à estrutura que, quando não reparados, podem comprometer a vida útil da construção (OLIVEIRA *et al.*, 2020).

As manifestações patológicas nas fachadas das edificações podem aparecer desde o início da obra até anos depois da sua construção. A busca por maneiras de identificar e posteriormente tratar ou reformar a fachada vem se intensificando com o passar dos tempos. Hoje em dia existem diversas maneiras de obter as informações necessárias para uma catalogação de danos, porém a maioria delas são custosas e demandam muito tempo, quando não, comprometem a vida dos operários encarregados da manutenção.

Tendo em vista a necessidade de aumentar a vida útil das fachadas de edificações do Bairro da Boa Vista RECIFE-PE, expostas a zonas de agressividade, além da busca e prevenção de possíveis danos consequentes do tempo, este trabalho buscará apresentar uma maneira diferente e facilitadora de se chegar às determinadas informações dos problemas patológicos das fachadas através da utilização da câmera digital como ferramenta de captura de imagens da parte externa das edificações.

Os danos ao sistema de revestimento no exterior do edifício são um tema amplamente discutido na área da construção civil, pois facilita o entendimento do processo de degradação de estruturas de edifícios. Por conta do grande número de acidentes e consequente perdas econômicas, pesquisadores buscam desenvolver métodos para monitorar a deterioração estrutural, através de métodos que possibilitem rapidez, precisão e economia.

Há muitas maneiras de monitorar danos às partes externas do prédio. No entanto, para diferentes estruturas, os métodos conhecidos apresentam certos tipos de restrições de aplicativos, como dificuldade de acesso físico à estrutura.

Ainda assim, outra limitação dos métodos existentes consiste no levantamento de danos em edificações de grande altura, pela necessidade do uso de andaimes ou do uso do rapel que implica na mobilização de pessoas habilitadas e bem treinadas, além do alto risco de acidentes que sempre representam.

A proposta deste método de captura de imagens por meio da câmera digital tem como base a fotogrametria digital, cujo objetivo é promover a detecção preventiva de danos em fachadas de edificações com tempo reduzido de execução em campo e menor risco de acidentes, o que o torna uma ferramenta de grande utilidade no apoio à tomada de decisões na manutenção de estruturas.

Os sistemas construtivos estão se beneficiando dos resultados obtidos pelas diversas pesquisas que estão sendo desenvolvidas, tanto no âmbito nacional quanto no internacional. É importante destacar algumas contribuições de pesquisadores brasileiros, tais como: Lichtenstein (1986); Carasek (1996); Sabbatini e Barros (2001); Nepomuceno e Clímaco (2009); entre outros.

No entanto, o presente trabalho insere-se como um método de monitoramento de manifestações patológicas existentes, incluindo os que se encontram em fase inicial, nas superfícies externas das edificações. Com ajuda do Zoom óptico da câmera também é possível destacar os danos que possam estar situados em locais de difícil acesso ou que não sejam visíveis a partir de uma determinada distância.

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar as manifestações patológicas encontradas na fachada de três edificações localizadas no bairro da Boa Vista, da cidade do Recife-PE, com o uso de imagens feitas com câmera digital.

Verificar as condições das fachadas de edifícios da cidade do Recife-PE, mapear, analisar e reconhecer as manifestações patológicas com maior incidência nas fachadas, por meio de um método prático de estudo de identificação de manifestações patológicas em fachadas de edifícios.

CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS DE CASO

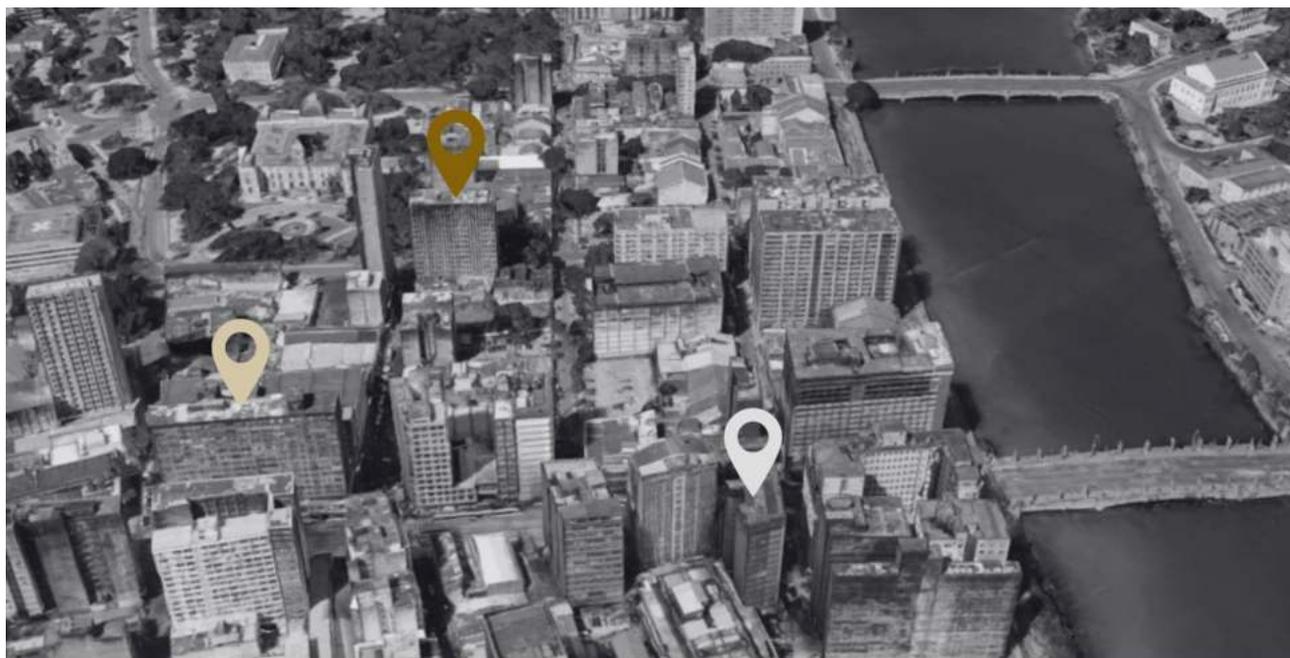
Os edifícios modernos selecionados como objeto de estudo do presente trabalho situam-se no bairro da Boa Vista da cidade do Recife-PE, e foram construí-

dos nos anos de 1950 e 1960. Ambos são projetos do arquiteto Delfim Fernandes Amorim, que projetou no Recife, durante vinte anos, obras que marcaram a paisagem local.

Dentre o vasto catálogo de obras são identificados edifícios para os mais diversos fins. Suas primeiras obras em Recife trazem a influência da arquitetura moderna europeia, mas por conta do clima já apresentam soluções brasileiras onde o arquiteto, para as residências propõe a cobertura em lajes de concreto cobertas com telhas cerâmicas, sendo esta a proposta mais enriquecedora desenvolvida pelo arquiteto (SILVA, 1981).

Tentou-se com esta seleção que segue a cronologia das edificações, a individualizar algumas das principais características da edificação, bem como as soluções técnicas empregadas no período, de modo a proceder a análise sobre as patologias das fachadas. Estes edifícios foram escolhidos, dois por serem marcos do bairro (Pirapama – Recorte azul e Santa Rita – recorte vermelho) e o terceiro (Almirante Barroso e Marcílio Dias – recorte verde) por ser uma obra não tão conhecida do profissional, que servirá como contribuição acadêmica para tal. E todos por estarem com suas estruturas pouco conservadas.

Projetado em 1956, o Edifício Pirapama é o mais antigo dos três edifícios estudados, situa-se na avenida Conde da Boa Vista, número 250. Apresenta 16 pavimentos, e tem distância de 262,22 metros do Rio Capibaribe. Se caracteriza por ser um edifício de uso misto. Apresenta uma planta com enorme variação.



📍 PIRAPAMA

📍 SANTA RITA

📍 ALM. BARROSO/MARCÍLIO DIAS

Localização dos edifícios. Fonte: Google Earth (2022) Elaborado pelos autores.





Edifício Santa Rita. Fonte: Os autores, 2022.



O pavimento tipo se forma por uma junção de doze configurações de diferentes tipos de plantas. Em seu projeto original o edifício contava com uma área vazada destinada ao uso comum dos condôminos, atualmente ocupada por escritórios comerciais. Destaca-se nesse projeto, o material de revestimento das fachadas, conhecido como pó de pedra, e a torre de escadas que tem sua resolução em forma elíptica com fechamento através de elementos vazados conhecidos como cobogós (SILVA, 1981).

Com projeto de 1962, localizado na esquina de Conde da Boa Vista de número 85, com a Rua da praça Machado de Assis, o edifício Santa Rita é um edifício de uso misto, apresenta 12 pavimentos, e tem os dois primeiros pavimentos de seu volume e seu térreo destinados a área comercial e os demais pavimentos reservados a residências.

A concepção é ressaltada pelas caixas de ar-condicionado compondo as fachadas junto com os azulejos desenhados pelo arquiteto do projeto. Está a 100 metros do Rio Capibaribe. É cercado por outros edifícios com alturas semelhantes, juntos compõem um massivo “paredão” voltado para Conde da Boa Vista (SILVA, 1981). O edifício Almirante Barroso/Marcílio Dias de 1967, com fachada principal voltada para rua Riachuelo número 201, situado a 195,4 metros do Rio Capibaribe, é um edifício que tem o seu pavimento térreo voltado ao comércio e seus demais pavimentos voltados ao uso residencial.

Seu volume composto por 15 pavimentos ocupa a área total do lote e suas fachadas são compostas pela marcação da estrutura da edificação que funcionam

como faixas de recorte para enquadrar as esquadrias. Neste edifício os azulejos da fachada da Rua do Riachuelo também foram desenhados pelo arquiteto Delfim Amorim, característica que traz sensação de leveza a volumetria da edificação (SILVA, 1981).

METODOLOGIA

O estudo foi realizado a partir da leitura de referências que abordam o tema, a partir disso foram selecionados três estudos de caso, com o intuito de levantar as patologias de suas fachadas. Durante as vistorias das edificações onde foram detectadas as manifestações patológicas, foram preenchidas fichas de catalogação.

A dificuldade encontrada neste tipo de trabalho é que os responsáveis pelas edificações nem sempre permitem a divulgação dos dados pertinentes à construção e até mesmo a entrada para vistoria das edificações, pois existem muitos problemas nos condomínios e os responsáveis chegam a pensar que o estudo pode prejudicá-los e preferem não divulgar dados que poderão comprometer sua gestão futuramente.

Como os estudos aqui propostos são de caráter qualitativo, o objetivo maior foi identificar as patologias de maior ocorrência. O estudo quantitativo não permite que ensaios pormenorizados sejam realizados em todos os edifícios analisados visto que seria dispendioso o suficiente para inviabilizar o trabalho e o tempo necessário seria superior ao prazo total para apresentação desta pesquisa. Tomou-se como preceito identificar onde ocorre a manifestação patológica com ajuda do zoom óptico da câmera digital,

e desta forma identificar as suas possíveis causas. A descrição detalhada do método será explanada.

Inicialmente, com ajuda da ferramenta de medida do Google Earth, foi contabilizada a distância de cada edifício para o rio Capibaribe. Em sequência foi feita a coleta de dados, no bairro da Boa Vista, dos edifícios estudados (Pirapama, Almirante Barroso/ Marçílio Dias e Santa Rita), com o auxílio de uma câmera digital (modelo: Nikon - Coolpix L810) e uma ficha técnica onde foram preenchidas questões como: tipo de ocupação, tipo de compartimento dos espaços, tipo de cobertura, tipo de revestimento da fachada e manifestações patológicas de possível observação. Com a coleta de informações foi possível partir para o próximo passo. Depois da coleta de dados, as informações foram analisadas e estudadas com o auxílio de diferentes softwares.

O primeiro foi o AutoCad, no qual foi feito o redesenho das fachadas, através do mapeamento e estimativa de quantitativo das respectivas manifestações patológicas, indicadas por cores: Azul: mofo, bolor e sujidade, Verde: fissuras, trincas e rachaduras, Laranja: descolamento e deslocamento de revestimento, Roxo: oxidação e corrosão. Amarelo: eflorescência.

Em sequência, no Excel foram criadas tabelas de análises, em que cada coluna da tabela representa um tipo de dado, que são explanadas as principais manifestações patológicas agrupadas de acordo com suas semelhanças, quantidade da manifestação patológica (metro quadrado, ou quadrado), e a porcentagem que corresponde a apresentação da sua área total.

Por fim, a porcentagem do cenário geral (soma das manifestações patológicas dos três edifícios estudados). Com fins ilustrativos, foram produzidos quadros com as imagens das principais manifestações patológicas encontradas, onde foram selecionadas as mais expressivas. Nos quadros os problemas patológicos foram indicados por cores que seguem o mapeamento feito no AutoCad.

Por fim, foram elaborados gráficos com a ferramenta Excel, para contabilizar resultados totais da presença das manifestações patológicas.

ESTUDO DE CASO 1 - EDF. PIRAPAMA 1956

Ao realizar a pesquisa de campo do edifício Pirapama, foi preenchida a sua respectiva ficha, e foi feito um redesenho das manifestações das fachadas, paralelamente, chegou-se aos resultados conforme a tabela seguinte.

Em detrimento da falta de manutenção das fachadas, e das intervenções mediante mau uso pelos condôminos, observou-se também, a irregularidade das condensadoras e ar-condicionado, as quais seus dutos promovem umidade e acúmulo de água, provocando a formação de biodeteriorações, sujidades, mofo e bolores nas fachadas.

O mau uso da edificação e a ausência de manutenção, também fica evidente com as intervenções projetuais feitas pelos moradores, em que eles substituíram sem nenhum tipo de assistência especializada, os elementos vazados (cobogós) por esquadrias, provocando irregularidade na superfície,



● BIODETERIORAÇÃO/MOFO BOLOR / SUJIDADES



● OXIDAÇÃO/CORROSÃO

● RACHADURA

● DESPLACIMENTO

PIRAPAMA	
PATOLOGIA	QUANTIDADE (m ²)
OXIDAÇÃO/CORROSÃO(m ²)	16,3
FISSURAS, RACHADURAS, TRINCAS (m ²)	31,5
MOFO, BOLOR E SUJIDADE (m ²)	1600
DESCOLAMENTO OU DESTACAMENTO DE REVESTIMENTO(M ²)	98
EFLORESCÊNCIA(m ²)	0
TOTAL	1745,8

a qual fica suscetível ao ataque de agentes externos (chuvas e intempéries).

Na fachada principal voltada para avenida Conde da Boa Vista, a manifestação patológica que se destacou foi a rachadura presente na junta estrutural que existe entre os blocos do edifício (em verde). Assim como as ferragens expostas e os deslocamentos.

Depois do estudo analítico e fotográfico do Pirapama, pode-se analisar que a manifestação patológica de maior incidência no edifício são: mofo, bolor e sujidade. A edificação apresenta uma área de abrangência de cerca de 1.600 metros quadrados, quando contabilizadas as quatro fachadas.

Tais manifestações se dão presentes pela proximidade do edifício ao Rio Capibaribe (262,22 metros), assim como pela sua principal fachada que está situada em um grande corredor de vento e agressividade (Poluição – gases de veículos).

Em segundo lugar, com uma abrangência de 98 metros quadrados de área total das fachadas, foi identificado descolamento ou destacamento de revestimento, seguido por fissuras, rachaduras e trincas e, por fim, oxidação/corrosão.

O Pirapama, mais antigo dos edifícios e com maior número de unidades habitacionais, foi o que mais contribuiu, apresentando a maior 'porcentagem que agrega' de manifestações patológicas dentre os 3 edifícios.

ESTUDO DE CASO 2 - EDF. SANTA RITA 1962

Ao de realizar pesquisa de campo do edifício Santa Rita, foi feito um redesenho das manifestações das fachadas, paralelamente, chegou-se aos resultados da tabela a seguir. Através do estudo fotográfico do Santa Rita, pode-se contabilizar que as manifestações patológicas presentes em todas as fachadas em grandes quantidades são: mofo, bolor e sujidade, estas, dão-se presentes pela proximidade do edifício do rio/mar (99,94 metros) e pela falta de manutenção, junto com a ausência de caixas e dispersões para comportar a grande quantidade de condensadoras e ar condicionados.

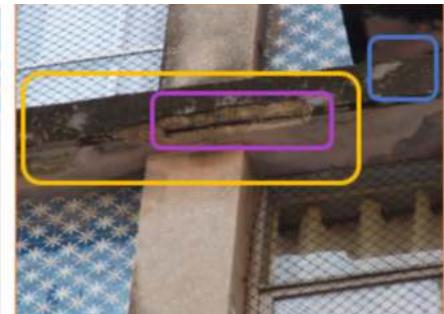
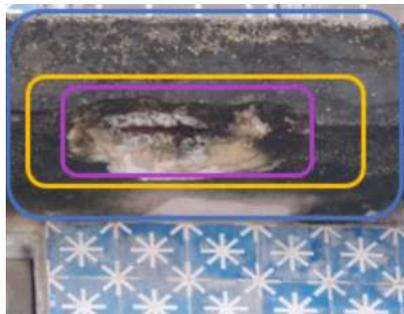
Assim como foram identificadas a forte presença de biodeterioração, deslocamento e descolamento de revestimento, e manchas de eflorescência. Também ficou evidente que o acúmulo de água nas extremidades das estruturas sobressalentes torna mais propício o aparecimento de deslocamentos e rachaduras por deixar o revestimento mais vulnerável a manifestações patológicas e, conseqüentemente expondo a armadura, onde essa sofre com o oxigênio presente no ar e com a água acumulada, gerando oxidação e corrosão do aço.

No edifício Santa Rita essa manifestação é facilmente observada. Quando compara-se os parâmetros 'fissuras, rachaduras e trincas' com o de 'oxidação/ corrosão' (Eficiência (%) = (Oxidação e corrosão/ Fissuras, rachaduras e trincas) obtém-se o valor aproximado de 70%, Quando realiza-se a mesma análise para os outros edifícios, chega-se a 52% no Pirapama e 45% para o Almirante



● BIODETERIORAÇÃO/MOFO BOLOR / SUJIDADES

● DESPLACAMENTO



● BIODETERIORAÇÃO/MOFO BOLOR / SUJIDADES

● OXIDAÇÃO/CORROSÃO

● DESPLACAMENTO

SANTA RITA	
PATOLOGIA	QUANTIDADE (m ²)
OXIDAÇÃO/CORROSÃO(m ²)	10,2
FISSURAS, RACHADURAS, TRINCAS (m ²)	14,6
MOFO, BOLOR E SUJIDADE (m ²)	1250
DESCOLAMENTO OU DESTACAMENTO DE REVESTIMENTO(M ²)	95
EFLORESCÊNCIA(m ²)	2,5
TOTAL	1372,3

Barroso, ou seja, 70% das fissuras, rachaduras e trincas no Santa Rita resultam em oxidação da armadura.

Ao final, pode-se contabilizar que a manifestação patológica de maior incidência no edifício é também: mofo, bolor e sujidade. A edificação apresenta uma área de abrangência de cerca de 1.250 metros quadrados, quando contabilizadas as quatro fachadas. Em segundo lugar, com uma abrangência de 95 metros quadrados de área total das fachadas, identifica-se o descolamento ou destacamento de revestimento, seguido por fissuras, rachaduras e trincas, e por fim, oxidação/corrosão.

ESTUDO DE CASO 03 - EDF. ALMIRANTE BARROSO/MARCÍLIO DIAS 1967

Ao de realizar a pesquisa de campo do edifício Almirante Barroso/Marcilio Dias, chegou-se aos resultados da tabela a seguir. Nas fachadas do edifício Almirante Barroso/Marcelo Dias, foi observado, com exceção da fachada recoberta de azulejos, a forte presença de mofo, bolor, sujidades, algo que indica a ausência de manutenções prediais e limpezas de higienização, assim como a proximidade do edifício com o Rio Capibaribe (195,4 metros). Uma outra observação, foi a grande presença da manifestação patológica: deslocamento e descolamento do revestimento.

Do mesmo modo que se constatou manchas de eflorescência provocadas pelas invasões de fatores externos como as águas pluviais e umidade, que invadem as aberturas nomeadas: trincas, fissuras e rachaduras ocasionadas pelo recalque da edificação na sua junta do meio. Tendo por consequência

final, em algumas áreas o deslocamento e descolamento do revestimento, chegando a deixar a ferragem estrutural exposta.

Ao final, pode-se contabilizar que a manifestação patológica de maior incidência no edifício é, assim como nos outros dois estudos de caso apresentados: mofo, bolor e sujidade, a edificação apresenta uma área de abrangência de cerca de 1.352 metros quadrados, quando contabilizadas as quatro fachadas. Em segundo lugar, com uma abrangência de 9,5 metros quadrados de área total das fachadas, ficaram as fissuras, rachaduras e trincas, seguidas por 4,1 metros quadrados de oxidação e corrosão, e por fim, 3,6 metros quadrados de eflorescência.

ANÁLISE GERAL

É notório que os 3 edifícios possuem uma grande quantidade de manifestações patológicas presentes em suas fachadas. Todos os edifícios estão situados na classe III- forte de agressividade de acordo com a NBR 6118, além de não terem sido alvo de nenhuma manutenção de fachadas recentemente, todos possuem uso impróprio das fachadas (presenças de condensadoras não suportadas pelo projeto e 'puxadinhos').

Todas essas características contribuem para o desenvolvimento de manifestações patológicas. Foi observado também que a maior parte dos mofos/ bolores e sujidade (patologias mais presentes nas edificações) são concentrados nas faces dos edifícios que são revestidos por pó de pedra (Pirapama e o Almirante Barroso/Marcilio Dias), o que leva à conclusão que esse tipo de revestimento é mais propício ao surgi-



● BIODETERIORAÇÃO/MOFO BOLOR / SUJIDADES
 ● OXIDAÇÃO/CORROSÃO
 ● DESPLACAMENTO

ALMIRANTE BARROSO/ MARCÍLIO DIAS	
PATOLOGIA	QUANTIDADE (m ²)
OXIDAÇÃO/CORROSÃO(m ²)	4,1
FISSURAS, RACHADURAS, TRINCAS (m ²)	9,1
MOFO, BOLOR E SUJIDADE (m ²)	1352
DESCOLAMENTO OU DESTACAMENTO DE REVESTIMENTO(m ²)	5,4
EFLORESCÊNCIA(m ²)	3,6
TOTAL	1374,2

CARACTERÍSTICAS	EDIFÍCIO		
	PIRAPAMA	SANTA RITA	ALMIRANTE BARROSO/ MARCÍLIO DIAS
ANO	1956	1962	1967
DISTÂNCIA DO RIO	262,22m	99,94m	195,4m
AGRESSIVIDADE	III	III	III
ÁREA TOTAL DAS 4 FACHADAS	10296m ²	4724m ²	8536m ²
ÁREA TOTAL DAS MANIFESTAÇÕES PATOLÓGICAS	Oxidação/ Corrosão: 16,3 m Fissuras/ Rachaduras/ Trincas: 31,5 m Mofo/ Bolor/ Sujidade: 1600m ² Descolamento/ Deslocamento de revestimento: 98m ² Efflorescência: 0	Oxidação/ Corrosão: 10,2m Fissuras/ Rachaduras/ Trincas: 14,6m Mofo/ Bolor/ Sujidade: 1250m ² Descolamento/ Deslocamento de revestimento: 95m ² Efflorescência: 2,5m ²	Oxidação/ Corrosão: 4,1m Fissuras/ Rachaduras/ Trincas: 9,1 Mofo/ Bolor/ Sujidade: 1352m ² Descolamento/ Deslocamento de revestimento: 5,4m ² Efflorescência: 3,6m ²
SOMA TOTAL DAS MANIFESTAÇÕES PATOLÓGICAS (M²)	1745,8 m²	1372,3 m²	1374,2 m²

Manifestações patológicas no Edifício Almirante Barroso/Marcílio Dias 1967 e Análise Geral. Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

mento de manifestação patológicas, enquanto que as áreas revestidas por revestimento cerâmico são mais protegidas e tendem a resistir mais.

Todos os prédios apresentam-se em situação crítica, possuindo grande quantidade de rachaduras, armaduras expostas e corrosão do aço, manifestações patológicas que representam grande risco à saúde da edificação. Nesse raciocínio é cabível destacar as juntas estruturais encontradas nos edifícios Pirapama e Almirante Barroso/ Marcílio Dias, que se encontram em estado crítico, com armaduras expostas e em estado de corrosão, colocando em risco a vida de seus residentes.

Por fim, foram contabilizadas as manifestações patológicas das três edificações, e se chegou ao seguinte resultado: mofo, bolor e sujidade abrangendo uma área de 4.202 metros quadrados (contabilização das superfícies das três edificações), seguido por 198,4 metros quadrados de descolamento e/ou destacamento de revestimentos; em 55,2 metros quadrados de superfície, tem-se a presença de fissuras, rachaduras e trincas, seguido por 30,6 metros quadrados de oxidação/corrosão, e atingindo apenas 6,1 metros quadrados, ficou a eflorescência.

A Análise geral, evidencia que o edifício Pirapama, o mais velho de todos, é o mais afetado pelas manifestações patológicas, mas a agressividade é maior no edifício Santa Rita, que mesmo tendo maior parte de sua superfície recoberta de azulejos, apresenta forte presença de oxidação e corrosão.

No edifício Almirante Barroso, a mais jovem das edificações as manifestações patológicas se dão em

maior parte nas fachadas revestidas de pó de pedra, já nas fachadas revestidas de azulejos quase não se identifica: mofo, bolor e sujidade. Entretanto, observou-se que a zona de agressividade (Rio Capibaribe) influencia maleficamente todas as edificações preponderantemente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visando contribuir com uma ferramenta de análise de manifestações patológicas em fachadas, este trabalho abordou a ocorrência e a origem de manifestações patológicas em fachadas de três edifícios “modernos” do bairro da Boa Vista da cidade do Recife-PE. Foi apresentado um método considerado prático de estudo de identificação de manifestações patológicas em fachadas de edifícios. Esse funciona através da captura de imagens das fachadas por meio de câmeras para o estudo das manifestações e suas áreas de influência.

O cumprimento do objetivo principal deste trabalho - a identificação das manifestações patológicas e suas origens. A realização da captação de dados em campo, foi feito por câmera como uma possibilidade barata e de fácil acesso para se mapear as principais áreas afetadas por manifestações, a metodologia peca um pouco no recolhimento de quantitativos, já que as áreas em sua maioria não são calculadas e sim estimadas.

Por isso a metodologia proposta se adapta muito bem para estudos preliminares, identificando e localizando com precisão as principais áreas a serem estudadas - possibilita que a administração dos condomínios tome as medidas adequadas para a correção dos proble-

mas e adote procedimentos profiláticos. Tomando-se como referência as normas vigentes, conclui-se que, em geral, a qualidade das fachadas dos edifícios está muito inferior ao limite mínimo de desempenho.

As etapas responsáveis pelo surgimento da maior parte das manifestações patológicas são de responsabilidade da ausência de manutenção do condomínio. A adoção de um manual de utilização e operação das edificações são medidas que certamente contribuirão eficazmente para a melhoria do desempenho das fachadas. Foi identificado que as manifestações patológicas com maior incidência nas fachadas foram: mofo, bolor, sujidade, trincas, fissuras, rachaduras, oxidações e corrosões, eflorescência, deslocamento e descolamento de revestimentos. As etapas responsáveis pelo surgimento da maior parte das manifestações patológicas são de responsabilidade da ausência de manutenção do condomínio. A adoção de um manual de utilização e operação das edificações são medidas que certamente contribuirão eficazmente para a melhoria do desempenho das fachadas.

Baseado nos resultados obtidos pode-se afirmar que o gasto futuro será elevado para que a vida útil das edificações que foram estudadas seja recuperada. A expectativa com este trabalho, é conscientizar a população da necessidade de reparos urgentes para que novas intervenções, mais custosas, não sejam necessárias. Espera-se com este trabalho engrandecer possíveis futuros estudos, e pesquisas na área de manifestações patológicas, sugerindo novas ferramentas de captação analítica, assim como, alertar a emergência de reparos urgentes nas fachadas de edificações com valores históricos e sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARASEK, H. *Aderência de argamassas à base de cimento Portland a substratos porosos: avaliação dos fatores intervenientes e contribuição ao estudo do mecanismo de ligação*. 1996. 285p. Tese de doutorado - Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

LICHTENSTEIN, N. B. *Patologia das Construções: Procedimentos para Diagnóstico e Recuperação*. In: Boletim Técnico da Escola Politécnica da USP - Departamento de Engenharia de Construção Civil. Boletim técnico. São Paulo, 1986.

NEPOMUCENO, A. A.; CLÍMACO, J. C. T. S. *Metodologia GDE/UnB - Classificação de danos e avaliação da deterioração de estruturas de concreto*. Brasília, Agosto de 2009.

OLIVEIRA, A ; GRAÇAS, G.; LOPES, L.; REZENDE, P. *Inspeção de Manifestações Patológicas em fachadas utilizando aeronaves remotamente pilotadas*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Civil) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2020.

SABBATINI, F. H. e BARROS, M. M. S. B. *Produção de revestimentos cerâmicos para paredes de vedação em alvenaria: diretrizes básicas*, 2001.

SILVA, G. G. *Delfim Amorim Arquiteto*. Recife: Instituto dos Arquitetos do Brasil/ Departamento Pernambuco (IAB-PE), 1981. 191p.

PRAÇA DA COSTA E SILVA:

O PROBLEMA DE CONSERVAÇÃO DO JARDIM MODERNO DE BURLE MARX NA CIDADE DE TERESINA/PI

ARRAIS, Emanuelle de Aragão

Arquiteta e Urbanista, especialista em Ferramentas e Processos em BIM. Discente do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia. Pesquisadora no Grupo Esquina - Grupo de Estudos em Morfologia Urbana e Paisagem Contemporânea.

COCOZZA, Glauco de Paula

Professor da Faculdade e do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia. Pós-Doutorado pela Universidade de Zaragoza. Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela FAUUSP. Coordenador do Grupo Esquina - Grupo de Estudos em Morfologia Urbana e Paisagem Contemporânea.

INTRODUÇÃO

Jardins são monumentos históricos em constante evolução, fato que os diferem substancialmente dos bens arquitetônicos e os inserem nas metodologias de interpretação e salvaguarda das paisagens culturais.

O jardim é uma forma de ordenamento do território que acompanha o homem há tempos imemoriais. Segundo Castel-Branco (1994), os jardins são uma forma de expressão do entendimento humano da natureza, com investimento na recriação do sonho do microcosmo perfeito. Com o jardim, o homem inventou uma construção a céu aberto, composto por elementos inertes e vivos, o espaço ideal reinventado.

A preservação dos jardins históricos, ou jardins de interesse histórico, justifica-se de acordo com preceitos baseados em sua importância histórica e artística, ou seja, em sua significação cultural, que contribui para o fortalecimento da memória e da identidade de uma sociedade, bem como na leitura e na qualificação da cidade. Para ser considerado como herança cultural ele deve seguir a regra gramatical da arte, quer seja projetado por leigos ou por profissionais.

O jardim histórico destaca-se, entre as demais categorias do patrimônio cultural, por apresentar laços em comum com o patrimônio natural e por sua estreita ligação com a qualidade de vida na cidade. Dentro da história da ideologia da preservação, a definição de diretrizes distintas para a conservação

e restauração de jardins data do final da década de 1970. Muitos exemplares de jardins que se encontravam na malha urbana foram perdidos ou depredados, seja por interesses políticos e especulativos ou por desconhecimento de seus administradores e do próprio público.

No passado a noção de Patrimônio Cultural se restringia somente aos monumentos edificados, mas a partir da segunda metade do século XX começam a se esboçar debates em relação à salvaguarda das paisagens silvestres, dos sítios e monumentos naturais (hortos, jardins, passeios, entorno das edificações e espaços verdes de centros históricos).

No município de Teresina são encontrados três exemplos de projetos do renomado e reconhecido paisagista Roberto Burle Marx: os jardins do Palácio do Karnak (sede do Governo Estadual), exemplo de espaço semipúblico; os jardins do Hotel Blue Tree Towers, espaço privado e a Praça Monumento da Costa e Silva, exemplo de espaço público.

O objetivo geral deste trabalho foi identificar as mudanças ocorridas no projeto original de Burle Marx para a Praça Monumento Da Costa e Silva em relação ao traçado, por causa da sua falta de preservação e de tombamento. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica; sobre aspectos ligados à preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural, com ênfase em jardins históricos.

JARDIM, UMA CRIAÇÃO DINÂMICA E COMPLEXA

El Jardín (...) Nunca es estático, su incesante metamorfosis nos acompaña en los infinitos ciclos de la vida. La misma esencia del material vegetal radica en su versatilidad y cambio. Arte temporal por antonomasia, crea situaciones en continuo cambio. Se modifica a la naturaleza dándole el sentido y el orden necesarios para una sociedad y una circunstancia, pero esa modificación siempre será parcial porque en el arte del jardín lo que se impone es la naturaleza con su orden inmanente. Los jardines son irrepetibles en exactas situaciones por depender de los ciclos naturales. Crecen, maduran y mueren a la par del hombre. Diante das palavras citadas acima da historiadora Sonia Berjman, especialista em jardins históricos, fica claro que um jardim é dinâmico e complexo. Dentre todas as suas características a que se evidencia é a delicadeza inerente ao seu material, o vegetal, desta forma podemos dizer que um jardim se trata de um patrimônio frágil (BERJMAN, 2001).

Diante das palavras citadas acima da historiadora Sonia Berjman, especialista em jardins históricos, fica claro que um jardim é dinâmico e complexo. Dentre todas as suas características a que se evidencia é a delicadeza inerente ao seu material, o vegetal, desta forma podemos dizer que um jardim se trata de um patrimônio frágil.

Constituídos de materiais vivos, os jardins são criados para o futuro. De acordo com a paisagista Carmen Añón Feliú “o artista criou o jardim em determinada época, que foi depois mudado e transformado. Uma ação que converte o tempo em elemento criativo” (AÑÓN-FELIÚ, 1994), o que significa dizer que “pela manhã são de um modo e pela tarde de outro; de um modo no verão e de outro no inverno... e

amanhã ou dentro de 5 meses? Não sabemos” (BERJMAN, 2001). Tais características tornam o jardim uma arte complexa e entendê-las é de fundamental importância para ações de conservação. Por tudo isso, considera-se que o jardim é “obra de arte + ciência + técnica. Mas o natural não se esgota no verde. Inclui também relações e significados que fazem a essência do ser humano” (BERJMAN, 2001).

Pelas características acima citadas que o jardim histórico é considerado pela Carta de Florença:

uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta um interesse público. Como tal é considerado um monumento. O jardim histórico é uma composição de arquitetura cujo material é essencialmente vegetal e, por isso, vivo, perecível e renovável (1981, Arts. 1 e 2).

O passar do tempo não é, para o jardim, uma degradação, mas um processo normal e, sua ocorrência se revela na dinâmica própria de sua evolução (LEENHARDT, 2008), uma vez que, o jardim difere da arquitetura, pois, não é uma obra acabada. Mesmo os elementos físicos, como o seu solo/subsolo e hidrografia, também passam por mudanças graduais relacionadas ao ciclo de evolução.

O jardim como vimos nunca é estático e está em constante modificação porque a natureza se impõe com sua ordem. Por se tratar de seres vivos, os jardins, foram projetados e construídos como propostas para o futuro e desta forma, essa obra de arte só se materializa por meio das ciências que tratam da vegetação e de seu desenvolvimento, seja

a botânica, a ciência do solo e do meio ambiente, contudo, para que isso se concretize os profissionais habilitados nas técnicas de conservação precisam possuir um conhecimento multidisciplinar.

Conquistado o reconhecimento de ser uma arte autônoma, é na sua vinculação com a edificação e com a cidade que o jardim como obra de arte consolida suas qualidades estéticas e seu valor de existência. Este vínculo cultura/natureza, cidade/jardim, subtrai da compreensão de jardim a ideia de mimese da natureza, porque o situa no espaço das relações com a arte de cada época (SÁ CARNEIRO *et al.*, 2012).

Entendido como objeto cultural, o jardim também constitui um arquivo vivo que garante a permanência de construções materiais e vegetais (GARCIA, 2002). Segundo esse entendimento e uma vez identificadas as características artísticas, históricas e culturais, o jardim adquire a conotação de bem cultural, e, posteriormente, identificados os valores patrimoniais passa a ser jardim histórico, um monumento, como especificado na Carta de Florença de 1981 e na Carta de Juiz de Fora de 2010.

O sentido de monumento conferido ao jardim foi sugerido inicialmente durante a reunião de trabalho em Brügge, em 1971, por Jacques Reybroeck, então diretor da Administração do Patrimônio da Comunidade Francesa na Bélgica, de modo a garantir que o jardim histórico se beneficiasse das mesmas leis de proteção dos monumentos (LUMMEM, 2001).

O monumento é considerado por Françoise Choay como *“tudo aquilo que foi edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças”* (CHOAY, 2006).

Para Alois Riegl, o monumento é uma criação deliberada cuja destinação foi pensada a priori, de forma imediata enquanto o monumento histórico não é, desde o princípio, desejado e criado como tal; ele é construído a posteriori, pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte que o selecionam na massa dos edifícios existentes, dentre os quais os monumentos representam apenas uma pequena parte (RIEGL, 2006).

Diante do que foi elucidado e discutido podemos afirmar que dentre as definições de jardim histórico, a elaborada pelo arquiteto austríaco Géza Hajos em ‘Jardines históricos y paisajes culturales: conexiones y límites’, onde tece críticas sobre a Carta de Florença parece apropriada, para o referido autor, *“jardim histórico é um monumento, uma obra criada com construção e material vegetal, é uma concentração artificial e artística de uma paisagem cultural”* (2001).

A categoria de jardim histórico se fortalece ainda mais com a introdução do conceito de paisagem cultural no âmbito do patrimônio histórico-cultural na reunião do Comitê de Patrimônio Mundial da UNESCO em 1992. No referido documento, o jardim está na categoria de paisagens culturais criadas, intencionalmente, pelo homem. Com essa categoria de patrimônio cultural, os jardins históricos parecem ter encontrado maior respaldo para sua preservação

diante do crescimento e adensamento acelerado das cidades (SÁ CARNEIRO *et al.*, 2012).

O termo preservação engloba todas as ações que visam a salvaguardar bens culturais identificados, classificados ou protegidos. Segundo a Carta de Nairóbi (1976), a preservação deve significar a identificação, proteção, conservação, restauração, renovação, manutenção e revitalização, ou seja, todas as operações necessárias à defesa e salvaguarda de um bem.

PRESERVAÇÃO E INTERVENÇÃO EM JARDIM HISTÓRICO

Os jardins históricos conduzem os visitantes a novas atitudes e ao vislumbre de realidades até o momento, desconhecidas. Para Delphim:

Os jardins históricos são o mais rico exemplo de testemunho da relação entre a cultura e a natureza, testemunho que se preserva no caráter das intervenções realizadas no local e no estado de espírito dos que dele usufruem (DELPHIM, 2005).

De acordo com Conselho Internacional de Monumentos e Sítios/ICOMOS:

Um jardim histórico é uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta um interesse público. Como tal é considerado um monumento (Carta de Florença, Art.01, ICOMOS/IFLA, 1981).

A preservação de jardins históricos é justificada por sua importância histórica e artística, por sua signi-

ficação cultural, a qual contribui para fortalecer a memória e a identidade de uma sociedade, tanto na leitura quanto na qualificação da cidade (ANDRADE, 2009).

A Carta de Florença menciona, ainda, que:

Um sítio histórico é uma paisagem definida, evocadora de um fato memorável: lugar de um acontecimento histórico maior, origem de um mito ilustre ou de um combate épico, assunto de um quadro célebre etc. (Carta de Florença, Art.08, ICOMOS/IFLA, 1981).

Apesar de encarado como artefato humano destinado ao prazer e à contemplação, o jardim público desempenha também a função de testemunho dos códigos de conduta de uma determinada época. Conhecer a maneira que uma sociedade se apropriou do espaço livre urbano revela aspectos de sua história como valores, costumes, instrumentos de política além da percepção da própria cidade. Desse modo, o jardim histórico é aquele que pertence ao passado, recente ou não (ANDRADE, 2009).

Também sob o ponto de vista do mesmo autor, o jardim histórico destaca-se das demais categorias de patrimônio ambiental urbano, por apresentar laços comuns com o patrimônio natural e com a qualidade de vida na cidade. Sua degradação representa perdas à qualidade ambiental da malha urbana, lacunas em nosso passado histórico e o comprometimento de nossa herança patrimonial.

A composição projetual do jardim engloba os diferentes perfis do seu terreno, suas massas vegetais-

-essências, volumes, cores, espaçamentos e alturas, seus elementos construídos ou decorativos e as águas moventes ou dormentes (CURY, 2000).

A definição de diretrizes para conservação e restauração dos jardins históricos data do final da década de 1970. Até esse momento, muitos jardins foram perdidos ou depredados, tanto por interesses políticos e especulativos quanto por desconhecimento por parte de sua administração e do próprio público. A depredação ocasionou também a descontextualização desses jardins já que sua relação com o entorno era ignorada (ANDRADE, 2009).

Somente em 1981, por meio do Comitê Internacional de Jardins Históricos e do International Committee on Monuments and Sites/International Federation of Landscape Architects - ICOMOS/IFLA, foi elaborada uma carta referente à proteção dos jardins históricos, a Carta de Florença. Baseada nos princípios da Carta de Veneza, ela estabelece regras para orientar qualquer ação proposta para um jardim histórico, permitindo que a preservação desses bens se faça de forma mais sistematizada (DELPHIM, 2005).

Somente a partir dessa adoção pelo ICOMOS que a maioria dos países incluiu os jardins de interesse histórico nas suas legislações de proteção. No entanto, medidas concretas ou estudos de preservação e conservação não foram imediatamente adotadas. Em 2005, o ICOMOS reformulou seus comitês científicos e determinou que o Comitê Internacional de Jardins Históricos e Sítios passasse a ser denominado Comitê Científico de Paisagens Culturais, com uma linha de atuação que englobasse além

dos jardins históricos, todas as paisagens culturais (ANDRADE, 2009).

Segundo Andrade (2009) as paisagens com funções ecológicas como os Parques Nacionais são protegidas pelas legislações de conservação da natureza, sob a atribuição de órgãos ambientais. No Brasil, o órgão responsável é o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA). As paisagens de valor histórico e cultural como os jardins, quando reconhecidas por seu valor patrimonial, seguem a legislação adotada na proteção de outros bens imóveis patrimoniais.

OBSTÁCULOS A SEREM SUPERADOS NA INTERVENÇÃO

Intervir em jardins históricos é atribuição exclusivamente aos arquitetos urbanistas, conforme os termos da Decisão Normativa do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura – CONFEA, número 80, de 25 de maio de 2007. Infelizmente, este tema praticamente não é abordado nas aulas de paisagismo dos cursos de arquitetura, nem mesmo de forma superficial.

Mesmo alguns cursos de pós-graduação em restauro passam ao largo deste tema, sem incluí-lo em sua grade curricular, mesmo que em forma de palestra, como se fosse totalmente dispensável. E isso faz com que a maioria dos profissionais que atuam nos jardins históricos o faça como autodidatas ou, não raro, como meros aventureiros.

O referencial teórico sobre jardins históricos praticamente não existe no Brasil, havendo apenas o manual

intitulado “Intervenções em Jardins Históricos” (DELPHIM, 2005), de autoria do arquiteto da paisagem Carlos Fernando de Moura Delphim, coordenador da Área de Patrimônio Natural e Paisagem Cultural do Iphan. Editado pelo Iphan em 2005, este manual é a Obra de Referência sobre o tema no Brasil e sua leitura é indispensável para aqueles que desejam se aprofundarem no assunto.

As intervenções em Jardins Históricos não devem competir com os bens protegidos e sim colaborar para sua valorização. Sempre que possível, devem ser reversíveis, considerando que esta reversão cause o mínimo possível de danos ao sítio. A visibilidade do conjunto ou de suas partes não pode ser prejudicada, devendo-se deixar livres os eixos visuais necessários à contemplação dos elementos de valor (IPHAN, 1999).

Delphim (2005) ainda cita que essas intervenções propostas não podem afetar a integridade e a autenticidade dos jardins. São as intervenções que devem se adaptar às restrições impostas pela excepcionalidade e fragilidade dos bens protegidos. Estas podem se integrar ou contrastar com o conjunto natural e seus elementos. Quando visar promover a integração, deve-se adotar técnicas e materiais locais e regionais e evitar simulações de um passado fictício, chamadas como falso-histórico. Na busca do contraste, a contemporaneidade da intervenção deve ficar evidente.

De acordo com Delphim (2005), os sítios naturais protegidos, as operações de manutenção e conservação tem prioridade sobre as de restauração, e estas, sobre as de inovação, que nunca devem expor o bem a impactos negativos, danos, riscos ou ame-

ças a seus valores culturais. Comumente ocorrem intervenções equivocadas, que causam graves danos ao ambiente dos jardins. Um exemplo é a tendência de remoção de muros originais, substituindo-os por grades. Alterações como essa podem degradar e alterar a função e ambiência do sítio. O jardim, que, etimologicamente, significa “local fechado e reservado a situações especiais”, deve ser contemplado como local de introspecção e de íntima relação do visitante com o sítio, o que o distingue dos parques e praças, com configurações abertas.

Em cidades movimentadas, a derrubada dos muros com o intuito de permitir aos passantes com veículos a contemplação do interior dos jardins, traz para dentro deles aquilo que o autêntico apreciador dos jardins foge ao procurá-los.

Da mesma maneira que as paredes das edificações históricas não são derrubadas para permitir aos passantes sua contemplação sem adentrar no seu interior, não há necessidade de desconsiderar o valor monumental dos jardins históricos, fazendo a substituição dos muros por grade, transformando o ambiente calmo em confusão e perturbação urbana. Essa substituição afeta tudo que se pretende preservar, como a flora e fauna, o meio físico, o microclima, as condições de circulação do ar, a temperatura e a fruição do usuário (DELPHIM, 2005).

PRAÇA MONUMENTO DA COSTA E SILVA

A ideia para o projeto da Praça Monumento Da Costa e Silva (Figura da página 283) surgiu em pleno “milagre econômico brasileiro”, na década



Google Earth, modificado pela autora, 2022.

■ PRAÇA DA COSTA E SILVA:

O problema de conservação do jardim moderno de Burle Marx na cidade de Teresina (PI)





Casas de taipa ao redor da Lagoa da Palha de Arroz. Fonte: Teresina Antiga, 2017.

de 1970 (Figura da página 284), ainda na ditadura militar, época de grandes construções no Estado do Piauí, beneficiado com o bom momento econômico do País.

Nesse período, foram desenvolvidos diversos projetos para a cidade, capazes de mexer com a autoestima do povo. Segundo Santos e Kruehl (2009), nesse período, foram realizadas várias obras de grande porte, como a construção do Centro Administrativo, do Centro de Convenções, do Ginásio de Esportes Dirceu Arcoverde, o “Verdão”, do Parque de Exposições Agropecuárias e do Hospital da Polícia Militar, além da abertura de grandes avenidas.

O governador do Piauí, Dirceu Arcoverde (1974-1978), convidou o arquiteto Acácio Gil Borsó e o paisagista Roberto Burle Marx para projetarem uma praça monumento, com a intenção de homenagear Antônio Francisco da Costa e Silva, um dos mais famosos poetas do Piauí, autor do hino do Piauí, nascido em 1885, na cidade de Amarante, também banhada pelo rio Parnaíba.

Foi sugerido o terreno existente ao longo da Avenida Maranhão que situada às margens do Rio Parnaíba, acumulava água da lagoa existente no local (Figura da página 285), não a deixando escoar. Dessa forma, o então Secretário de Obras na época, Carlos Burlamarqui, propôs a construção de uma praça no local, para solucionar o problema.

O local não poderia ter sido melhor para a construção desse espaço, que tinha como objetivo ser um monumento e homenagear ao poeta que sempre

ressaltava o rio Parnaíba em seus poemas. Na visão de Matos *et al.* (2007, p. 7), esse espaço não se tratava apenas de mais uma área livre, mas sim de:

uma grandiosa referência cultural da cidade, uma homenagem às águas, representada pelas fontes, pelos espelhos d’água, pela cascata [...], que espelhavam a beleza, a leveza e a ternura dos poemas do poeta maior das águas do Parnaíba.

A praça está localizada no bairro Centro, entre as ruas João Cabral e Santa Luzia, e Avenidas José dos Santos e Silva e Maranhão, em terreno de forma trapezoidal. Trata-se de um terreno com desnível, onde a parte mais alta corresponde à parte mais larga, na lateral sul, que foi aproveitada para implantação do monumento, com a cascata. O entorno do terreno era constituído basicamente por residências, destacando-se, ainda, na lateral sul, o Edifício da Eletrobrás e, no lado oeste, o rio Parnaíba, elemento bastante presente na paisagem.

Voltado para o rio Parnaíba, o espaço foi projetado com extensas áreas de saibro, revestidas de grama ou pedra, propícias para circulação, brincadeiras das crianças e passeios de bicicleta. No projeto (Figura da página 287) se destaca o grande círculo, no lado esquerdo da praça, que tem uma versão moderna do coreto tradicional, também circular, circundado por bancos e o grande espelho d’água no centro da praça. No projeto original, os bancos foram agrupados em quatro locais da praça, três deles estão localizados na calçada voltada para o rio e sombreados por grupos de árvores.



A praça tem uma parte mais elevada, do lado direito, que foi aproveitado para a implantação da cascata, que forma o espelho d'água (Figura da página 290), de linhas retas e irregulares. Por meio de passeios, caminhava-se sobre ele, onde também estavam inseridas estruturas de ferro com a função de apoio para trepadeiras.

O memorial em homenagem ao poeta foi idealizado pelo arquiteto Acácio Gil Borsói (Figura da página 290), composto de estrutura de concreto aparente, em balanço, por onde corria a água que alimentava o espelho d'água, formado por linhas retas e irregulares, conforme croqui do arquiteto, datado de junho de 1975.

Abaixo da marquise, foi colocada uma placa de concreto no piso, contendo resumo da biografia de Da Costa e Silva e painéis de acrílico nas paredes, com trechos de suas poesias. Nos painéis estavam gravados trechos de seus poemas, como "Madrigal de um louco", "Saudade", "A queimada", "A enchente", "A derrubada", "A moenda", "Amarante", "A cantiga", "A balsa", "O aboio", "Elêusis" e "Sob outros céus" (DEZ..., 1977).

Em 1993, para combater a ação de vândalos, que danificaram as placas de acrílico, foi feita a substituição por placas de aço escovado, mas que também foram roubadas, restando hoje no local apenas a placa de concreto.

Segundo Silva (2005, p. 182), em seus projetos, Burlle Marx buscava "*criar em cada jardim um motivo diferente relacionado à paisagem*", seguindo três

princípios básicos em suas obras: a relação com o entorno, a hierarquia de caminhos e a presença de pontos focais.

Nesse projeto, percebe-se a presença desses princípios quando o paisagista aproveita o desnível do terreno para a implantação da cascata que desce pequena sobre o monumento e cresce no horizonte, uma referência ao rio Parnaíba. A hierarquia se faz presente, pois os caminhos são mais largos quanto mais próximos do coreto e do lago artificial (Figura da página 288), são esses dois pontos focais em lados opostos, não existindo, portanto, a intenção de concentrar os usuários em apenas um local.

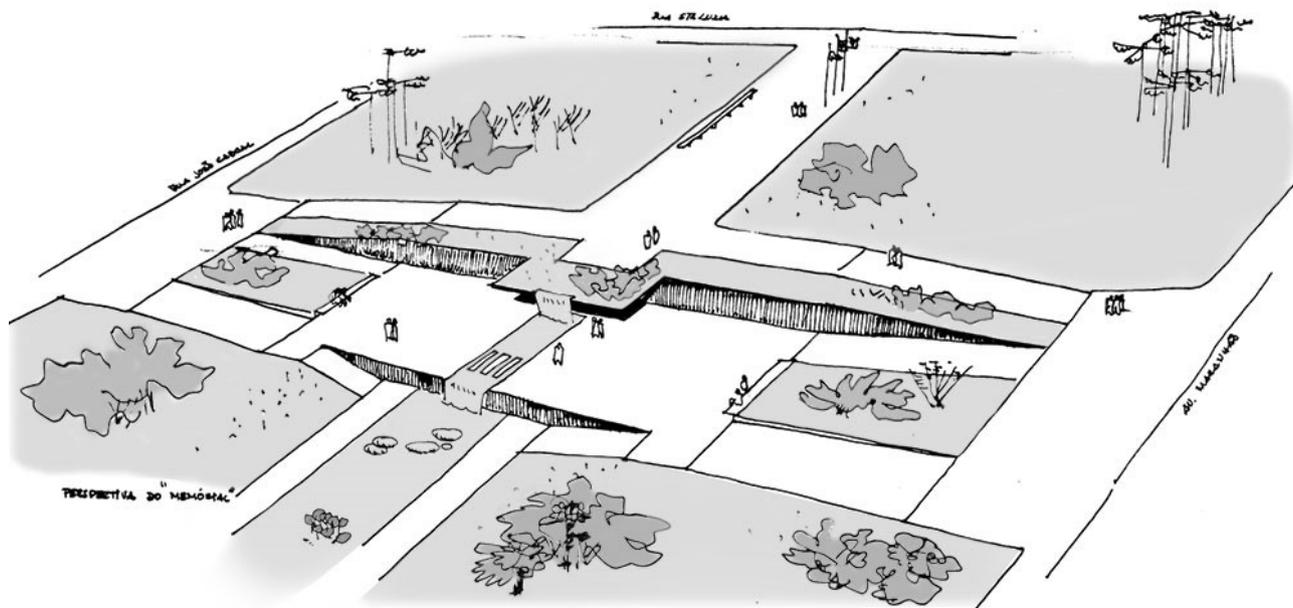
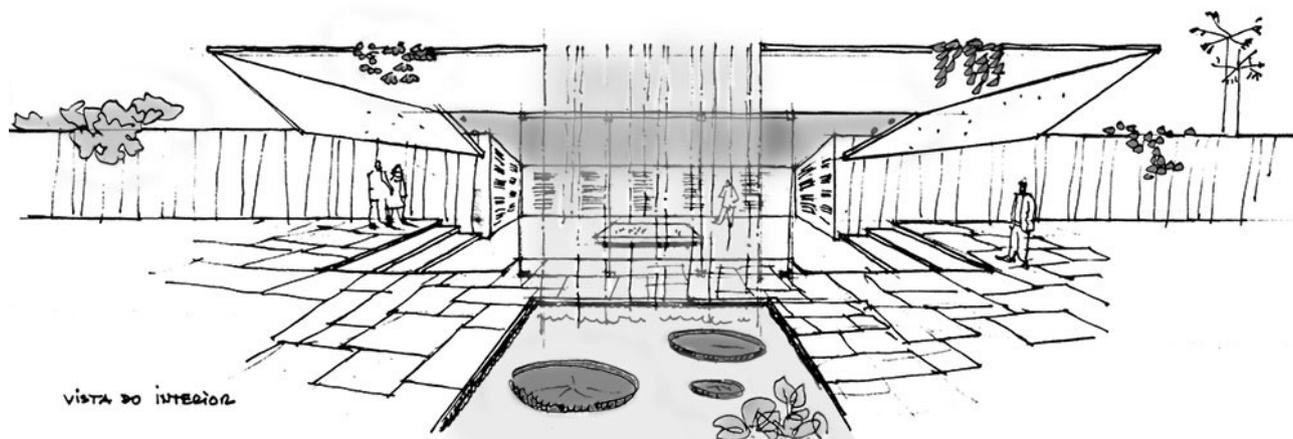
A intenção no projeto era possibilitar a interação e integração entre a praça e o rio. Nos dias atuais, já não existe integração nem mesmo a valorização visual do rio Parnaíba, pois o gradil existente no local e a Ponte José Sarney, construída em 2002, podem ser consideradas barreiras visuais (Figura da página 291).

O entorno da praça, inicialmente composto de residências, tornou-se basicamente comercial, com predomínio de lojas de venda a atacado, que não envolvem grande movimentação de pessoas. Além disso, a sociedade se modificou e foi perdido o costume da vivência nas calçadas. Dessa forma, as ruas próximas passam a maior parte do tempo vazias, favorecendo a presença de marginais, o que tornam o lugar inseguro.

Não há por parte dos moradores da região uma apropriação do espaço, propiciando o esvazia-

PRAÇA DA COSTA E SILVA:

O problema de conservação do jardim moderno de Burle Marx na cidade de Teresina (PI)





Acima, vista do coreto da praça, abaixo, vista das barreiras existentes. Fonte: Autora, 2022.

mento da área na maior parte do dia, tornando o lugar propício para marginais. Observa-se que o ambiente urbano criado pelas atividades no entorno da Praça Monumento não propicia usuários suficientes para que o local possa exercer, plenamente, sua função de espaço público, estabelecendo relações sociais e vínculos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença do jardim e da paisagem nas cartas patrimoniais e recomendações, assim como nas leis e decretos, revela acima de tudo uma conscientização (ainda que tardia) em relação à necessidade de se preservar determinados espaços livres e paisagens, seja em função de seu valor histórico e cultural, seja em função de seu valor estético, seja em função de sua beleza natural ou mesmo de aspectos ambientais.

Essa conscientização é o ponto de partida ou o primeiro passo no sentido de sua valorização e preservação, como herança, para as gerações futuras. O que se percebe, entretanto, é que em alguns países, como o Brasil, faltam medidas mais contundentes para garantir efetivamente essa preservação. Não basta a intenção de se preservar jardins históricos, paisagens naturais, paisagens culturais, sítios históricos ou parques nacionais, reservas e florestas, registrada em documentos relevantes de âmbito nacional ou internacional, sem medidas eficazes contra a deterioração, a degradação e a devastação.

Com a realização deste trabalho, demonstrou-se a importância do patrimônio cultural, representado pela paisagem e demais exemplos de interação

do homem com a natureza. O jardim moderno da Praça Monumento da Costa e Silva— objeto deste estudo - desconhecido pela maioria da população teresinense merece ser resgatado e preservado como patrimônio cultural da cidade.

Diante da emergente necessidade de ações para preservação patrimonial dos bens da sociedade, destaca-se em nosso meio, a urgência de uma intervenção nesses jardins. Faz-se necessário, portanto, políticas públicas visando a restauração, preservação e posterior manutenção destes jardins de vital importância para o patrimônio da cidade, para a perpetuação da história frente às gerações futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, I. E. *Dimensão ambiental do patrimônio verde público urbano: o impacto do entorno urbano nos jardins de interesse histórico*. São Paulo: USP, 2009. 284 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2009.

AÑÓN-FELIÚ, C. *Authenticité: Jardin et paysage*. Japon: UNESCO; ICCRON; ICOMOS, 1995.

BASTOS, C. de A. *Dicionário e geográfico do Estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

BERJMAN, S. El paisaje y el patrimonio. *Revista ICOMOS/UNESCO*, v. (s/v), n. (s/n), p. 1-11, 2001.

CARTA DE VENEZA (1964). In: CURY, I. (Brasil). Car-

tas Patrimoniais. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000. p. 91-96. Edições do Patrimônio.

CARTA DE FLORENÇA (1981). In: CURY, I. (Brasil). *Cartas Patrimoniais*. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000. p. 253-258. Edições do Patrimônio.

CARTA DE JUIZ DE FORA (2010). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro: IPHAN, 2010. Edições do Patrimônio.

CASTEL-BRANCO, C. *Os quatro rios do Paraíso*. Coautoria com Clara Pinto Correia e José Afonso Furtado Ed. D. Quixote, Lisboa, 1994.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade: Unesp, 2006.

CURY, I. (org.). *Cartas Patrimoniais-Edições do Patrimônio*. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

DELPHIM, C. F. de M. *Intervenções em jardins históricos: manual*. Brasília: IPHAN, 2005.

GARCÍA, R. R. Conceptos de conservación de paisajes y jardines. In: ONOFRE, S. A. *Diseño, planificación y conservación de paisajes y jardines*. Universidad Autónoma Metropolitana Azcapotzalco. Azcapotzalco. 2002.

HAIÓS, G. Jardines históricos y paisajes culturales: conexiones y límites. Teorías y experiencias en Austria. *Revista ICOMOS/UNESCO*, v. (s/v), n. (s/n), p. 1-9, 2001.

LEENHARDT, J. A exigência social de paisagem: reflexões a partir de Burle Marx. In: TERRA, C. e ANDRADE, R. *Paisagens Culturais: Contrastes Sul-Americanos*. Rio de Janeiro: EBA, 2008. p. 37-45.

RIEGL, A. *O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese*. Goiás: Editora da UCG, 2006.

SÁ CARNEIRO, A. R. e SILVA, J.M.; VERAS, L. M. S. C. e SILVA, A.F. The Complexity of Historic Garden Life Conservation. In: ZANCHETI, S. M. e SIMILÄ, K. (Org.). *Measuring Heritage Conservation Performance*. 1 ed. ROMA/RECIFE: ICCROM/CECI, 2012.

SANTOS, G. e KRUEL, K. *História do Piauí*. Teresina: Halley, 2009.

TITO FILHO, A. *Teresina meu amor*. 4. ed. Teresina: Comepi, 2002.

A SITUAÇÃO DA ARQUITETURA MODERNISTA EM SÃO LUÍS:

UMA ANÁLISE DO EDIFÍCIO SULACAP.

LONGHI, Luis Eduardo

Arquiteto e Urbanista - UEMA, Mestrando em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (UEMA), Esp. em Reabilitação Ambiental Sustentável (UNB), Professor Universitário na UNDB, Superintendente do Patrimônio Cultural do Estado do MA.

CARVALHO, Thais

Graduanda no curso de Arquitetura e Urbanismo da UNDB.

FIGUEIREDO, Maria Emanuelle

Graduanda no curso de Arquitetura e Urbanismo da UNDB.

INTRODUÇÃO

Com o surgimento das novas tecnologias, principalmente no ramo da engenharia e arquitetura, o movimento moderno toma forma no início do século XX, trazendo consigo algumas características e ideais marcantes a ponto de ainda se fazerem presentes nas legislações, bem como forma de projetar atuais, do século XXI. O uso de pilotis, planta livre, janelas em fita, as divisões de áreas baseado em sua utilização com o pensamento funcional de segregação de espaços, podem ser exemplos práticos do conceito citado.

Dentro desse contexto, o movimento modernista, por sua recente formação e história acabou se tornando algo cotidiano e muita das vezes é deixado de lado pela população quando relacionado a questões de preservação patrimonial, bem como de interesse social como obras a serem valorizadas pela sociedade em geral. A partir disso, esse artigo tem como objetivo geral analisar as condições de preservação da arquitetura Modernista de São Luís - MA, realizando um estudo do Edifício SULACAP, localizado no centro de São Luis, MA. Assim, se busca discutir as características gerais do movimento como forma de identificar quais elementos que se destacam no contexto da capital.

Para isso foi feito uma pesquisa, tendo como base o exemplo de uma edificação modernista com caso similar ao que ocorre no caso estudado, além da realização da coleta de dados teóricos sobre a conservação de edificações do estilo modernista, como forma de chegar ao desenvolvimento de propostas de intervenção que estivesse de acordo com o contexto histórico, político e socioeconômico de São Luís.

Considerando a importância mundial que o movimento modernista apresenta até a atualidade e as suas condições de preservação, principalmente dentro do contexto maranhense, tem-se como hipótese inicial que o atual estado dessas edificações esteja diretamente relacionado com a falta de conhecimento popular sobre o movimento fora do eixo das famosas obras de Oscar Niemeyer, que são reconhecidas a nível nacional e internacional.

Dessa forma, é válido ressaltar as diversas consequências desse fenômeno, com a degradação de importantes exemplares do movimento, que não receberam tal mérito, bem como a criação de leis que acabassem por descaracterizar os mesmos em prol de outras tipologias arquitetônicas.

Assim, considera-se a importância desse trabalho a necessidade de maior desenvolvimento de conteúdo teórico sobre o movimento modernista, em especial sobre seu contexto e características na capital maranhense, levando-se em conta a falta de trabalhos e conhecimento popular sobre o mesmo. Portanto, esse artigo tem uma função informacional e será de demasiada importância para o meio social e acadêmico.

A partir disso, esse trabalho foi desenvolvido através do método bibliográfico, ademais da visita a campo realizada para avaliação e registo fotográfico das atuais condições do Edifício SULACAP na Rua de Nazaré, em São Luís – MA.

CONTEXTO GERAL DO MOVIMENTO MODERNISTA

Durante o início do século XX, o mundo assistiu uma revolução no modo de viver, por consequência das revoluções socioculturais e tecnológicas que estavam ocorrendo (SOUSA, 2008). No âmbito da arquitetura e urbanismo, a descoberta de técnicas construtivas e materiais, como o concreto armado, modificaram o contexto da construção civil, permitindo o surgimento de grandes obras nunca desenvolvidas, dando início ao período conhecido como Moderno.

Assim, o movimento moderno começa a se expandir mundialmente, trazendo nomes famosos como Mies Van Der Rohe, com a Residência Farnsworth, e Le Corbusier, o arquiteto que ajudou o movimento e deu origem à suas características gerais com o uso de pilotis, fachada livre, janela em fita, terraço-jardim e planta livre, que foram possibilitadas pelas novas descobertas realizadas no início do século.

A incorporação das novas tecnologias também foi um importante capítulo nesta pretendida “reforma”, pois forneceu o vocabulário formal da nascente expressão arquitetônica. Assim, a arquitetura moderna irá primar pela inovação e tecnologia dos materiais, extraindo deles formas e volumes diferenciados, rejeitando a ornamentação excessiva dos estilos passados e enfatizando uma beleza simples e funcional, evidenciando a natureza dos materiais e os processos de construção. Alguns slogans criados nesse período, apesar de confrontados posteriormente, irão sintetizar o ideário moderno inicial (BENEVOLO, 1989), como “Menos é mais” do arquiteto Mies Van der Rohe, “A forma segue a função”, do proto-moderno Louis Sullivan e “A casa é uma máquina de morar” de Le Corbusier. (SOUSA, 2008, p.18)

De acordo com o Benevolo (1998), no Brasil, as marcas de Le Corbusier foram registradas através do arquiteto Oscar Niemeyer, que trabalhou ao lado do suíço e teve como inspiração em seus projetos as características da arquitetura corbusierana, utilizando traços como os pilotis e a janela em fita.

Porém, o brasileiro sempre apresentou seu estilo de forma singular dentro dos projetos desenvolvidos, com o uso de formas geométricas angulares associadas com elementos orgânicos e naturais, como os espelhos d’água e jardins comumente encontrados em suas obras, que trazem uma sofisticação especial ao arquiteto, como mostrado na imagem abaixo, que colocou o Brasil no mapa da arquitetura modernista em escala mundial.

Sobre o contexto de instalação do movimento modernista no Brasil e o que ele representou para a sociedade brasileira Sousa (2008) comenta:

Apesar disso, a cena arquitetônica brasileira, continuava marcada pela pluralidade de estilos, e o ecletismo; o neocolonial; o art déco e o racionalismo clássico tentavam, cada qual ao seu modo, apontar os caminhos para a arquitetura numa era de rápida modernização técnica, social e urbanística; e apresentar soluções para o dilema existente entre a importância das tradições que balizavam o exercício da arquitetura; e a influência das tendências modernas trazidas pelas vanguardas europeias. [...] A arquitetura moderna passa a ser símbolo do progresso, da industrialização e da identidade do Brasil como uma nação em desenvolvimento, sendo então utilizada como forma de expressão dominante nas construções que deveriam representar o Estado. (SOUSA, 2008, p. 21 e 23).



Palácio do Planalto. Fonte: Jornal da Record.

Essa frente de modernização se espalha por todo território nacional, através do desejo de exprimir a inovação, tanto pelo lado governamental quanto pela elite do período. Obras brasileiras ganharam grande prestígio e destaque internacional, em especial as obras de Oscar Niemeyer.

Entretanto, o modernismo se faz presente em todos os estados brasileiros com edificações a serem lembradas por futuras gerações, como o Museu de Arte de São Paulo, projetado por Lina Bo Bardi, o Palácio Capanema no Rio de Janeiro, a Residência Serafim Amorim e a Casa Modernista, em Pernambuco, que são apenas alguns exemplos dentro da gama de obras que foram construídas nesse período.

Em contrapartida, muitas edificações construídas nessa mesma época que não ganharam a mesma popularidade, atualmente, são desvalorizadas pela população e pelo Estado, principalmente nas capitais nordestinas, como ocorreu, com o Abrigo do Largo do Carmo – “Come em pé” -, em São Luís. Sendo esse um exemplo de construção que pelo descuido com sua estrutura, houve uma corrosão de aproximadamente 90% do ferro e 60% do concreto, resultando na sua demolição em 2020, segundo G1 MA Brasil (2020).

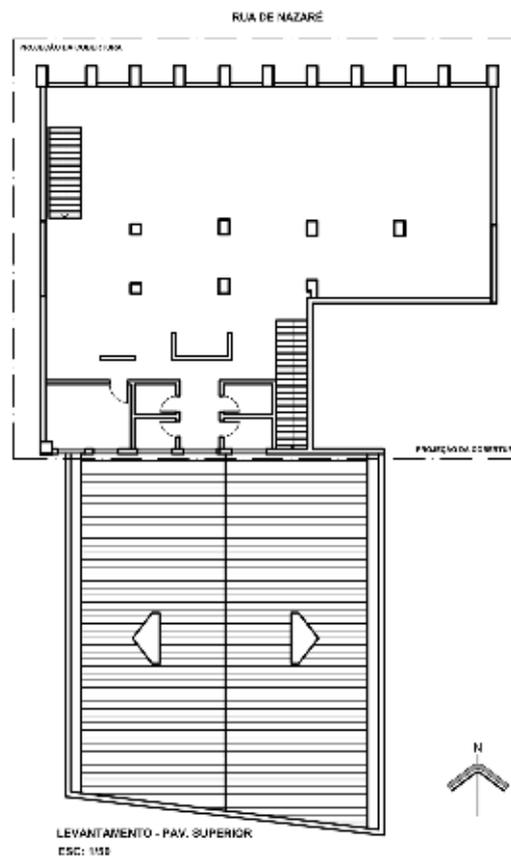
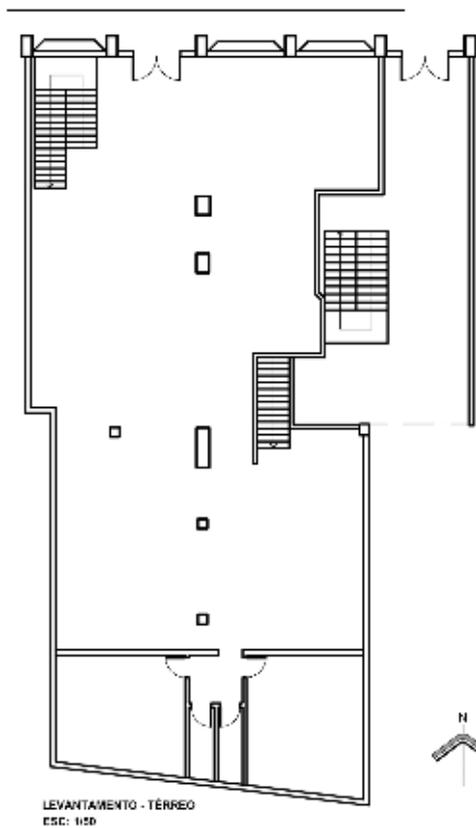
Em São Luís, com o anúncio de Paulo Martins Ramos como o interventor federal na década de 1940, ele se torna responsável por diversas mudanças no panorama ludovicense, como a higienização e remodelação da cidade, a fim de entrar nos novos padrões modernos do país. Sendo a construção da Avenida Magalhães de Almeida, um exemplo de intervenção

urbanística que ocorreu durante seu governo e que apresenta suma importância dentro da logística da cidade até os dias atuais.

Assim, as primeiras edificações modernas da cidade se instauram antes dos anos 1950, mas somente após essa década que o Modernismo de fato irá surgir no contexto da metrópole, com elementos característicos, como o uso de formas e volumes geométricos simplificados, janelas em fita, a liberação do solo a partir da verticalização de edifícios, entre outros. Além disso, a instalação de prédios institucionais associados a órgãos públicos, como a sede dos Correios, construída em 1931, foi a principal forma de difundir o movimento dentro de São Luís. Sobre isso, Nascimento (2020) diz:

A arquitetura modernista em São Luís, também esteve presente nos grandes clubes, voltados para as atividades sociais, recreativas e desportivas. Foram eles: o Clube Jaguarema (1953) e o Grêmio Littero Recreativo Português (1953), ambos localizados no bairro do Anil, que vieram a juntar-se ao Casino Maranhense. (NASCIMENTO, 2020, p. 136 e 137)

Seguindo essa lógica, o edifício SULACAP, construído pela empresa Sul América Capitalização, na Rua de Nazaré, em 1959, foi um dos primeiros e principais exemplares modernistas dentro do Anel Viário de São Luís (Figuras da página 299 e 300), apresentando o uso institucional associado a elementos muito marcantes do movimento, com seu perceptível padrão quadriculado na fachada e verticalização. Seu projeto contava com uma proposta de cinco pavimentos e 32 salas comerciais, exibindo



linhas modernas em sua fachada principal, contextualizadas com uma estrutura simples e uso de janelas recuadas, para proteção solar, ademais de sua livre distribuição interna de *layout*, sendo característico do movimento modernista com a planta livre, como descrito por Nascimento (2020) em sua obra.

Dessa forma, por sua imposição arquitetônica e duradoura relevância, foi o exemplar a ser destacado e analisado na seguinte pesquisa.

REFERENCIAL PRÁTICO: O CASO DO ED. COMENDADOR URPIA.

Após a efetivação de pesquisas, encontrou-se um caso semelhante ao abordado neste artigo, em Salvador-BA. Sendo esse o Edifício Comendador Urpia, obra de Diógenes Rebouças, desenvolvido em 1955, atualmente com uso residencial. A partir disso, destaca-se as diversas modificações que a edificação sofreu ao longo do tempo, sendo a mais marcante em sua fachada principal, que suportou o recebimento de esquadrias inteiramente distintas ao padrão original, sendo constituídas por em alumínio e vidro (SUAREZ; ANDRADE JUNIOR, 2003).

Essa alteração significativa causou grande desconforto aos moradores do prédio, já que havia um acordo mútuo quanto à preservação das características originais do local, devido ao reconhecimento, por parte dos moradores, quanto a sua relevância histórica. Por se tratar de uma edificação modernista, notou-se uma similaridade com o caso do Edifício SULACAP, já que este, também, apresentou modificações em sua estrutura ao longo do tempo, havendo

intervenções, que mesmo aparentando insignificância no contexto, causaram uma certa descaracterização de seus elementos e formas originárias.

Contudo, o exemplar baiano contou com a defesa dos moradores e vizinhos, que tentaram evitar que essa reforma fosse realizada e entraram em contato com o Núcleo de Documentação e Conservação de Edificações e Conjuntos do Movimento Moderno da UFBA, diferente do caso ludovicense, o qual não sofreu repercussão e até hoje a população não apresenta um interesse no local em questão.

CONTEXTO INSTITUCIONAL: UMA ANÁLISE DO EDIFÍCIO SULACAP.

Na capital maranhense, o Edifício João Goulart foi um dos primeiros arranha céus a serem construídos na cidade, o que o fez ganhar mais visibilidade dentre seus moradores e o tornou o principal exemplar modernista de São Luís, a nível popular. Todavia, além deste, diversos outros grandes modelos arquitetônicos fazem parte da história do movimento na cidade, entre eles o edifício Caiçara, a Residência de Cleon Furtado, o Hospital Universitário e o Edifício SULACAP, o objeto de estudo deste artigo.

Com isso, tratando-se de São Luís, devido ao seu grandioso acervo de arquitetura colonial presente no Centro Histórico, a população em geral e órgãos públicos, em sua maioria, tendem a valorizar apenas a arquitetura deste período histórico, ainda que seu acervo seja rico em edificações de movimentos, tipologias, técnicas e materiais construtivos completamente distintas. Como por exemplo o Neoclássico,



Edifício Comendador Urpia com destaque às modificações de sua fachada. Fonte: Suarez e Andrade Junior, 2003.

presente no Teatro Arthur Azevedo e o Eclético, com o Bangalô Eclético da Avenida Getúlio Vargas como seu maior representante, havendo a tendência de unificação desses movimentos somente como colonial, por se encontrarem no Centro Histórico da cidade.

Dessa forma, há certa desvalorização de outros estilos arquitetônicos, dentro dessa região, e assim, há a invisibilidade histórica por parte do movimento modernista da cidade, que é abafado pelo conhecimento popular, bem como apreciação geral ao estilo colonial. À vista disso, as obras modernistas ludovicensenses sofrem com o abandono e o descaso, tornando-se suscetíveis a atos de vandalismo, de modo que apresentam estruturas danificadas, assim como, corrompidas. Destaca-se na obra de Nascimento (2020), o seguinte trecho trazendo um exemplo de edificação, que mesmo apresentando importância histórica, atualmente, se encontra desprezada:

O primeiro exemplar da linguagem modernista identificado em São Luís foi o Edifício Governador Archer, localizado num lote de esquina da Avenida Magalhães de Almeida. A proposta da edificação, segundo o Jornal Pacotilha (1951), era a construção de um edifício de uso misto, com dois pavimentos: o térreo seria ocupado com espaçosas salas de escritórios e consultórios médicos (serviços médicos e odontológicos), e o pavimento superior com três apartamentos, que seriam alugados para os funcionários do governo do Estado a preços acessíveis. O edifício foi construído pelo IPEM, contribuindo assim, para minimizar o problema habitacional existente na capital maranhense (Inauguração do Edifício Governador Archer, 1951). Em 1958, a edificação passou por uma reforma, ganhando um novo pavimento de habitações. Atualmente, encontra-se bastante descaracterizada. (Nascimento, 2020, p.136).

O Edifício SULACAP se encontra em um contexto similar, construído pela empresa Sul América Capitalização, o exemplar foi um modelo a ser desenvolvido em diversas cidades do país, cada uma com suas características e uso de elementos de forma singular. Na cidade de São Luís, devido principalmente ao ano em que a obra foi realizada, a edificação acabou se tornando um exemplo claro do modernismo, em consequência da sua fachada harmônica e repleta de elementos geométricos, apesar de ainda apresentar pequenos resquícios do Art Déco em seu friso (SOUSA, 2008).

No contexto do século XXI, mesmo com uma possível tentativa de restauração e conservação da edificação, pode ocorrer a descaracterização do estilo do imóvel, já que na atualidade não existem Leis voltadas para a conservação de exemplares modernistas, considerando suas características construtivas e materiais utilizados.

Ademais, da existência de Legislações, como a Lei nº 3.350 de 15 de agosto de 1994, que obrigam a utilizar elementos apenas coloniais na reforma de qualquer imóvel presente na Zona de Preservação, o que irá descaracterizar ainda mais as edificações, visto que o modernismo utiliza elementos geometrizados, como a platibanda e janelas em fita, sendo distinto do estilo colonial.

O SULACAP de São Luís já teve seu uso para diversas funções, anteriormente atuando como agência bancária, sede do partido progressista brasileiro, e, na atualidade, sendo utilizado de forma dividida entre a locação de salas comerciais e serviços de assistência



Edifício SULACAP. Fonte: Guia de Arquitetura e Paisagismo de São Luís.



Foto da fachada do Edifício SULACAP com destaque a esquadrias que foram substituídas das originais. Fonte: Autoria própria.



Foto da fachada do Edifício SULACAP. Fonte: Autoria própria.

médica. Em relação a sua estrutura física, nota-se que está bem conservado e foi realizado um restauro em sua infraestrutura, associado unicamente ao interesse comercial do SAMED - Medicina e Segurança no Trabalho.

Assim sendo, este é mais um exemplo dentro das edificações que não são devidamente preservadas e valorizadas por suas características arquitetônicas e históricas, apresentando exclusivamente funcionalidade para o interesse comercial, sem os devidos cuidados do Estado. O centro médico realizou modificações em sua fachada principal, como a troca e acréscimo de novas esquadrias, uso de materiais e técnicas construtivas que destoam das propostas dos elementos originais da edificação, como o uso da pastilha colorida, bem como acréscimo da placa metálica como o logotipo da empresa, por exemplo, sem os devidos cuidados com a preservação histórica do modernismo, favorecendo a descaracterização das origens do edifício.

Para finalizar, Nascimento (2017) reforça os acontecimentos relatados ao comentar em sua obra:

As edificações modernistas da capital ludovicense não apresentam nenhum tipo de proteção legal, o que colocou e coloca em risco de desaparecimento muitas dessas construções, em decorrência de adaptações e renovações, em razão de interesses imobiliários que buscam atender às novas demandas impostas pelos novos usos e funções, que refletem, muitas vezes, na perda de qualidades estéticas e de valores dessas edificações. Essas descaracterizações ocorrem pelo fato dessa arquitetura não ser reconhecida como um bem cultural, e pela ausência de identificação de sua significância. (NASCIMENTO, 2017, p.4)

DIRETRIZES DE INTERVENÇÃO.

Com a recente revitalização da região da Rua de Nazaré em 2020, e do Edifício SULACAP, apesar de, no senso comum, a transformação do lugar seja vista como algo benéfico, este não é o caso, pois nota-se que não houve a preocupação com o contexto geral do prédio modernista, fato ocorrido principalmente pela falta de legislações específicas que protejam e identifiquem as características singulares do movimento, em São Luís, além de um desinteresse governamental em manter essas edificações, que são destinadas ao uso privado, sem que haja uma fiscalização adequada quanto a preservação de suas estruturas, levando em consideração sua importância histórica e cultural para o panorama da arquitetura local.

No caso apresentado, o SAMED realizou uma intervenção marcante em sua fachada, em que se utilizou de materiais e cores destoantes da proposta original do SULACAP, ao empregar pastilhas coloridas e estruturas de concreto, apenas com intuito publicitário. Diferentemente do que ocorre nas edificações coloniais da cidade, já que existem diversas legislações que as protegem, bem como decretam a preservação do estilo original dos imóveis.

Destaca-se, também, a utilização de uma placa metálica, que não faz relação direta com a origem do prédio, em contraste com os casarões coloniais que apresentam leis padronizando tamanhos de placas em suas fachadas empresariais, sendo mais um exemplo do cuidado focado apenas no estilo colonial de São Luís.

Dito isto, é evidente que medidas são necessárias para melhorar o cenário atual de preservação da arquitetura modernista ludovicense, de forma que dê mais visibilidade a esse estilo dentro do tecido urbano da cidade, podendo ser realizadas através de discussões dentro das universidades e com a sociedade em geral sobre a importância do Moderno na arquitetura ao demonstrar seus conceitos na cidade de São Luís, com o objetivo de identificar qual seria a “boa prática” de conservação mais adequada para esse movimento, respeitando suas características e peculiaridades locais.

Além de buscar ampliar o entendimento dos órgãos de patrimônio, que regem sobre a forma de preservação desses edifícios, tendo como base de auxílio o conteúdo estudado e armazenado durante essa etapa de pesquisas. As barreiras de valorização da arquitetura moderna, também poderá se dar através de implementação de campanhas educativas e inserção no transversal, dentro do ensino médio e fundamental, ampliando assim o entendimento das escalas e historiografia da arquitetura brasileira.

Dessa forma, a população em geral poderá obter mais conhecimento e familiaridade com o movimento, conhecendo melhor a história dele dentro da ilha, ao contrário do que é percebido atualmente, onde o ensino sobre o modernismo é focado majoritariamente nas obras desenvolvidas em grandes centros urbanos brasileiros.

Com isso, a sociedade ludovicense, além de obter mais conhecimento sobre o assunto, poderia discernir uma opinião formada a respeito deste, criando

um vínculo maior com a arquitetura local, contribuindo para a valorização e preservação dessas construções. Ademais, poderão reconhecer seus elementos característicos e identificar as diferenças existentes entre os variados estilos arquitetônicos presentes no Centro Histórico, como uma forma de valorizar suas identidades, bem como questionar decisões do poder público quando houver a tentativa de modificar os elementos dessas edificações.

Ademais, uma possibilidade de ação seria a retificação de algumas leis que obrigam a descaracterização de estilos arquitetônicos, a partir da valorização singular dos casarões coloniais do centro, como a Lei nº 3.350 de 15 de agosto de 1994 de telhados, na qual visa que toa reforma, construção e restauro, obriga-se a usar telhas coloniais ou francesas, excluindo-se assim, outras formas e tipologias arquitetônicas do centro de São Luís.

Por outro lado, há, também, a necessidade de elaboração de planos de conservação específicos para os casos modernistas, já que esses apresentam técnicas construtivas e uso de materiais específicos do período, sendo uma forma de relato histórico. Além disso, o Estado pode desenvolver uma espécie de cartilha de manutenção dessa tipologia arquitetônica, como um guia explicando aos seus atuais donos a importância de sua manutenção adequada, bem como descrevendo como seria uma boa prática para sua conservação adequada, de acordo com as características do movimento. Nascimento (2020) em sua obra reforça os argumentos ditos anteriormente:

As residências da Rota do Moderno fora do perímetro tombado não estão protegidas por falta de iniciativa dos próprios órgãos preservacionistas existentes na cidade, em identificar e inventariar os poucos exemplares ainda íntegros e que resistem ao tempo e às mudanças de uso, que podem refletir em sua descaracterização. Sabe-se que por muito tempo, para os órgãos como IPHAN e o DPHAP, aqui em São Luís, os únicos bens a serem preservados e conservados eram os datados do século XVIII e XIX. A preservação e divulgação dos valores existentes na produção arquitetônica moderna cabe, também, à comunidade universitária, aos conselhos de arquitetura e à Prefeitura Municipal, que pode futuramente propor incentivos para os proprietários que preservem e conservem esse patrimônio moderno. (NASCIMENTO, 2020, p. 364)

Para o caso do Edifício do SULACAP, deve-se tirar como exemplo de uma edificação que foi modificada de modo que a empresa não respeitou devidamente importância associada a edificação e esse acabou sofrendo uma certa descaracterização de sua fachada original. Posto que houve uma falta de visão pelos órgãos de proteção ao patrimônio em reconhecer o movimento, além de interesse governamental em manter seus elementos preservados.

A partir disso, e das soluções gerais sugeridas, o Estado poderia iniciar um movimento em que visa difundir maior conhecimento do modernismo ludovicense para a população, bem como a regularização desse ensino institucionalizado nas escolas para crianças e adolescentes, como uma forma de difundir a importância sociocultural dessas obras.

Sendo uma diretriz com caráter mais social, além das ações que já deveriam acontecer como a realização

de vistorias com maior frequência e rigor nas edificações, que já estão associadas a empresas privadas, como é o caso do SULACAP, com a finalidade de evitar que estas sofram mais modificações que alterem seu caráter formal, em uma tentativa de manter sua importância arquitetônica, sem criar um falso histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo apresentar propostas que pudessem melhorar as condições do atual cenário de desvalorização e realização de intervenções de caráter negativo nas edificações modernistas da cidade de São Luís-MA, bem como analisar por que esse desconhecimento do estilo ainda se faz presente no dia a dia da população e governo local.

Portanto, percebe-se que a memória do movimento modernista se faz muito presente dentro do contexto da cidade, pois, assim como livros, obras plásticas e músicas, a arquitetura por si só conta uma história e marca um período, sendo uma forma de registro. Assim, a arquitetura modernista ludovicense, conta a história da capital nessa época, como uma forma de documentar a inovação e a tecnologia que estavam chegando na cidade. Por isso, sua conservação é necessária, apesar da falta de conhecimento e, consequente, descaso da população sobre as características do modernismo em São Luís.

Assim, pode-se dizer que olhando para o estado atual do Edifício SULACAP, este representa a maioria dos exemplares modernistas da cidade, já que está sobre o poderio privado, o qual realizou modificações sem assistência ou qualquer tipo de controle

em sua estrutura, causando uma descaracterização de seus elementos do movimento. Logo, foram criadas possíveis soluções para que ocorram mudanças nesse panorama, a partir do ensino sobre o estilo modernista nas escolas e universidades, com foco para as características de São Luís, ademais da realização de reajustes nas Leis de preservação vigentes, com apoio de profissionais da área, e maior controle sobre as reformas a serem feitas nas edificações que estão sobre o controle da instituição privada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, I. N. e DIÓGENES, B. H. N. Pela valorização da obra residencial modernista de Acácio Gil Borsoi em Fortaleza: o caso da residência benedito macedo. *In: DOCOMOMO, 13., 2019, Salvador.*

ARCHDAILY, Equipe. *Patrimônio arquitetônico moderno brasileiro: como intervir e preservar.* 2020. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/944302/patrimonio-arquitetonico-moderno-brasileiro-como-intervir-e-preservar>. Acesso em 06 abr. 2021.

BENEVOLO, L. *História da arquitetura moderna.* São Paulo: Perspectiva, 1989.

G1 MA (Brasil). Tv Imirante. *Abrigo do Largo do Carmo é demolido para dar lugar a jardim em São Luís.* Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2020/10/17/abrigo-e-demolido-para-dar-lugar-a-jardim-em-sao-luis.ghtml>. Acesso em: 12 abr. 2021.

PFLUEGER, G. S. e MOTA, L. de M. T. Os primeiros Modernos: edifícios institucionais no centro histórico de São Luís. *In: SAMA, 2., 2017, São Luís.*

LOPES, J. A. V. (Org.). *São Luís, Ilha do Maranhão e Alcântara: Guia de Arquitetura e Paisagem.* 1 ed.(-bilíngüe). Sevilla: Consejería de Obras Públicas y Transportes – Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008.

NASCIMENTO, L. M. do. O habitat moderno em São Luís do Maranhão: a análise de três edificações residenciais. *In: 12º Seminário DOCOMOMO Brasil, Uberlândia, nov. 2017.*

NASCIMENTO, L. M. do. *São Luís e a Rota do Moderno: a produção arquitetônica residencial moderna, entre 1930-1960, no Maranhão.* 2020. 473 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2020.

SÃO LUÍS. Câmara Municipal de São Luís. Lei nº 3.350 de 15 de Agosto de 1994. Disponível em: <http://www.gepfs.ufma.br/legurb/LEI%203350.pdf>. Acesso em 10 abr. 2020.

SUAREZ, N. A. e ANDRADE JUNIOR, N. V. de. Reconhecimento, Valor de Mercado e Habitabilidade da Arquitetura Moderna: um estudo de caso baiano. *In: DOCOMOMO Brasil, 5., 2003, São Paulo.*

SOUSA, I.G. *Arquitetura Moderna em São Luís, 2008.*

do_co_mo_mo_
brasil

UNDB
CENTRO UNIVERSITÁRIO

